

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Mathias Seibel Luce

**A TEORIA DO SUBIMPERIALISMO EM RUY MAURO MARINI:
contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução
do capital. A História de uma categoria**

Porto Alegre, maio de 2011.

Mathias Seibel Luce

**A TEORIA DO SUBIMPERIALISMO EM RUY MAURO MARINI:
contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução
do capital. A História de uma categoria**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em História.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Wasserman -
UFRGS**

Porto Alegre, maio de 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

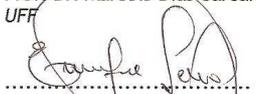
ATA DE DEFESA Nº 03 /2011 – DOUTORADO

Aos dois dias de maio de 2011, reuniu-se a Banca Examinadora para, em sessão pública, avaliar a Tese de Doutorado em História intitulada “A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital”, de **MATHIAS SEIBEL LUCE**, realizada sob orientação da Dr. Claudia Wasserman. Após a arguição do aluno para a obtenção do título de **DOUTOR EM HISTÓRIA**, os examinadores reuniram-se e APROVARAM a Tese, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Dr. Marcelo Dias Carcanholo, conceito ..A...; Dr. Enrique Serra Padrós, conceito ..A...; Dr. Sirlei Teresinha Gedoz, conceito..A...; e Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, conceito ...A..... E por ser verdade, eu, Dr. Claudia Wasserman, Presidente dos trabalhos da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão.

Porto Alegre, 02 de maio de 2011.


.....
Profa. Dr. Claudia Wasserman
Orientadora, Presidente da Comissão Examinadora
PPG-História/UFRGS


.....
Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo
UFF


.....
Prof. Dr. Enrique Serra Padrós
PPG-História /UFRGS


.....
Prof. Dr. Sirlei Teresinha Gedoz
UNISINOS


.....
Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
PPG-História / UFRGS

“OBSERVAÇÃO: De acordo com a Resolução 12/2007 do CEPE, Artigo 42, parágrafo único, os diplomas de pós-graduação stricto sensu deverão ser assinados pelo Reitor em até 90 dias após a defesa. Os textos definitivos das teses/dissertações deverão ser entregues dentro desse prazo, sob pena de desligamento do aluno até a regularização da situação”.

A BANCA EXAMINADORA POR UNANIMIDADE RECOMENDA
A PUBLICAÇÃO DA TESE DE DOUTORADO.



CIP - Catalogação na Publicação

Luce, Mathias Seibel
A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini:
contradições do capitalismo dependente e a questão do
padrão de reprodução do capital. A História de uma
categoria / Mathias Seibel Luce. -- 2011.
225 f.

Orientadora: Claudia Wasserman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2011.

1. Ruy Mauro Marini. 2. subimperialismo. 3.
Teoria Marxista da Dependência. 4. marxismo latino-
Americano. 5. padrão de reprodução do capital. I.
Wasserman, Claudia , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Esta tese é dedicada à classe trabalhadora brasileira, que – nas fábricas de São José dos Campos, nos canteiros de obras do trabalho precário em Rondônia, no subemprego das grandes metrópoles do país, no campo sob a violência do latifúndio, nas minas do Pará e nos diversos contextos em que o capital exerce seu domínio no Brasil – enfrenta a superexploração do trabalho e o modelo pernicioso que o subimperialismo estabelece sobre o povo brasileiro e sobre as nações submetidas aos desígnios da reprodução ampliada do capital subimperialista. Nunca antes na história desse país o internacionalismo foi uma exigência como hoje para a libertação dos trabalhadores e do povo brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, Carla Ferreira, companheira de vida, de luta e de sonhos. Esta tese é apenas um dos capítulos que espero escrever ao longo de nossa caminhada, *amor de humanidad*.

Quero registrar minha gratidão à minha orientadora, Dra. Claudia Wasserman, apoiadora incondicional, a quem sou grato desde o dia em que escutou um aluno do primeiro semestre da graduação em História que, há exatos dez anos, interpelou-a pedindo para participar de seu projeto de pesquisa sobre a Revolução Cubana. Devo à professora Claudia Wasserman muito do incentivo que me levou a estudar o capitalismo latino-

americano, a teoria da dependência e a optar pela abordagem da economia política marxista.

Agradeço ao professor Luiz Dario Ribeiro, que me apresentou os clássicos do imperialismo e “o grupo dos quatro” da Teoria Marxista da Dependência.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, que acolheu o projeto de tese.

Sou grato ao Dr. Jaime Osorio Urbina, companheiro de militância e de atividade intelectual de Marini, no Chile e no México, professor brilhante e expoente da melhor tradição do marxismo latino-americano. As aulas e conselhos do professor Osorio – supervisor da tese durante meu estágio doutoral no México – foram de fundamental importância durante minha passagem pelo Posgrado en Estudios Latinoamericanos, da UNAM, em setembro-outubro de 2010.

Agradeço também aos meus colegas do seminário sobre América Latina, no Posgrado, que escutaram com interesse minhas preocupações e levantaram questões.

Durante a estada no México, contei com a recepção afetuosa de Edur Velasco Arregui, amigo, camarada e verdadeiro *hermano*. Edur, Begoña, Lourdes e Neska, minha família mexicana, tornaram o período do estágio doutoral uma experiência ainda mais plena, no lar de Coyoacán.

Os professores César Augusto Barcellos Guazzelli e Eduardo Maldonado Filho, que fizeram parte de minha banca de qualificação, aportaram comentários e críticas relevantes para o prosseguimento da tese. Ao professor Maldonado devo registrar minha gratidão pela contribuição que deu à minha formação, no estudo de *O Capital*, de Marx, nas disciplinas de Economia Política por ele ministradas, junto ao Doutorado em Economia do Desenvolvimento, da UFRGS. Agradeço novamente ao professor Guazzelli e aos professores Enrique Serra Padrós, Sirlei Gedoz e Marcelo Dias Carcanholo por terem aceito o convite para participar da banca examinadora da tese. Antes mesmo da banca, Marcelo Carcanholo aportou importantes comentários em temas de economia marxista, esclarecendo dúvidas sobre passagens da obra de Marini e sobre outros temas relevantes.

Silvia Molina e demais companheiros do FOBOMADE, além de sinceros amigos, foram apoiadores de primeira hora, possibilitando que a práxis que motiva todo intelectual crítico se concretizasse em minha estada pela Bolívia, no segundo semestre de 2010. Vocês são um exemplo para toda militância de nosso continente.

Virgínia Fontes demonstrou-se uma referência fundamental no resgate da concepção marxista no âmbito da ANPUH e uma propulsora da discussão em torno do tema imperialismo e subimperialismo no debate brasileiro. Agradeço sua disposição de ser uma interlocutora e de colocar sua experiência e energia a serviço das lutas sociais e da nova geração de pesquisadores que, seguindo a tradição combativa, pretende não apenas interpretar o mundo, mas também transformá-lo.

Não poderia deixar de mencionar István Mészáros e seu conselho inequívoco por “absolute radicalism” a cada encontro em que se tem o privilégio de ter com ele. *We shall overcome!* Agradeço também a Sergio Lessa, que mantém viva a defesa do marxismo ortodoxo, que não deve ser confundido com o marxismo dogmático. A ele devo o estímulo pela metodologia da leitura imanente.

No IELA-UFSC, contei com o apoio de Nildo Ouriques que, através de seminários e reuniões de discussão sobre América Latina e a Teoria Marxista da Dependência, ajudou a impulsionar a troca entre diferentes pesquisadores que se referenciam no pensamento crítico.

Sou grato também a Claudio Katz, que chamou atenção para a importância de discutir o que há de específico no subimperialismo em relação à teoria do imperialismo.

Nas pessoas de Luís Novoa Garzon, Gabriel Strautman, Fabrina Furtado, Magnólia Said e Helder Gomes deixo meu reconhecimento a todos os integrantes da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, espaço de debate, de proposição e de ação que vem dando a devida atenção à necessidade da crítica radical frente à presente conjuntura de crescente destrutividade do capital, sob a égide do novo padrão exportador de especialização produtiva. Agradeço também a Alexandra Almeida, que desde o Equador fomentou debates importantes.

Fernando Prado, Vitor Hugo Tonin e Luis Felipe Magalhães contribuíram com textos valiosos. A Fernando Prado, em especial, agradeço a ajuda de quem teve passagem pela UNAM, bem como a troca de ideias em elaboração. Sou grato também a Marisa Amaral, pelo intercâmbio de textos e questões teóricas em comum, bem como Gabriel Aladrén, que me facilitou acesso a um importante trabalho sobre a POLOP.

Aos amigos Uilson Garcia Brito, Simone Bicca, Ricardo Dobrovolski, André Forti Scherer Pedro Zicca e Diego Vitello registro minhas saudações pela convivência e parceria nestes últimos anos árduos, de atividade docente, pesquisa e redação da tese, bem como de definições profissionais e encruzilhadas políticas. Sem sua camaradagem a empreitada teria sido mais dura.

Na minha chegada como docente no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, contei com a acolhida calorosa de Niemeyer Almeida Filho, Vanessa Petrelli, Fábio Bittes Terra, Paulo Gomes, José Rubens Garlipp, Clésio Lourenço Xavier, Carlos Nascimento, Soraia Cardoso e todos os colegas professores do curso de RI do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, a quem deixo minhas melhores considerações, especialmente na pessoa de Filipe Almeida Mendonça.

Agradeço aos meus alunos da Graduação em Relações Internacionais da Faculdade Anglo-Americano Caxias do Sul, com quem vivenciei o princípio freireano que nos ensina que a docência é inseparável da discência, bem como a todos meus colegas docentes da FAACS.

Agradeço aos funcionários da BSCSH e do CEDEP e a Clê Cópias.

Agradeço a minha família. Meus pais, Regina e Paulo Roberto; meu irmão, Maurício; minha avó, Beatriz Pio de Almeida Seibel; e Cecília Ferreira. Quero, por fim, registrar minha homenagem a meu avô, Raul Gastão Seibel (*in memoriam*), a quem devo muito por ter chegado até aqui.

“[...] em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a um anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias à economia brasileira que lhe permitiram levar longe sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam sua sociedade política, cujas contradições deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as quais deram lugar no Brasil ao subimperialismo. Porém, não é menos certo que este [o subimperialismo] é tão somente uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente” (MARINI, 1973, p.76).

“Além de ser uma categoria analítica, o subimperialismo é um fenômeno histórico e, enquanto tal, seu estudo exige o exame detido de seu processo de desenvolvimento” (MARINI, 1977a, p.34).

RESUMO

A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de um conceito.

Esta tese pretende discutir a existência dos fundamentos para uma teoria sobre o subimperialismo, na obra de Ruy Mauro Marini. Exponente da Teoria Marxista da Dependência e autor de importantes trabalhos do pensamento crítico latino-americano como *Dialéctica de la Dependencia* e *Subdesarrollo y Revolución*, Marini estabeleceu o conceito de subimperialismo para explicar o fenômeno emergido nos anos 1960-70, no contexto da nova divisão internacional do trabalho e da emergência de subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial como o Brasil. Tais subcentros passavam a ocupar uma posição intermediária entre centro e periferia, apresentando, porém, peculiaridades que os diferiam da categoria da semiperiferia – embora façam parte de seu universo. Apresentando os resultados da pesquisa em que fizemos uma leitura imanente dos escritos de Marini, a tese sustenta que o subimperialismo tem sua origem nas leis próprias da economia dependente, cujos fundamentos são a superexploração do trabalho e a transferência de valor; e é um fenômeno que pode ser apreendido através da combinação de quatro variáveis: grau de monopolização e de operação do capital financeiro na economia dependente, a mobilização de um esquema particular de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), hegemonia em um subsistema regional de poder, lógica da cooperação antagônica com o imperialismo dominante; sobre essa base, se analisa a expansão subimperialista como modo de contra-restar as contradições do capitalismo dependente, restaurando a unidade entre produção e realização do valor. Enquanto essas quatro variáveis são discerníveis através da exegese do texto de Marini, o elo perdido para uma teoria global do subimperialismo é a noção de padrão de reprodução do capital, parcialmente desenvolvida por Marini em escritos da década de 1980 e, posteriormente, aprofundada por autores como Jaime Osorio. Nesses termos, define-se o subimperialismo como uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente. A partir do estudo da experiência brasileira, com base na obra de Marini, a tese pretende lançar luzes para uma teoria global do subimperialismo, ainda em elaboração, e que poderá servir de parâmetro seja para a crítica atual do capitalismo latino-americano, seja para a de outras formações econômico-sociais como no continente africano, contextos onde o termo subimperialismo vem sendo empregado, mas ainda carece de maior desenvolvimento.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini, subimperialismo, Teoria Marxista da Dependência, Marxismo Latino-Americano, padrão de reprodução do capital.

ABSTRACT

The theory of subimperialism in Ruy Mauro Marini: the contradictions of dependent capitalism and the question of pattern of capital reproduction. The History of a concept

This thesis aims at discussing the existence of the premises for a theory of subimperialism throughout Ruy Mauro Marini's works. Main representative of the Marxist Dependency Theory and author of key works of the critical thought in Latin America such as *Dialéctica de la Dependencia* and *Subdesarrollo y Revolución*, Marini coined the concept of subimperialism to explain the phenomenon emerged in the 1960s-70s, in the context of the new international division of labor and the rise of economic and political subcenters of accumulation worldwide, like Brazil. Those subcenters reached an intermediary position between periphery and the core countries, but presented peculiarities that differed from those of semiperipheral ones – despite the fact that they belong to a shared universe. Gathering the results of the research in which we accomplished an immanent reading of Marini's works, this thesis contends that subimperialism has its origins in the laws of dependent economies, whose main elements are the overexploitation of labor force and surplus value transfers. In addition, it is a phenomenon that can be captured by combining four different analytical variables: the degree of monopoly and the operation of financial capital within a dependent economy; the mobilization of a particular scheme for realization of capital (State, international market and elite consumption); the hegemony on a regional subsystem; the logic of antagonistic cooperation with dominant imperialism. Taking these conditions into account, subimperialist expansion is depicted as a means of countervailing the dependent capitalism contradictions, restoring the unit between the production of value and its realization. Whereas these four variables are identifiable throughout an exegesis of Marini's work itself, the lost chain for a global theory of subimperialism is the notion of pattern of capital reproduction, partially developed in Marini's 1980s writings and later deepened by authors like Jaime Osorio. Thus, subimperialism is defined as a form that the pattern of capital reproduction may assume in subcenters of dependent capitalism. Stemming from the study of the Brazilian historical experience, based on Marini's analysis, the thesis expects to contribute to generate a new path towards a global theory of subimperialism still under construction and that might serve as a basis for critical studies on contemporary Latin American capitalism, as well as to other concrete social-economic formations such as the African continent, both places where the subimperialism has been used as analytical framework, but still needs further development.

Key-words: Ruy Mauro Marini, subimperialism, Marxist Theory of Dependence, Latin American Marxism, pattern of capital reproduction.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AI-5 – Ato Institucional n°. 5
ANL – Aliança Nacional Libertadora
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
AMORJ – Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro
BEFLEX – Programas Especiais de Exportação
CEDEM – Centro de Documentação da UNESP
CENIMAR – Centro de Inteligência da Marinha
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CESO - Centro de Estudios Socioeconómicos
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
GPMI – Grupo Permanente de Mobilização Industrial
IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
IED – Investimento Externo Direto
INBEL – Indústria Brasileira de Material Bélico
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK – Juscelino Kubitschek
MIR- Movimiento Izquierda Revolucionaria
NICs – Novos Países Industrializados
POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária
TMD – Teoria Marxista da Dependência
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIB – Produto Interno Bruto
SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México
UNB – Universidade Nacional de Brasília
UNCTAD – Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

LISTA DE TABELAS

1 -	Balanço de pagamentos. 1953-1964	ANEXO A
2 -	Setor café: transferência de renda e poder de compra das exportações	ANEXO B
3 -	Origem do Investimento Fixo, 1969	ANEXO C
4 -	Índices da produção industrial – 1963/70	ANEXO D
5 -	Salário mínimo real e salário médio. 1965-1969	ANEXO E
6 -	Ração essencial mínima – tempo necessário para aquisição média anual	ANEXO F
7 -	Ranking dos 13 principais países exportadores de armamentos do Terceiro Mundo. 1970-1979	ANEXO G
8 -	Proporção de Domicílios com Televisão. 1960-1991	ANEXO H
9 -	Contribuição relativa das exportações ao crescimento industrial – 1964/77	ANEXO I

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As categorias do Subimperialismo	104
---	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	As bases do <i>subimperialismo</i> em Marini	19
1.2	O esquema tripartite de realização do subimperialismo	23
1.3	As dimensões do subimperialismo	25
1.4	Rumo a uma teoria do subimperialismo	29
1.5	As fontes da pesquisa	36
1.7	Plano de capítulos	24
2	<i>SUBDESARROLLO Y REVOLUCIÓN</i> E A GÊNESE DO SUBIMPERIALISMO	38
2.1	Estrutura e fundamentos de <i>Sudesarrollo y revolución</i>	40
2.2	<i>Subdesarrollo y revolución</i> e seus debates	44
2.3	A complementariedade latifúndio-indústria	50
2.4	Da complementariedade à cooperação antagônica latifúndio-indústria	55
2.4.1	A cisão vertical	56
2.4.1.1	A crise geral da economia de exportação	57
2.4.1.2	Agricultura e abastecimento urbano	59
2.4.1.3	A modernização tecnológica, os excedentes de força de trabalho e a questão do exército industrial de reserva	60
2.5	Da cooperação antagônica à ruptura e à restauração da unidade	61
2.5.1	A cooperação antagônica	62
3	IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO	72
3.1	O subimperialismo diante da teoria marxista do imperialismo	72
3.1.1	Monopólios, capital financeiro e a tendência integracionista do capitalismo	73
3.1.2	O movimento de internacionalização do capital e os mecanismos de contenção da queda tendencial da taxa de lucro	81
3.1.3	O Estado e a formação de trustes nacionais: a dialética internacionalização-internacionalização	87
3.1.4	Intercâmbio desigual e apropriação do valor das nações mais débeis: o controle de esferas de influência	91
3.1.5	Imperialismo, belicismo e intervencionismo	95

3.1.6	Expansão imperialista e o deslocamento externo das contradições internas: a questão da aristocracia operária	99
3.2	O subimperialismo como forma do padrão de reprodução do capital	101
4	O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO DO PERÍODO 1964-1980	108
4.1	Monopólios e capital financeiro	108
4.2	Contradições no ciclo do capital e o esquema tripartite de realização/reprodução do subimperialismo	118
4.2.1	Consumo suntuário	118
4.2.2	Mercado externo	126
4.2.3	O Estado	133
4.2.3.1	O complexo militar-industrial	138
4.2.3.2	O gasto público e a política de investimentos, de crédito e subsídios estatais	125
4.3	Política de hegemonia regional	141
4.4	Cooperação antagônica	149
5	CONSTRUINDO A TEORIA DO SUBIMPERIALISMO	156
5.1	Primeiro procedimento: os debates em torno da categoria de subimperialismo	157
5.1.2	O subimperialismo entre os demais autores da TMD	158
5.1.2.1	Theotonio dos Santos: o subimperialismo como subsistema regional de poder	158
5.1.2.2	Gunder Frank: o subimperialismo como fenômeno particular da semiperiferia	160
5.1.3	A contribuição de Coles e Cohen sobre o subimperialismo sul-africano	161
5.1.4	As contribuições a partir de outros enfoques: Castro Martínez e Daniel Zirker	165
5.1.5	O subimperialismo na abordagem do satélite privilegiado de Trías e Schilling	167
5.1.6	Eloy Lanza: o subimperialismo venezuelano	170
5.1.7	Cardoso e Serra: um não debate	171
5.1.8	Subimperialismo e semiperiferia	183
5.2	Segundo procedimento: o que o subimperialismo <i>não é</i>	187
5.3	O subimperialismo como forma do padrão de reprodução do capital	191
	CONCLUSÃO	193
	ANEXOS	202
	FONTES DA PESQUISA	212
	BIBLIOGRAFIA	213

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo discutir a existência de uma teoria sobre o conceito de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini (1932-1997), através do estudo de seus escritos e do exame de capacidade explicativo do conceito para a compreensão da economia política do capitalismo brasileiro, em um período de relevância da análise histórica.

A temática do subimperialismo vem suscitando interesse renovado, com pesquisas que procuram elementos em comum entre o contexto original que motivou Marini a criar uma nova categoria nos 60 e 70 e os anos deste começo de século XXI, para os quais se discute a pertinência do conceito de subimperialismo a fim de dar conta de fenômenos como a exportação de capitais de empresas multinacionais de matriz brasileira, com sua lógica expansiva correspondente.

A comparação entre o “velho” e o “novo” subimperialismos põe em debate a necessidade de avançar em uma formulação mais precisa do conceito, cujas premissas e elementos de confirmação sejam verificáveis para além do caso singular da ditadura militar que governou o Brasil e com capacidade para a análise de outras formações histórico-sociais que não exclusivamente o capitalismo brasileiro.

Em nossa dissertação de mestrado, buscamos dar um passo dentro desse programa de pesquisa, estudando a configuração recente do subimperialismo brasileiro em duas de suas dimensões¹. No mesmo trabalho, afirmamos que o aprofundamento do conhecimento sobre essa problemática passava por um exame rigoroso da obra de Marini. A tese que agora apresentamos é o resultado desse estudo, que contou com uma leitura imanente dos escritos de Marini, voltada à compreensão de seus nexos mais profundos.

Esta tese pretende sustentar que há em Marini uma economia política do subimperialismo brasileiro, que também é a antesala para uma teoria global do subimperialismo. Assim como a exegese de Marx permitiu concluir que a obra do fundador do materialismo histórico contém uma ontologia do trabalho - ontologia esta que restou por sistematizar

¹ Cf. Luce (2007), onde discutimos a configuração recente do subimperialismo brasileiro, através do estudo da política de hegemonia regional do Brasil na América do Sul e a cooperação antagônica do capitalismo brasileiro com o imperialismo dominante.

pelo próprio autor de O Capital; em nossa avaliação, nos livros e dezenas de artigos de Marini sobre a dependência, são discerníveis os fundamentos para uma teoria do subimperialismo como um conceito fundamental para compreender o capitalismo dependente.

Entretanto, discutida como foi ao longo de numerosos escritos, de forma descontínua, sem que Marini nos legasse um texto definitivo consolidando o que considerava sua palavra final sobre o assunto, sua teorização sobre o subimperialismo deixou algumas lacunas. Nesta tese, em que realizamos uma história conceitual do subimperialismo na obra de Marini e à luz da experiência histórica que ocupou sua atenção, procuramos colocar sua categoria de análise à prova, buscando as regularidades que permitiriam chegar à perspectiva generalizante que toda teoria requer para ser digna deste nome.

Com nossa investigação, não pretendemos esgotar o esforço de compreensão e elaboração sobre o fenômeno do subimperialismo e do conceito que o nomeia, mas contribuir para o esforço que outros intelectuais marxistas vêm desenvolvendo sobre a realidade latino-americana e mundial, valendo-se do projeto teórico legado por Marini e pelos demais expoentes da Teoria Marxista da Dependência.

Para seguirmos adiante com a explanação dos objetivos e métodos que presidem a tese, cabe fazer primeiro uma digressão sobre Marini e as circunstâncias históricas e teóricas que resultaram no conceito de subimperialismo.

Teórico marxista ainda bastante desconhecido no Brasil, Marini nasceu em Barbacena, Minas Gerais, e pertenceu à geração que integrou a esquerda revolucionária latino-americana dos anos 1960, que se contrapunha ao monopólio do marxismo pelos PCs.

Militante da organização marxista Política Operária (POLOP), e professor da recém criada Universidade Nacional de Brasília, foi preso e torturado no Centro de Inteligência da Marinha, CENIMAR, após o golpe de 1964. A partir daí, ele percorreria um longo caminho no exílio, principalmente no México e no Chile, sem nunca deixar de desenvolver

uma *práxis* referenciada nos problemas do subdesenvolvimento e da revolução latino-americana, nos lugares por onde passou.²

Ao longo de anos de intensa atividade intelectual desenvolvida em sua trajetória como investigador social comprometido com a crítica e a superação estruturais da sociedade capitalista e sua produção de desumanidades, Marini legou-nos categorias de análise como *dependência*, *superexploração do trabalho*, *intercâmbio desigual*, *subimperialismo*, *Estado de contrainsurgência* e *padrão de reprodução do capital* (SOTELO VALENCIA, 2002). Tecendo um rico conjunto de categorias articuladas entre si, essas e outras formulações conceituais de Marini contribuíram para dar coesão a uma das mais expressivas vertentes – ainda pouco conhecida – do marxismo latino-americano: a Teoria Marxista da Dependência³, da qual ele se tornaria seu maior expoente.

De acordo com Marini, o conceito de subimperialismo foi cunhado num esforço teórico pela “superação do enfoque meramente institucional – e, freqüentemente jurídico – que vigia nas análises da política exterior latino-americana, motivando os estudiosos a investigar suas determinações econômicas e de classe”. Sua proposição

despertou maior atenção para a mudança operada nos movimentos de capital no pós-guerra, com vantagem para os investimentos diretos na indústria, tese que se constituiria em um dos pilares da teoria da dependência, principalmente pelas implicações do fenômeno na diferenciação interna da burguesia, [...] que sustentavam o conceito de “burguesia integrada” que eu [RMM] ali expunha (MARINI, 2005).

Talvez a definição mais sintética para o subimperialismo seja a que se encontra nesta passagem de seu autor:

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se

² Marini relata sua trajetória política e intelectual na *Memória*. Cf. Marini, 2005.

³ De agora em diante, TMD.

manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela (MARINI, 1992, p. 137-8).

O sentido do conceito de subimperialismo expresso por Marini vai, portanto, muito além de um imperialismo de menor grandeza, que o prefixo *sub* poderia sugerir. Por um lado, a categoria em questão encontra-se vinculada a elaborações da teoria marxista do imperialismo, desenvolvida à época da II Internacional. Por outro lado e, ao mesmo tempo, existem elementos específicos da análise do capitalismo latino-americano, descobertos no âmbito da TMD, que compõem o núcleo principal da ideia de subimperialismo.

Segundo os teóricos da II Internacional, o imperialismo corresponde à forma que assume o capitalismo ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Lênin enfatizou a fusão do capital bancário com o capital industrial, fusão que deu passo à formação de trustes capitalistas internacionais em luta pela partilha do mercado mundial; Hilferding colocou em evidência o papel da exportação de capitais em direção a novas regiões, buscando contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro; Bukhárin enfatizou o fenômeno da aglomeração através do qual o Estado reforça o poder dos monopólios capitalistas privados; Rosa Luxemburgo analisou o tema da dissolução das formações sociais comunitárias e sua proletarização como consequência da exportação de capital do imperialismo.

1.1 As bases do *subimperialismo* em Marini

Marini reuniu várias destas ideias quando em sua investigação sobre o modo de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano propôs o conceito de subimperialismo. Segundo ele, a nova divisão internacional do trabalho do pós-II Guerra levou à ascensão de subcentros políticos e econômicos como o Brasil que também passavam – a seu modo dependente e subordinado – à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Nos 70, o Brasil chegava ao nono lugar na indústria automobilística mundial e à posição de segundo exportador de armamentos do Terceiro Mundo – atrás apenas de Israel –, e impulsionava um mercado de capitais. Juntamente a estes aspectos, o capitalismo brasileiro passava à rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como foi o Tratado de Itaipu; e intervinha em países como Bolívia, apoiando o golpe contra Torres e o perigo com que se via a Assembleia Popular, em uma época quando interesses da burguesia brasileira começavam a se instalar em Santa Cruz de la Sierra.

Entretanto, há um traço fundamental do subimperialismo assinalado por Marini que é, muitas vezes, esquecido por outros autores: o capitalismo dependente tem como características principais a superexploração da força de trabalho⁴ e o divórcio gerado por essa condição entre a estrutura produtiva e as necessidades das amplas massas. A gênese do fenômeno subimperialista reside, portanto, na conjunção dessas leis próprias da economia dependente com a nova divisão internacional do trabalho oriunda do movimento de capitais do pós-guerra – processo que fora marcado pelo predomínio dos investimentos externos na indústria de bens duráveis, com a presença dominante de capitais norte-americanos.

Nas palavras de Marini, o subimperialismo origina-se:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 1974, p. XIX).⁵

Mas, antes de seguir analisando as origens do subimperialismo apontadas por Marini, cabe registrar que o termo aparecera anteriormente no livro de Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*. O decano do Departamento de Filosofia do Instituto Superior de

⁴ Marini estabeleceu o conceito de superexploração do trabalho a partir da seguinte formulação: “(...) el problema que plantea el intercambio desigual para América Latina no es precisamente el de contrarrestar la transferencia de valor que implica, sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedirla al nivel de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el plano de la producción interna. El aumento de la intensidad del trabajo aparece, en esta perspectiva, como un aumento de plusvalía, logrado a través de una mayor explotación del trabajador y no del incremento de su capacidad productiva. Lo mismo se podría decir de la prolongación de la jornada de trabajo, es decir, del aumento de la plusvalía absoluta en su forma clásica; a diferencia del primero, se trata aquí de aumentar simplemente el tiempo de trabajo excedente, que es aquél en el que el obrero sigue produciendo después de haber creado un valor equivalente al de los medios de subsistencia para su propio consumo. Habría que señalar, finalmente, un tercer procedimiento, que consiste en reducir el consumo del obrero más allá de su límite normal, por lo cual ‘el fondo necesario de consumo del obrero se convierte de hecho, dentro de ciertos límites, en un fondo de acumulación de capital’, implicando así un modo específico de aumentar el tiempo de trabajo excedente” (MARINI, 1973, p.38-9. Itálico de RMM). Para uma discussão do conceito de superexploração do trabalho em Marini, ver Carcanholo e Amaral (2009), Martins (2009), Osorio (2004; 2009).

⁵ No debate marxista latino-americano, Agustín Cueva (1974), rejeitou a ideia de Marini e da TMD sobre a existência de leis de tendência próprias ao funcionamento do capitalismo dependente, reconhecendo a possibilidade de categorias específicas para a análise do capitalismo na América Latina, mas negando seu status de leis tendenciais diferentes das que regem o modo de produção capitalista. Nesta controvérsia, pensamos que não se sustenta a crítica de Cueva, pois de modo algum entra em contradição com as formulações de Marx pensar que no capitalismo dependente, que corresponde a um nível de abstração menor que o modo de produção capitalista, as leis tendenciais deste assumam formas específicas.

Estudos Brasileiros (ISEB) empregara a noção de subimperialismo ao expor uma “defesa da indústria nacional autêntica”:

Um dos aspectos originais com que atualmente se apresenta a nova política de dominação consiste em favorecer o desenvolvimento industrial de um dentre os países, aquele que melhores perspectivas oferece para essa expansão, a fim de utilizá-lo como instrumento de domínio sobre outras áreas, que, por motivos econômicos ligados à alta posição do dominador, este já não pode explorar diretamente. O mundo periférico está entrando na fase em que se vê ameaçado de assistir ao surgimento de um imperialismo subsidiário. É o momento em que o centro dominante principia a perder os meios de que se valia para exercer o poder direto sobre regiões atrasadas tradicionalmente espoliadas, e se acha compelido a subestabelecer, na pessoa de outro país, um procurador, para efeito de prosseguir, agora de maneira indireta, a velha e sempre proveitosa exploração. A nação capitalista altamente industrializada encontra-se a braços com contradições que lhe dificultam a marcha habitual: o crescente desemprego operário, a obsolescência de máquinas válidas, a automatização, a produção militar socialmente sem consumo etc. Chega o momento em que lhe convém estabelecer uma sucursal no mundo periférico, criar um satélite industrial, ao qual procurará ajudar por todos os meios, a fim de que se desenvolva, desde que o faça utilizando-se das máquinas e técnicas superadas do centro dominador. Trata-se, para este, de tomar a seu cargo um país atrasado e fazê-lo repetir a fase de desenvolvimento pela qual já passou o centro, deste modo renovando benefícios que diretamente não pode mais obter (Pinto, 1960).⁶

Na sequência, Vieira Pinto sustenta que o processo no qual o imperialismo vem a “tomar a seu cargo um país atrasado”

engendra o subimperialismo, ao fazer o país subdesenvolvido desenvolver-se sob a sua proteção, reeditando para ele fases do processo que foram as suas próprias, mas que a sua atual estrutura não mais admite. Com efeito, o grande país capitalista vê-se em inferioridade de condições para enfrentar a concorrência comercial de outros países capitalistas, altamente desenvolvidos porém menores que ele, e capazes de apossar-se mais facilmente dos mercados das áreas subdesenvolvidas, graças aos menores custos de produção das suas mercadorias. Em tal caso, teria de sucumbir ao gigantismo da sua estatura, impedido de entrar em concorrência vitoriosa com outros rivais, mais fracos em escala absoluta de progresso, porém mais adaptados, pela sua relativa inferioridade, para ocupar o espaço econômico dos países totalmente subdesenvolvidos. Nessa conjuntura o grande país hegemônico passa a adotar

⁶ Esta idéia foi retomada por Marini em *Interdependencia brasileña y integración imperialista* (MARINI, 1965b), quando destaca o movimento de exportação de capitais do pós-II Guerra, gerado pela sobreacumulação de capitais excedentes na economia dominante, relacionada à obsolescência tecnológica e ao superaquecimento da economia norte-americana. As semelhanças encontradas permitem conjecturar que Marini tenha extraído de Vieira Pinto o *insight* que o levou a formular a tese do subimperialismo. Essa hipótese torna-se plausível considerando também que o estudo do pensamento do ISEB, através de Guerreiro Ramos, foi um elemento de importância na formação intelectual de Marini. A título de exemplo, registramos que em um trecho de outro trabalho (MARINI, 1966), nosso autor utilizou como referência outro isebriano, Wanderley Guilherme, citando a edição de 1963 de sua *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Se este trabalho passou pelo seu escrutínio, não é demais pensar que o clássico de Vieira Pinto, de 1960, tenha sido outra obra do grupo do ISEB que passou por suas mãos. De qualquer forma, como veremos, o sentido que Marini conferiu ao termo subimperialismo é próprio e distingue-se de todos os outros usos do vocábulo com fins analíticos. Sobre a relação entre Guerreiro Ramos e Marini, cf. o relato deste em sua *Memória* (MARINI, 2005).

nova política imperialista. *Como perdeu a capacidade de produzir em condições que um país dominado ainda consegue aproveitar, não pode mais ter o tipo de lucro que o menor ainda obtém. Procurará então fazer com que este trabalhe para ele, transferindo-lhe, ao final, os lucros que o seu enorme desenvolvimento já não lhe permite arrecadar diretamente.* Vale-se para isso do natural desejo de desenvolvimento existente no país atrasado, o qual muito se regozija em verificar que está crescendo aceleradamente (Pinto, 1960, p.)

É interessante notar que Vieira Pinto empregara o vocábulo subimperialismo para representar algumas das dimensões presentes na acepção que a categoria ganharia em Marini. Porém, em Vieira Pinto, não ficam estabelecidas as contradições próprias da economia dependente que estão entre as causas do fenômeno subimperialista. De qualquer maneira, não importa quem primeiro usou o termo subimperialismo como categoria analítica. "A História dos Conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras possam ser as mesmas" (KOSELLECK, 2006).

Desta feita, com o que vimos até aqui, sabemos que o subimperialismo, em Marini, é produto histórico das contradições provocadas no capitalismo brasileiro, como consequência da nova fase da divisão internacional do trabalho, marcada pela diferenciação interna da burguesia e pela lógica de cooperação antagônica e o impasse político que resultou do amálgama de todos esses fatores, no curso da crise de realização irrompida nos anos 60, que refletia as leis próprias da economia dependente, em particular as contradições verificadas no ciclo do capital.

Com efeito, no processo de industrialização sob relações de dependência, o desenvolvimento da indústria pesada, puxada pela produção de bens de capital e bens de consumo suntuário, agudizou a cisão entre a esfera baixa e a esfera alta do consumo que caracteriza os países dependentes. Essa contradição fez com que eclodisse, no Brasil, em começos da década de 1960, "uma crise de realização que colocava a necessidade de abrir mercados para a produção de bens duráveis (de consumo e de capital) (...)" (MARINI, 1974, p. 191).

Segundo Ouriques (1996), "é a polêmica sobre a existência ou não de problemas de realização na economia brasileira e a solução permitida pelo golpe de Estado de 64 [o que] permite a Marini estabelecer o conceito de subimperialismo". Para Marini, o eixo do

subimperialismo está constituído pelo problema do mercado. Na sua interpretação, a crise dos 60 apresentara a impossibilidade de a indústria de bens duráveis seguir o curso de um desenvolvimento ascendente se fossem mantidos os mesmos limites da estrutura do mercado interno, determinados pela superexploração do trabalho.

Esta crise, que estivera operando nos bastidores do terreno mais perceptível das lutas políticas do período 1961-64, teve como consequência o golpe de 1964 – um golpe distinto dos anteriores na experiência histórica brasileira.

Em 1964, a situação é diferente: a elite militar que encabeça o golpe não só intervém na luta de classes, mas também apresenta todo um esquema econômico-político, o qual consagra definitivamente a fusão de interesses entre ela e o grande capital. Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente *ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro* (MARINI, 1974, 191-2).

1.2 O esquema tripartite de realização do subimperialismo

Segundo nosso autor, governos anteriores, especialmente o governo Goulart, haviam tentado dinamizar o mercado interno no Brasil com políticas de redistribuição da renda. Aquelas tentativas acabaram conduzindo ao acirramento das contradições de classe e, finalmente, a um impasse, que levaria ao advento da etapa subimperialista. É por isso que, de acordo com Marini, o subimperialismo é resultado de um esquema organizado em torno de elementos gestados para contrarrestar esta crise:

[...] atendendo sempre aos interesses do grande capital, o novo regime coloca uma solução distinta a essa crise, que se baseia em dois elementos: em primeiro lugar, a exportação de manufaturados, tanto de bens de consumo duráveis como não duráveis, sendo conveniente assinalar que a exportação desses últimos compreende a elevação do nível tecnológico das empresas, o que implica maiores possibilidades de absorção de bens de capital; em segundo lugar, o aumento da capacidade de compra do Estado, mediante uma ativa política de desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, de eletrificação e reequipamento das forças armadas - tudo isso acarretando uma expansão do mercado para os bens de capital (MARINI, 1974, p. 193).

Posteriormente, Marini virá agregar um terceiro elemento aos apontados originalmente:

Na perspectiva do esquema subimperialista, o que surge assim é a terceira pata na qual ele se apoia: "a sociedade de consumo" à moda da casa, criada mediante a transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que

se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas (MARINI, 1974, p. 197).

Essa combinação dos três elementos elencados por Marini, ou seja, do mercado externo, com o Estado e o consumo suntuário/redistribuição regressiva da renda recebeu o nome de *esquema de realização do subimperialismo*. Tal esquema deve ser entendido como uma *válvula de escape*⁷, que cumpriu a função de restaurar a unidade entre a produção e a realização do valor. Se a perspectiva da crise punha em risco a continuidade do ciclo do capital, o *esquema de realização do subimperialismo* permite restabelecer a unidade entre produção e circulação e, por conseguinte, a realização da mais-valia extraída dos trabalhadores.

Assim, revisando os dados disponíveis sobre a economia brasileira dos anos 1960 e 1970, observamos que foi isso o que aconteceu com um ramo como o de calçados, que buscava no exterior os mercados que não encontrava no Brasil; o mesmo ocorrendo com a indústria automobilística, que entre 74 e 77 obteve mais de 57% de seu crescimento devido às vendas externas, no contexto do esgotamento do “milagre” econômico que havia financiado o consumo suntuário das camadas médias e altas entre 68-73.

Desta forma, utilizando esse expediente como válvula de escape de seus produtos, a indústria brasileira pôde realizar o valor de sua produção encontrando uma saída no comércio exterior e na esfera alta do consumo. Foi graças também aos subsídios estatais que a produção de bens de luxo seguiu uma dinâmica expansiva. Atuando como contratendência⁸ aos problemas de realização do capital, o esquema de realização do subimperialismo reafirmou os ramos da produção voltados à esfera alta do consumo como o setor dinâmico da economia ("a monopolização extrema em favor da indústria suntuária"), reforçando a transferência intersetorial de mais-valia para ele.⁹

Agora, porque Marini escolheu o termo *subimperialismo* e não simplesmente *contratendências aos problemas de realização do capital* para definir a dinâmica que se

⁷ A expressão é de Marini.

⁸ Por contratendências, entende-se aqui um conjunto de fatores que cumprem a função de contra-restar as contradições no ciclo do capital, a fim de restaurar a unidade entre as condições de produção e de realização do valor. Nesse mesmo sentido, Carcanholo (1996, Cap.1) define contratendências como os fatores que exercem força contrária à lei tendencial da queda da taxa de lucro e que foram analisados por Marx no capítulo XIV do livro III de *O Capital*.

⁹ O subsetor IIb dos esquemas de reprodução de Marx.

instaurou na sequência da crise econômica brasileira dos 60? A resposta está em que o fenômeno que ocupou sua atenção apresentava diversas dimensões – sendo o esquema tripartite de realização de mercadorias apenas uma delas, ainda que a decisiva – e emergia como uma nova realidade que ainda não fora estudada entre os autores marxistas.

1.3 As dimensões do subimperialismo

Entre essas dimensões, uma *primeira*, já mencionada anteriormente, é o surgimento de *subcentros econômicos da acumulação mundial*, que passaram a se distinguir do restante dos países subdesenvolvidos por terem atingido um grau médio na composição orgânica nacional do capital. O advento desses mesmos subcentros fora resultado da nova divisão internacional do trabalho levada a cabo no pós-II Guerra, sob o impulso do movimento de exportação de capitais na forma de investimento externo direto, que transferia para o parque industrial dos novos subcentros econômicos as atividades da produção que já haviam sido ultrapassadas pelo avanço da fronteira tecnológica nas economias dominantes.

A industrialização das economias latino-americanas, que havia se beneficiado da conjuntura marcada pelos dois conflitos bélicos mundiais e pela Grande Depressão¹⁰, atingia, assim, a fase da indústria pesada, fazendo-se notar pelo aumento da participação industrial no produto interno dos países dependentes.

O crescimento da importância da produção industrial deu origem a um processo de diferenciação interna da burguesia, uma transformação que trouxe à tona uma série de novas contradições:

- entre os industriais e os grupos latifundiários exportadores, com disputas sobre o câmbio: moeda valorizada para importar maquinaria, ou desvalorizada para tornar as exportações agrícolas mais baratas;

¹⁰ Esta ideia não deve ser confundida com a perspectiva que recebeu o nome de teoria dos choques adversos no debate sobre a industrialização brasileira. Uma coisa é sustentar que a industrialização mediante substituição de importações teve como *sua origem* a conjuntura das duas guerras mundiais e da crise de 1929; outra é dizer que aquelas circunstâncias internacionais favoreceram o processo de industrialização que lhe era anterior e que fora impulsionado por capitais oriundos da economia cafeeira, na qual o comércio de importação e exportação cumpria um papel fundamental.

- entre a indústria e a agricultura doméstica - quanto à distribuição da massa de crédito;
- entre os grandes proprietários de terras e o campesinato, quanto à questão da reforma agrária e o tratamento conferido aos conflitos no campo - problema que tinha uma conexão com a necessidade tida pelos governos populistas para criar um mercado de consumo de massas no país;
- entre os empresários e a classe trabalhadora e também a pequena burguesia, em torno da taxa de mais-valia;
- entre a economia subdesenvolvida e a economia dominante, no que se refere à transferência de valor para o exterior, seja mediante a drenagem de excedentes via pagamento de juros e remessas de lucros, royalties e dividendos, seja mediante a penetração do capital estrangeiro no controle do mercado doméstico (MARINI, 1965b).

A dinâmica desse conjunto de contradições assumiu uma lógica de *cooperação antagônica*, a qual consiste na *segunda dimensão* do subimperialismo. Cunhado pelo marxista alemão August Thalheimer, o conceito de cooperação antagônica foi utilizado, originalmente, para expressar a relação de unidade e contradição entre as burguesias imperialistas no contexto do pós-II Guerra. Marini ampliou o uso desta categoria, para caracterizar a dinâmica contraditória que se dava tanto no terreno das relações entre as frações da burguesia dependente, como entre a economia dependente e o imperialismo¹¹.

O movimento contraditório do capitalismo brasileiro, regido pela cooperação antagônica, chegou a um ponto onde se interpôs um impasse, trazendo um dilema entre a ruptura ou a integração. Esse processo teve que ver com a crise econômica dos anos 60, cuja resposta foi o golpe de 64 e a ativação do esquema de realização do subimperialismo.

Este esquema de realização corresponde a uma ideia formulada ao nível de abstração do ciclo do capital, ou seja, da relação entre produção e realização do valor. A cooperação antagônica teria engendrado, como contraparte no plano das relações internacionais, o

¹¹ O conceito de cooperação antagônica será analisado no Capítulo *Subdesarrollo y revolución e a gênese do subimperialismo*, nesta tese.

expansionismo político e econômico que ganhou força com o regime tecnocrático-militar¹² implantado em 64. Lançando mão de uma *política de hegemonia regional* que procurou conquistar uma esfera de influência própria para o capitalismo brasileiro na América do Sul e na África Austral, constitui-se, então, a *terceira dimensão* do subimperialismo. É diante disso tudo que Marini estabeleceu o conceito de subimperialismo para englobar e descrever a articulação desses processos articulados entre si.

Ao mesmo tempo, é perceptível em Marini que essa nova categoria foi cunhada não apenas para emprestar significado à sua interpretação do processo histórico brasileiro. É assim que em outra de suas análises ele argumenta que

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas também se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo a escala internacional (Marini, 1977a).

Este trecho pode ser considerado como aquele, entre todos seus escritos, onde mais se destaca a preocupação de enunciar as variáveis do subimperialismo, a fim de contribuir para uma teorização mais ampla sobre o fenômeno em questão. Essa conclusão encontra-se amparada pela referência que ele faz a outros países:

Colocado nesses termos, nos parece que, independentemente dos esforços de Argentina e outros países para ascender a um patamar (*rango*) subimperialista, somente Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno dessa natureza (MARINI, 1977a).

Em seguida, Marini busca estabelecer um indicador que torne operacional a dimensão *subcentros econômicos de acumulação mundial*. Nesse sentido, estabelece a variável *composição orgânica média*, buscando instrumentalizá-la¹³. Elegendo como parâmetro o

¹² Marini refere-se numerosas vezes à ditadura militar como regime tecnocrático-militar, enfatizando o papel cumprido pela intelectualidade burguesa e os administradores do capital junto à elite militar na direção do Estado de contrainsurgência na experiência histórica brasileira, assim como nos demais países da região. Para um excelente trabalho sobre o tema do terror de Estado na América Latina, cf. a tese de Padrós (2005).

¹³ Marini relacionou a ideia da composição orgânica média nacional do capital com a presença de certo grau de operação do capital financeiro e de monopolização da economia pelos grandes grupos econômicos. Tanto um quanto outro desses termos (composição orgânica média e etapa dos monopólios e do capital financeiro) são referidos como expressão da dimensão econômica do subimperialismo. Voltaremos a tratar dessa questão mais a seguir.

coeficiente manufatureiro no PIB, Marini estipulou como graus médios de composição orgânica aqueles países com uma produção manufatureira igual ou superior a 25% de seu produto interno. Examinando dados da UNCTAD, verificou que poucos países subdesenvolvidos apresentavam economias dentro daquele índice. E que, entre elas, apenas um seleto grupo apresentava tendências expansionistas.

O que faria um país medianamente industrializado descolar-se de seus consortes e projetar-se como subimperialista? Marini nomeou essa segunda condição necessária para o subimperialismo como *política expansionista relativamente autônoma*, como visto na citação anterior. É preciso deter-se mais nas considerações dessa variável.

No seu primeiro artigo em que empregou o termo subimperialismo, Marini atribuiu dois significados ao tipo de expansionismo inaugurado por aquele fenômeno. Um deles é a perseguição do objetivo da hegemonia regional. O outro é a busca de uma autonomia relativa frente ao imperialismo dominante, expressa na categoria da cooperação antagônica. Ambos cumprem a função de assegurar condições mais favoráveis para a reprodução do capital da burguesia dos países subdesenvolvidos – no caso em exame, a burguesia brasileira – dentro de sua dependência. Assim, em *Interdependencia brasileña y integración imperialista*, Marini fez menção à doutrina da *barganha leal* do general Golbery do Couto e Silva como síntese de uma política que visava à conquista de uma esfera de influência própria para o Brasil na América do Sul e na África Austral. Em resumo: uma hegemonia regional do capitalismo brasileiro. É a partir daí que se explica que o Brasil, mas não a Argentina, tenha ascendido à condição subimperialista na América do Sul¹⁴.

Com isso, parece-nos seguro afirmar que quando Marini falava em política expansionista relativamente autônoma, ele estava falando simultaneamente da cooperação antagônica com o imperialismo dominante e de uma política de hegemonia regional.

Se Marini identificava como fatores do subimperialismo uma composição orgânica média, por vezes também referida como o processo de monopolização e de operação do capital financeiro em uma economia dependente; e o exercício de uma política expansionista

¹⁴ Como veremos, uma das dimensões necessárias para a concretização histórica do subimperialismo é o status de poder hegemônico no âmbito de um subsistema regional de poder.

relativamente autônoma (a combinação da lógica da cooperação antagônica com uma política de hegemonia regional), chama atenção, por outro lado, que ele não tenha incluído a ideia do esquema tripartite de realização do capital no momento de enunciar as variáveis de sua categoria de análise no artigo *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Esta opção pode ter sido motivada pelo caráter fundante que os problemas de realização assumiam, no seu pensamento, como contradição engendrada no desenvolvimento dependente, a partir da chegada a um grau médio da composição orgânica do capital na escala dos aparatos produtivos nacionais.

Entretanto, fica notório em outros escritos o papel decisivo da ideia do esquema tripartite de realização do capital na definição do conceito de subimperialismo. Essa caracterização obteve maior destaque em *Dialética da Dependência* (1973) e nos artigos *Estado y crisis en Brasil* (1977b), *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979a) e na resposta formulada na polêmica com Cardoso e Serra (1978), autores estes que negavam a existência de problemas de realização na economia brasileira.

1.4 Rumo a uma teoria do subimperialismo

Diante do exposto até aqui, há quatro razões que justificam a pesquisa sobre a questão do subimperialismo, a partir da obra de Marini.

Primeiro, porque sua problemática foi discutida em diferentes escritos, de forma descontínua – como dissemos –, sem que Marini deixasse um texto conclusivo sobre sua investigação do subimperialismo. Por conseguinte, realizar uma história conceitual da categoria subimperialismo em Marini pode constituir o passo inicial em direção à explicitação do fenômeno tal como concebido pelo autor.

Em segundo lugar, o debate em torno do conceito de subimperialismo é marcado por não poucos equívocos interpretativos que resultam, em parte, da lacuna deixada por Marini – e reconhecida por ele próprio – no aprofundamento do nexos categorial que envolve as determinações econômicas do fenômeno subimperialista. A partir daí se explicaria, por exemplo, que "ele [o conceito de subimperialismo] continuasse sendo confundido com o de

satélite privilegiado” (MARINI, 2005, p. 116-7).¹⁵ Explicitar a malha categorial que tem por vértice o conceito de subimperialismo, especialmente na questão da produção e realização do valor, poderá contribuir para desfazer esse tipo de equívocos e, ao mesmo tempo, aparar as arestas de modo a permitir a utilização correta do conceito de Marini, naquilo que ele oferece de mais fecundo para a crítica marxista, a saber: permitir a análise da política exterior sem prescindir de suas determinações econômicas e de classe (MARINI, 2005, p. 116-7).

Encontramos um terceiro fator relevante que justifica esta investigação. O vocábulo subimperialismo vem sendo crescentemente empregado no exame de diferentes contextos da atualidade – algumas vezes sem nenhum rigor¹⁶, em outras de maneira séria e comprometida com a crítica ao regime de opressão do capital, porém sem levar em consideração as dimensões necessárias que motivaram a gênese de uma nova categoria em Marini, com o que o conceito carece de seu sentido forte¹⁷. Ao mesmo tempo, a proposição de autores renomados indicando a convergência e, finalmente, a fusão entre a TMD e a perspectiva do sistema-mundo – na qual os conceitos de semiperiferia e subimperialismo seriam equivalentes ou intercambiáveis – induz ao ocultamento de contradições que Marini tanto insistira em caracterizar e que só podem ser desveladas mediante o nível de abstração presente na TMD – o que é metodologicamente impraticável sob a análise do sistema-mundo¹⁸. Isto aumenta a necessidade de um estudo do subimperialismo amparado nas formulações de Marini.

¹⁵ O conceito de satélite privilegiado foi empregado por Vivián Trías (1967) e Paulo Schilling (1981) para a análise do expansionismo brasileiro, a partir de uma visão geopolítica, que difere significativamente do conceito de subimperialismo tal como desenvolvido por Marini, não obstante a proposição dos autores sobre sua equivalência.

¹⁶ A título de ilustração, mencionamos o uso recente do termo subimperialismo pelo diretor da *Escuela Venezolana de Estudios Internacionales* da *Universidad Central de Venezuela*, que classificou a política externa do governo de Hugo Chávez junto ao Mercosul como subimperialista – caracterização que é apropriada para o Brasil em relação aos sócios do bloco, mas não para a postura venezuelana. Há muitos elementos do governo Chávez que merecem análise crítica. Porém, não através do conceito de subimperialismo, até porque uma adesão da Venezuela ao bloco implicaria maior especialização de sua economia no padrão de reprodução rentístico-petrolero. Cf. a pesquisa em andamento de Carla Ferreira (tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS).

¹⁷ Um exemplo desta última perspectiva na atualidade são os trabalhos de Bond (2004; 2005) sobre o subimperialismo da África do Sul.

¹⁸ A análise do sistema-mundo, por não ter o conceito de mais-valia como categoria central, apresenta limitações no alcance de sua crítica às relações sociais de dominação a nível sistêmico. Mészáros (2002) identificou numerosas passagens da obra de Wallerstein onde o principal representante da abordagem do sistema-mundo refere-se aos capitalistas como os “produtores”. Sem penetrar no âmago das condições da produção e realização do valor, como faz a TMD, a análise do sistema-mundo traz como consequência, muitas vezes, que seu horizonte não vá além da defesa de uma ordem multipolar.

Conjugada a este objetivo, situa-se a quarta razão que preside a elaboração desta tese. Conforme colocamos anteriormente, o subimperialismo implica um esquema singular de realização do capital-mercadoria cuja lógica cumpre a função de deslocar certas contradições intrínsecas ao desenvolvimento dependente. Este foi o significado econômico do subimperialismo, registrado por Marini quando o relacionou aos problemas de realização verificados no ciclo do capital da economia dependente – esta sendo uma questão nevrálgica em seu programa de estudos sobre as leis de funcionamento do capitalismo latino-americano. Em escritos da década de 1980, Marini deixou lançada a ideia que a nosso juízo consiste da moldura analítica necessária para aprofundar a teorização sobre o subimperialismo, quando formulou a noção de padrão de reprodução do capital (Marini, 1982). Contudo, esta contribuição permaneceu inexplorada, pelo menos no que diz respeito ao estudo da temática que nos interessa. Com isso, pensamos que retomar o estudo do subimperialismo, concebendo-o como uma forma possível de manifestação do padrão de reprodução do capital, pode vir a se confirmar como o “elo perdido” da teoria do subimperialismo.

Partindo do exposto até aqui, nossa investigação consiste dos seguintes objetivos gerais: estudar a história da categoria de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini, enfocando tanto o conjunto de seus escritos como outras fontes que se revelem úteis para reconstruir os passos que levaram até a sua formulação; examinar a questão do subimperialismo na sua dupla dimensão de fenômeno histórico e de categoria de análise; contribuir para a elaboração de uma teoria marxista sobre o fenômeno do subimperialismo.

E, entre os objetivos específicos, destacamos: relacionar o conceito de subimperialismo com outras categorias desenvolvidas por Marini, como superexploração do trabalho, intercâmbio desigual e cooperação antagônica; analisar os fatores que levaram ao surgimento do fenômeno do subimperialismo na história do capitalismo brasileiro; discutir a hipótese do subimperialismo como uma forma possível que o padrão de reprodução do capital pode assumir na América Latina e nas economias dependentes como um todo; aprofundar a análise do subimperialismo brasileiro no período 1964-80 que ocupou a atenção de Marini; contribuir para o estudo das principais teses formuladas por Marini, a fim de facilitar futuras investigações sobre sua obra.

Temos, com isso, a intenção de resgatar o conjunto de formulações que Marini desenvolveu e avançar na explicitação das principais linhas que deverão conformar uma teoria do subimperialismo, cuja capacidade explicativa seja delimitada com a maior precisão possível, a fim de permitir a utilização do conceito para outras formações histórico-sociais, além da experiência brasileira que consagrou o conceito de subimperialismo na análise de Marini. Tendo isto em vista, chegou o momento de apresentarmos as hipóteses que conduzirão esta pesquisa.

A primeira e mais importante delas reside na proposição de que existe, na obra de Ruy Mauro Marini, o esboço de uma teoria do subimperialismo, cujos fundamentos encontram-se delineados em várias partes, distribuídas ao longo de seus escritos, as quais podem ser reunidas numa mesma unidade de significado com auxílio da metodologia da leitura imanente e da História dos Conceitos.

Uma vez que toda teoria, para ser digna de seu nome, deve – partindo da observação das formas de manifestação – descobrir o conteúdo do fenômeno e explicar suas causas e (CARCANHOLO, 1996), comprovaremos a existência do esboço de uma teoria do subimperialismo em Marini se formos capazes de sustentar que ele cumpriu consistentemente os três requisitos, ainda que de maneira incipiente.

A condição de esboço implica, por sua vez, identificar algum nexos que tenha restado por desenvolver e procurar colocá-lo corretamente, isto é, de modo coerente no conjunto de proposições que formam um corpo teórico unitário no pensamento de quem as elaborou. Pensamos que esse nexos seja a noção de padrão de reprodução do capital. Com isso, nossa segunda hipótese consiste na afirmação de que a moldura conceitual que permite fazer avançar a teorização sobre o subimperialismo é sua compreensão como uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir.

Coube a Jaime Osorio aprofundar as ideias lançadas por Marini e estabelecer as linhas definitivas que consubstanciam um programa de pesquisa baseado no estudo do padrão de reprodução do capital. De acordo como Osorio, a noção de padrão de reprodução do capital, ao romper com a fragmentação que predomina nas análises econômicas e das Ciências Sociais em geral, “permite romper essa tendência e alcançar uma visão integradora da realidade societal” (OSORIO, 2004, p.33). Isto porque tal noção permite

enfrentar com êxito o problema da integração da valorização e das formas materiais que esta assume, ao encarnar-se em determinados valores de uso.

Além disso, a noção de padrão de reprodução do capital permite estudar a reprodução do capital no tempo e no espaço, interrogando como se reproduz o capital em tempos históricos e contextos geoespaciais determinados (espaços econômico-geográficos e sociais determinados, sejam regiões ou formações econômico-sociais). Dessa maneira, a categoria em questão propicia ao investigador estabelecer mediações entre os níveis mais gerais de análise e níveis menos abstratos ou histórico-concretos, expressando as distinções de como o capital se reproduz em um sistema mundial diferenciado.

Em outras palavras, com a noção de padrão de reprodução do capital podemos historicizar o movimento da economia à luz das modalidades que a reprodução assume em diferentes momentos históricos.¹⁹ Logo se compreenderá porque essa é uma abordagem decisiva para aprofundarmos o conhecimento sobre a questão do subimperialismo, ao estabelecer a mediação entre os níveis de análise da política exterior e do ciclo do capital, fazendo jus ao chamado de Marini a que estudemos as relações internacionais sem descuidar de suas determinações econômicas e de classe.

Em suma, a noção de padrão de reprodução do capital consubstancia-se em torno, ao menos, de três atributos relacionados ao movimento do capital. Para que o capital registre um padrão, seu movimento deve: (a) apresentar certa regularidade no tempo; (b) assumir determinada configuração espacial; e – um elemento fundamental para nossa discussão – (c) estabelecer uma mediação importante com a tendência de o capitalismo produzir crises periódicas, sendo a origem e o esgotamento de um padrão de reprodução o que divide temporalmente períodos expansivos de outros de contração da acumulação.

Sempre de acordo com Osorio, a característica da regularidade encontra-se expressa na ideia segundo a qual “para que a reprodução do capital gere um padrão é necessário que reproduza certas pautas por algum tempo, isto é, que sua passagem pelas esferas da produção e da circulação deixe marcas à base de repetições”.²⁰ Já a dimensão geoespacial é salientada na afirmação de que “cada padrão de reprodução do capital apresenta

¹⁹ *Id., ibid.*, p. 34 et seq.

²⁰ *Id., ibid.*, p. 56.

especificidades quanto ao uso que realiza do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige”.²¹ Quanto ao vínculo entre o padrão de reprodução do capital e a teoria das crises, Osorio sustenta que

As crises [...] podem propiciar o esgotamento de um padrão de reprodução, com o qual se criam condições para o surgimento de um novo [padrão] – período que pode ser precedido por uma etapa de transição, onde o antigo não termina de morrer ou de subordinar-se e o novo não termina de se impor e prevalecer. Quando um novo padrão prevalece, o que temos é que o capital encontrou novas condições para se reproduzir, provocando mudanças nos setores ou ramos que desempenharão a função (*fungirán*) de eixos da acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção, nos agentes que investirão, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital (OSORIO, 2005).

Partindo dessa formulação de Osorio, pretendemos colocar em discussão o argumento de nossa hipótese de que o subimperialismo, ao reativar a dinâmica do capital na conjunção de fatores descritos por seus nexos categoriais, articula-se como um padrão específico de reprodução do capital, conferindo-lhe forma subimperialista. Em outras palavras, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização são a síntese da lógica subimperialista, cujos traços característicos cumprem uma função no sentido de assegurar a reprodução do capital em escala ampliada.

Tendo esta definição por base, buscaremos demonstrar empiricamente como a conjunção de fatores do subimperialismo, especialmente seu esquema de realização de mercadorias, permite que o capital se reproduza em escala ampliada, a despeito das condições de dependência e dos problemas no ciclo do capital dali derivados (que conferem forma particular às crises periódicas).

Desta feita, buscaremos sustentar que em Marini podem ser encontrados os fundamentos para uma teoria do subimperialismo, através da conexão entre as categorias: *dependência, superexploração do trabalho, cooperação antagônica, composição orgânica média do capital/operação do capital financeiro e dos monopólios na economia dependente, esquema tripartite de realização do capital, hegemonia regional e padrão de reprodução do capital*. Enquanto as duas primeiras são as categorias elementares que se encontram na base de toda reflexão no âmbito da TMD, a noção de padrão de reprodução do capital

²¹ *Id., ibid*, p. 60.

corresponde ao nível de abstração ao qual se vinculam as variáveis específicas do subimperialismo, as quais se encontram entre ambos os marcos. São quatro, portanto, as variáveis próprias ao fenômeno subimperialista.

A fim de dar conta desse conjunto de conceitos de forma articulada, através da exegese do texto de Marini, seguiremos os ensinamentos da História Conceitual, de Koselleck, e as contribuições da leitura imanente que vem sendo utilizada por autores marxistas, sobretudo da tradição luckacsiana.

Para Koselleck, o objeto da História dos Conceitos (HC) – “coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização”. Entende ele que

todo conceito é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Indikator). Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno lingüístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua [...] um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender [...].

Para pesquisar o surgimento de novos conceitos oriundos de teorização, Koselleck estabelece como método preliminar o critério da seleção, que podemos entender também como o da definição da escala de análise:

A História dos Conceitos pode ser pensada a partir de um procedimento metodológico que poderíamos chamar de Seleção (Ausgrenzung) daquilo que diz respeito a um conceito daquilo que não diz respeito, o que pode vir a ser realizado, em grande parte, pela análise mesma da língua [...] Poder-se-ia aclarar esta discussão através da utilização da metáfora do fotógrafo. Para tirar uma fotografia posso ajustar minha máquina de acordo com a distância do objeto a ser fotografado: a perspectiva (se de mais perto ou de mais longe) vai me obrigar a um foco diferente. Assim, tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quanto poderei proceder metodologicamente expandindo minha análise ao conjunto da língua (Koselleck, 1992).

Escolhido o nível de análise, procede-se à busca da semântica histórica. Conforme Koselleck, as palavras podem ser as mesmas, mas corresponder a novos conceitos. Os exemplos utilizados pelo historiador alemão pertencem à escala de análise do conjunto da língua, mas como argumenta o autor, o pesquisador também pode focar-se em textos comparáveis concernentes a universos variados. Com base nessa indicação, procuraremos

adaptar seu método para o estudo da obra de Marini e de seus conceitos, pensando no lugar específico que ocupam no interior da tradição marxista.

A Seleção (*Ausgrenzung*) pode já ser constatada na definição das variáveis do subimperialismo que apresentamos nesta Introdução. Esta *démarche* de Koselleck será útil novamente quando, no Capítulo 5, conferirmos maior precisão à categoria de subimperialismo, enfatizando aquilo “que não diz respeito” à categoria de análise cunhada por Marini.

Além dessa contribuição metodológica da História dos Conceitos, nos apoiaremos no método da leitura imanente, tal como a concebe Sérgio Lessa:

Os passos mais freqüentes da leitura imanente são: 1) inicia-se pela decomposição do texto em suas unidades significativas mais elementares, isto é, por decompô-lo em suas idéias, conceitos, categorias mais elementares. Isto requer o fichamento detalhado, não raramente se detendo nos movimentos significativos de cada parágrafo ou mesmo frase; 2) a partir destes elementos, busca-se a trama que os articula numa teoria, tese ou hipótese no sentido mais palmar do termo, reconstruindo o texto em suas dimensões mais íntimas; 3) o próximo passo é investigar seus nódulos decisivos e buscar os pressupostos implícitos, ou as decorrências necessárias, dos mesmos; 4) feito isso, na maioria dos casos (mas não em todos) pode-se passar à construção de hipóteses interpretativas do texto, trazendo assim, pela primeira vez para a análise imanente a finalidade que conduziu à pesquisa daquele texto em especial; 5) a partir deste ponto, várias alternativas podem se apresentar à abordagem imanente, dependendo de cada caso, de cada objeto, de cada investigação. Na quase totalidade dos casos, contudo, se inicia o movimento para fora do texto, buscando nas suas determinações históricas as suas razões contextuais mais profundas; 6) localizado o nexos entre a estrutura interna do texto e seu contexto histórico, abre-se o momento final da abordagem imanente: a elaboração da teoria interpretativa do texto (ou do aspecto, categoria ou conceito em questão) de modo a retirar do texto os elementos teóricos para a elucidação do objeto em exame. (...) Ainda que estes pontos estejam longe de servirem de um modelo universal ou de fórmula fixa, são eles os mais freqüentes procedimentos quando se trata da investigação imanente de um texto. (...) Desnecessário acrescentar que a investigação exegética, estrutural, imanente (como se queira chamar) de um texto, não esgota a interpretação do mesmo. Lukács insistiu seguidas vezes na importância do desvelamento do papel social do texto sob análise: a referência ao solo histórico de sua gênese." (Lessa1, 2006, p. 20-1).

1.5 As fontes da pesquisa

Assim, buscando recolher as orientações da seleção e da leitura imanente, procedemos à análise de quatro conjuntos de fontes. Primeiramente, temos o núcleo principal da obra de Marini, distribuído entre livros e artigos de periódicos, no formato de publicações

impressas e disponíveis também na página eletrônica que reúne seus escritos, albergada pela UNAM (<http://www.marini-escritos.unam.mx>).

Um segundo grupo de documentos compõe-se de uma fase da obra jornalística de Marini e de artigos publicados em periódicos raros que ainda não foram disponibilizados no projeto da página da UNAM. Estas fontes foram obtidas nos acervos de diferentes arquivos históricos. No Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP) e no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ - IFICS/UFRJ), obtivemos os dois e únicos números da revista *Movimento Socialista*, na qual Eric Sachs fez publicar, sob o pseudônimo de Agripino Soares Thomas, o primeiro artigo em que Marini expôs sua visão marxista, acertando contas com o desenvolvimentismo. Através da Biblioteca Nacional, acessamos as colaborações de Marini no jornal O Metropolitano (1960-1). No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Coleção Daniel Aarão Reis Filho (DARF); e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), foi possível reunir jornais e boletins da POLOP, com artigos assinados por Marini e também por Eric Sachs. Várias dessas fontes foram esclarecedoras sobre a gestação das ideias de Marini que viriam à tona no livro *Subdesarrollo y revolución*. Na *Hemeroteca Nacional de México-UNAM*, recuperamos uma série de artigos que Marini redigiu para os jornais mexicanos *Excelsior*, *El Sol de México* e *El Universal*. São análises da conjuntura da década de 1970, ausentes na página eletrônica de seus escritos e que elucidam elementos importantes de sua análise do subimperialismo, no período.

Além do texto de Marini propriamente, serão consultados os trabalhos de autores marxistas que foram utilizados como referência – implícita ou explicitamente, como subsídio à reflexão de nosso autor. Esta bibliografia é composta de títulos de Marx, Lênin, Bukhárin, Rosa Luxemburgo, August Thalheimer, Andre Gunder Frank, entre outros. Também serão examinados os trabalhos de autores com quem Marini travou discussões, como Silva Michelena, Cardoso, Serra e Mantega.

Por fim, serão utilizados dados estatísticos sobre a economia brasileira, abrangendo informações como níveis salariais, taxas de investimento por ramos, taxas de lucro por segmento da indústria, participação do Estado no investimento bruto fixo, mercados de destino das mercadorias produzidas e outras que sejam necessárias para a discussão da

questão do padrão de reprodução do capital. Serão exploradas as fontes de dados utilizadas por Marini e, quando necessário, estas serão complementadas por outras à disposição.

1.6 Plano de capítulos

Esta tese está organizada em quatro capítulos, mais esta Introdução. No Capítulo 2, analisamos as determinações econômicas e sociais que antecederam e estiveram na gênese da etapa subimperialista na história do capitalismo brasileiro. Sua análise privilegia o texto de *Subdesarrollo y revolución*, livro de Marini em que se encontra a maioria dos fundamentos que conferem sentido à discussão sobre o subimperialismo na obra do autor, fornecendo as bases para sua teorização. Neste exame da dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil, especial ênfase é conferida aos fenômenos da diferenciação interna da burguesia, da cooperação antagônica e suas implicações para a crise econômica que irrompeu na cena brasileira de meados dos 60, desembocando no advento do subimperialismo.

O Capítulo 3, *Imperialismo e subimperialismo*, avança na delimitação do que há de específico na ideia de subimperialismo em comparação à de imperialismo. Mediante um balanço da teoria marxista do imperialismo, direcionado ao exame das contribuições que demonstram ter influenciado de alguma maneira as reflexões de Marini, se procede na descrição detalhada do conceito de subimperialismo e na explicitação de suas variáveis.

O Capítulo 4 segue o conteúdo expresso nas variáveis apresentadas nesta Introdução, as quais terão sido aprofundadas no Capítulo 3. Contando já com o desenvolvimento conceitual alcançado até ali, a discussão é voltada para o exame do subimperialismo brasileiro no período compreendido entre 1964-80, contexto estudado por Marini – de modo que a argumentação se apoia na exposição sistemática de suas formulações sobre aquela realidade concreta, complementando-as sempre que necessário com outros dados e colocações.

O Capítulo 5 e final é dedicado ao exame do *debate em torno da categoria de subimperialismo*, tendo em vista o segundo procedimento da Seleção (*Ausgrenzung*), nos termos de Koselleck. Se o habitual é começar um trabalho descrevendo o estado da arte do tema em questão, para nós resultou difícil seguir este cânone. Afinal, o próprio conceito de subimperialismo restou em aberto, em Marini. Por conseguinte, é necessário primeiro reconstituir o conjunto das categorias e suas articulações para compreender a análise do subimperialismo na obra do autor a fim de chegarmos a um critério de referência para, então, nos voltarmos à avaliação das lacunas existentes, das polêmicas travadas em torno da categoria subimperialismo e dos aportes de outros autores entre os quais a abordagem do subimperialismo teve trânsito. É sobre essa base que produziremos nossa síntese rumo a uma teoria marxista do subimperialismo, propondo um conjunto de indicadores válidos para tornar operacionais as variáveis que vertebram o conceito.

2 *SUBDESARROLLO Y REVOLUCIÓN* E A GÊNESE DO SUBIMPERIALISMO

Neste capítulo, concentraremos a atenção no exame dos escritos de Marini entre 1959 e 1969, que têm em comum a preocupação em capturar a essência das contradições econômicas e políticas da história do capitalismo brasileiro do período entre 1930-64, especialmente dos seus quinze anos finais, analisando-as em seu movimento. A importância de reconstituir o percurso de seu pensamento está em colocar em evidência os fundamentos de que se valeu Marini para traçar seu diagnóstico da crise que se instaurou no capitalismo brasileiro nos anos 60 e propor uma teorização sobre o subimperialismo enquanto resposta às contradições do capitalismo dependente, como forma específica de um novo padrão de reprodução do capital²².

Para tanto, nos debruçaremos na análise do livro *Subdesarrollo y revolución* (MARINI, 1974), obra que projetou as ideias de Marini no pensamento marxista latino-americano e que reúne as bases lançadas pelo autor para uma teorização sobre o fenômeno do subimperialismo.

2.1 Estrutura e fundamentos de *Sudesarrollo y revolución*

*Sudesarrollo y revolución*²³ teve sua primeira edição, de 1969, composta de três capítulos. O primeiro corresponde ao ensaio *Subdesarrollo y revolución en América Latina*, redigido em 1967 e publicado no ano seguinte na revista cubana *Tricontinental*.²⁴ O segundo capítulo é uma combinação do texto dos artigos *Contradicciones y conflictos en Brasil contemporáneo*, *Interdependencia brasileña y la integración imperialista* e *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (respectivamente, MARINI, 1965a; 1965b; 1966), sob o mesmo título desde último. Já o terceiro de seus capítulos, *El movimiento revolucionario brasileño*, foi escrito em 1969, tendo se nutrido das discussões que Marini tivera no

²² Inicialmente chamado por Marini de esquema de realização do capital do subimperialismo.

²³ De agora em diante, *SyR*.

²⁴ Embora não exista menção a respeito na *Memória*, a publicação deste artigo é devida provavelmente à solicitação de Aroldo Wall. Jornalista brasileiro, diretor da agência cubana de notícias Prensa Latina, na qual Marini trabalhara como correspondente sob sua direção em 1962, Wall é reputado como responsável por recomendar textos para as principais revistas cubanas impulsionadas com a revolução de 1959, no intuito de divulgar o pensamento revolucionário latino-americano (PONCE SUÁREZ, 2006).

México, onde se encontrava em exílio, com outros ex-presos políticos, em particular Vladimir Palmeira (MARINI, 2005)²⁵.

Em sua quinta edição corrigida e ampliada, de 1974, *SyR* foi acrescido do subcapítulo *Lucha armada y lucha de clases* (acrescentado ao capítulo 3)²⁶; e de um capítulo inteiramente novo, *Hacia la revolución continental*, escrito em finais de 1971 ou princípios de 1972.²⁷ Além destes adendos, a quinta edição de *SyR* trouxe um prefácio que é considerado uma das mais completas apresentações da tese do subimperialismo (MARINI, 2005).

Como será demonstrado, *SyR* possui centralidade para todo aquele que pretenda estudar o subimperialismo brasileiro. Se *Dialética da Dependência* é a obra imprescindível para conhecer o pensamento de Marini (SOTELO VALENCIA, 2002), tendo lançado as bases para a construção da TMD (OURIQUES, 1995; CARCANHOLO, 2009; MARTINS, 2006; OSORIO, 1984 e 1994), *SyR* – com sua explicação das contradições do período 1950-64, a caracterização da crise irrompida nos 60 e a proposição do conceito de subimperialismo para definir a nova etapa adentrada pelo capitalismo brasileiro após o golpe desferido contra o governo Goulart – torna-se trabalho de referência não apenas para a historiografia marxista sobre o período, como também para a formulação de uma teoria marxista do subimperialismo, para além da experiência histórica brasileira.

Podemos afirmar que *SyR* constitui-se de dez teses principais. Enunciemo-las:

I. A origem da indústria no Brasil se deu a partir do sistema semicolonial de exportação, denotando uma complementariedade entre latifúndio e indústria;

II. entre os anos 1930 e 50, essa complementariedade de interesses manteve-se em uma relação de unidade e contradição, no âmbito daquilo que Marini chamou de compromisso político de 37;

²⁵ Palmeira fez parte do grupo de presos políticos trocado pela liberação do embaixador estadunidense Charles Elbrick, que fora sequestrado em operação conjunta de organizações da esquerda armada que resistia à ditadura militar.

²⁶ Escrito em 1971 para a “coletânea organizada por Vania Bambirra e publicada por Prensa Latinoamericana ‘Diez años de insurrección en América Latina’” (MARINI, 2005).

²⁷ *Id., ibid.* Este capítulo contém avanços importantes na formulação sobre o esquema de realização do subimperialismo, que passa a ser examinado a partir da ideia do tripé, com a introdução da terceira variável que é a *sociedade de consumo* (consumo suntuário) mediante a redistribuição regressiva da renda. Santos (2009, p.22) ressaltou a importância da edição italiana de *SyR* (MARINI, 1974b), que incorporou pela primeira vez este novo capítulo. .

III. nos anos 50, as condições que haviam assegurado a complementariedade latifúndio-indústria e, portanto, a estabilidade da coalizão dominante, acabaram ruindo, provocando uma ruptura daquela complementariedade (o que Marini denominou cisão vertical);

IV. à cisão vertical, somou-se a cisão horizontal, quando a radicalização das lutas do movimento operário e camponês agudizaram as contradições que grassavam, em sentido crescente, entre as frações das classes dominantes;

V. as crises políticas dos governos Vargas (1954), Quadros (1961) e Goulart (1964) devem ser compreendidas como tentativas que fracassaram em conciliar diferentes interesses antagônicos, pertencentes tanto às camadas dominantes como dominadas, e cujo insucesso deveu-se aos fatores causadores das cisões vertical e horizontal;

VI. estes fatores foram: a crise no sistema de exportação; a incapacidade da agricultura brasileira para suprir a demanda dos centros urbanos em expansão; e o esgotamento do exército industrial de reserva. A primeira foi consequência da deterioração dos termos de troca²⁸ verificada a partir de 1954 e da escalada da transferência de valor via pagamentos de juros, remessas de lucros, royalties e dividendos; o segundo fator foi oriundo da estrutura agrária do país; e o terceiro dentre eles deveu-se à combinação da modernização tecnológica com a liberação de mão-de-obra no campo, gerando excedentes de força de trabalho que não podiam influir na configuração do exército industrial de reserva, dada a falta de formação profissional dos novos contingentes de trabalhadores para os ramos mais complexos da fase em que a indústria se encontrava, não podendo, portanto, competir com a mão-de-obra empregada;

²⁸ A questão da deterioração dos termos de troca encontra-se presente tanto na abordagem cepalina como no universo das explicações marxistas como uma das causas do subdesenvolvimento, através da formação do mercado mundial. A principal diferença talvez resida em que a primeira enxerga a questão atendo-se à ótica da circulação, enquanto as análises marxistas que incorporam esta ideia situando-a no plano da produção e transferência de valor. Nesse sentido, segundo Paolo Santi, “as relações comerciais, de intercâmbio de mercadorias, evoluíram também elas no período imperialista no sentido de que desempenharam uma função cada vez mais importante na transferência de mais-valia de um país a outro. Se os investimentos estrangeiros nos países dominados não houvessem assumido aquelas características que recordamos e tivessem desempenhado a função de expansão das relações capitalistas que Marx havia previsto e que as leis de uma economia competitiva teriam não só permitido, mas imposto, se teria difundido no mundo um nível médio de produtividade que não haveria permitido a longo prazo o intercâmbio desigual de valor e não teria se verificado essa deterioração dos termos de troca, em prejuízo dos países tecnologicamente atrasados, que representa um instrumento cada vez mais importante e em ação desde os anos precedentes à primeira guerra mundial, para a exploração ulterior dos países dominados” (SANTI, 1973, p.56-7).

VII. enquanto o governo pôde manter o movimento de massas sob controle, a burguesia industrial sustentou-o, esperando contar com seus favores para beneficiá-la no contexto da cooperação antagônica que se desenhara entre ela e a burguesia agrária desde o aparecimento de fissuras na coalizão dominante (cisão vertical) e, principalmente, esperando que o aparato trabalhista contivesse os ânimos do movimento operário;

VIII. quando isto demonstrou-se inviável, ocorre o fracasso do projeto do desenvolvimento capitalista autônomo, e a adesão consciente da burguesia brasileira como sócia menor do imperialismo, endossando o golpe de 1964 e o modelo de desenvolvimento associado implementado pelo regime tecnocrático-militar;

IX. o golpe de 1964, além de ter sido um desdobramento das tensões políticas no Brasil, acabou apresentando uma solução para a crise de realização do capital²⁹ que se acometera sobre a economia brasileira ao início da década, deslocando a contradição produção-consumo mediante o mercado externo, a promoção à demanda estatal e o consumo suntuário. Além disso, a decisão de integrar-se ao capital estrangeiro e de não transformar a estrutura da propriedade fundiária reconciliou as frações burguesas, em nova composição, agora sob o desenvolvimento integrado e associado ao capital estrangeiro;

X. o modelo de acumulação estabelecido pela ditadura inaugurou um fenômeno histórico, o subimperialismo brasileiro, marcado por seu esquema tripartite de realização do capital e por uma relação de cooperação antagônica com o imperialismo hegemônico, aceitando seu domínio no hemisfério, mas buscando uma esfera de influência própria para a expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul e na África Austral. Esta expansão subimperialista torna, objetivamente, mais irmanadas que antes as lutas dos povos latino-americanos contra a opressão do capital, exigindo a articulação da luta antiimperialista travada no continente com a

²⁹ Marx definiu a realização do capital como a transformação da mais-valia em lucro, operada mediante a venda das mercadorias: “As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla” (MARX, 1984, Vol.III, T.1, p.185). Citado também em Acosta Sánchez (1977).

luta da classe trabalhadora brasileira contra o novo modelo de dominação que se lança contra ela.

O esforço para sintetizar o conteúdo de uma obra – ainda mais em se tratando de um estudo sobre vasto período da história brasileira – não é tarefa fácil. Esperamos, porém, com os dez tópicos acima delineados, ter conseguido recompor o plano geral das ideias de SyR, de modo a poder avançar primeiramente na discussão daquelas teses que mais se atêm ao subimperialismo como fenômeno histórico do capitalismo brasileiro; para, em um segundo momento, discorrer sobre sua configuração enquanto categoria de análise, rumo a uma teorização mais ampla.

Antes disso, é mister salientar os debates que atravessam este conjunto de teses e que serviram de motivação à maior parte dos escritos de nosso autor.

2.2 Subdesarrollo y revolución e seus debates

De acordo com o próprio Marini, sua obra insere-se, em *primeiro* lugar, no contexto da geração de intelectuais vinculados ao movimento revolucionário latino-americano que contestaram o monopólio do marxismo pelos PCs³⁰ - e em particular a tese do dualismo estrutural na economia brasileira, que *opunha interesses feudais e capitalistas*, fazendo da revolução brasileira uma tarefa democrático-burguesa. Ao situar o nascimento da teoria da dependência, na segunda metade da década de 60, como em parte consequência da crise do desenvolvimentismo, ele argumenta que a nova corrente de pensamento emergia, sobretudo, como resultado das lutas nas fileiras da esquerda:

Desde os anos vinte, falar de esquerda era falar dos partidos comunistas. Desenvolvendo-se, inicialmente, num quadro de florescimento teórico, que abre perspectivas novas para a compreensão da América Latina, os comunistas estreitam sua visão, sob o impacto da repressão policial e do stalinismo. Nesse contexto, impõem-se as concepções da Terceira Internacional, para quem a América Latina era idêntica à Ásia (a “China do Extremo Ocidente”, segundo o VI Pleno da Internacional Comunista), sendo a ele inteiramente aplicáveis as teses relativas à questão colonial. É nesta perspectiva que os comunistas latino-americanos levantam o lema da revolução democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista; ao mesmo tempo que postulam a exigência de uma burguesia nacional capaz de levá-la a cabo (MARINI, 1992, p.85-6).³¹

³⁰ A esta geração pertenceram – e nela se destacaram – o grupo que editava na argentina a revista *Práxis*; a própria POLOP, no Brasil, e a Liga Comunista, no México (Marini, 1992, p.87).

³¹ Para uma história das relações entre a Terceira Internacional e a América Latina, Cf. Caballero (2002); para um estudo detalhado da crise do movimento comunista sob o stalinismo, uma referência importante é Claudín (1985).

Contra a tese propugnada pelo PCB, do feudalismo na agricultura brasileira, e que considerava o antagonismo nação-imperialismo como a contradição principal³², Marini sustentou a ideia contraposta segundo a qual a origem da indústria no Brasil devera-se ao sistema semicolonial de exportação, existindo, antes que oposição, uma relação de complementariedade latifúndio-indústria no processo de desenvolvimento dependente³³.

Tal complementariedade marcou duas décadas de políticas de substituição de importações – entre a Revolução de 30 e 1950 – período após o qual novos elementos da conjuntura nacional e internacional passaram a impedir a continuidade da coexistência de interesses, sob os mesmos termos, no bloco no poder.³⁴

Em *segundo* lugar, um outro debate que permeia *SyR* se dá com as ideias nacional-desenvolvimentistas de inspiração cepalina. Embora esse debate se faça indiretamente, é o mesmo receituário da CEPAL que Marini caracteriza como inviável ao identificar o mecanismo da superexploração do trabalho como fundamento do capitalismo dependente³⁵. Na concepção desenvolvimentista, o obstáculo ao desenvolvimento da periferia do capitalismo mundial reside no estrangulamento externo provocado pela deterioração dos termos de troca e nos limites postos à ampliação do mercado interno. Para essa tradição do pensamento latino-americano, seria concebível encurtar a distância entre os pólos centro-periferia – rumo à superação do subdesenvolvimento –, mediante a regulação do setor externo da economia através de controles de câmbio e de restrições à

³² A respeito das teses pecebistas, cf. a compilação de documentos publicada em Lech (1980) – especialmente a *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro*, de 1960. Sobre a questão do feudalismo na agricultura brasileira, cf. Sodré (1980), Gorender (1987) e a crítica de Frank (2005).

³³ Em *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (MARINI, 1966), o artigo de Frank (2005), *Agricultura brasileira e mito do feudalismo*, é considerado como “a refutação mais radical da tese do dualismo estrutural”. Isso, evidentemente, não significa que Marini não conferisse importância à questão nacional para a luta anticapitalista em países subdesenvolvidos submetidos ao imperialismo, como os latino-americanos. Seu rechaço voltava-se, sim, era contra a diluição dos antagonismos de classe no interior da nação, tese cujos partidários procuravam sustentar com base na existência de relações feudais no campo, que fariam da burguesia uma classe a se aliar, em prol de uma revolução democrático-burguesa.

³⁴ O conceito de bloco no poder, formulado por Poulantzas no contexto do debate sobre a teoria marxista do Estado, tem por objetivo designar a unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante (BOITO Jr., 2005). Apesar das ressalvas existentes em relação ao estruturalismo de Poulantzas, pensamos que a categoria bloco no poder resulta bastante útil para caracterizar a dinâmica contraditória das frações burguesas no capitalismo brasileiro, estudada por Marini, e possui correspondência com a ideia da diferenciação interna da burguesia.

³⁵ O conceito de superexploração do trabalho foi desenvolvido por Marini em *Dialéctica de la Dependencia* (MARINI, 1973). Contudo, ele já aparece esboçado na primeira edição de *SyR*, com a ideia que lhe atribui a função compensadora de que se vale a burguesia local para fazer frente à parcela de mais-valia apropriada pela burguesia dos países imperialistas (cf. MARINI, 1969, p. 129 et seq.).

remessa de lucros, bem como mediante reformas de base no país, como a reforma agrária, expandindo o mercado consumidor doméstico.

Ora, se no capitalismo dependente a relação capital é regida pelo mecanismo da superexploração da força de trabalho, praticado pela burguesia local³⁶ para compensar a parcela de mais-valia apropriada pela burguesia dos países imperialistas, como vimos; o fim da enorme concentração da propriedade no campo e a concretização de ganhos salariais significativos para os trabalhadores urbanos e rurais implicaria na asfixia da extração de trabalho excedente e, por conseguinte, na crise. Passando à questão do estrangulamento externo, sabe-se, também, que o governo Goulart tentou enfrentá-lo, especialmente em seus meses finais, por meio de medidas como a assinatura do decreto que regulamentava a lei limitando a remessa de lucros para o exterior³⁷. Contudo, com o acirramento das pressões internacionais e das tensões internas, veio o golpe. E a burguesia, quase unânime, referendou o regime implantado pelos militares, optando pelo desenvolvimento industrial associado e dependente. Com isso, Marini caracteriza como uma impossibilidade histórica o projeto cepalino do desenvolvimento capitalista autônomo³⁸.

Cabe frisar que há um entrecruzamento entre o primeiro e o segundo debates que acabamos de expor. Como se pode perceber, em ambos Marini contesta argumentos dualistas: caráter feudal da agricultura *versus* desenvolvimento industrial nacional; desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento; setor externo *versus* setor interno. A resposta categórica refutando-os traduziu-se na fórmula *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, de autoria de Frank, a qual Marini incorporou e aprofundou. Para isso, nosso autor tratou de demonstrar empiricamente que tanto o imperialismo ou inimigo externo (na visão pecebista do dualismo) quanto a deterioração dos termos de troca e o estrangulamento externo (na versão cepalina), na verdade, fincavam raízes profundas na dinâmica interna do capitalismo brasileiro.

³⁶ Pode-se notar na maioria dos escritos de Marini o emprego dos termos burguesia local ou burguesia nativa como opção categorial alternativa para se diferenciar do uso ideológico do termo burguesia nacional, utilizado como sinônimo de burguesia supostamente antiimperialista.

³⁷ Cf. Bandeira (1978, p.150).

³⁸ Vários autores confundiram essa tese com o ponto de vista estagnacionista do debate econômico. Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

O movimento de capitais do pós-guerra que dera origem aos investimentos feitos durante o período do Plano de Metas — plano encabeçado pelos desenvolvimentistas e apoiado pelos comunistas³⁹ — ao mesmo tempo em que promovia a instalação da indústria pesada no Brasil, fazia avançar a desnacionalização do parque produtivo do país, com a crescente penetração de capitais estrangeiros, sobretudo norte-americanos, apoderando-se do controle de numerosos ramos industriais. Se pecebistas e adeptos do projeto de desenvolvimento capitalista autônomo criticavam igualmente os interesses dos grupos estrangeiros na conjuntura de acirramento das tensões que marcaram os dois anos finais do governo Goulart, tanto uns quanto outros pareciam ignorar, na avaliação de Marini e da POLOP, que a ação dos mesmos grupos de pressão estava longe de resumir-se a uma ingerência externa, mas representava o fenômeno da nova diferenciação interna da burguesia, com sua fração monopólica integrando-se paulatinamente com a burguesia imperialista. Essa diferenciação interna era uma tendência lógica do desenvolvimento dependente, à medida que a impossibilidade de dispor de tecnologia própria impunha como única alternativa à burguesia a integração como sócia minoritária do imperialismo — a outra seria a revolução.

De qualquer forma – e como dito anteriormente – as formulações de Marini sobre a dependência não devem ter suas raízes procuradas “como subproduto e alternativa da Cepal”. Com efeito,

a Cepal só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. Contraopondo-se a isso, a “nova esquerda” caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a ideia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-

³⁹ O governo JK foi integrado por desenvolvimentistas como Celso Furtado, que esteve à frente da criação da SUDENE. Quanto à posição do PCB, este apoiara a eleição de JK. Em documento do Comitê Central, de março de 1958, tecia críticas ao que considerava vacilações do setor nacionalista do governo, em assuntos como a cessão do arquipélago Fernando de Noronha aos EUA: “A política do governo do sr. Juscelino Kubitschek não atende, assim aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. À medida que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, acentua-se a luta por modificações na sua composição e na sua política num sentido favorável aos interesses nacionais e populares. Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista. (...) É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país” (Lech, 1980, p.9).

imperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos anos de 1960 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia cepalina – não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil (MARINI, 2005, p. 66-7).

Identificamos, também, um *terceiro* debate, concernente às interpretações divergentes sobre as transformações geradas pelo movimento de capitais do pós-guerra na estrutura da economia brasileira. Enquanto alguns autores, notadamente Cardoso e Faletto (1969), insistiam na tese da internacionalização do mercado interno, Marini alertava que se tratava, na verdade, da integração do capital nacional ao capital estrangeiro – ou a integração dos sistemas de produção (MARINI, 1974. *Prefácio*; MARTINS, 2006). Em uma passagem de *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, ele escreveu:

Essa penetração do capital estrangeiro na economia latino-americana e, em particular, em seu setor manufatureiro, é apresentada por alguns autores como um processo de internacionalização do mercado interno. A expressão se presta a confusão. Embora seja certo que, entre as décadas de 1920 e 1940, a indústria latino-americana logrou, em alguns países, um peso importante no mercado interno – o que se conhece como primeira fase da industrialização substitutiva de importações –, o primeiro fato de que se tratava de um processo de substituição indica que isto correspondia a um aumento da participação da produção nacional em um mercado já constituído, e constituído precisamente com um caráter internacionalizado. O que caracteriza realmente o período do pós-guerra é a reconquista desse mercado pelo capital estrangeiro, mas já não através do comércio, mas sim da produção. Mais que da internacionalização do mercado interno, trata-se da internacionalização (e a desnacionalização conseguinte) do sistema produtivo nacional, ou seja, sua integração à economia capitalista mundial (Marini, 1977)⁴⁰.

Este debate é relevante para nossa investigação porque faz a conexão entre os níveis de análise nacional e mundial no terreno das determinações históricas do subimperialismo. Também nesta mesma seara coloca-se um *quarto* tema posto em discussão por Marini e que gerou, igualmente, polêmicas: *a existência ou não de uma crise de realização na economia brasileira dos anos 60*.

Seu diagnóstico da crise agarrou-se inicialmente no exame das contradições de classe desenvolvidas no período 1950-64, expressas nas cisões vertical e horizontal, tendo como

⁴⁰ Em corroboração a seu argumento, Marini cita dados estatísticos reunidos em trabalho de Fernando Fajnzylber (1973) apontando que, no ano de 1969, 43% das exportações brasileiras de manufaturados eram provenientes de empresas estrangeiras, o que denota o aumento da presença imperialista no controle do aparato produtivo do capitalismo brasileiro (MARINI, 1977a).

pano de fundo a crise do sistema de exportação (queda nos preços do café)⁴¹ e o impacto causado pela introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra com os investimentos do pós-guerra (MARINI, 1965b). Estes reduziram o nível do emprego industrial, no momento em que aumentava o ritmo do crescimento populacional; ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a burguesia se deparava com o esgotamento do exército industrial de reserva, dado que a mão-de-obra excedente, sem formação adequada, não tinha como competir com a mão-de-obra que estava empregada. Para completar, passado o período de maturação dos investimentos, os grupos internacionais pressionaram novamente sobre o balanço de pagamentos para exportar seus lucros (MARINI, 1965b; 1966).

A partir dessa hipótese inicial, a reflexão de Marini sobre a crise brasileira dos 60 evoluiu para abarcar novas facetas, chegando à formulação presente em *SyR* que a situa como uma crise de realização do capital, provocada pelo mecanismo da superexploração do trabalho e deflagrada temporalmente naquele contexto histórico devido às contradições internas e externas que ele já vinha analisando.⁴²

Por fim, um *quinto* debate que marcou a gestação de uma teoria do subimperialismo em Marini, em seus escritos de 1959-69, foi sobre *a interpretação acerca das causas do golpe de 64: determinações internas versus externas*. Nesse sentido, o artigo *Contradiciones y conflictos en Brasil contemporaneo* (MARINI, 1965a) conferiu um aporte crítico inovador na consideração do tema.

As interpretações correntes sobre o golpe de 1964, além de considerá-lo mais uma simples quartelada, apresentavam-no essencialmente como resultado da intervenção estadunidense, um corpo estranho, de certo modo – ou, como dissera Leonel Brizola, um raio no céu azul – à lógica interna da vida brasileira. Meu ponto de vista [expresso em *Contradiciones y conflictos...*] era radicalmente oposto: a ação dos Estados Unidos no Brasil não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela e só pudera se tornar efetiva (e, portanto, só se explicava) à luz da luta de classes no país, que fincava raízes na economia e determinava o jogo político – e da qual as Forças Armadas eram parte plena (MARINI, 2005, p. 69-70).

⁴¹ Em artigo publicado em *O Metropolitano*, Marini chamara atenção para o fato de que “o café representa[va] mais da metade dos bens exportados (62% do valor total no período 1919-1938, para sermos exatos)”. Rui Mauro Marini. Problemas de política exterior. *O Metropolitano* (encarte dominical de *O Diário de Notícias*). Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1961. Biblioteca Nacional. Coleção de Periódicos. Número de referência 31(11699-11724). Localização 4-110,04,09.

⁴² Retomaremos essa ideia ao final deste capítulo.

Com essa formulação, o golpe de 1964 e o regime tecnocrático-militar que dele resultou são explicados como cumprindo um papel no deslocamento das contradições do capitalismo brasileiro, mediante a articulação de um novo modelo de acumulação — ou forma do padrão de reprodução do capital, como veremos mais adiante nesta tese: o subimperialismo.

Curiosamente, alguns autores atribuíram a Marini e seu conceito de subimperialismo o contrário daquilo que afirmara, taxando-o de adepto de uma posição monocausal que vê o Brasil como mera correia de transmissão do imperialismo estadunidense⁴³. Nada menos certo. Na verdade, o advento histórico da etapa subimperialista foi resultado de múltiplas determinações, as quais Marini pôde acessar através do método dialético. Nesse percurso, presente na obra *SyR*, destacam-se os cinco debates que pudemos identificar, começando pela perspectiva inovadora a respeito do significado da dependência e o processo de industrialização no Brasil, que opôs as teses de Marini àquelas da literatura dos PCs e também da CEPAL (primeiro e segundo debates); o caráter das relações com o imperialismo ao se iniciar a fase da indústria pesada – internacionalização do mercado interno, segundo Cardoso e Faletto, ou integração dos sistemas de produção, segundo nosso autor (terceiro debate); a existência ou não de uma crise de realização no capitalismo brasileiro nos anos 1960, que muitos autores negavam (quarto debate); e (quinto debate) as causas do golpe de 1964 – explicações de ordem externa *versus* perspectiva que analisa as contradições internas e o modo como o imperialismo finca raízes no capitalismo dependente.

2.3 A complementariedade latifúndio-indústria

Em *SyR*, Marini abre a discussão do capítulo II, no tópico *Política y lucha de clases*, afirmando que “a história política brasileira apresenta, neste século [XX], duas fases bem caracterizadas. A primeira, que vai de 1922 a 1937, é de grande agitação social, marcada por várias rebeliões e uma revolução, a de 1930.” A segunda, iniciada com o Estado Novo, em 1937, corresponde a um compromisso “com o qual a burguesia se estabiliza no poder,

⁴³ Um exemplo desta perspectiva é Lima e Cheibub (1983, p.129). Para os autores, “no esquema subimperialista o Brasil participaria da expansão imperialista, cabendo ao país o papel de gendarme destes interesses em nível regional. Assim sendo, a subordinação das políticas dos governos militares às necessidades de acumulação do setor transnacional levaria à estreita complementariedade de interesses econômicos, políticos e militares entre o Brasil e os Estados Unidos”.

em associação com os latifundiários e os velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado” (MARINI, 1974, p. 27).

O tema chave por detrás daqueles conturbados quinze anos que vão de 22 a 37 é a transição do Estado oligárquico para o Estado burguês industrial⁴⁴. De acordo com Gandásegui (2009, p.289), “para Marini, a transformação [da primeira forma estatal para a segunda] é precisamente obra da mesma classe que muda o padrão de acumulação. A oligarquia exportadora se transforma em burguesia industrial.”

Essa interpretação não é, contudo, correta. Na verdade, ao caracterizar o enfoque de Marini para a questão da origem da classe industrial, Gandásegui confunde a tese da complementariedade latifúndio-indústria com um postulado de identidade entre os agentes dessa mesma complementariedade⁴⁵.

Com efeito, em Marini, as classes latifundiária e da indústria nascente não eram antagônicas, como supunha a concepção corrente da esquerda comunista: “O fato básico a considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação, que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 30 (...)” (MARINI, 1974, p. 31).

Refletindo sobre os fundamentos da origem da burguesia industrial, ele colocou que “o que parece haver ocorrido foi uma drenagem dos capitais da agricultura em direção à indústria, mediante o sistema bancário, o que, de passagem, explica muito do comportamento político indefinido e ainda duplo da banca brasileira” (MARINI, 1966, p. 136). Nesses termos, a interpretação sugestiva de Marini aproxima-se das explicações hoje consideradas sólidas, no âmbito da historiografia econômica brasileira, acerca da origem da burguesia industrial. Um destes trabalhos é *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, de Sergio Silva (SILVA, 1987). Para o autor, a burguesia industrial brasileira nasce do comércio de importação e exportação.

⁴⁴ Para a crise do Estado oligárquico, Cf. Cueva (1983); e Wasserman (2002).

⁴⁵ Contudo, este equívoco não desmerece a contribuição do artigo de Gandásegui para o estudo do debate em torno à TMD.

Para a burguesia industrial nascente, a base de apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação. Do mesmo modo que na exportação, a importação é controlada em parte por empresas estrangeiras. Graças às suas origens sociais, o burguês imigrante encontra facilmente um lugar no grande comércio. Ele torna-se representante de firmas e marcas estrangeiras e se encarrega da distribuição de produtos importados pelo interior do país.

(...)

A situação privilegiada do importador durante esse período implica particularmente a possibilidade de dispor de capitais relativamente importantes, seja aplicando lucros de seus próprios negócios, seja recorrendo ao crédito dos bancos estrangeiros com os quais ele mantém relações comerciais. Graças ao controle do grande capital comercial, o importador está muitas vezes na origem das empresas industriais que se constituem a partir de 1880. Muitas vezes, ele age de modo a assumir o controle de empresas relativamente pequenas que, para crescer, apelam para as duas disponibilidades em capital.

(...)

A questão essencial para o entendimento da indústria nascente reside na posição dominante do comércio na economia brasileira da época; em particular, ela reside nas formas específicas da dominação do comércio, que resultam da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial.

(...)

Os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente (SILVA, 1987, p. 88 et seq.)

Levando em conta que Marini não dispunha facilmente de dados empíricos, dadas as condições em que escrevia, pode-se conjecturar que sua hipótese teve o mérito de captar o sentido dos mecanismos internos que proporcionaram o impulso à acumulação de capital na esfera industrial.

Entretanto, e curiosamente, Silva faz menção a Marini, em seu livro, classificando-o entre os autores que compartilham da tese de uma “burguesia industrial de origem modesta e trabalhadora”.⁴⁶ Não haveria maior contra-senso do que este para reputar à obra de Marini. Com efeito, tal interpretação entra em choque com todo o conjunto de reflexões sobre a superexploração do trabalho, a cisão entre as esferas alta e baixa do consumo e a complementariedade latifúndio-indústria na abordagem da gênese do setor industrial no Brasil.

Silva extraiu apressadamente sua conclusão de uma passagem de *Contradicciones y conflictos...*:

As transformações que se operam na estrutura econômica durante esse período traduziram-se socialmente no nascimento de uma nova classe média e

⁴⁶ *Id.*, p.87.

um novo proletariado; os dois passam a fazer pressão sobre os velhos grupos dominantes para obter um lugar na sociedade política (MARINI, 1965a, *apud* Silva, *loc. cit.*).

Este trecho assume nova redação em *SyR*:

As transformações que se operam na estrutura econômica nesse período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média, ou seja, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno, e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes, para obter um lugar próprio na sociedade política (MARINI, 1974, p. 27).

Como entender a associação das ideias *surgimento de uma nova classe média – burguesia industrial*? Não à maneira de Silva, que entra em contradição com todo o edifício teórico de Marini, mas, sim, mediante a reconstituição do percurso do raciocínio de Marini – contexto que pode ser resgatado com a ajuda da metodologia da História Conceitual.

No artigo *La Dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil*, ao examinar a base objetiva do compromisso de 1937, Marini tem como preocupação “compreender porque a revolução de 1930 conduziu a esse tipo de equilíbrio político e, mais exatamente, porque tal equilíbrio baseou-se em um compromisso entre a burguesia e as velhas classes dominantes” (MARINI, 1966).

Rechaçando a explicação presente entre círculos da esquerda brasileira de então, que atribuíam a composição política entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária à “ausência de consciência de classe por parte da burguesia”⁴⁷ —ausência esta que seria devida à circunstância da industrialização brasileira, levada a cabo “às custas de capitais originados na agricultura, que já não encontravam ali campo de investimento” —, Marini sustenta que aquela concepção incorria em um duplo erro:

Primeiro, o deslocamento de capitais da agricultura em direção à indústria tem muito pouco que ver, em si mesmo, com a consciência de classe. Não são os capitais os que têm tal consciência, mas os homens que os manejam. E nada indica (ao contrário, estudos recentes, como o que vem realizando a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, dizem o inverso) que os latifundiários tenham se convertido eles próprios em empresários industriais. O que parece haver ocorrido foi uma drenagem dos capitais da agricultura em direção à indústria mediante o sistema bancário, o que, de passagem, explica muito do

⁴⁷ Marini traçou um paralelo entre o argumento que circulava na esquerda com a interpretação de Virgínio Santa Rosa. O enfoque deste também foi criticado por Fonseca (1989).

comportamento político indefinido e ainda duplo da banca brasileira (MARINI, 1966, p.136).

Nesse ponto da análise, Marini torna explícita sua posição de que a origem da indústria deve ser buscada nos capitais drenados da agricultura; porém, a burguesia industrial brasileira não surgiu de latifundiários que se converteram em empresários industriais. Para sustentar essa última afirmação, ele menciona pesquisas realizadas no âmbito da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, embora sem precisar as fontes.

É bastante provável que esta sua ideia tenha se valido da leitura do artigo *Origens étnicas e sociais do empresário paulista*, de Bresser Pereira, publicado no número 11 da *Revista de Administração de Empresas* da EAESP, de 1964. Naquele artigo, o autor conclui que “o número de empresários brasileiros que tiveram origem nas famílias tradicionais brasileiras, na velha aristocracia rural, é extremamente reduzido” (BRESSER PEREIRA, 1964). Com isso, é refutada a confusão de Gandásegui, que referimos acima.

Mas o que mais interessa no artigo de Bresser são os outros dados coligidos na pesquisa, que apontam para o fato de que

em relação às origens sociais, 50% dos empresários têm origem na classe média média e na classe média inferior; 21,6% originam-se da classe alta inferior que, como as duas anteriores, é constituída de empresários de origem predominantemente estrangeira.⁴⁸

É provavelmente daí que Marini tenha chegado à formulação de que no período 1922-37 verifica-se “o surgimento de uma nova classe média, ou seja, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno”. É incorreto deduzir da citação acima uma identificação com a tese da “burguesia industrial de origem modesta e trabalhadora”, ainda que se possa concordar que houvesse melhores opções conceituais para a caracterização feita por Marini. Seja como for, com *nova classe média*, Marini pretendeu frisar a origem de uma parcela importante da classe capitalista industrial, que embora inaugurasse um novo eixo de acumulação, continuava sujeita à estrutura semicolonial de exportação, a qual permanecia ainda na condição de *übergreifendes moment*⁴⁹ do capitalismo brasileiro. Era esta, de fato, a essência da complementariedade latifúndio-indústria consubstanciada no compromisso de 1937.

⁴⁸ *Id.*, *ibid.*

⁴⁹ Momento predominante.

Entretanto – prossegue Marini, em sua crítica ao argumento da ausência de consciência de classe por parte da burguesia –, é também um erro

crer que a burguesia industrial não lutou para impor sua política, sempre que seus interesses não coincidiam com os da oligarquia latifundiário-mercantil. Toda a história político-administrativa brasileira dos últimos trinta anos foi, justamente, a história dessa luta, no terreno do crédito, dos tributos, da política cambial. Se o conflito não foi ostensivo, se não estalou em insurreições e guerras civis, é precisamente porque se desenvolveu no marco de um compromisso político, o de 1937. Os momentos em que o próprio compromisso foi posto em xeque foram aqueles em que a vida política do país se convulsionou: 1954, 1961, 1964 (MARINI, 1966, p.136)

Nesta última passagem, vemos algumas das teses que enumeramos no tópico anterior: havia complementariedade entre latifúndio e indústria; essa complementariedade foi politicamente selada no compromisso de 37; sempre que os fundamentos dessa simbiose foram abalados, o compromisso foi posto em xeque, convulsionando a vida política do país.

2.4 Da complementariedade à cooperação antagônica latifúndio-indústria

Se há um fato a registrar, no compromisso político de 37, é que este permitiu a expansão da acumulação de capital na indústria no Brasil, através de uma relação de unidade e contradição entre os dois segmentos que integravam a aliança estabelecida no Estado Novo.⁵⁰

Alimentada com o excedente econômico criado pela exploração dos camponeses e operários, e tendo a estrutura agrária como elemento regulador da produção industrial e do mercado de trabalho, a indústria nacional que se desenvolve entre os anos 1930-1950 depende da manutenção dessa estrutura, embora se enfrente constantemente com o latifúndio e com o capital comercial no que se refere à apropriação dos lucros criados pelo sistema. Entretanto, e na medida em que se realiza o desenvolvimento econômico, o pólo industrial dessa relação tende a se autonomizar e entra em conflito com o pólo agrário (MARINI, 1974, p. 85).

Essa autonomização da fração burguesa industrial ativou o antagonismo com a oligarquia agroexportadora. Logo em seguida, Marini pontua que três fatores encontram-se na raiz

⁵⁰ Marini estabeleceu o ano de 1937 como marco temporal do compromisso político que acomodou os interesses das diferentes frações burguesas após a Revolução de 1930 por considerar que apenas depois de debalados o movimento armado da oligarquia paulista de 1932 e o levante da ANL de 1935 estabilizou-se o bloco no poder emergido após a chegada de Vargas à presidência. A partir do Estado Novo, teria-se consolidado a liderança da burguesia industrial, mas em uma relação de unidade e contradição com as frações da burguesia agrária e comercial.

desse antagonismo. São eles: (1) a crise geral da economia de exportação; (2) a incapacidade da agricultura para abastecer os mercados urbanos em franca expansão; (3) a modernização tecnológica que acompanhou o processo de industrialização, principalmente após a II Guerra.⁵¹

Marini tem presente essa ideia desde o artigo que escrevera acertando contas com o desenvolvimentismo. Em *Verso e reverso de desenvolvimento*, no contexto da crítica direcionada ao Plano Lucas Lopes, do governo JK, ele apontava que as medidas governamentais demonstravam-se incapazes para sanar o estrangulamento que se fizeram sentir na economia brasileira.

Resumidamente, os seguintes pontos principais do novo estrangulamento caracterizam as dificuldades presentes.

1. ameaça tornar-se aguda a insuficiente capacidade de importar, o que pode afetar o processo de substituição de importações e, portanto, paralisar o próprio desenvolvimento;
2. falta de mão-de-obra qualificada na agricultura e na indústria e
3. insuficiência da produção interna de matérias-primas nas condições de “desequilíbrio gritantes” no setor industrial.⁵²

Os pontos de estrangulamento correspondem exatamente aos três fatores responsáveis pela ativação do antagonismo latifúndio-indústria, cujo movimento será analisado a seguir.

2.4.1 A cisão vertical

A ruptura da complementariedade latifúndio-indústria, processo que tomou início desde o momento em que passaram a existir fissuras nas bases que haviam permitido o compromisso de 37, foi denominada por Marini de cisão vertical.

⁵¹ *Id.*, p.85 et seq.

⁵² Verso e reverso do desenvolvimento. Agripino Soares Thomas. *Movimento Socialista*, ano 1, n.1, 1959. AEL, UNICAMP. Pode-se afirmar que a autoria do artigo, publicado sob pseudônimo, corresponde a Marini, a partir de evidências deixadas tanto na *Memória*, como na semelhança das ideias sustentadas. Na *Memória*, Marini relata que ainda quando se encontrava na França, tomara “contato com o grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista (que publicou artigo meu, em que ajustava contas com o nacional-desenvolvimentismo), em particular Eric Sachs, com o qual eu viria a estabelecer, no meu regresso, uma grande amizade e cuja experiência e cultura política me influenciaram fortemente” (Marini, 2005, p.63). Pesquisando nos dois únicos números publicados da revista, informação que obtivemos a partir da dissertação de mestrado de Oliveira (2007) sobre a POLOP, chegamos ao artigo *Verso e reverso...* que, com bom grau de certeza, consiste do artigo mencionado na *Memória*.

2.4.1.1 A crise geral da economia de exportação

A cisão vertical que irrompeu no seio das classes dominantes era reflexo, em primeiro lugar, da violenta queda da rentabilidade do café. Se, durante a vigência do compromisso de 37, havia sido possível contentar os cafeicultores ao mesmo tempo em que as exportações do café resultavam em transferência de recursos para o setor da indústria doméstica (BACHA, 1978)⁵³, a partir de 1954 a nova conjuntura do mercado mundial não permitia que ambos os interesses seguissem coexistindo nos mesmos termos no bloco no poder.

A diferenciação interna da burguesia, com a crescente autonomização da burguesia industrial *vis-à-vis* frações burguesa agrária e comercial, resultava em um conflito de interesses, no momento em que as divisas fornecidas pelo latifúndio passavam a minguar. Tendo em conta que o produto café respondia por mais de 50% do volume das exportações brasileiras nos anos 50, fica nítido o alcance do impacto da queda verificada, provocando saldos negativos no balanço de pagamentos, como demonstrou Viana⁵⁴ (1967, p.53), através dos dados que constam da Tabela 1, nos anexos.

A baixa dos preços do café encontrava-se inserida na acentuação da deterioração dos termos de troca, em curso naquele período (cf. Tabela 2, Anexos). Uma vez reduzida expressivamente a rentabilidade dos ganhos cafeeiros, os cafeicultores – que antes haviam defendido, com a burguesia industrial, uma medida como a Instrução n.70 da SUMOC, em posição conjunta contra a burguesia comercial (FONSECA, 1989)⁵⁵ – agora passavam à

⁵³ Segundo Edmar Bacha, “a expansão da economia doméstica no período [pós-II Guerra] ocorreu sob persistentes pressões inflacionárias e o nível interno de preços experimentou uma elevação contínua. Enquanto isso, mesmo depois de 1953, a taxa de câmbio do café era reajustada menos frequentemente e a taxas geralmente menores do que as da inflação interna. Em consequência, [...] uma parcela apreciável da melhora nos termos de intercâmbio do café [verificada até 1954] foi transferida para o setor doméstico”. (...) “A progressiva transferência de recursos gerados pela exportação do setor café para o setor doméstico é indicada pela evolução do quociente entre o preço do café em cruzeiros constantes e os termos de intercâmbio do café [...] Esta transferência tende a se estabilizar após 1955, com o índice de participação do setor café no valor real das exportações de café assumindo um valor cerca de sessenta por cento menor do que em 1947/49” (BACHA, 1978, p.142).

⁵⁴ O autor, Cibilib da Rocha Viana, chefiou a assessoria econômica de Goulart e pôde, certamente, testemunhar o impacto que a crise da economia de exportação transferiu para o terreno das lutas políticas e das decisões governamentais.

⁵⁵ Conforme Fonseca, “historicamente [...] as burguesias agrária e industrial defenderam o intervencionismo e o controle das importações, sempre com o intuito de não despendar as divisas com as importações de bens de consumo – que, ademais, lhes garantia certa reserva de mercado. Os importadores, por outro lado, tenderam a abraçar as teses liberais, sempre na busca de ampliar a pauta de importações, restrita pela política industrializante”. Segundo o autor, diante do projeto de Vargas, “as burguesias industrial e agrária, através

ofensiva contra as políticas industrializantes do governo. É essa mudança de conjuntura que explica a tentativa de cafeicultores de São Paulo, Paraná e Minas Gerais para organizar em maio de 1957 um movimento para desestabilizar o governo JK, justificando-o como um repúdio ao que chamavam de “confisco cambial”.⁵⁶

Além de divergirem na questão cambial, governo – representando os interesses da burguesia industrial, no âmbito da relação de unidade e contradição – e cafeicultores voltarão a se atritar em função da política governamental de erradicação do volume excessivo de pés de café. Lançada em 1962, no governo João Goulart, a política de erradicação tinha dupla finalidade: controlando o volume das lavouras, pretendia agir sobre os preços da saca do café, a fim de conter sua desvalorização. Por outro lado, buscava direcionar a diversificação da produção no campo, partindo do diagnóstico que apontava a insuficiência da agricultura brasileira no suprimento das necessidades dos centros urbanos que se expandiam⁵⁷.

*de suas entidades de classe, geralmente colocavam-se na defesa do governo; o comércio exportador e importador – a burguesia compradora – na oposição. A importância desta constatação reside em colocar em dúvida a vetusta hipótese da aliança entre os setores agrários, a burguesia compradora e o ‘imperialismo’ na luta contra Vargas e a industrialização. (...) A burguesia agrária, de fato, parece ter ficado mais próxima do governo do que geralmente se considera [...] Mesmo os setores agrários produtores de bens exportáveis, em geral, aliavam-se à burguesia industrial na sustentação da política econômica do governo. Boito Jr. defendeu com propriedade esta tese, enfocando basicamente o comportamento do setor cafeicultor no período, especialmente através de artigos da *Revista da Sociedade Rural Brasileira*. (...) Buscando explicações para este comportamento do setor cafeeiro, Boito Jr., apoiado em análises de Sérgio Silva e Décio Saes, salientou o conflito de interesses entre burguesia comercial exportadora e os cafeicultores, resultado do atrelamento dos últimos à primeira. Os produtores de café criticavam muito mais os exportadores que o governo; encontrando-se o comércio exportador nas mãos de poucas grandes empresas capazes de liderar preços, a desvalorização cambial influía diretamente em sua taxa de lucro, sem transferir ganhos aos produtores rurais. Os cafeicultores, entretanto, assim como o restante da burguesia agrária, dependeriam progressivamente de bens de capital e insumos importados, pelo que a desvalorização cambial tendia a elevar consideravelmente seus custos, sem contrapartida de aumento de preços (os preços dos bens exportados determinam-se fundamentalmente no mercado internacional, e a pequena margem de manobra interna concentrava-se nas mãos das firmas exportadoras, e não dos cafeicultores)” (FONSECA, 1989, p. 396-7).*

⁵⁶ Sobre as motivações e a organização desse movimento, cf. Cesário e Nolli (2009).

⁵⁷ Esse diagnóstico esteve presente no Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado. Voltaremos a sua consideração logo a seguir.

2.4.1.2 Agricultura e o abastecimento urbano

O predomínio da lavoura cafeeira na agricultura do Brasil nos leva ao segundo dos problemas que, segundo Marini, ocasionaram a ruptura da complementariedade latifúndio-indústria que marcara o compromisso de 37.

A partir da década de 1950, começava a se desenhar uma tendência de franca expansão dos mercados urbanos do país. Estes já haviam sido impulsionados na fase anterior da industrialização. No entanto, o novo surto urbano-industrial verificado no ciclo expansivo 1957-1961 evidenciara a incapacidade da agricultura brasileira para abastecer suficientemente a demanda de víveres. Nesse sentido, Marini argumenta:

As carências surgidas no suprimento de matérias-primas e gêneros alimentícios às cidades provocam a alta dos preços de ambos. Consequência do caráter atrasado da agricultura, que resulta, por sua vez, da concentração da propriedade da terra – este fato é posto em evidência por sua repercussão no nível de vida da classe operária. A pressão sindical por melhores salários completa essa tendência, carregando pesadamente (MARINI, 1974, p. 86).

Marini sustentou essa constatação sobre a incapacidade de a agricultura dominada pelo latifúndio acompanhar o crescimento da demanda de víveres e matérias-primas com base em informações estatísticas levantadas no Plano Trienal: “os preços agrícolas globais passaram do índice 222.6 em 1954 a 686.3 em 1960, enquanto o índice dos preços industriais avançou de 204,2 a apenas 404.4 nos anos considerados (1949=100)”.⁵⁸

É provável que Marini tenha chegado a esse diagnóstico através de trabalho de Frank. Como já foi dito por nós, Marini considerava o artigo de Frank sobre a agricultura brasileira e o mito de feudalismo como “a refutação mais radical da tese do dualismo estrutural”. Publicado primeiramente em 1964, este escrito constitui uma das grandes contribuições de Frank à TMD. Nele, se critica o uso do conceito de feudalismo feito pelas análises vinculadas à esquerda comunista e aponta a determinação capitalista-monopolista-

⁵⁸ *Id.*, p.35, nota 6. A fonte citada por Marini é a Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento (BRASIL, 1962). Souza (2008, p.44, nota 41) também menciona, em citação indireta, a mesma passagem de Marini. “Vejam os caso da produção agrícola de mercado interno: enquanto a taxa anual de crescimento do conjunto da produção industrial se elevou de 8,8% no período de 1947-54 para 10,4% no período de 1955-60, a taxa de expansão da produção agrícola para o mercado interno diminuiu de 4,9% para 4,3%. Por isso mesmo, os preços da produção agrícola cresceram no período de 1955-60 mais rapidamente do que os preços industriais: o índice dos primeiros variou de 109 para 147,6 – isto é, 35,41% -, enquanto o dos últimos o fez de 118,8 para 148,4 – ou seja, 24,92%”.

comercial da agricultura brasileira. Esta refutação se dá a partir de estudo empírico, entre cujas fontes consultadas constam dados estatísticos sobre a produção de alimentos compilados pelo documento do Plano Trienal.

[...] estudos mencionam a inexistência de créditos para pequenos produtores e, naturalmente, para plantios não-lucrativos comercialmente. Em troca, a venda e a distribuição monopolizadas e, portanto, lucrativas, dispõem de uma relativa abundância de empréstimos, assim como, também, é óbvio, a indústria monopolizada e os cartéis estrangeiros supermonopolistas. Particularmente, os plantios de alimentos não recebem crédito algum, enquanto este flui generosamente para as culturas industriais (matérias-primas) e de exportação. Esses produtos são armazenados depois, porque a indústria monopolizada não pode aborvê-los, o que cria novas oportunidades de especulação com os estoques acumulados. Ou, na linguagem mais cautelosa (mas com mais dados ilustrativos) do Plano Trienal: “entre 1952 e 1960, a área cafeeira aumentou em 1.600.000 hectares (57%), enquanto a área total cultivada cresceu 38%, e a de alimentos, 43%”. No Quadro LII, anexo ao Plano, no entanto, vê-se que o aumento da produção, sem relação com a área cultivada, foi de 150% para o café, e de 60% para os alimentos

(...)

A norma não se limita ao café. O Plano mostra que todos os aumentos de produtividade de mais de 5% (exceto a batata, que aumentou 15%), ocorreram em plantios industriais: café, 87%; amendoim, 33%; algodão, 15% (o mercado mundial de algodão estava especialmente deprimido naquele período); açúcar, 9%; semente de mamona, 57%. Ao mesmo tempo, houve rendimentos estáveis, entre aumento de 1% e redução de 3%, com milho, arroz, feijão e banana, ao mesmo tempo em que o trigo caía 20%. O alimento principal da população brasileira, a mandioca, que quase nunca é cultivada em larga escala, por falta de financiamento, registrou uma alteração de produtividade igual a zero (FRANK, 2005, p.83-4).

Amparado nos dados acima, Frank tira por conclusão que

O capitalismo, portanto, por meio dos princípios da subordinação, da comercialização e da monopolização, produz uma infinidade de contradições no que se refere ao bem-estar, isto é, produz desenvolvimento ao mesmo tempo que subdesenvolvimento. Cultivos comerciais são produzidos em demasia, especialmente os exportados, enquanto a produção de alimentos de consumo geral é insuficiente. A capitalização da agricultura aumenta ao mesmo tempo em que se fortalece a monopolização. A produção agrícola cresce, mas a de artigos comuns diminui. Os preços das necessidades agrícolas sobem mais rapidamente do que os das mercadorias industriais, mas mesmo assim, o capital abandona a agricultura [de víveres] (FRANK, 2005, p. 88).

2.4.1.3 A modernização tecnológica, os excedentes de força de trabalho e a questão do exército industrial de reserva

As conclusões de Frank amparadas por Marini articulam-se com um terceiro fator que contribuiu para a cisão vertical e que corresponde ao hiato entre os excedentes de força de trabalho liberados da agricultura e as possibilidades de emprego criadas pela indústria,

provocando a piora dos problemas sociais urbanos, os quais conjugar-se-iam com a agudização dos conflitos sociais no campo. Marini assim argumenta em *SyR*:

Um último fator que pode ser isolado, para fins analíticos, é a modernização tecnológica que acompanhou o processo de industrialização, principalmente depois da guerra de 1939. Reduzindo a participação do trabalho humano na atividade manufatureira, em termos relativos, isto levou a que se produzisse um forte hiato (*margem*) entre os excedentes de mão-de-obra liberados da agricultura e as possibilidades de emprego criadas pela indústria. O problema não teria sido tão grave se a mão-de-obra excedente estivesse em condições de competir com a mão-de-obra empregada, pois a existência de um maior exército industrial de reserva neutralizaria a pressão sindical por aumento de salários, contra-restando o efeito da alta dos preços agrícolas internos. Isto não se deu, já que só se pode empregar essa mão-de-obra em certas atividades que exigem pouca qualificação do trabalho (a construção civil, por exemplo), aumentando sua incapacidade profissional ao mesmo ritmo que avança a modernização tecnológica. Em consequência, os setores-chaves da economia, como a metalurgia, a indústria mecânica, a indústria química, não puderam se beneficiar de um aumento real da oferta de trabalho, em proporção à migração interna de mão-de-obra (MARINI, 1974, p. 87).

Esta última é uma hipótese que requer maior demonstração empírica. Seja como for, seu argumento compõe um dos fatores que, uma vez combinados, fizeram agudizar as contradições que levaram à ruptura do compromisso político de 37.

2.5 Da cooperação antagônica à ruptura e à restauração da unidade

Vimos até aqui que, em *SyR*, Marini desenvolveu a crítica ao “duplo” dualismo. Primeiro, aquele da maior parte das análises da esquerda comunista, entre feudalismo e capitalismo e entre imperialismo e desenvolvimento. Depois, aquele subjacente à análise da CEPAL, entre centro e periferia, setor interno e setor externo. Em sua crítica, Marini demonstrou que na história brasileira não imperou a suposta oposição latifúndio-indústria. O que a história sim, registrou, foi a ativação de fissuras na relação de unidade e contradição que havia caracterizado os dois segmentos da acumulação de capital. Vimos também como foi refutada a tese sobre a existência de uma burguesia antiimperialista.

A riqueza dialética de *SyR* reside precisamente nisto: mostrar as contradições em sua processualidade, isto é, o movimento do real na inter-relação de unidade e contradição das frações capitalistas, e em seus choques com as camadas populares, desvelando os atritos que marcaram ambos os planos do conflito.

Nesse momento de nossa exposição, podemos avançar introduzindo um outro nexos de importância fundamental na análise de Marini: a categoria da *cooperação antagônica*.

2.5.1 A cooperação antagônica

Já é um fato conhecido que a adscrição de Marini ao marxismo deve-se à influência exercida por Eric Sachs, juntamente à experiência de nosso autor em seus anos de convivência na atmosfera intelectual radicalizada da França de finais dos 50/inícios dos 60.⁵⁹

Através de Sachs, Marini publicou na revista *Movimento Socialista* o artigo *Verso e reverso do desenvolvimento*, acertando contas com o desenvolvimentismo.⁶⁰ E sob a influência do revolucionário austríaco, com quem militou na POLOP, travou contato com a obra do marxista alemão August Thalheimer.

Remonta a Thalheimer a elaboração do conceito de cooperação antagônica, para o exame da nova conjuntura mundial pós-II Guerra. No contexto inaugurado pela Guerra Fria e a necessidade de reconstrução da economia dos países capitalistas derrotados, uma nova situação emergia na política internacional, trazendo a acomodação das rivalidades interimperialistas em lugar do confronto aberto.

Em que pese os EUA consolidassem uma supremacia mundial nas várias esferas do poder, afigurava-se como um imperativo a cooperação com os Estados rivais devastados pela guerra, a fim de assegurar a reprodução do sistema capitalista (LUCE, 2007). Nas palavras de Thalheimer sobre a nova conjuntura:

Nela, os EUA são militar, econômica e politicamente proeminentes, mas não estão sozinhos. Apresenta-se um tipo de mútua penetração dos interesses imperialistas compartilhados pelas regiões dominantes. É, um só tempo, cooperação e competição, em que a cooperação predomina. Se pode, daí, utilizar como nova expressão cunhada o termo “cooperação antagônica”. Cooperação contra a abolição do domínio colonial e de toda exploração e contra o campo socialista; competição em torno da exploração de territórios coloniais. Ambas, cooperação e competição, assumem formas peculiares (THALHEIMER, 1950, p.10-11. Tradução MSL).⁶¹

⁵⁹ Cf. Marini (2005) e LUCE (2007).

⁶⁰ Cf. acima, nota 46.

⁶¹ Citado também em Luce (2007).

A principal apreensão da ideia da cooperação antagônica em Marini se dá quando ele relaciona a tendência integracionista do capitalismo mundial do pós-guerra com o surgimento de subcentros econômicos da acumulação de capital na escala internacional ou – o que é o mesmo – o advento de países com composição orgânica média na escala dos aparatos produtivos nacionais⁶².

A expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista [do capitalismo], que se expressa hoje, de maneira mais evidente, na intensificação da exportação de capitais e na subordinação tecnológica dos países mais débeis [...] August Thalheimer advertiu-o ao cunhar no pós-guerra sua categoria da *cooperação antagônica*. Em um momento em que a dominação norte-americana parecia incontrastável, frente à destruição europeia que seguiu à guerra mundial, Thalheimer foi suficientemente lúcido para perceber que o próprio processo de integração ou cooperação, acentuando-se, desenvolveria suas contradições internas. Isso foi sobretudo verdadeiro no que se refere aos demais países industrializados, os quais, submetidos à penetração dos investimentos norte-americanos, tornaram-se por sua vez centros de exportação de capitais e estenderam simultaneamente suas fronteiras econômicas, dentro do processo ecumênico da integração imperialista. As tensões que intervieram entre esses vários centros integradores, de desigual grandeza (como, por exemplo, França e Estados Unidos), embora não possam, como no passado, chegar à hostilidade aberta, e tenham que manter-se no marco da cooperação antagônica, obstaculizam o processo de integração, abrem fissuras na estrutura do mundo imperialista e atuam vigorosamente em benefício do que tende a destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários dos países subdesenvolvidos (MARINI, 1974, p. 60-1).

Após descrever a categoria de Thalheimer, proposta originalmente para o exame das novas relações interimperialistas, Marini expandiu a formulação do teórico alemão para pensar a realidade latino-americana. Refletindo sobre os países dependentes, Marini argumentou, analogamente que

há que advertir, com efeito, que não é somente a nível das relações entre os países industrializados que o processo de integração imperialista alenta sua própria negação. Isso se dá, principalmente a nível das relações entre esses países e os povos colonizados, e reside ali sem dúvida o fator determinante que o encaminha para a frustração. A exportação de capitais e de tecnologia em direção a essas nações impulsiona, de fato, o desenvolvimento de seu setor industrial, contribuindo a criar novas situações de conflito, desde os pontos de vista interno e externo e a propiciar uma crise que altera as próprias condições em que se realiza essa industrialização. (MARINI, 1974, p. 61).

⁶² Este tema é desenvolvido no Prefácio à 5ª ed. de *SyR* (MARINI, 1974) e, especialmente, em *La Acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (MARINI, 1977a).

A exportação de capitais dos países dominantes para uma economia como a brasileira, que passava a apresentar um grau médio em sua composição orgânica do capital, daria vazão a um novo tipo de conflito entre a economia dependente e o imperialismo. Não é ainda a ocasião para nos determos no interior dessa questão. Por ora, cabe dizer que da reformulação da utilização da categoria de Thalheimer para caracterizar a emergência de subcentros econômicos na divisão internacional do trabalho, Marini transpôs o termo cooperação antagônica para um terceiro nível de análise – o das contradições internas às frações burguesas, em seu estudo sobre a realidade brasileira.

No ensaio *Subdesarrollo y revolución en América Latina*, a ideia da cooperação antagônica é enunciada para explicar a relação de unidade e contradição entre latifúndio e indústria que tem ocupado até agora as atenções deste capítulo.

O pacto firmado entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, pois, os choques de interesses no seio da coalizão dominante (MARINI, 1974, p. 12).

Enquanto ambas as frações da classe dominante puderam co-habitar o bloco no poder, quando havia um excedente econômico disponível suficiente para satisfazer tanto uma quanto outra – em época de termos de troca mais favoráveis ou deterioração menos acentuada destes, bem como de menor pressão relativa para a transferência de valor para o exterior —, as contradições permaneceram acomodadas. Entretanto, quando adveio um período de condições mais adversas, a cooperação antagônica deixou de ser praticável nos marcos das relações de produção do capitalismo brasileiro, gerando embates entre as classes e suas frações.

Na medida em que isto⁶³ se combina com a exigência de ampliar o mercado interno para a indústria leve e exige um maior excedente de capital investível, se torna necessário aumentar as transferências de capital desde o setor exportador e colocar em prática (*poner de pié*) proteções alfandegárias que defendam o mercado nacional. É por isso que a burguesia choca-se simultaneamente com a classe latifundiário-mercantil e com os *trustes* internacionais aos quais está conectada a economia por suas atividades de exportação e importação (MARINI, 1974, p. 13).

⁶³ Marini se referia aqui às dificuldades para importar bens intermediários e equipamentos necessários à indústria pesada.

Cabe, nesse momento, uma breve digressão antes de prosseguirmos na análise. Estando correta a análise de Boito Jr., endossada por Fonseca⁶⁴, a contradição no bloco dominante (a cisão vertical, nos termos de Marini) não se daria principalmente entre burguesia agrária e burguesia industrial (que Marini caracterizou, respectivamente, por oligarquia latifundiário-mercantil e burguesia, na maior parte de suas análises de *SyR*), mas entre burguesia compradora (burguesia comercial) e cafeicultores, estes últimos alinhados com os industriais. Pensamos que esta formulação, feita à luz de novas fontes de pesquisa, pode atualizar o argumento de Marini, mantendo inteiramente válida sua moldura conceitual.

Se os dados históricos hoje disponíveis permitem-nos afirmar a existência de uma contradição principal no bloco burguês entre burguesia industrial e agrária, de um lado, e a burguesia comercial ou compradora, de outro; essa clivagem, por outro lado, não dissolve a contradição latifúndio-indústria, ou seja, o antagonismo entre burguesia agrária e burguesia industrial. Se até o segundo governo Vargas os contornos dos conflitos interburgueses consubstanciaram-se principalmente na disputa com a burguesia compradora, a partir do momento em que a rentabilidade das exportações do café começou a sofrer uma queda abrupta, a burguesia agrária (cafeicultores) passou a se opor mais acentuadamente contra medidas do governo, entre elas a Instrução 70 da SUMOC, taxada de “confisco cambial”, como foi o caso do movimento dos cafeicultores de 1957.

Com isso, até onde a ação do governo limitou-se ao controle de câmbio mediante a taxaço do comércio de exportação e importação, pôde haver correspondência de interesses entre a burguesia industrial e a burguesia agrária contra a burguesia compradora (ou comercial), encarada como adversária pelas demais frações burguesas. Contudo, à medida que a ampliação do mercado interno através da reforma agrária e do aumento do salário mínimo figuraram entre as alternativas cogitadas pelo governo para dinamizar a economia, tanto os latifundiários como os industriais passaram para o campo da oposição aberta.

A burguesia compradora, por sua vez, entrou em rota de colisão com o governo seja pelas alíquotas cambiais determinadas para seu setor, seja pelas tentativas de restringir a remessa de lucros. Cabe registrar aqui que a burguesia comercial atuante no país possuía um grau de internacionalização não desprezível para a época⁶⁵.

⁶⁴ Ver, acima, nota 49.

⁶⁵ Marini menciona a presença de companhias multinacionais do setor como a Anderson Clayton.

Marini argumenta que tanto a Política Externa Independente como as reformas de base entravam em conflito com os interesses dos grupos monopolistas exportadores, além de contrariarem os interesses do latifúndio. Os grupos exportadores, em sua maior parte norte-americanos, sentiam-se ameaçados pela

adoção de medidas restritivas ao financiamento nacional dos investimentos estrangeiros e à remessa de dividendos ao exterior, assim como o esboço de uma política de nacionalizações, [que] generalizou o conflito a todo o setor estrangeiro da economia e tornou muito tensas as relações entre o governo brasileiro e o norte-americano (MARINI, 1974, p. 65).

Diante do que acabamos de expor, fica claro que o uso por Marini do termo oligarquia latifundiário-mercantil, antes que um indício de que ele conceberia o sistema agroexportador brasileiro de tal forma a ignorar as diferenças entre a burguesia agrária cafeeira e a burguesia comercial, significa uma escolha deliberada, no intuito de ressaltar a relação de unidade e contradição entre a burguesia agrária e a burguesia comercial, enquanto núcleo do sistema semicolonial de exportação.

Até onde pudemos constatar, Marini tinha, sim, conhecimento a respeito da existência de especificidades distinguindo os latifundiários do café e os donos dos negócios de importação e exportação, que não eram os mesmos sujeitos. Por exemplo, em *La Dialéctica del desarrollo capitalista...*, ele colocou: “[...] muitas vezes era necessário que, através da formação de estoques generosamente pagos, o governo garantisse os lucros dos plantadores e exportadores...”. Em outro momento, diz: “As duas orientações [PEI e reformas estruturais] entravam em conflito com os interesses do setor latifundiário e dos grupos monopolistas exportadores, em sua maioria norte-americanos” (MARINI, 1966).

Portanto, como sugere nossa interpretação, Marini referia-se a plantadores e exportadores visando a ressaltar seu aspecto de elementos da cooperação antagônica estabelecida com o desenvolvimento industrial, a despeito das divergências de interesses que apresentavam entre si⁶⁶. Essa cooperação antagônica seguiu o caminho da crescente conflitividade, cujos choques conduziram a um impasse:

⁶⁶ De todo modo, entendemos que esta é uma relação que ficou carecendo de maior pesquisa na obra de Marini e que merece ser aprofundada à luz de novos estudos.

A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida assim a um ponto crítico, que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe uma disjuntiva entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, marchando em direção à ruptura. É o que aconteceu no Brasil em 1964 [...] (MARINI, 1974, p.63).

Temos aqui, distintos níveis de abstração. Em um deles está a cooperação antagônica operada entre a burguesia agrária e a burguesia industrial. Ou seja, as contradições internas às frações da classe dominante no Brasil. No outro, encontra-se a cooperação antagônica verificada nas relações entre o conjunto da burguesia brasileira e o imperialismo (incluindo os grupos monopolistas exportadores ou grande burguesia comercial).

No contexto da crise econômica dos 60, quando as divisas obtidas pela agricultura de exportação não bastavam para seguir financiando a indústria em uma escala ascendente, se fazia necessário enfrentar o problema do estrangulamento externo. Ao tentar agir dessa maneira, o governo, representando as aspirações da burguesia industrial, aumentava o atrito com o imperialismo.

Para completar o quadro, a penetração do capital estrangeiro mediante os investimentos externos diretos na indústria deu origem a um novo estrato da classe capitalista industrial, vinculada à indústria de bens duráveis. Esta camada da grande burguesia era representada, sobretudo, por empresas estrangeiras, mas também contava com seus sócios locais. Seu papel foi decisivo na agudização do problema do estrangulamento externo, à medida que se incrementaram as remessas de lucros e dividendos.

Entre um e outro níveis de análise, se antepôs a contradição da cisão horizontal.

Foram as massas trabalhadoras, com efeito, que com seu movimento próprio e independente das *consignas* reformistas que recebiam de suas direções fizeram rachar (*crujir*) as articulações do sistema e determinaram seus limites. Levando adiante suas reivindicações econômicas, que repercutiram nos custos da produção industrial, e atraindo para si a solidariedade das classes exploradas em um vasto movimento político, o proletariado agudizou a contradição surgida entre a burguesia e a oligarquia latifundiário-mercantil e impediu à primeira o recurso aos investimentos estrangeiros, forçando-a a buscar o caminho do desenvolvimento autônomo. Se, ao final, a política burguesa não conduziu a não ser à capitulação e, mais que isto, à reação, é porque na verdade já não existe para a burguesia a possibilidade de conduzir a sociedade em direção a formas superiores de organização e de progresso material.⁶⁷

⁶⁷ *Id.*, p.104.

É nesse quadro que as contradições operadas nos dois planos em consideração da cooperação antagônica – no plano interno ao capitalismo dependente e entre este e o imperialismo⁶⁸ – fizeram com que o impasse chegasse ao ponto crítico onde se colocou o dilema entre a ruptura – que só seria viável com a revolução social – e a integração.

Aqui, vemos tornar-se mais explícito o nexo entre a cooperação antagônica e a crise de realização. O movimento de investimentos externos na indústria alterara as condições em que se dava a industrialização. Esse desenvolvimento industrial, através da diferenciação interna da burguesia, engendrou novas contradições, que se combinaram com aquelas já existentes, assumindo formas específicas dentro das leis do desenvolvimento dependente (superexploração do trabalho, transferência de valor, divórcio entre as fases do ciclo do capital). A cooperação antagônica entre as distintas frações burguesas, dentro da unidade contraditória que assinalara o compromisso político de 37, irrompeu, dessa maneira, em uma crise que abalou a economia brasileira.

Como dito por Marini, a dinâmica oriunda dessa conjunção de fatores veio a “propiciar uma crise que altera as próprias condições em que se realiza essa industrialização”.⁶⁹

Com o benefício da análise retrospectiva, em um texto posterior aos ensaios e artigos do livro *SyR*, Marini precisou o contexto que fizera emergir a etapa subimperialista na história do capitalismo brasileiro. Amparado em estudos de autores como Fishlow (1964) e Bacha (1976), que identificaram três ciclos econômicos, de duração aproximada de cinco anos, no período compreendido entre os anos 50 e 70, Marini pôs em evidência o segundo ciclo, situado entre 1962 e 1967, cujas características foram: depressão econômica, redução da taxa de formação de capital, desaceleração do setor manufatureiro – com crescimento a uma taxa média anual de 2% – e aumento da taxa de inflação em torno de 100% em 1964 (MARINI, 1977b).

⁶⁸ Isto não é o mesmo que dizer que o imperialismo constituiu fenômeno externo à economia dependente, como ocorre no dualismo estrutural. Ao contrário, a dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil, na qual o movimento de internacionalização do capital que configura o processo do imperialismo se internaliza na economia dependente, coloca em evidência os limites estruturais para a prática de uma política de desenvolvimento autônomo por parte da burguesia.

⁶⁹ Cf. citação acima, p. 47.

Conforme salientou, este ciclo de crise contrastava com aquele de expansão que o antecederia entre 1957 e 1962, o qual havia alcançado taxas anuais de crescimento da indústria acima de 9% e se caracterizara pelo desenvolvimento da indústria pesada, mediante a implantação de novos ramos como a indústria de automóveis. Nesse sentido, a desaceleração ocorrida entre 1962 e 67 corresponderia ao esgotamento daquele padrão de crescimento – processo também observado por autores de outras abordagens teóricas, como Tavares (1982) –, trazendo problemas de realização para a economia brasileira. A existência desse tipo de problemas no ciclo do capital remete, pois, à questão da relação entre as crises econômicas e o subimperialismo.

O tema da crise econômica deflagrada em 62 encontra-se presente na literatura dedicada à história econômica brasileira dos 50 e 60. Diversos autores propuseram interpretações sobre a natureza da crise de 62, bem como de seu impacto sobre a dinâmica ulterior do capital. O que há de comum no interesse pela questão contrasta, por outro lado, com as acentuadas divergências verificadas nas visões sobre aquela crise.

Para mencionar algumas abordagens: Tavares (1986) diz que a crise de 1962-67 foi uma crise de realização causada pela desproporção entre a indústria de bens de capital e a indústria produtora de bens de consumo; Bresser Pereira (1982) rechaça a explicação de Tavares, afirmando que a causa foi o subconsumo na indústria de bens de consumo durável, combinada com a tendência declinante da taxa de lucro; Moraes (1980) sustenta que não houve problemas de realização naquela crise, tendo sido ela resultado da superacumulação de capital; Oliveira (2003), por sua vez, fala em *modalidade* em vez de *causas* da crise. Para ele, o ciclo depressivo iniciado em 1962 assumiu a forma de crise de realização, porém não na indústria de bens de consumo durável, mas sim na de bens-salário.

A despeito do diagnóstico que se possa fazer sobre estas análises, fato é que todos os que tomaram parte nessa polêmica incorreram no erro discutido por Marcelo Carcanholo. De acordo com Carcanholo (1996), as principais vertentes marxistas⁷⁰ que se debruçaram, em diferentes momentos, na explicação das causas das crises acabaram confundindo a causa com as formas específicas em que o fenômeno crise se manifesta. Assim ocorreu com Sweezy (1976) e Dobb (1978) acerca da lei da queda tendencial da taxa de lucro; com Rosa

⁷⁰ Observação que é válida também para as abordagens não-marxistas.

Luxemburgo (1975) em relação ao subconsumo; com Hilferding (1985) no tocante à hipótese da desproporção; e com Moszkowska (1978) e sua teoria da superacumulação. As tentativas de síntese envolvendo várias interpretações no intuito de assim chegar a uma teoria marxista da crise também se demonstraram insuficientes, não passando de uma bem intencionada proposta, que na verdade, englobou “um conjunto de formas de manifestação da crise”, mas não a causa que pode vir a explicá-la.⁷¹

A razão das limitações dessas abordagens deve-se a um problema de ordem metodológica. Dado que é impossível estudar o porquê de um fenômeno e como ele se apresenta sem antes delimitá-lo, “o estudo da crise fica impossibilitado sem uma anterior definição do objeto de estudo.” Nesse sentido, Carcanholo, seguindo Marx, procurou situar o conteúdo da crise “como o momento de irrupção da contradição e, ao mesmo tempo, de reafirmação da unidade entre esses pólos contrários: produção e realização.” Segundo o autor,

a contradição entre produção e realização é definidora das crises pelo fato de que o motor da acumulação do capital é a concorrência entre os capitais para auferir um lucro extraordinário. Para tanto, os capitalistas procuram aumentar a produtividade, o que eleva o número de valores de uso produzidos e reduz o valor de cada mercadoria produzida. Isto obriga os capitalistas a lançarem no mercado um número cada vez maior de valores de uso, para realizar o mesmo montante de valor que realizavam antes.

[...]

A crise nada mais é do que a consequência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado de outra. Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explica a irrupção de crises no processo de acumulação de capital (CARCANHOLO, 1996).

Agora, uma coisa é identificar a causa básica das crises no modo de produção capitalista; outra é analisar os porquês de uma crise “localizada”, dentro de um contexto geral de crescimento⁷²; e uma terceira, ainda, seria identificar as formas assumidas por uma crise específica no tempo e no espaço. Não é o objetivo deste trabalho ingressar nesta seara, nem haveria condições de dar conta dessa discussão no âmbito desta tese. Nos termos estritos do que interessa à nossa discussão, importa salientar que Marini, ao se posicionar no âmbito do debate em tela, tratou foi das formas como a crise se manifestou, sem entrar propriamente nas causas, ainda que tenha tecido algumas considerações hipotéticas.

⁷¹ Carcanholo, *id.*

⁷² Devemos esta ideia a Marcelo Carcanholo, a quem somos gratos pelo esclarecimento.

Como veremos, o foco principal de Marini, ao formular a ideia do esquema de realização do subimperialismo, foi explicar as contratendências que seguiram à crise. Todas as principais evidências empíricas utilizadas por ele para corroborar seu argumento sobre problemas de realização na economia brasileira – inclusive quando, no *Prefácio à quinta edição de SyR*, rebate críticas que lhe haviam sido dirigidas – referem-se às contratendências que entraram em movimento após a crise.⁷³

Tendo isto em vista, Marini sustentava que o capitalismo brasileiro percorreu o caminho em direção à etapa subimperialista, como resposta às contradições que o desenvolvimento dependente lhe colocara, entre as quais estavam os problemas de realização. Com isso, Marini afirma em *Dialética da Dependência* que o subimperialismo é um fenômeno com dimensões no âmbito político, econômico e sociológico, todas as quais merecem a devida atenção do pesquisador (MARINI, 1973). A primeira é marcada pela política expansionista do subimperialismo, buscando mercados externos. A dimensão econômica diz respeito à restauração da unidade entre produção e realização do valor. Já a dimensão sociológica corresponde à restauração da unidade contraditória das frações burguesas, nos termos vistos ao longo deste capítulo.

É esse o sentido do advento do subimperialismo como etapa histórica do capitalismo brasileiro. Ele é uma nova etapa do desenvolvimento capitalista. E é também uma solução político-econômica, que restaura a unidade contraditória diante das tendências que conduzem à crise, assegurando a manutenção do poder de classe, embora sob novas formas. Preservando o latifúndio, fazendo aumentar a taxa de mais-valia, lançando-se à conquista de mercados externos, consagrando a integração imperialista dos sistemas de produção e o desenvolvimento associado e integrado que caracteriza essa fase adentrada pelo capitalismo dependente – foi assim que o subimperialismo adveio como nova fase do capitalismo dependente na experiência brasileira estudada por Marini, acomodando as diferentes frações burguesas no bloco no poder, embora especialmente para o proveito da camada superior da classe capitalista, como veremos no Capítulo 4, ao tratarmos do processo de centralização de capitais.

⁷³ Veremos mais a seguir, nesta tese, as evidências que Marini apresentou para sustentar a existência de problemas de realização na economia brasileira.

3 IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO

Tendo por base a descrição que fizemos do conteúdo do fenômeno subimperialista, representando-o mediante suas quatro variáveis (composição orgânica média/etapa dos monopólios e do capital financeiro na economia dependente, esquema tripartite de realização do capital, cooperação antagônica e hegemonia regional); e, considerando uma primeira discussão sobre suas causas, estas serão vistas mais detidamente ao longo deste capítulo, no qual analisaremos o que há de específico na ideia de subimperialismo em comparação com a teoria marxista do imperialismo.

Ou – dito em outras palavras – para se chegar a uma real compreensão do subimperialismo, incluindo sua particularidade como fenômeno possível de ocorrer no capitalismo dependente e a necessidade desta nova categoria de análise, é mister passar em revista alguns dos principais debates da teoria marxista do imperialismo e a maneira como foram apreendidos por Marini em seus escritos em torno do tema. Para isto, optamos por examinar aquelas formulações dos expoentes marxistas do imperialismo que demonstram ter influenciado de alguma maneira as reflexões de Marini – tenham sido citadas diretamente ou apenas se insinuado nas entrelinhas de seus escritos. Após este procedimento, chegaremos a uma explicação das causas e a uma explicitação da forma de manifestação do subimperialismo que demonstrarão a *raison d'être* do conceito.

3.1 O subimperialismo diante da teoria marxista do imperialismo

Na análise a seguir, imperialismo e subimperialismo serão confrontados, na busca de três objetivos: (1) examinar idéias da teoria marxista do imperialismo cuja influência sobre Marini pode ser encontrada explícita ou implicitamente; (2) discutir diferenças e particularidades do subimperialismo com relação à teoria do imperialismo; (3) explicar as dimensões e variáveis do conceito de subimperialismo tal como definidas no texto de Marini, à luz de sua contribuição original no contexto dos debates teóricos marxistas.

Dado o volume de questões que encerra o debate sobre o tema do imperialismo na tradição marxista – de notável complexidade e que até hoje arrasta polêmicas que dividem autores – não seria possível, nos limites deste trabalho, esgotar todos os debates que permeiam essa problemática. Por isso, vamos nos ater ao conjunto de questões que consideramos de maior

relevância dentro de nossos objetivos, seguindo o que pudemos detectar em nossa exegese da obra de Marini. Os eixos temáticos são:

- (1) monopólios, capital financeiro e a tendência integracionista do capitalismo mundial;
- (2) o movimento de internacionalização do capital e os mecanismos de contenção das tendências à crise;
- (3) o Estado e a formação de trustes nacionais: a dialética internacionalização-internacionalização;
- (4) intercâmbio desigual e apropriação do valor das nações mais débeis: o controle de esferas de influência;
- (5) imperialismo, belicismo e intervencionismo;
- (6) expansão imperialista e o deslocamento externo das contradições internas: a questão da aristocracia operária.

3.1.1 Monopólios, capital financeiro e a tendência integracionista do capitalismo

No Prefácio à 5ª edição de *SyR*, Marini sustenta que

a característica central do imperialismo não é nem a exportação de manufaturas ou de capitais, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Estas são, melhor dizendo, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar à *fase dos monopólios e do capital financeiro*, como assinalaram não somente Lênin, mas também Bukhárin, Hilferding e demais marxistas que se ocuparam do tema (Marini, 1974, p. XV-XVI. Grifo no original).

Com os mesmos termos de sua caracterização acima para o imperialismo dominante, seguindo a seara dos teóricos marxistas à época da II Internacional, Marini definiu o subimperialismo como “a forma que assume o capitalismo dependente *ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro*” (MARINI, 1974, p. 31). Chama atenção que tanto ao se referir ao imperialismo, como ao subimperialismo através do termo *fase dos monopólios e do capital financeiro* este tenha aparecido grifado. Isto nos sugere, conjuntamente com a correspondência entre os enunciados das definições conceituais, intenção do autor em frisar a origem histórica do imperialismo e do subimperialismo como derivada da mesma raiz, embora um pertença às economias dominantes, enquanto o outro é próprio do capitalismo dependente.

Ao pôr em destaque o que constitui a *característica decisiva* do imperialismo, Marini buscava identificar sua essência, diferindo-a de suas formas ou manifestações fenomênicas. Com isso, esperava estabelecer uma hierarquia entre as determinações que compunham a nova realidade que ele chamava de subimperialismo, a fim de poder explicá-la. E isto o fazia seguindo a pista de Lênin, quando o revolucionário russo procurou delimitar o liame entre o vocábulo imperialismo e as categorias *monopólio* e *capital financeiro*. Senão vejamos:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações de industriais e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LÊNIN, 1984, p. 367).

Ou seja, o binômio monopólios e capital financeiro é a característica central do imperialismo por serem os elementos de maior peso específico, que dão conta de explicar os demais aspectos do imperialismo, tais como a exportação de capitais, o controle de fontes de energia e matérias-primas no exterior ou a tendência conducente à guerra entre as potências capitalistas. A ideia da competição entre associações monopolistas do capital financeiro (fusão do capital bancário com o capital industrial) pela presença monopolista através dos territórios do globo é a mesma expressa em diversas passagens de Marini.

É sobre essa base conceitual que Marini introduziu a ideia de que a tendência integracionista marcada pela internacionalização da acumulação capitalista no pós-guerra produziu uma diferenciação da economia mundial, que deu lugar a subcentros econômicos e políticos, dotados de autonomia relativa, embora subordinados ao imperialismo dominante. Estes novos subcentros eram economias medianamente industrializadas que, após atingirem certo grau de monopolização e de presença do capital financeiro, passavam a apresentar também tendências expansionistas nas relações internacionais de poder. Foi nesse contexto que se definiu o subimperialismo como “a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”. Nas palavras de Marini,

[...] a expansão e aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital dinheiro [no pós-guerra] foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho distinto ao que regia antes da crise mundial [...] Passou o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Nos encontramos frente a uma realidade econômica em que a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Isto é certo ainda quando o capital industrial se amplia e fortalece em áreas extrativas e agrícolas; o é todavia mais quando consideramos a extensão e diversificação à escala mundial da indústria manufatureira. O resultado foi um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas de forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros médios de acumulação – que são também potências capitalistas médias –, o que nos levou a falar da emergência de um subimperialismo. Este processo de diversificação, que é simultaneamente um processo de integração, segue ostentando à sua dianteira a suporpotência que a crise mundial fez surgir: os Estados Unidos da América do Norte (MARINI, 1977a).

A internacionalização da acumulação, através dos investimentos externos diretos na indústria, provocou o processo de integração dos sistemas de produção – e, naturalmente, a integração das burguesias locais às burguesias dominantes. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, produziu a ascensão de potências intermediárias como o Brasil na economia política das relações internacionais.

Para compreender como se chegou a essa reescalonamento dos países capitalistas em forma piramidal, convém mencionar algumas cifras manejadas por Marini sobre o movimento de capitais do pós-guerra.

Entre 1950 e 1965, os investimentos diretos dos EUA na América Latina passavam de 3,8 bilhões a 9,4 bilhões de dólares, registrando um aumento de cerca de 2,5 vezes. Junto ao incremento do volume investido, verificava-se também uma mudança de perfil: se em 1929 somente 6,7% do IDE dos EUA na região concentravam-se na indústria manufatureira, este setor receberia 19,1% do investimento direto estadunidense no continente em 1950 e 32,3% em 1967.⁷⁴

No curso do mesmo processo, outro dado digno de nota foi que três países concentravam mais de dois terços do IED dos EUA na América Latina (Argentina, México e Brasil), os mesmos quais absorveram este IED com uma porcentagem bastante superior à média dos países latino-americanos nos setores manufatureiros de suas respectivas economias (Argentina com 64%, México com 68%, Brasil com 69%). Há que se mencionar também,

74 Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Apud Marini (1977a, quadro 5, p.37).

como indicador da penetração do capital imperialista, a presença dominante das empresas estrangeiras entre as que possuíam maior número de trabalhadores. Considerando aquelas empresas com mais de 500 empregados, enquanto 13,5% pertenciam ao capital nacional, 44,4% eram empresas estrangeiras (MARINI, 1977a).

O que esses números evidenciam é que, com sua penetração, o capital estrangeiro vinculava-se a um setor produtivo da indústria nacional, dando origem não à internacionalização do mercado interno, mas à internacionalização do sistema produtivo nacional, ou seja, a integração imperialista dos sistemas de produção.⁷⁵ Esse processo de integração dos sistemas de produção possui relação direta com a tendência integracionista do capitalismo mundial, questão que ocupava o cerne da análise dos teóricos marxistas do imperialismo.

Com efeito, na fase imperialista marcada pelo movimento de exportação de capitais do pós-guerra, o fenômeno da integração dos sistemas de produção deixava flagrante a tendência à centralização do capital: “das 1.325 filiais estrangeiras na América Latina, somente 48,2% são novas empresas; 35,8% são empresas adquiridas e parte dos 8% restante resulta de fusões, ambos os casos sendo expressão da centralização do capital”. Da mesma maneira evidenciavam as estatísticas para as exportações industriais: em 1969, as exportações brasileiras de manufaturados provenientes de empresas estrangeiras alcançavam 43% do total (MARINI, 1977a).

Considerando o impacto do capital estrangeiro na estrutura industrial da economia brasileira, Marini destacou que o movimento de exportação de capitais em exame era resultado, em boa medida, do desenvolvimento de novos ramos da produção nos EUA e nos demais países do capitalismo central. De acordo com ele,

embora muitos dos produtos que daí derivem [do investimento externo na indústria do capitalismo dependente], de maneira direta ou indireta, consistam francamente suntuários nas condições da América Latina, foi em função deles que, por conveniência do capital estrangeiro, se alterou a estrutura produtiva. O caso do Brasil é significativo. Em 1950, os ramos têxteis e de alimentos respondiam por 50% do valor total da produção; em 1960, esta proporção cai para 36,24%, enquanto se eleva a participação do ramo material de transporte de

75 Marini opõe essa ideia à caracterização de outros autores como Cardoso e Faletto, que também utilizavam o conceito de dependência, mas falavam em internacionalização do mercado interno. Com efeito, o que estava em curso era na verdade a integração dos sistemas de produção, inclusive com retrocesso da substituição de importações para controle do capital estrangeiro.

2,28% a 6,7%, da indústria química de 5,13% a 8,85% e da metalurgia de 7,51% a 10,4%; em 1970, os ramos de têxteis e de alimentos contribuíram somente com 29,49% do total, enquanto os outros três subiam a 8,2%, a 10,89% e a 12,47% respectivamente. Embora isto apareça, em abstrato, como natural e bom, há que ter presente, para tomar um só exemplo, que o ramo material de transporte encontra-se fortemente influenciado pela indústria automotriz, que produz prioritariamente carros de passeio e que se constituiu no eixo da expansão econômica brasileira dos últimos anos, situando-se no nono lugar da produção mundial e induzindo de forma direta o desenvolvimento da produção metalúrgica, química, etc.⁷⁶

Por trás do processo que levou a economia brasileira, através do investimento externo direto – principalmente norte-americano – a ocupar um posto entre os dez maiores produtores mundiais de automóveis estava o próprio fundamento que promoveria sua ascensão subimperialista.

Como principal destino da exportação dos capitais norte-americanos na América Latina, que ademais se alocavam preferencialmente na produção industrial, o Brasil se convertia em país medianamente industrializado e – mais do que isso – em uma potência média que se projetava como país-chave, entre os países latino-americanos, apresentando não somente índices superiores aos de seus consortes na indústria manufatureira, como também sediando um dos núcleos principais em escala mundial da produção automotriz, ramo de primeira importância para a economia capitalista do pós-guerra.

Para além da transformação da estrutura industrial da economia brasileira, a tendência integracionista da acumulação mundial dava origem à formação, no Brasil, de um mercado de capitais – evidenciando a chegada da economia brasileira à etapa dos monopólios e do capital financeiro, a partir do momento em que o país integrava-se não somente à órbita do capital produtivo imperialista, como do capital portador de juros cuja circulação se expandia e intensificava em escala mundial.

Segundo Marini, “as condições econômicas [do advento do subimperialismo] relacionam-se com a expansão do capitalismo mundial nos anos setenta e sua particular expressão: o *boom* financeiro”. Este tivera início em meados da década de 1960. Entretanto, em seus primeiros anos ele afetou pouco os países subdesenvolvidos.

⁷⁶ *Id., ibid.*

É a partir da década de 1970 que o fluxo de capitais privados, em particular de euromonedas, se deslocou para estes. O Brasil se colocou na primeira fila, entre seus receptores, no mesmo momento em que o mercado de euromonedas dobrava, em menos de quatro anos, suas disponibilidades: de 45 bilhões de dólares, em 1969, a 82 bilhões, na metade de 1972.

(...)

A estrutura institucional e jurídica brasileira, para atrair o fluxo de dinheiro, havia começado a se armar desde que o regime militar assumira. Em 1965, se ampliou o regime proporcionado ao capital estrangeiro, mediante a modificação da Lei N° 4131 de 1962, que lhe proporcionava já condições bastante vantajosas, e se abriu a porta para a contratação de empréstimos em dinheiro entre empresas estrangeiras e locais. A partir de 1967, novas medidas facultaram os bancos comerciais e de investimento a tomarem e repassarem a empresas no país créditos para financiar seu capital fixo e de giro. Surge então um verdadeiro mercado de capitais no país.⁷⁷

O estabelecimento de um mercado de capitais no Brasil, argumenta Marini, marcou passo com o crescimento dos capitais privados suplantando o capital governamental e de instituições internacionais como origem dos créditos. Uma outra característica desse processo em marcha foi a enorme concentração do volume transacionado de capital de empréstimo na indústria manufatureira.⁷⁸

A interpenetração entre capital bancário e capital industrial e o aumento do volume de transações no mercado de crédito privado implicaram o crescimento da escala de operações das empresas. Diante dessa realidade,

entende-se, pois, a necessidade de assegurar a plena circulação do capital assim investido, ou seja, de abrir caminho à sua realização. [...] o Estado interveio ativamente nesse sentido, criando ou subsidiando a demanda (interna e externa) para a produção. Ocupou-se, também, de assegurar campos de investimento no exterior, mediante operações das empresas estatais, créditos intergovernamentais ou garantias a operações privadas em países da América Latina e África. Lançado na órbita do capital financeiro internacional, o capitalismo brasileiro faria tudo para atrair o fluxo monetário, embora não fosse capaz de assimilá-lo integralmente enquanto capital produtivo e devesse reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Com isto, a seu modo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa da exportação de capital, assim como na rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás (MARINI, 1977a).

Com o exposto até aqui, é notório que a integração da economia brasileira ao capital produtivo e ao capital dinheiro internacional – ou seja, a imbricação de ambos que assinala o capital financeiro imperialista – contribuiu para a ascensão do Brasil como um subcentro

⁷⁷ *Id., ibid.*

⁷⁸ Veremos essa tendência em maior detalhe no capítulo seguinte.

da acumulação mundial, dotado de uma indústria manufatureira relativamente desenvolvida – nos termos do desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo, é claro – e de um mercado de capitais operando no país. Estes foram processos que desembocaram nas tendências expansionistas que, junto de suas determinantes, correspondem, do ponto de vista econômico, ao fenômeno subimperialista.

A combinação de fatores descrita pelas quatro variáveis do subimperialismo pôs em movimento, desse modo, tendências expansionistas cujas formas, entre outras, foram a exportação de manufaturas e de capitais; a luta pela conquista de fontes de matérias-primas e energia no entorno regional do subcentro em ascensão na divisão internacional do trabalho e na hierarquia do poder mundial.

Se Marini estava convencido de se defrontar com um fenômeno que era novo – e que, tal qual, exigia uma nova categoria a fim de explicá-lo –, chamando-lhe subimperialismo, termo que continha tanto similitudes como diferenças em relação ao imperialismo *tout court*, outros autores marxistas reagiram negativamente à sua proposição. O rechaço deles, conforme colocaram, devia-se a que não eram observadas, no que Marini denominava subimperialismo, tendências fundamentais constitutivas do imperialismo, se fosse levada em conta a análise de Lênin e demais teóricos marxistas.

O venezuelano José Agustín Silva Michelena rejeitou o conceito de subimperialismo por dois lados. Primeiro, descartando a existência de problemas de realização no capitalismo brasileiro, endossando a interpretação de Cardoso e Serra sobre a obra de Marini⁷⁹, com o que pretendeu refutar a explicação do expansionismo econômico do país como consequência do problema do mercado. Em segundo lugar, compartilhava Silva Michelena do argumento segundo o qual as economias dependentes latino-americanas

79 “A tese do subimperialismo foi criticada por Cardoso com os seguintes argumentos: (...) 1. Em primeiro lugar, porque é falso dizer que o dinamismo do sistema capitalista dependa do consumo dos trabalhadores e não da competição dos capitalistas, da introdução de novas tecnologias, junto com a crescente ampliação da escala da acumulação. Assim, é possível que se expanda o consumo capitalista embora o dos trabalhadores se mantenha constante ou se reduza, em cujo caso somente seriam afetadas as indústrias para consumo de massa (têxteis, etc.). Cardoso também ressalta que a crise de consumo interno, a que Marini faz referência, foi conjuntural. (...) 2. A persistência de formas de trabalho não-capitalistas pode ser funcional para a acumulação, mas a dinâmica do capitalismo – que atingiu a etapa da exploração de mais-valia relativa e de aumento da composição orgânica do capital – depende da criação real de um mercado de consumo capitalista” (SILVA MICHELENA, 1977, p.176). No capítulo 5, teceremos nossas considerações sobre os argumentos de Cardoso.

têm de completar seu circuito de acumulação nas economias dos países capitalistas desenvolvidos, pois não dispõem do setor produtor de bens de produção: sem o qual é impossível o advento da necessidade imperialista de exportar capitais (SILVA MICHELENA, 1977, p.178).

Considerando a exportação de capitais como traço definidor do imperialismo – e, por extensão, do que seria o subimperialismo; e partindo da premissa de que o fluxo de capitais na forma de investimentos externos toma seu curso somente a partir de países que detêm o controle de uma indústria própria de bens de produção (os quais são os candidatos a uma expansão imperialista – e subimperialista), Silva Michelena deduz a impossibilidade lógica de um subimperialismo, dado que os países latino-americanos dependem da importação de capitais. Com base nesse ponto de vista, ele rejeita o conceito de Marini e manifesta-se favorável ao de potência média, em lugar.

Samir Amin segue uma perspectiva similar à de Silva Michelena. Apesar de considerar a categoria do subimperialismo como “uma estrutura bem caracterizada que ocupa um lugar definido na divisão internacional desigual do trabalho”, o economista egípcio demonstra-se reticente em adotá-la. Se o subimperialismo fora pensado à semelhança do imperialismo central e este último tem na exportação de capital o seu elemento determinante, os países chamados subimperialistas não se encaixariam nessa definição, dado que são importadores líquidos e não exportadores de capital. Por consequência, ele posiciona-se a favor dos conceitos alternativos de “*lumpen-europeização* ou *lumpen-desenvolvimento* [que] dão conta deste fenômeno de modo mais adequado do que *sub-imperialismo*” (AMIN, 1978).

A respeito de argumentos como o de Silva Michelena e de Samir Amin sobre o traço da exportação de capitais, Marini escreveu no *Prefácio à quinta edição de SyR*:

[...] deve-se considerar que – à diferença do que se vem dizendo – a característica central do imperialismo não é nem a exportação de manufaturas ou de capitais, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Estas são, melhor dizendo, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar à *fase dos monopólios e do capital financeiro*, como o assinalaram não somente Lênin, como também Bukhárin, Hilferding e demais autores marxistas que se ocuparam do tema. Seria bom, nesse sentido, ter presente o acelerado processo de monopolização (via concentração e centralização do capital) que teve lugar no Brasil nos últimos dez anos [1964-74], assim como o extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968 [...] Tudo isto está mostrando que a discussão se encontra mal colocada e que se deve definir com mais precisão os termos em que ela deve se dar. A teoria leninista do imperialismo – ela própria um

desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial a princípios do século – é um ponto obrigatório de referência para o estudo do subimperialismo, porém não pode ser invocada para impedir que esse estudo se leve a cabo. E não o pode, entre outras razões, porque está referida ao *imperialismo*, não ao *subimperialismo* (MARINI, 1974, p.XV-XVI).

Esta resposta, embora não destinada diretamente aos autores comentados acima, que escreveram suas críticas posteriormente ao *Prefácio* de 1974, constitui, ademais de um argumento sólido refutando-as, um elemento de importância para a afirmação de uma teoria própria ao fenômeno subimperialista.

3.1.2 O movimento de internacionalização do capital e os mecanismos de contenção da tendência à crise

O tema das crises de realização possui um papel decisivo dentro da proposição do conceito de subimperialismo em Marini. Estudando o ciclo do capital na economia dependente⁸⁰ – em seu projeto de investigação das formas particulares do funcionamento do capitalismo latino-americano – Marini descobriu as condições específicas da produção de valor no capitalismo dependente (a superexploração do trabalho) e as peculiaridades que a circulação do capital assume nessas economias (a separação entre esfera baixa e esfera alta do consumo, com o dinamismo da economia residindo na segunda).

Essas descobertas teóricas ajudam a explicar as causas do subimperialismo, conforme as expôs Marini quando escreveu que ele se define *a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial* derivada da nova divisão internacional do trabalho; e *a partir das leis próprias da economia dependente*.⁸¹

80 Cabe lembrar que o ciclo do capital industrial corresponde à unidade dialética entre produção e circulação, sendo composto por três fases: circulação - produção - circulação. Marx representou-o através da fórmula $D - M \dots P \dots M' - D'$, cujo circuito permite analisar como o capital se metamorfoseia percorrendo suas distintas formas capital dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Enquanto na primeira fase da circulação o capitalista compra mercadorias na forma de força de trabalho e meios de produção para que se gere mais-valor no processo produtivo, "esses diferentes valores se encontram englobados no valor total das mercadorias que, terminado o processo de produção, entram na segunda fase da circulação para, mediante sua venda, realizar-se em dinheiro" (MARINI, 1979a). A realização do capital é, pois, a transformação $M'-D'$, na qual ocorre a conversão do capital mercadoria produzido – portador do valor dispendido na produção acrescido da mais-valia extraída do trabalhador - em mais-dinheiro.

81 Recordando a citação do *Prefácio de SyR* feita na Introdução, os fatores determinantes do subimperialismo, relacionados ao ciclo do capital na economia dependente são: (1) a reestruturação do sistema capitalista mundial na nova divisão internacional do trabalho; (2) a superexploração do trabalho e o divórcio entre as fases do ciclo do capital que caracterizam a economia dependente; (3) a monopolização

Embora essa combinação de causas já estivesse explicitada na quinta edição de *SyR*, é em escrito posterior onde se aprofundam os parâmetros que nos permitem explorar todo seu significado. Em *El ciclo del capital en la economía dependiente*, Marini pôs em evidência duas formulações de Marx sobre a realização do valor que resultam decisivas para a discussão aqui presente. A primeira é que a burguesia, dada a dinâmica da concorrência intercapitalista, deve seguir o imperativo de realizar somas de valor superiores às dos competidores em cada ramo econômico – isto é, deve realizar uma mais-valia extraordinária. Esta se manifesta, dentro de um mesmo ramo da indústria, quando o capitalista logra que suas mercadorias sejam produzidas a um valor individual abaixo do valor social (este último correspondendo à média do ramo respectivo). Ao mesmo tempo, também pode ocorrer uma transferência intersetorial de mais-valia para determinados setores ou departamentos da produção industrial, proporcionando-lhes lucros extraordinários.⁸²

O outro elemento da elaboração de Marx foi a demonstração de que a unidade dialética produção—circulação ou produção—realização do valor sofre abalos periódicos provocados pelas contradições existentes nas relações sociais de produção. São as crises cíclicas capitalistas (MARINI, 1979a). Estas formulações de Marx encontram-se no núcleo da reflexão que levou Marini a cunhar o conceito de subimperialismo.

De que modo a experiência histórica brasileira confirmou os fatores em tela? Ao ascender à condição de subcentro econômico na reestruturação do sistema capitalista mundial, desenvolvendo na nova divisão internacional do trabalho atividades produtivas que colocaram a indústria de bens duráveis como o setor mais dinâmico de sua economia, o capitalismo brasileiro engendrava novas contradições e novas tendências que diziam respeito à questão imperialismo-crisis econômicas, ou seja, o vínculo entre imperialismo, de um lado, e a relação entre produção e realização do valor, de outro.

Analisando a questão primeiro do ângulo das relações imperialismo-economia dependente, convém responder: por que as empresas multinacionais transferiram etapas da produção fabril de ramos como a indústria automobilística, a indústria de máquinas e equipamentos e de

extrema em favor da indústria suntuária; (4) a integração do capital nacional ao capital estrangeiro (a integração dos sistemas de produção).

82 Para um estudo vigoroso dessa questão, cf. *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (MARINI, 1979b)

outros ramos para países como Brasil? Ora, a elevação da composição orgânica do capital no âmbito dessas indústrias pressionou um movimento de queda da taxa de lucro, o qual poderia ser revertido se as empresas do setor explorassem a força de trabalho a taxas mais elevadas em países subdesenvolvidos.⁸³ Além disso, ao contar com subsídios e outras formas de transferências líquidas de recursos que fossem garantidos pelos governos de países dependentes interessados em atrair os investimentos destas empresas multinacionais, se obteria um mecanismo para vender mercadorias a preços mais competitivos, de maneira a proporcionar a acumulação de lucros extraordinários. Desta feita, as economias imperialistas obteriam um duplo benefício, limitando a queda da taxa de lucro, enquanto tratavam, ao mesmo tempo, de ampliar suas vantagens competitivas fazendo avançar a fronteira tecnológica em seus países, especializando-se nos novos ramos de ponta da produção industrial.

Esta reflexão subjaz à noção de integração dos sistemas de produção referida por Marini. Associada a ela, encontra-se a tendência à monopolização extrema em favor da indústria suntuária. Se a chegada da economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro deu-se mediante a penetração do capital estrangeiro no aparato produtivo nacional, e o setor dinâmico do crescimento econômico repousou na indústria de bens de consumo suntuário, não espanta que o movimento de monopolização capitaneado pelo investimento estrangeiro tenha se apoderado do novo eixo da acumulação.

Agora, o que para o imperialismo constituía uma saída para a queda da rentabilidade do capital, na economia dependente traria novas contradições que deveriam ser contornadas. No prefácio à quinta edição de *SyR*, tido por Marini como uma de suas apresentações mais

83 “É evidente que, nas indústrias novas, a quantidade de investimento que o capital constante exige, particularmente o capital fixo, aponta a uma elevada composição orgânica, que ameaça constantemente a taxa de lucro. Se entende, pois, que as grandes empresas busquem diversificar suas atividades para campos de investimento com composição orgânica mais baixa, como a agricultura ou os serviços. [Ao mesmo tempo] um dos fenômenos mais característicos e menos estudados da acumulação capitalista contemporânea é precisamente o fato de que o capital busca de forma crescente deslocar o mecanismo de nivelamento do lucro desde a área das relações entre as empresas, como ocorria normalmente na fase do capitalismo competitivo [...] para a área das relações intra-empresas, ou seja, entre suas distintas filiais (...) Isto se vê acentuado pela redução do prazo de amortização do capital fixo, como consequência das inovações tecnológicas que provocou a guerra mundial e a corrida armamentista posterior, o qual, segundo Mandel, haveria se reduzido [o prazo de amortização] à metade, caindo de oito a quatro anos. Movidos pelo mecanismo (*resorte*) da mais-valia extraordinária, os monopólios se vêm forçados a substituir o capital fixo antes que esteja totalmente amortizado. Sua exportação para áreas de menor desenvolvimento tecnológico, onde representam ainda inovações e onde se dispõe de uma força de trabalho remunerada a níveis mais baixos, permite que a amortização se complete e mantém aberto o caminho para a renovação tecnológica nos centros capitalistas avançados” (MARINI, 1977a, p.24-5).

sistemáticas sobre o subimperialismo, o foco está voltado à discussão sobre a existência de problemas de realização no capitalismo brasileiro.

Respondendo a autores que negaram esta tese, proposta originalmente na primeira edição de *SyR*, Marini resumiu assim o pensamento de seus críticos:

rechaçam com indignação a possibilidade de que no Brasil se apresentem – como eu sustento – problemas no que se refere à realização do capital. Evocando Marx (embora, de fato, confundindo Marx com Say) negam, primeiro, que a realização do capital em uma economia capitalista dependa, fundamentalmente, do mercado de bens de consumo corrente e, logo, fazendo caso omissis da contradição entre este argumento e o que segue, voltam a negar a existência de tais problemas pelo fato de que, mediante uma crescente produtividade do trabalho e a integração progressiva das camadas trabalhadoras ao consumo o mercado interno brasileiro pode seguir expandindo-se sem maiores dificuldades (MARINI, 1974, p. IX-X).

Depois de asseverar que a “realização dos produtos de consumo corrente constitui um motivo constante de preocupação do capitalista; [e que] a isto responde o enorme desenvolvimento da mercadotécnica e da publicidade comercial e, mais ainda, o giro da economia burguesa, a partir de meados do século passado [XIX], desde os problemas da oferta ou da produção até a ênfase (*hincapié*) nos problemas da demanda”; Marini explica que

isto é assim porque, por significativa que seja (e o é cada vez mais) a realização de mercadorias sob a forma de maquinaria e insumos industriais, esta encontra-se referida, em última instância, ao mercado de bens finais, no qual desempenha um papel relevante a demanda de bens de consumo corrente. Pretender separar a produção da circulação e da realização das mercadorias, sob pretexto de que é a primeira que deve primar na análise, e subestimar na realização do capital o papel que desempenha a demanda de bens de consumo corrente não só não é uma posição marxista, mas pode também converter-se em instrumento útil à apologia do sistema. A realização do capital é, antes de tudo, realização do capital-mercadoria e constitui um elemento fundamental no ciclo do capital; este só a dissocia naqueles momentos em que se vê enfrentado por sua própria ruptura: a crise. E, ao fim e ao cabo, é o fantasma da crise o que espoleia incessantemente a produção capitalista, arrastando-a cada vez mais depressa para o abismo que quer evitar.⁸⁴

Se pode melhor comprovar essa tendência mediante a comparação das taxas de crescimento da produção nos ramos produtores de bens de consumo durável com aquelas verificadas nos ramos que correspondem aos bens de consumo necessário ou bens salário. A respeito destes números Marini argumentou, no mesmo contexto:

⁸⁴ *Id.*, p. X-XI.

Os próprios índices da produção industrial indicam que, tomando os anos de 1964 e 1970 como termos de comparação, ramos como o de Material de Transporte saltaram de 92.4 a 225.2, enquanto indústrias de bens salário, como a têxtil, baixavam de 101.6 a 97.2 e a de vestuário e calçado mantinha-se praticamente estagnada, em torno a 113. É difícil imaginar as camadas trabalhadoras que, segundo nossos autores, estariam integrando-se ao consumo, contribuindo a dinamizar o mercado de automóveis, por exemplo, antes que o de bens de consumo corrente.⁸⁵

É diante desse quadro que Marini assenta sua ideia a respeito da cisão entre as esferas alta e baixa do consumo, refletindo um divórcio entre a estrutura produtiva e a necessidade de consumo das massas; e seu argumento sobre a existência de problemas de realização que demandavam a ativação de um esquema de medidas para contrarrestá-los. Dentro de referido esquema, despontaram as exportações brasileiras de manufaturados.

Tendo isso em vista, na sua avaliação,

se relacionamos essa expansão comercial com o dinamismo da estrutura industrial brasileira (que desfavorece, como vimos, as indústrias de bens-salário) e a incapacidade do sistema para incorporar as massas à produção e ao consumo, entendemos mal o porquê de tanta resistência a admitir a existência de problemas de realização *no interior* da economia do Brasil (MARINI, 1974, p. XIV).

Entretanto, extraindo conclusões demasiado rápidas, sem avaliar a totalidade das proposições de Marini ou mesmo interpretando-as a seu bel-prazer no intuito de combatê-las, diferentes autores taxaram de estagnacionista e partidária da tese subconsumista de Rosa Luxemburgo a formulação sobre os problemas do ciclo do capital na economia dependente.

Em primeiro lugar, Marini não compartilhou da tese estagnacionista presente em outros autores como Celso Furtado. O que ele argumentou foi a existência de problemas de realização na economia brasileira que outros não puderam ou não quiseram reconhecer. Segundo, sua argumentação jamais afirmou que estas contradições no ciclo do capital assumissem a forma de uma crise de realização permanente, como acusou Cardoso.⁸⁶ Ao

⁸⁵ *Id.*, p. XII. Na Tabela 3 (Anexos) encontra-se a fonte dos dados citados por Marini, com os números índices da produção industrial para o período 1963-70, com ano base em 1962.

⁸⁶ “A preocupação com ‘leis de transformação’ na tradição marxista é clara em dos Santos, assim como no livro de Vânia Bambirra. Marini, Rui Mauro em – ‘Brazilian Sub-imperialism’, *Monthly Review*, n.9, feb.

contrário, veio a demonstrar que havia meios de se contornar as contradições entre produção e consumo, o que tratou de comprovar através do conceito de subimperialismo, como veremos. Terceiro, não foi a adoção da tese subconsumista de Rosa Luxemburgo que o levou a caracterizar os problemas de realização da economia brasileira, como teria sido na insinuação de Palma.⁸⁷ Enquanto para a marxista polonesa havia uma impossibilidade estrutural de a economia capitalista deslocar os problemas de realização e assegurar a continuidade da reprodução do capital a não ser mediante a conquista violenta das economias naturais ainda não pautadas pelas relações de produção capitalistas, Marini anteviu medidas dentro do próprio círculo de consumo e da produção existentes que poderiam atuar como contratendência.⁸⁸

Foram, na verdade, formulações de Marx e de Lênin sobre a questão dos mercados que Marini reivindicou ao justificar a importância conferida aos problemas de realização em suas análises. Em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, Marini cita uma passagem dos Escritos de Juventude de Lênin, onde se lê:

A questão da realização [...] é um problema abstrato, vinculado com a teoria do capitalismo em geral. Tomemos um só país ou o mundo inteiro, as leis fundamentais da realização descobertas por Marx são sempre as mesmas. O problema do comércio exterior ou do mercado externo é um problema histórico, um problema das condições concretas do desenvolvimento do capitalismo, mas nunca sua realidade [...] Desta teoria (da realização)⁸⁹ se deduz que, ainda quando a reprodução e a circulação do conjunto do capital fossem uniformes e proporcionais, não se poderá evitar a contradição entre o aumento da produção e os limites restringidos do consumo [...] Ademais, o processo de realização não se desenvolve na realidade segundo uma proporção idealmente uniforme, mas sim somente através de dificuldades, de “flutuações”, de “crises”, etcétera (LÊNIN, apud MARINI, 1977, p.29).

Com o que colocamos até aqui, fica exposta a relação entre imperialismo, teoria das crises e subimperialismo. A particularidade da abordagem do subimperialismo é que este

1972, p.14-24 e em *Sub-desarrollo y revolución*, México, Siglo Veintiuno, 1969, refere-se também a algum tipo de leis históricas. Mas a interpretação de Marini é mais analógico-formal do que histórico-estrutural. Sua apresentação das características do capitalismo dependente (em termos da superexploração da força de trabalho e da permanente crise de realização do capital) não se adequa ao processo histórico real” (CARDOSO, 1980, p.99, nota n. 11).

87 “Outra análise dentro do mesmo enfoque de ‘acumulação do atraso’, de Frank, é o de Ruy Mauro Marini (1972b). Sua obra, fundamentalmente uma tentativa de desenvolver um modelo mais complicado que o de Frank ou o de Dos Santos, pode ser resumida essencialmente como uma tentativa de aplicar o esquema de Luxemburgo (1913) à situação latino-americana contemporânea” (PALMA, 1987, p.56).

88 Em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital*, Marini comenta o equívoco de Luxemburgo que confundira o lógico com o histórico no método de exposição adotado por Marx nos esquemas de reprodução do Livro II de *O Capital* (MARINI, 1979b). Para uma análise da teoria da crise capitalista em Rosa Luxemburgo, cf. Carcanholo (2007).

89 Parêntesis de Ruy Mauro Marini.

comparece como portador de contratendências aos problemas de realização do capitalismo dependente, este último sendo marcado pela cisão entre as esferas baixa e alta do consumo.

3.1.3 O Estado e a formação de trustes nacionais: a dialética internacionalização-internacionalização

Além das contribuições de Lênin sobre a característica principal do imperialismo e sobre a questão dos mercados, Marini também incorpora elementos da teoria da conglomeração de Bukhárin, ao examinar o papel que o Estado cumpre na dinâmica do subimperialismo. Em *Acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, ele discute o processo de aglomeração do capital com o Estado nacional, formando trustes capitalistas no contexto da tendência integracionista do capitalismo mundial.

Conforme sustenta, o processo de internacionalização do capital não implica a perda de vigência, nem a desapareição progressiva dos Estados nacionais. Com efeito, “a internacionalização do capital, base objetiva da integração dos sistemas produtivos, não constitui um processo unívoco e uniforme, isento de contradições”, de maneira que este movimento (de internacionalização) não pode ser considerado independentemente de seus vínculos com os Estados nacionais. Supor o contrário – comenta Marini – foi o que levou no passado “a teses errôneas como a do superimperialismo [de Káutsky], que Lênin e Bukhárin combateram com vigor” (MARINI, 1977a, p. 33).

E é na análise de Bukhárin em que Marini se apoia para caracterizar o papel do Estado nas relações que dão origem ao subimperialismo. De acordo com Marini, Bukhárin, em sua obra *A economia mundial e o imperialismo* (BUKHÁRIN, 1986), põe em evidência o fato de que a internacionalização do capital não pode prescindir de sua nacionalização⁹⁰. Essa contradição advinda no curso histórico do movimento expansivo do capital estabelece que

O processo de organização [do sistema de produção mundial] tende a sair do marco nacional; porém, surgem então dificuldades muito mais sérias. Em primeiro lugar, é bastante mais fácil vencer a concorrência no terreno nacional do que no mundial (as associações internacionais se formam geralmente sobre a base de monopólios nacionais já constituídos); em segundo, a diferença de

90 Aqui, o vocábulo nacionalização não tem a conotação expressa no programa político das organizações de esquerda (“nacionalização das empresas estratégicas”), mas a empregada, sim, no sentido da internacionalização do movimento mundial do capital no âmbito das economias nacionais, mediante a sobreposição de circuitos inter-relacionados nos quais o capital percorre seu ciclo buscando a reprodução em escala ampliada.

estrutura econômica e, por conseguinte, de gastos de produção torna onerosas as associações para os grupos nacionais avançados, e *em terceiro lugar, a aglomeração com o Estado e suas fronteiras constitui por si mesma um monopólio cada vez maior, que assegura lucros suplementares.* (...) [Daí] a tendência à formação de grupos nacionais estreitamente coesos, armados até os dentes e prontos a todo o momento para se lançarem uns sobre os outros (BUKHÁRIN *apud* MARINI, 1977a)⁹¹.

Dessa formulação, Marini extraiu a ideia do reforço do Estado como contraparte necessária da internacionalização do capital. O que, segundo a análise de Bukhárin, formava parte da realidade do capitalismo dominante na fase do imperialismo, seria identificado por Marini como um elemento perceptível, de igual maneira, no capitalismo dependente:

[...] ao acarretar um maior desenvolvimento capitalista nas zonas subordinadas, como a América Latina, a integração fez com que se manifestassem também nelas com maior força suas contratendências, em particular a que trabalha no sentido de reforçar os Estados nacionais (MARINI, 1977a, p. 33).

Nesses termos, tem-se um processo dialético de internacionalização-internacionalização, no qual o reforço do Estado nacional nos países dependentes atua como um elemento que, de modo contraditório ao processo de internacionalização, assegura o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção.

Se a exportação de capital a partir da nação imperialista marca o momento em que se expressa de forma pura a tendência do capital a se internacionalizar, sua conversão em capital produtivo no marco de uma economia nacional determinada representa o [momento] de sua negação, ao passar a depender esse capital da capacidade desta economia – e, portanto, do Estado que a rege – para garantir sua reprodução.⁹²

O Estado nacional nas zonas dependentes cumpre uma função nesse sentido ao lançar mão de uma capacidade crescente em obras de infra-estrutura e ao pôr em prática políticas comerciais de defesa do mercado interno e de promoção às exportações, além de proporcionar financiamento e assegurar condições políticas (sobretudo no terreno laboral) ao capital investido pelos países imperialistas.⁹³

Ao mesmo tempo – argumenta Marini – não são somente os interesses do capital estrangeiro internalizado que determinam o reforço do Estado nacional dependente. Também os conflitos entre o capital nacional e o capital estrangeiro têm sua vez no plano

91 Primeiros colchetes e itálico de Marini.

92 *Id., ibid., loc. cit.*

93 *Id., ibid.*

destas contradições⁹⁴. Dada a dimensão das desvantagens existentes entre a burguesia imperialista e a dos países dependentes, esta última se encontra desprovida de condições para negociar diretamente com o imperialismo uma posição proveitosa ao decidir associar-se à tendência integradora imposta pelos centros imperialistas. É por isso que “opta pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação”, o que lhe permite concentrar e organizar suas forças. Essa intermediação, uma vez combinada com a acentuação do processo de concentração e centralização do capital que chega agora às economias dependentes, faz com que “o fenômeno de ‘aglomeração’ do capital com o Estado nacional, a que alude Bukhárin, se reproduza nestes países, envolvendo tanto o capital nacional como o estrangeiro” (MARINI, 1977a, p.34).

Por outro lado, Marini adverte para que se evite um raciocínio mecanicista, pois o resultado dessa aglomeração “não é a submissão pura e simples do Estado pelo capital”. Antes, pelo contrário:

Embora seja evidente que o Estado se converte no que Bukhárin chama “truste capitalista nacional”, o próprio fato de que ele seja chamado a ordenar e arbitrar a vida econômica (até onde seu arbítrio é compatível com sua subordinação aos Estados imperialistas) o coloca em uma situação em que se acentua sua *autonomia relativa* frente aos distintos grupos capitalistas. O fenômeno do moderno Estado militar latino-americano tem aí sua explicação, em uma ampla medida (constituindo-se a contra-revolução imperialista na região na outra vertente de sua análise)⁹⁵.

As reflexões acima denotam como Marini partiu da caracterização de Bukhárin sobre os trustes nacionais, ampliando-a no intuito de pensar o processo análogo verificado na economia dependente, onde o Estado comparece seja para melhor assegurar a reprodução do capital imperialista ali investido; seja para agir em uma posição de autonomia relativa perante os grupos capitalistas estrangeiros, provendo as burguesias locais com os meios de que elas não dispõem, para que possam gozar de uma condição relativamente mais favorável dentro do processo de desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo.

Essa formulação sobre a autonomia relativa do Estado apresentada em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* possui correspondência com o significado expresso no conceito de cooperação antagônica, visto no capítulo anterior. A diferença

94 Em nota, Marini alerta para que essa ideia não seja confundida com a velha tese sobre o antagonismo entre a burguesia nacional e o imperialismo.

95 *Id., ibid.*, p.34. Itálico no original.

reside nos níveis de análise distintos em que operam as categorias. A ideia da aglomeração e da dialética internacionalização-nacionalização (internalização) vincula-se ao nível de abstração que trata da reprodução do capital, pois lida com a natureza dos agentes envolvidos no processo de controle da produção e circulação do valor (capital estrangeiro ou capital nacional, privado ou estatal). Já a cooperação antagônica refere-se ao terreno da análise da política exterior, que reflete na inserção internacional do país desdobramentos de como o capital se reproduz, porém vai além deste âmbito, incluindo temas ideológicos, temas políticos relacionados ao bloco que exerce o poder, entre outros⁹⁶.

Isto posto, chegamos à compreensão de que o Estado, no subimperialismo, se faz presente mediante duas formas de ação que se complementam: dentro do país, mediante instrumentos de política econômica, aloca recursos que controla, de maneira a favorecer um determinado padrão de reprodução – marcado por trustes capitalistas nacionais, pela monopolização em favor da indústria suntuária, pelo deslocamento de problemas do ciclo do capital da economia dependente. No plano da política exterior, por sua vez, o Estado corporifica essa autonomia relativa ao pressionar o imperialismo por melhores relações dentro de sua dependência. Conforme salientado por Eric Sachs,

as relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo. A burguesia brasileira já deu os passos decisivos para sua integração no capital imperialista norte-americano; ao mesmo tempo, no interior dessa subordinação, ela mantém uma força e uma autonomia relativa – dado seu peso específico na economia. Sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo (senão estaria questionando o próprio capitalismo) a burguesia nacional pode no entanto barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração, etc. Tais relações dependem das correlações de força em cada momento: a conjuntura econômica internacional e dentro de cada país, a situação política, as distensões e agravamentos com as forças revolucionárias, etc.⁹⁷.

Não é aqui o momento de discutir em pormenor a importância do Estado para a definição de pautas na reprodução do capital e para a inserção internacional do país, dentro da lógica da cooperação antagônica do subimperialismo brasileiro. Estes serão temas abordados

96 Isso não exclui o emprego da categoria da cooperação antagônica em outros níveis de abstração, como vimos no capítulo anterior.

97 Ernesto Martins [Eric Sachs]. As novas condições da luta política. 24 de junho de 1967. APERJ, Coleção DARF, Documento 545, p.4. Chama atenção nesta citação do teórico da POLOP, Eric Sachs, que os exemplos referidos da cooperação antagônica são permeados pela presença do Estado. Retomaremos essa ideia no próximo capítulo..

especialmente no capítulo seguinte, onde examinaremos a experiência histórica brasileira do período 1964-80.⁹⁸ Para os fins de nossa discussão por ora, basta apenas mencionar alguns exemplos de tendências e fatos que foram objeto das análises de Marini. No que se refere à conformação de trustes capitalistas nacionais, ele pôde demonstrar a presença do Estado como agente organizador da produção através do peso de sua participação no investimento bruto fixo e, sua presença como agente da realização do capital através de sua ação como promotor de demanda e provedor de subsídios em benefício de determinados ramos econômicos.⁹⁹ Já no que diz respeito à política exterior, Marini destacou a atitude do Estado brasileiro de se engajar em contenciosos com os EUA ou assumir posturas que contestavam orientações da política de Washington, como nas disputas em torno do mercado para o café solúvel; no reconhecimento diplomático de regimes liderados pelo Movimento de Libertação Nacional, como em Angola, abrindo caminho para investimentos de companhias brasileiras (Petrobrás); ou na intransigência pela implementação do programa nuclear brasileiro, ao qual os EUA se opunham. Todas essas posições refletiram a lógica da cooperação antagônica que constitui o fenômeno do subimperialismo.¹⁰⁰

3.1.4 Intercâmbio desigual e apropriação do valor das nações mais débeis: o controle de esferas de influência

Já vimos, mais acima, que o advento da fase subimperialista no capitalismo brasileiro demarcou o processo no qual “a seu modo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa da exportação de capital, assim como na rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás”.

A exemplo desta citação, se pode identificar em outras passagens do texto de Marini a caracterização que ele atribui ao subimperialismo como mecanismo sugador de mais-trabalho e riqueza das nações mais débeis na escala do poder mundial. O subimperialismo não consiste apenas no processo de concentração e centralização do capital que o desenvolvimento integrado engendra na economia dependente. Nem somente na

98 Retomaremos, mais adiante, a análise teórica da categoria da cooperação antagônica a seguir.

99 A atuação do Estado como investidor e como promotor de demanda na economia é discutida em Marini (1967, 1977b, 1978). Seu papel na transferência de recursos mediante a outorga de subsídios, no contexto da política de promoção às exportações, é examinada em Marini (1977a).

100 Os exemplos citados são comentados, respectivamente, em Marini (1974, p. 109-110; 1974 (Prefácio), p.XXI e XIV; 1967 *passim* e 1974, p.109-110).

mobilização de um esquema particular de realização de mercadorias. E nem tampouco numa política de autonomia relativa do Estado, dentro da lógica da cooperação antagônica, que busca melhores relações nos marcos da dependência e que impulsiona a imbricação do Estado com o capital privado em atividade no país. O subimperialismo, tal como definido por Marini, corresponde à conjunção de todos esses elementos, acrescido de outro mais: uma política de hegemonia regional, visando à conquista de uma esfera de influência própria para o capitalismo dependente – a qual pressupõe, é claro, a apropriação pelo subcentro em expansão de parcela do valor produzido em outras nações sobre as quais o subimperialismo passa a exercer seu domínio.

Nesse particular, encontramos em Marini a referência a três formas típicas pelas quais as relações de poder subimperialistas estabelecem uma divisão desigual do trabalho organizada em seu próprio proveito: o controle de fontes de matéria-prima e energia, a exportação de manufaturados e a exportação de capitais.

Como referido na Introdução, em *Interdependencia brasileña y integración imperialista* Marini fez menção à doutrina da *barganha leal* do general Golbery do Couto e Silva como síntese de uma política que visava à conquista de uma esfera de influência própria para o Brasil na América do Sul e na África Austral.¹⁰¹ Em resumo: uma hegemonia regional do capitalismo brasileiro. Essa ideia é complementada no *Prefácio à 5ª edição de Subdesarrollo y Revolución* quando ele argumenta que a política expansionista brasileira na América Latina e na África, marcada pela busca de mercados para os produtos manufaturados brasileiros e pela "tentativa de assegurar o controle de fontes de matérias-primas – como o ferro e o gás da Bolívia, o petróleo do Equador e das colônias portuguesas na África, o potencial hidrelétrico do Paraguai" (Marini, Prefácio à 5ª ed., p. XIV) obedece

101 “Adotou-se assim uma doutrina emanada da Escola Superior de Guerra, sob a responsabilidade do general Golbery do Couto e Silva, diplomado pela escola norte-americana de Fort Benning e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), organismo criado pelo regime militar (...). Essa doutrina, chamada de barganha (canje) leal, foi exposta por Couto e Silva em seu livro *Aspectos Geopolíticos do Brasil* (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957) e parte da premissa de que, por sua própria posição geográfica, o Brasil não pode escapar da influência norte-americana. Em tal situação, não lhe restaria outra alternativa a não ser a de ‘aceitar conscientemente a missão de se associar à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul’. A contrapartida dessa eleição consciente seria o reconhecimento pelos Estados Unidos de que ‘o quase monopólio de domínio naquela área deve ser exercido pelo o Brasil exclusivamente’. Essa expressão ‘quase monopólio’ resulta, igualmente, da impossibilidade de ignorar as pretensões que, neste terreno, alimenta também a burguesia argentina”. Passagem redigida originalmente no artigo de 1965 e republicada no texto de *Subdesarrollo y revolución*. Citação tomada da quinta edição de SyR (MARINI, 1974, p.67).

aos imperativos postos pelo subimperialismo, entendido como a forma assumida pelo capitalismo dependente ao adentrar a etapa dos monopólios e do capital financeiro.

Ao mesmo tempo em que as corporações multinacionais, sobretudo estadunidenses – explorando o tamanho do mercado brasileiro e a política de incentivos e subsídios que os governos militares lhes proporcionavam – faziam do Brasil o centro de irradiação para sua expansão na região, também o capitalismo brasileiro elegia, a seu modo dependente e subordinado, os países vizinhos como espaço privilegiado para exercer a hegemonia regional no subsistema de poder sul-americano¹⁰².

No entanto, enquanto a presença dominante da economia imperialista é mensurada pelo controle que suas corporações detêm nos diferentes ramos da produção, o poder relativo de um subcentro econômico que ascende à condição subimperialista é inferido, em contrapartida, pelo padrão de intercâmbio comercial que ele estabelece no âmbito da região. Não estando em questão, no mais das vezes, a penetração do capital estrangeiro nos ramos mais dinâmicos do seu comércio exterior e do fluxo de investimentos, a estratificação do poder na economia política regional em favor do país subimperialista é evidenciada, principalmente, por uma pauta nas trocas comerciais revelando uma especialização desigual em termos de valor agregado favorável ao subcentro político e econômico em relação aos demais países dependentes da região¹⁰³. Existem, entretanto, algumas exceções importantes, quando ocorre a presença de algum grupo capitalista local ou empresa estatal de grande porte, como é o caso da Petrobrás¹⁰⁴.

Seja como for, o país subimperialista, do ponto de vista econômico, exerce uma hegemonia regional: (1) fazendo dos países limítrofes e do seu entorno geográfico mercados consumidores que absorvem seus produtos manufaturados de forma competitiva para a

102 “Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não só uma decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia norte-americana, expressou também a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política exterior brasileira que foi colocada em marcha depois do golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (embora a correlação real de forças leve muitas vezes a este resultado), mas sim de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave” (MARINI, 1974, p.74).

103 Essa ideia é corroborada pelo peso da indústria automobiliz brasileira no âmbito da ALALC. Enquanto a presença dominante da produção do parque industrial brasileiro, bem como de suas exportações em um dos ramos mais dinâmicos no período 1964-80 revelavam o domínio do capitalismo brasileiro na divisão do trabalho entre as economias desta associação de países latino-americanos, a presença esmagadora no controle desta produção e dos fluxos comerciais e de investimento era de multinacionais do capital imperialista, confirmando que o Brasil colaborava ativamente com a expansão imperialista, na condição de país-chave no subsistema regional de poder.

104 Esta observação é válida para o período do subimperialismo estudado por Marini.

economia subimperialista; (2) controlando atividades extrativas e produtoras de matérias-primas e matérias auxiliares (insumos e energia) que reduzam os custos operacionais de suas indústrias, de modo a proporcionar, sempre que possível, a obtenção de lucros extraordinários; (3) manobrando para estabelecer e consolidar uma divisão regional desigual do trabalho, que permita ao país subimperialista não só apropriar-se de valores produzidos nos países mais débeis (o que pode compensar uma parte da soma de valor que ele próprio transfere aos centros imperialistas), como também suplantar competidores regionais¹⁰⁵.

Conjugados a essas tendências econômicas, estão os esforços do Estado, que intervém nos assuntos da política regional, em defesa dos interesses que resguarda. Essa atuação conta com diversos expedientes à disposição, desde a diplomacia comercial e o uso de recursos econômicos como empréstimos bancários em troca de concessões em outras matérias (negociações cruzadas), até instrumentos da *realpolitik* como chantagens diplomáticas e meios coercitivos.

Ao perseguir uma política de hegemonia regional, o Estado subimperialista age, muitas vezes, dentro da lógica da cooperação antagônica com o imperialismo dominante.¹⁰⁶ Foi essa unidade que Marini chamou de *política expansionista relativamente autônoma* e que nós optamos por separar (isto é, decompor), em termos analíticos, com o fim de explicitar as categorias e seus nexos até chegar a suas unidades mais simples.

105 Em *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*, é feito comentário sobre os movimentos que o governo do general Médici, que então encabeçava o regime ditatorial do Brasil, fazia no Cone Sul do continente sul-americano com o objetivo de consolidar a região como esfera de influência do capitalismo brasileiro. Estas manobras compreendiam os acertos do futuro Tratado de Itaipu com o Paraguai, o apoio com armas e dinheiro à ditadura implantada no Uruguai, as negociações para que fossem capitais brasileiros explorar as reservas minerais da jazida boliviana de El Mutún, na fronteira com o Brasil. Todos os passos dessa ofensiva diplomática envolviam a Argentina do general Ovando em um movimento de pinça, buscando suplantar definitivamente o país platino como contendor do Brasil pela hegemonia no subsistema regional de poder sul-americano (MARINI, 1976, p.220-1).

106 No Prefácio à quinta edição de SyR (1974), está presente a ideia de que “a influência do subimperialismo brasileiro não se dá autonomamente, mas sim se encontra articulada com a dos Estados Unidos, embora ostente um certo grau de autonomia e iniciativa com relação a este país. Isto se viu claramente quando, em 1971, enquanto os Estados Unidos inclinavam-se para uma política mais moderada em relação ao governo de Torres, o Brasil propugnava – e logrou impor – uma política mais dura” (MARINI, 1974, p. XXII). Um outro exemplo que ilustra esse padrão de relacionamento referido por Marini foi a postura da diplomacia brasileira que, sem declinar de sua posição anticomunista e de contrainsurgência, com a qual coincidia com os EUA, agiu com pragmatismo - em troca de concessões para a atuação da Petrobrás - ao reconhecer o regime anticolonialista do MPLA que conquistara a emancipação política de Angola, enquanto os EUA respaldavam as forças direitistas da UNITA.

3.1.5 Imperialismo, belicismo e intervencionismo

A relação entre imperialismo e militarismo é um dos temas mais resenhados na teoria marxista do imperialismo e no debate que se travou em torno dela. Duas questões principais atravessam essa discussão. Uma primeira é a polêmica sobre a inevitabilidade da guerra, que colocou em lados opostos a concepção de Káutsky sobre o ultraimperialismo e as críticas que lhe dirigiram Lênin, Bukhárin e demais autores. A outra seara do debate concerne à caracterização do militarismo como domínio para a acumulação, ou seja, o lugar ocupado na reprodução do capital pelo o que posteriormente ficou conhecido como complexo militar-industrial. Foi principalmente Rosa Luxemburgo quem se dedicou ao exame desse relacionamento particular entre indústria bélica e a economia imperialista, embora Bukhárin e Lênin também lhe tenham conferido atenção em seus escritos sobre o imperialismo.

Em se tratando do subimperialismo, encontramos ambos os debates na conceituação de Marini para o fenômeno, feita a partir da experiência histórica brasileira. Em seu artigo pioneiro dedicado à questão do subimperialismo, Marini resumiu a polêmica entre Lênin e Káutsky, antes de enunciar pela primeira vez a categoria da cooperação antagônica, que ele incorporaria em sua análise, após tê-la apreendido de Thalheimer. De acordo com Marini, na visão de Káutsky, “após a concentração progressiva do capital em um gigantesco truste mundial se poderia esperar a centralização política correspondente e uma transição necessária e pacífica ao socialismo” (MARINI, 1974, p.60).

Na contramão de Káutsky, rejeitando a tese da acomodação das rivalidades entre os capitalismo nacionais em um único truste mundial, bem como a possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo,

Lênin combate a teoria kautskyana, embora sem negar a tendência integracionista apresentada pelo capitalismo mundial. O que acontecerá, advertia, é que tal tendência se desenvolverá em meio a contradições e conflitos, que darão impulso à tendência oposta, antes que ela chegue à sua culminação. A Guerra de 1914 e a Revolução Russa, a Guerra Mundial e os fenômenos que engendrou – a formação do bloco socialista e dos movimentos de libertação nacional – lhe deram razão.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Marini, *ibid.*, *loc. cit.*

É interessante notar que, apesar de reafirmar a concepção leninista do imperialismo, Marini pondera um aspecto que era frequente nas análises do líder bolchevique: a questão da inevitabilidade da guerra. Assim, depois de expor sua avaliação sobre os eventos que confirmariam a perspectiva de Lênin sobre a conflitividade do sistema capitalista na fase imperialista (provocando guerras e revoluções), ele coloca que

Sempre é verdade, entretanto, que a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista [do capitalismo mundial] que se expressa hoje, de maneira mais evidente, na intensificação da exportação de capitais e na subordinação tecnológica dos países mais débeis (MARINI, 1974, p.60).

Nesse momento da análise, aparece a categoria da cooperação antagônica, que acompanharia toda a reflexão posterior de nosso autor acerca do subimperialismo.¹⁰⁸ Como visto mais acima, Marini situa a essência do imperialismo no *modus operandi* que a etapa dos monopólios e do capital financeiro inaugurou na dinâmica da reprodução do capital, ao estender sobre todos os rincões do mundo o domínio do capital com base em sua crescente concentração e centralização operada sobre a fusão entre o capital bancário e o capital industrial. Esta é, segundo ele, a definição de imperialismo em Lênin. Portanto, a inevitabilidade da guerra entre as potências imperialistas não é tida como um atributo inexorável na configuração do imperialismo, mesmo que essa tenha sido uma ideia bastante presente no autor de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Desta feita, ponderando o traço da inevitabilidade da guerra – e substituindo-o pelo o da tendência ao antagonismo entre os capitais nacionais e à irrupção de fissuras na ordem capitalista, mas não necessariamente *factus bellum* –, Marini atualiza a teoria do imperialismo para o período histórico emergido do pós-guerra. E assim o faz valendo-se da categoria da cooperação antagônica, que estabelece mediações entre as contradições interimperialistas e a tendência integradora da acumulação de capital em escala mundial.¹⁰⁹ Em seguida, ele argumenta que a conflitividade entre os distintos imperialismos nacionais criavam fissuras nas quais os movimentos revolucionários poderiam atuar. É nesse contexto que Marini,

109 Sachs resumiu oportunamente o sentido expresso neste novo conceito: “As contradições interimperialistas passaram a um segundo plano, em vista da expansão do campo socialista e de ameaça de novas revoluções. Esse novo fenômeno foi caracterizado por diversos autores como “integração” ou “associação” imperialista. August Thalheimer falou da fase da “cooperação antagônica” do imperialismo. “Antagônica” porque as contradições insolúveis entre os diversos imperialismos continuavam a existir, mas em última instância prevalecia a “cooperação” pela manutenção do sistema contra o perigo revolucionário latente. Isso exclui a possibilidade da solução das contradições interimperialistas mediante guerras”. Ernesto Martins [Eric Sachs]. Contribuição ao debate político, n.3. Subsídios para uma análise da situação internacional. APERJ, Coleção DARF, Documento n. 522, s/d..

partindo da categoria de Thalheimer, expandiu a formulação do marxista alemão para examinar a realidade dos países dependentes.

Ora, o que está em questão aqui é o fato de o movimento de exportação de capital ter contribuído para a formação de subcentros políticos e econômicos como o Brasil dos anos 60 e 70 que, secundando o imperialismo dominante, imporiam uma carga extra sobre as nações submetidas, agudizando a apropriação de valor e o mando despótico sobre a classe trabalhadora e os povos oprimidos.¹¹⁰

Que esse ímpeto não tenha sido frustrado por rupturas revolucionárias é um outro debate. O que importa registrar sobre essa tendência é que ela foi marcada por um crescente intervencionismo do país subimperialista na dinâmica regional. Entre 1964 e 1980, o subimperialismo brasileiro enviou tropas para a República Dominicana, planejou invadir o Uruguai, participou das operações de apoio ao golpe contra o governo nacionalista de Torres na Bolívia, integrou o comando da Operação Condor, foi um supridor de armamentos para o Chile de Pinochet, impôs os termos do Tratado de Itaipu que hipotecou o potencial hídrico do Paraguai aos desígnios da burguesia brasileira, além de fazer a nação vizinha contrair uma dívida draconiana. Tudo isso encontra eco na frase de Marini quando diz que “o caráter internacional que a burguesia [- e o Estado -] subimperialista pretende imprimir à sua exploração, identifica a luta de classe do proletariado brasileiro com a guerra antiimperialista que se luta no continente” (MARINI, 1974, p. 105).

Com isso, fica exposto que o subimperialismo, a exemplo do imperialismo das potências centrais, apresenta uma tendência ao intervencionismo – não necessariamente ao belicismo, que tem outro sentido.

Quanto à outra dimensão do tema imperialismo-militarismo – a da indústria bélica – ela se fez presente de duas maneiras ao ser posto em marcha o subimperialismo brasileiro. Por um lado, o desenvolvimento de um complexo militar-industrial no seio da economia brasileira permitiu satisfazer as aspirações de país potência que os militares brasileiros perseguiram. Por outro lado, sob o prisma da reprodução do capital, tal empresa serviu de

110 Essa ideia foi afirmada também por Theotonio dos Santos ao comentar o conceito de subimperialismo em *Imperialismo y Dependencia*. Cf. Santos (1978). Discutiremos as ideias de Santos acerca do subimperialismo mais adiante, no Capítulo 4.

meio para mobilizar a capacidade ociosa da indústria de bens de capital e, logo, converter a atividade em uma importante fonte de divisas, à medida que o ramo da indústria de equipamento militar voltou-se às exportações no mercado mundial. Com efeito, na década de 1970, o Brasil tornou-se o segundo maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo, com 21% do valor exportado (atrás apenas de Israel, com 26%).¹¹¹

Sobre essa realidade, Marini salientou que com o processo em tela

chega[va] a se criar, assim, uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar, a qual encontraria uma expressão ainda mais evidente nos vínculos que estabelecem a nível da produção bélica (MARINI, 1974, p.71).

Tal simbiose pode ser verificada tanto do ponto de vista do papel da indústria bélica no esquema de realização do subimperialismo já referido, como no processo político de conformação do bloco no poder, no qual as frações monopólicas da burguesia interna possuem uma comunhão de interesses com o grupo dirigente do aparato de Estado, que Marini chamou naquele período *por equipe tecnocrático-militar*.

Não obstante as diversas mediações feitas por Marini entre os níveis de análise que ele percorria em seu exame dos vínculos entre os atores políticos, as classes sociais, a indústria bélica, a dinâmica do ciclo do capital e o expansionismo brasileiro, no contexto da ascensão subimperialista do Brasil, houve autores que extraíram conclusões errôneas a respeito desta análise.

Fred Halliday, em livro sobre o Irã de Rezha Pahlevi, descartou o conceito de subimperialismo tal como definido por Marini, ao interpretá-lo como contendo uma relação de linearidade entre o expansionismo econômico e a dimensão político-militar representada pela atuação da ditadura brasileira na contra-revolução na América Latina:

Entretanto, o conceito do “subimperialismo” desenvolvido no caso do Brasil é em si mesmo criticável à medida que postula uma relação entre as esferas econômica e político-militar que provavelmente é inválida. Há poucas razões para crer que o papel estratégico do Brasil na América Latina dependa de seu papel econômico; suas exportações, por exemplo, não são enviadas em geral aos países onde exerceu seu apoio às forças militares direitistas. Uma vez esclarecido isto, fica aberto o campo para um conceito muito mais laxo de “subimperialismo”, que se concentre na dimensão estratégica; sem negar o peso

¹¹¹ Conforme dados do SIPRI (1980). Cf. Tabela 4 (Anexos).

fundamental dos interesses que se encontram por detrás do imperialismo, este conceito mais fluido de “subimperialismo” denota *a*) uma subordinação estratégica contínua, embora parcial, ao imperialismo norte-americano por um lado, e *b*) um papel regional autônomo por outro. Tal conceito é aplicável sem dúvida ao Brasil e ao Irã (HALLIDAY, 1981, p. 370).

A leitura que Halliday fez de Marini denota uma interpretação conceitual equivocada, segundo a qual o subimperialismo repousaria, em última análise, no papel cumprido pelo complexo militar-industrial na reprodução do capital, o qual manteria uma relação determinista com a política externa do país. Não encontrando esta relação, haja vista que o Brasil não se envolveu em conflitos bélicos no exterior, nem levou a cabo uma política de apoio sistemático a confrontos militares em outras regiões para promover suas exportações de armamentos, seria mais sensato permanecer com um sentido mais fluido do conceito de subpotência, sem a sua variável econômica – diz Halliday. O que ele não soube compreender e acabou descartando, assim como outros autores como Mantega¹¹², foi um dos aspectos mais decisivos do subimperialismo: o do esquema de realização do capital.

3.1.6 Expansão imperialista e o deslocamento externo das contradições internas: a questão da aristocracia operária

Na tradição marxista, Lênin e Rosa Luxemburgo, entre outros, demonstraram a capacidade que o capital possui de social-democratizar os trabalhadores, ou seja, de ganhar corações e mentes para a defesa da ordem burguesa. Este debate, conhecido como a questão da aristocracia operária, guarda relação com o processo da apropriação de valor praticada pelo imperialismo mediante a exploração dos países dependentes. Segundo Lênin, a burguesia das potências imperialistas pode economicamente subornar as camadas superiores dos seus operários, porque os superlucros que obtém, às custas das nações exploradas, atingem cifras consideráveis. Com isso, ela pode granjear apoio para o seu projeto de expansionismo político e econômico, uma vez que, graças aos recursos que distribui,

os *oportunistas* (sociais-chauvinistas) trabalham juntamente com a burguesia imperialista *precisamente* na direção da criação de uma Europa imperialista aos ombros da Ásia e da África, [sendo] que os *oportunistas* representam objetivamente uma parte da pequena burguesia e de algumas camadas da classe operária, parte *subornada* à custa dos superlucros imperialistas e transformada em *cães de guarda* do capitalismo, em *corruptores* do movimento operário (...)

112 Semelhante rejeição da análise de Marini neste requisito também pode ser encontrada em Cardoso e Serra (1978) e em Mantega (1985), conforme veremos mais adiante. Retomaremos no próximo capítulo a análise do papel do complexo militar-industrial no esquema de realização e reprodução do capital sob o subimperialismo, no período 1964-80

Destes superlucros os capitalistas *podem* atirar um pedaço (e até não pequeno!) para subornar os *seus* operários, criar algo como uma aliança [...] uma aliança dos operários de um dado país com os seus capitalistas *contra* os restantes países (LÊNIN, 1985, p. 61 e 65).

É importante registrar que tanto Lênin como os demais marxistas que analisaram criticamente esse fenômeno entenderam-no como um mecanismo que cumpria a função de fazer arrefecer a conflitividade interna da luta de classes, mediante concessões econômicas que resultariam na conquista de setores do movimento operário para a ideologia dominante.

Refletindo sobre este tema ao pensar a configuração do subimperialismo, Marini observou um nítido contraste com relação ao que ocorria nas potências do imperialismo dominante:

O capitalismo brasileiro orientou-se, assim, em direção a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de haver logrado a mudança global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A conseqüência mais importante deste fato é que, ao contrário do que acontece com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes; tem, ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um superlucro a seu sócio maior norte-americano, que agravar violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 1974, p.101).

Sem questionar a validade geral da afirmação acima, existe uma matéria em particular na qual o subimperialismo, através da expansão de sua espoliação no exterior, pôde, sim, amortecer o ímpeto da luta de classes interna, deslocando contradições através do incremento da exploração das nações vizinhas. Este foi o caso da política da ditadura militar de apoiar a transferência de agricultores e pequenos proprietários de terras brasileiros para que adquirissem lotes do outro lado da fronteira, na Bolívia e no Paraguai. Além de um objetivo geopolítico, essa política cumpria a função de deslocar contradições internas do capitalismo brasileiro, aliviando as tensões no campo onde uma estrutura fundiária concentradora era reforçada sob o regime militar. Desse modo, “exportavam-se” contradições para outros países, onde a grilagem e outras práticas resultariam na espoliação de terras indígenas e de camponeses bolivianos e paraguaios. O saldo dessa política pode ser observado na atualidade, quando se constata que, graças àquela política de expansão da presença econômica do Brasil, apoiando a transferência de agricultores para terras localizadas nas zonas fronteiriças, criou-se inclusive uma classe de grandes latifundiários brasileiros nos países em questão – que se encontram no contingente populacional de

brasiguaios e brasivianos que detêm o controle das maiores extensões de terras em departamentos paraguaios como Canindeyú e Caaguazú, e no departamento boliviano de Santa Cruz.¹¹³

3.2 O subimperialismo como forma do padrão de reprodução do capital

Depois de termos diferenciado os conceitos de imperialismo e subimperialismo, chegou o momento de introduzir uma nova dimensão na trama de nossa investigação, no intuito de contribuir para a elaboração de uma teoria do subimperialismo.

De acordo com o que argumentamos na Introdução, a noção de padrão de reprodução do capital parece consistir na moldura analítica necessária para que as proposições de Marini sobre o subimperialismo adquiram capacidade explicativa para além da experiência histórica brasileira. Ou seja, são o elo que completa o esboço de uma teoria do subimperialismo em sua obra.

Ao se ater à noção de esquema de realização do subimperialismo – menos adequada que a noção alternativa de padrão de reprodução do capital sob a forma subimperialista – Marini acabou abrindo um flanco à crítica de economistas burgueses e autores reformistas que se voltaram contra sua tese, taxando-a de subconsumista. Com efeito, a ideia do esquema de realização do subimperialismo, tal como concebida por nosso autor, vai bem além da transmutação do capital-mercadoria (M') em mais-dinheiro (D'), ou seja, abrange mais que o momento da segunda fase da circulação. Há elementos suficientes no texto de Marini que comprovam essa afirmação.

A título de exemplo, as referências frequentes à participação do Estado no investimento bruto fixo e à sua centralidade como agente organizador da produção revelam, em Marini, um papel conferido ao Estado que extrapola a condição de promotor de demanda. Além de ente realizador de parcela da produção da economia brasileira (M' - D'), o Estado comparece com uma presença significativa na produção de valor, através de importantes

113 Cf. nossa análise a respeito desse tema em Luce (2008; 2007, cap. 3).

empresas estatais que representam fatias elevadas em diversos ramos econômicos, como se vê na Tabela 3 (Anexo C).¹¹⁴

Por conseguinte, se por um lado Marini terminara empregando a noção de esquema de realização do subimperialismo, que à primeira vista remete apenas à esfera da circulação, a exegese de seu texto aponta uma preocupação permanente com a dialética entre produção e circulação. Longe de implícita, a perspectiva totalizante do ciclo do capital enquanto unidade entre produção e realização do valor encontra-se presente e frisada em sua análise, quando reivindica em *Estado y crisis en Brasil* a noção de reprodução do capital para o exame das tendências então em curso no capitalismo brasileiro, em lugar da ideia de acumulação – que permite capturar apenas parcialmente o movimento percorrido pelo capital e que era utilizada em análises de outros autores contemporâneos, cujos limites Marini fez questão de destacar.¹¹⁵

Encontramos evidências adicionais que corroboram nossa hipótese. Em 1982, Marini publicou *Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile*. A importância particular desse escrito foi pôr em destaque a defesa de uma abordagem capaz de abranger o conjunto do ciclo do capital.¹¹⁶

Segundo Osorio, em Marx existem duas fontes onde buscar elementos para construir proposta analítica em torno do padrão de reprodução do capital: os esquemas de reprodução e o estudo dos ciclos do capital.¹¹⁷ Importante nos esquemas de reprodução é a diferenciação entre os Departamentos I e II (este último composto por IIa e IIb, respectivamente bens de consumo necessário e bens de consumo de luxo). Com relação ao estudo dos ciclos do capital, encontra-se a formulação de que o verdadeiro ciclo do capital industrial em sua continuidade (ideia importante para pensar a reprodução) não é somente a unidade do processo de circulação e do processo de produção, mas a unidade de seus três ciclos (para realizar seu ciclo, o capital deve passar pelas esferas da produção e da

114 Embora essa atuação possa ser vista sob o ângulo da promoção de demanda, quantificável mediante a estimativa de insumos e encomendas oriundos das empresas estatais, que cumprem uma função na realização do capital-mercadoria das empresas produtoras de bens de capital e de bens intermediários (segunda fase da circulação para estas, primeira fase da circulação para as empresas estatais que adquirem estes bens), o capital das firmas controladas pelo Estado também se destaca quando atua na fase do capital produtivo.

115 “Atualmente, se tende incorretamente a substituir o conceito de reprodução do capital, que engloba o conjunto do ciclo do capital, pelo de acumulação, que é muito mais restrito e não compreende, sequer, integralmente a fase da produção” (MARINI, 1977b, nota n.º. 4).

116 As formulações aportadas no artigo dão continuidade às ideias exploradas em Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital (Cf. MARINI, 1979).

117 A análise que segue resume as ideias contidas em Osorio (2005, páginas 35-56).

circulação, assumindo as formas de: capital dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria.

Assim, a noção de reprodução do capital, ao enlaçar o problema da integração da valorização e das formas materiais que esta assume ao encarnar-se em determinados valores de uso, o faz graças ao aporte metodológico de Marx para o exame do valor em seu movimento através do ciclo do capital e da metamorfose da mercadoria nas três formas assumidas no ciclo do capital industrial; e graças também ao aporte dos esquemas de reprodução para pensar o movimento do capital e suas contratendências em termos de valores de uso. Através desse prisma, amparando-se nessas categorias, se pode estabelecer mediações entre níveis mais gerais de análise e níveis menos abstratos ou histórico-concretos.

Pensando na primeira fase da circulação, colocam-se as seguintes perguntas: *quem investe – capital privado ou capital estatal? Se capital privado – nacional ou estrangeiro? Além disso, quanto investem e em que setores e ramos investem, ou seja, onde investem?* Junto a esta última interrogante, comparece a questão acerca do aspecto valor de uso do que as empresas fabricam. No tocante ao elemento $D - Mp$, pode-se perguntar *onde são adquiridos os equipamentos, maquinarias e tecnologia? Na economia interna ou nos mercados externos?* No elemento $D - Ft$, surge a questão da análise do valor da força de trabalho. *Qual o valor diário da força de trabalho? A quantidade de trabalhadores contratados? Sua qualificação? Os tipos de contratos que prevalecem na compra-venda de força de trabalho?* Além disso, outras características como: *os setores, ramos e indústrias que demandam força de trabalho em determinado momento histórico; as características diferenciadas da força de trabalho; as condições em que aparece sua demanda; sua localização territorial.*

Na fase do capital produtivo, isto é, em que se dá propriamente a criação de valor, busca-se examinar a forma como o capital consome a força de trabalho. Existem quatro formas em que se pratica o incremento da taxa de exploração (a relação entre a mais-valia e o capital que a cria, o capital variável): (1) compra da força de trabalho abaixo de seu valor; (2) prolongamento da jornada de trabalho; (3) incremento da produtividade do trabalho; (4) intensificação do trabalho.

Por fim, na segunda fase da circulação ($M' - D'$), tem-se como primeira interrogante *a que mercados se dirigem as mercadorias ao saírem da circulação?* Do ponto de vista do valor de uso, interessa saber se destinam-se ao *mercado de meios de produção* ou ao *mercado de meios de consumo*. Para este último, é importante distinguir as mercadorias que constituem *meios de consumo suntuário* daquelas que são *meios de consumo necessários*. Do ponto de vista espacial, a segunda fase da circulação, no quadro analítico da noção de padrão de reprodução do capital, traz também a pergunta acerca do espaço onde se dá a realização do capital: *mercado interno* ou *mercado externo*? No que diz respeito ao mercado externo, cabe investigar as *regiões, grupos de países, principais países aos quais se destinam as exportações* – ou seja, na segunda fase da circulação devem-se analisar os tipos e quantidades de valores de uso lançados no mercado, conferindo atenção também para identificar que mercados são estes.

Isto posto, chegamos à definição do subimperialismo como uma realidade que confere forma específica ao padrão de reprodução do capital, sendo um fenômeno que pode ser apreendido através do sistema conceitual que estriba nas categorias da *superexploração do trabalho, transferência de valor, composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capital financeiro na economia dependente, cooperação antagônica, hegemonia regional* e – um *padrão de reprodução do capital que se articula com a forma subimperialista* (que Marini havia se referido como o esquema tripartite de realização do capital).

Nesses termos, se concebermos o tripé identificado por Marini no marco da noção de padrão de reprodução do capital, em lugar da noção mais restrita do esquema de realização, os argumentos da tese do subimperialismo ganharão amplitude – sem perder força – ao serem considerados no seu nível de análise mais correto: o do padrão de reprodução do capital e não, tão somente, no contexto da realização do capital-mercadoria que distingue a segunda fase da circulação.

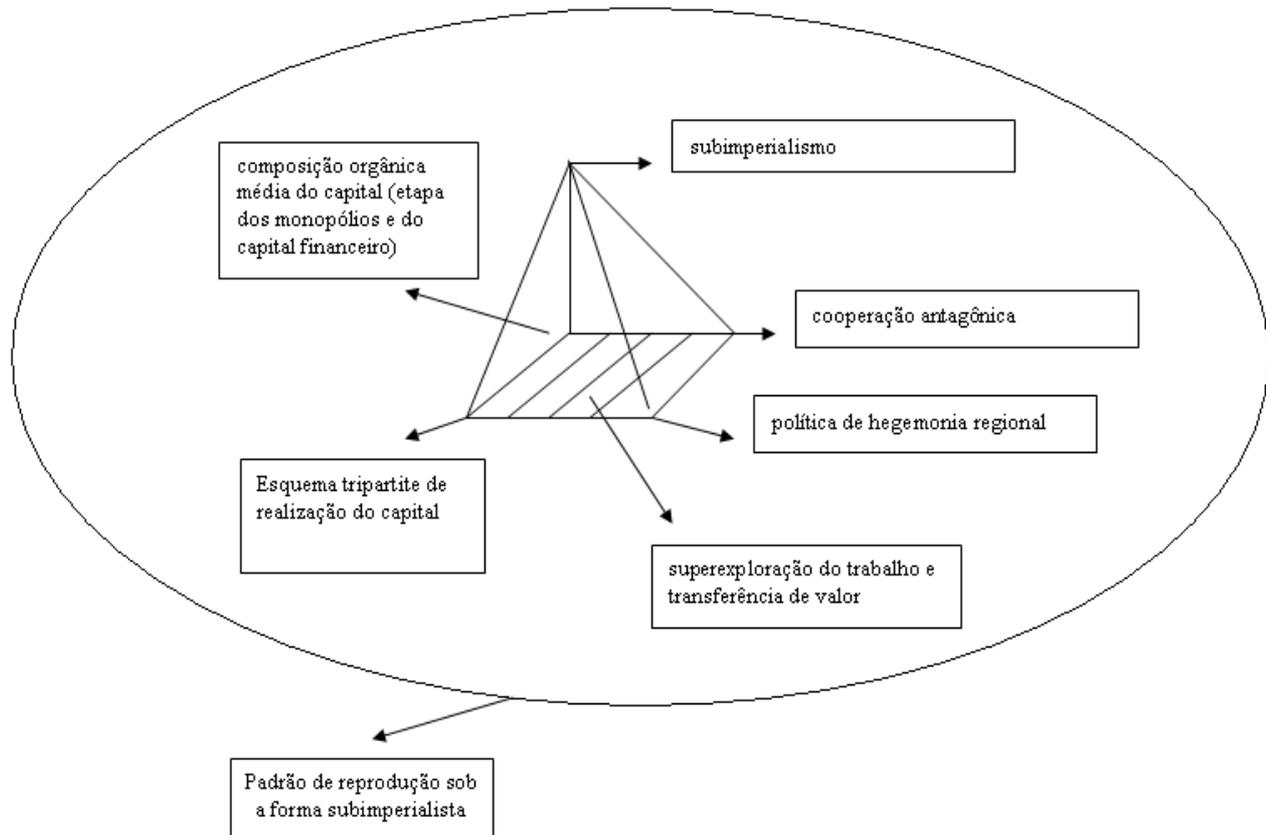
Assim, o fenômeno subimperialista ocorre quando, na conjunção de suas variáveis, é reativada a dinâmica da valorização, contornando em parte as contradições do capitalismo dependente. Em outras palavras, no contexto das contradições de uma economia medianamente industrializada do capitalismo dependente, as contratendências postas em

marcha para restaurar a unidade entre produção e realização dão forma subimperialista ao padrão de reprodução do capital.

Isto pode ser verificado na correspondência entre as variáveis que definem o subimperialismo e as três dimensões que conformam um determinado padrão de reprodução. O subimperialismo tem sua gênese na ativação de um conjunto de tendências procurando contra-restar os problemas do ciclo do capital da economia dependente, quando esta já apresenta certo grau de monopolização e de operação do capital financeiro. Ora, as contratendências ou válvulas de escape mobilizadas para deslocar essas contradições são responsáveis pela introdução de novas pautas no movimento de reprodução do capital. A extensão da acumulação em escala ampliada sobre a base destas novas pautas se dá através de um uso específico do território no contexto deste padrão, que sob o subimperialismo requer que um subcentro, como o Brasil, lance mão de uma política de hegemonia regional, ao mesmo tempo em que se relaciona com o imperialismo dominante nos termos da lógica da cooperação antagônica. É essa dinâmica que permite ao país que emerge de modo subimperialista controlar uma esfera de influência própria (em termos econômico-geográficos) para a reprodução do capital sob sua órbita, angariando uma autonomia relativa no marco de sua dependência. A função que restaura a unidade entre produção e circulação corresponde, por sua vez, à terceira dimensão da noção de padrão de reprodução, conforme discutida por Osorio.

Portanto, partindo do que vimos argumentando até agora, podemos sustentar que em Marini podem ser encontrados os fundamentos para uma teoria do subimperialismo, através da conexão entre as categorias referidas acima. Esta rede de categorias pode ser representada através da figura de um pentaedro, cujo vértice simboliza o subimperialismo, para onde convergem as demais extremidades, representando as quatro categorias analíticas: cooperação antagônica, composição orgânica média do capital (etapa dos monopólios e do capital financeiro), hegemonia regional e esquema tripartite de realização e reprodução do capital (mercado externo, Estado e consumo suntuário). A superexploração do trabalho e a transferência de valor que caracterizam a natureza da dependência compõem a base de todo o edifício na teorização sobre o subimperialismo, conforme mostramos na Figura 1.

Figura 1. As categorias do subimperialismo



Sob esta formulação, que recolhe conclusões a que chegamos através da leitura imanente do texto de Marini e de outras formulações em que se ampara nossa análise, podemos avançar na enunciação dos termos de nossa hipótese a respeito da existência de uma teoria do subimperialismo – mesmo que implícita – nos escritos do marxista brasileiro:

Prevalecendo relações sociais de produção regidas pela superexploração do trabalho em uma economia dependente (a), esta, após atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro, tornando-se uma economia de composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais(b), tenderá a apresentar novas formas de problemas no ciclo do capital; se, para o deslocamento destas contradições, for engendrado o esquema tripartite de reprodução - mercado externo, Estado e consumo suntuário (c) - e uma política de cooperação antagônica em relação ao imperialismo dominante (d), assegurando a reprodução ampliada do capital, apesar da manutenção da dependência, e

promovendo a hegemonia deste país no subsistema regional de poder (e), teremos o subimperialismo, como forma particular do padrão de reprodução do capital.

Formalizando os termos da hipótese, chegamos ao seguinte: se $b + c + d$ deslocam as contradições de a e produzem e , estaremos diante do fenômeno do subimperialismo.

A hipótese acima constitui um passo adiante em direção a uma teoria sobre o subimperialismo. Entretanto, são necessários outros procedimentos, um dos quais esperamos cumprir no restante deste trabalho. Tendo, então, esta definição por base, pretendemos demonstrar, no próximo capítulo, como a conjunção de fatores do subimperialismo, como o seu esquema de realização de mercadorias e o papel do Estado no contexto do fenômeno da aglomeração (ambas as tendências integrantes do padrão de reprodução do capital sob a forma subimperialista), permitem que o capital se reproduza em escala ampliada, a despeito das condições de dependência e dos problemas no ciclo do capital dali derivados.

Como foi visto acima, a noção de padrão de reprodução permite integrar a análise da produção do valor com o componente valor de uso, englobando o conjunto do ciclo do capital (produção e circulação), em seu movimento no tempo e no espaço, em cujo decurso dá origem a pautas que conformam padrões históricos. Seguindo a periodização de Osorio acerca dos padrões eixos da reprodução do capital que marcaram a história latino-americana a partir de sua independência (OSORIO, 2004, p. 74), pretendemos considerar o subimperialismo brasileiro tal como examinado por Marini como expressão particular do *padrão industrial diversificado*, que Osorio situa entre meados dos anos sessenta aos oitenta.

4 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NO PERÍODO 1964-1980

Chega o momento de nos debruçarmos na análise empírica a partir do conceito de subimperialismo. Neste capítulo, tendo por base a discussão teórica feita até aqui, abordaremos as quatro dimensões do subimperialismo, no período 1964-80, o qual foi objeto da investigação de Marini.

Começaremos pelo exame do processo de monopolização e de incremento do capital financeiro em operação na economia brasileira dos anos 1960 e 1970, para então seguirmos analisando o esquema de realização do subimperialismo, a política de hegemonia regional e a cooperação antagônica com o imperialismo hegemônico.

4.1 Monopólios e capital financeiro

Como ficou demonstrado, a partir da leitura do texto de Marini se pode distinguir os objetivos da lógica que presidia a tendência à concentração e centralização do capital, bem como a associação entre a produção e o setor financeiro no período que ocupou sua atenção. Também serão vistos os instrumentos postos em prática para levar esse processo a cabo e suas consequências sobre o modelo ou padrão de reprodução do capital.

A chegada da economia brasileira à etapa dos monopólios e do capital financeiro, por volta dos anos 1960, respondia a quatro imperativos da reprodução do capital naquele momento histórico do país: (1) criar empresas de bens de consumo capazes de absorver a produção da indústria pesada; (2) criar condições para pressionar a queda do valor dos salários; (3) favorecer os interesses das grandes empresas; (4) criar uma estrutura produtiva apta a competir no mercado internacional (MARINI, 1974, Cap. III). Os dois primeiros fatores correspondiam aos problemas enfrentados pela economia brasileira no curso da crise que marcou o ciclo recessivo de 1962-67, que encontraram uma saída mediante o novo padrão de reprodução. O terceiro fator derivava das pressões do capital estrangeiro.

Por fim, encontrava-se o objetivo que atendia simultaneamente às aspirações dos militares e da camada superior da burguesia.

O processo de monopolização sobre a base da intensificação do capital financeiro em operação contou com o concurso de um conjunto de instrumentos, cada qual cumprindo algum dos objetivos que mencionamos acima. A introdução de novas técnicas na produção, ampliando o uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra, criou as condições para aumentar a extração de mais-valia, mantendo a superexploração do trabalho como característica do capitalismo dependente e como regra do novo padrão de reprodução que se constituía. Quem reunia as condições para fazer uso dessa tecnologia eram precisamente os grandes grupos econômicos. Se a superexploração estava no núcleo da reorganização do capitalismo brasileiro, é natural que não fosse o mercado de bens de consumo necessário o eixo dinâmico da indústria brasileira. Através do sistema bancário, erigiu-se outro instrumento importante que foi o financiamento ao consumo suntuário. Também no âmbito do capital-dinheiro, companhias financeiras e bancos de investimento, com forte participação do capital estrangeiro, criaram “o instrumento capaz de centralizar o capital social em poucas mãos”. A estes expedientes somou-se, para consagrar o novo modelo, a introdução de toda uma legislação voltada a favorecer os interesses em questão¹¹⁸.

As consequências desse processo foram a monopolização em favor da indústria suntuária; a absorção de empresas médias e pequenas pelo grande capital, ou seja, a centralização do capital; a integração definitiva do grande capital nacional ao capital estrangeiro; e a expansão subimperialista do capitalismo brasileiro, associado aos capitais do imperialismo dominante, sobretudo estadunidense (MARINI, 1974, p.111 et seq.).

Na análise de uma transformação drástica como esta, não poderia passar inadvertido o papel que desempenhou a circulação internacional e que influenciou para as diferentes vicissitudes do subimperialismo brasileiro. Em 1950, a forma predominante do ingresso de capitais era na forma de IED. Em finais dos 60, início dos 70 era na forma de capital de empréstimos, no contexto do boom financeiro do mercado de euromonedas (MARINI, 1977b).

Este conjunto de temas será examinado a seguir.

¹¹⁸ Analisaremos parte dessa legislação na subseção 4.2.2, sobre o mercado, ainda neste Capítulo.

Em *El reformismo y la contrarrevolución*, Marini desenvolveu análise para o Chile cujos fundamentos teóricos são válidos também para o caso brasileiro. Advertia ele que

se costuma tomar como sinônimos os termos monopolização e concentração. A confusão é perigosa: a concentração corresponde a um processo de monopolização caracterizado pela expansão de um capital dado, com base em sua própria reprodução ampliada, e se distingue nitidamente de outro processo de monopolização, o da centralização, no qual um determinado capital absorve outros capitais já formados. Esta distinção não tem um propósito meramente acadêmico.

(...)

Nas fases expansivas da indústria, o processo dominante de monopolização é o de concentração, ocorrendo o inverso nas fases pouco dinâmicas, nas quais, na impossibilidade de seguir com um processo de expansão, o capital retrocede (*vuelve hacia atrás*) e cresce às custas da absorção de capitais menores. Do ponto de vista das relações que se estabelecem entre vários estratos que compõem a classe burguesa, isto significa que, nas fases de expansão, tais relações são mais harmônicas do que nas de contração, quando a ameaça de eliminação que pesa sobre os estratos mais baixos intensifica os conflitos interburgueses (MARINI, 1976, p. 67-8).

Uma ideia central a reter é que a implantação do modelo subimperialista desvelou um de seus elementos constitutivos “o qual não representava o interesse geral da classe, mas sim de sua camada superior: a concentração e a centralização do capital” (MARINI, 1974, p. 110). Marini dedica uma atenta análise ao desenrolar desse processo dialético. A afirmação acima, antes que contradizer a caracterização do golpe de 1964 como acontecimento que traduziu a união de todos os segmentos que personificavam o capital, anuncia seu desdobramento posterior, com a marcha do novo regime sob a hegemonia da camada ou fração dominante da classe capitalista. Senão vejamos. De acordo com Marini,

a política econômica do regime militar exibia, como elemento essencial, a redução forçada do preço da força de trabalho. Isto interessava à burguesia em seu conjunto, já que, como vimos, o problema agudo que enfrentava se referia à taxa de mais-valia e, por conseguinte, à acumulação. Entretanto, interessava especialmente a seus setores médios e pequenos, os quais dispendo de uma tecnologia mais atrasada empregavam maior quantidade de mão-de-obra e se ressentiam em seus custos de produção de maneira mais direta as flutuações dos salários. A partir de sua ótica limitada e parcial, estes setores expressaram sua adesão à política do regime, sem preocuparem-se em analisar todas suas implicações (MARINI, 1974, p. 110-11).

Temos aqui um elemento que marcava a unidade entre as distintas frações burguesas: a superexploração do trabalho. Esta se revelava de especial importância para os capitais médios e pequenos, uma vez que não contavam com maquinaria moderna de modo a proporcionar ganhos de produtividade na mesma proporção que as empresas mais poderosas e, por conseguinte, proporcionar maior extração de mais-valia relativa – o que

os deixava para trás no âmbito de seu ramo, sem poder obter uma mais-valia extraordinária que lhe permitisse praticar preços competitivos. Desse modo, seu principal método de extração de trabalho excedente era a mais-valia absoluta e os mecanismos da superexploração do trabalho¹¹⁹.

Os dados disponíveis confirmam que a superexploração do trabalho foi acentuada no período após 1964. Esse instrumento que permitiu a recuperação da atividade econômica trouxe, contudo, outros desdobramentos: “agora, a depreciação forçada a que se submete a remuneração do trabalho compreende um debilitamento do consumo popular. A generalidade dos setores [capitalistas] médios e pequenos se move na esfera dos bens de consumo não durável e sofreu diretamente a queda vertical operada no poder de compra das massas” (Marini, 1974, p. 111). Diante daquele quadro,

sua situação só poderia ser paliada se dispusessem, enquanto durava a recessão, de fundos próprios que os habilitassem a esperar melhores tempos ou, na sua falha, de fontes abundantes de crédito. Porém, o que aconteceu é que não dispunham de tais fundos e o governo lhes fechou praticamente o acesso ao crédito, ao mesmo tempo em que lhes exigia, através de medidas tributárias e alfandegárias, renovar sua maquinaria. Em outros termos, *os empurrava irreversivelmente à quebra ou à absorção por grupos mais poderosos.*¹²⁰

Durante a vigência do PAEG, o crédito foi restringido. Apenas os grandes grupos tinham condições de acessar os empréstimos. A reforma legal no mercado de capitais também esteve voltada para atender aos interesses dos grandes grupos, forçando as empresas médias e pequenas à quebra ou à absorção, conforme colocado por Marini e examinado em detalhe por Nilson Araújo de Souza (SOUZA, 1980).

Esta “racionalização” dos capitais respondia aos objetivos referidos mais acima, entre os quais estavam os de criar uma estrutura produtiva apta a competir no mercado internacional e capaz de gerar a demanda necessária para a indústria pesada.

A política governamental tinha sua lógica e obedecia tanto aos imperativos da acumulação como ao projeto subimperialista. No concernente ao último aspecto, é óbvio que a pretendida expansão comercial em direção ao exterior teria que se apoiar em uma indústria moderna, dotada de alto poder competitivo. Do ponto de vista da acumulação, tratava-se fundamentalmente de propiciar a centralização de capitais em benefício das grandes empresas, pondo

119 Conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação, prolongamento da jornada de trabalho, prolongamento do ritmo do trabalho.

¹²⁰ *Id. ibid., loc. cit., grifo nosso.*

fim à dispersão dos mesmos que se verificara no período anterior, principalmente a partir da segunda metade dos anos cinquenta, quando, exortado pela dinamização inflacionária do mercado interno, as facilidades do crédito e a proteção alfandegária, o capital havia se reproduzido no seio da mais completa anarquia. Favorecendo agora sua centralização, o sistema propiciava a criação de empresas de bens de consumo capazes de absorver a produção da indústria pesada, ao mesmo tempo em que criava condições para pressionar a queda do valor dos salários (MARINI, 1974, p. 111).

O começo desse processo tivera início antes do regime tecnocrático-militar instaurado com o golpe de 1964. Porém, tomou seu curso definitivo somente após a efetivação de um conjunto de medidas lançadas pelo novo bloco no poder. Esta foi uma transformação que não discrepou em um dos elementos típicos de toda mudança no padrão de reprodução: a coexistência de formas quando o velho não termina de morrer e o novo não termina de nascer, em um processo dialético que provocou a irrupção de contradições até que a nova fração hegemônica logrou impor sua força, no sentido de homogeneizar as formas de exploração do trabalho em toda a economia. A questão em exame é a mesma apresentada na abertura do capítulo anterior e estriba na relação que a tese do subimperialismo possui com o movimento de exportação de capitais do pós-guerra e o processo de diferenciação interna da burguesia. Nas palavras de Marini,

Para compreender o sentido da dinâmica social brasileira a princípios da década passada [anos 1960] deve-se considerar inicialmente a situação da burguesia. A diferenciação dos setores de produção, motivada pelo desenvolvimento da indústria pesada, e a associação progressiva dos grupos burgueses vinculados a esta com o capital estrangeiro, não fizeram a não ser acusar a estratificação interna da classe. Até então, a acumulação capitalista havia se baseado na exploração extensiva da mão-de-obra, mediante a incorporação de mais trabalhadores à produção ou mediante a extensão da jornada de trabalho. O motor da acumulação era, pois, a mais-valia absoluta e o marco em que se levava a cabo era a concentração de capital, com o que a distribuição da mais-valia total estava determinada pela própria dimensão do capital investido, mantendo-se assim dentro de limites aceitáveis para os distintos estratos burgueses (MARINI, 1974, p. 147-8).

Esse quadro, no entanto, sofreu profunda transformação, como explica Marini:

A introdução de novas técnicas de produção, que acompanhou o duplo fenômeno do surgimento da indústria pesada e da penetração massiva de capitais estrangeiros mudou essa situação: incidindo diretamente na produtividade do trabalho, proporcionou uma mais-valia extraordinária aos grupos burgueses que participaram desse processo. A consequência disto foi acelerar a concentração do capital em benefício destes grupos e em detrimento daqueles que tiveram que seguir utilizando a tecnologia tradicional.¹²¹

¹²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 148-9.

O que está em evidência na passagem acima é que o desenvolvimento da indústria pesada em um subcentro econômico como o Brasil, em ascensão na divisão internacional do trabalho foi marcado pelo predomínio do capital estrangeiro no controle dos ramos dessa indústria; e que este mesmo capital estrangeiro incorporava na indústria pesada o progresso técnico que incidia na produtividade do trabalho. Ora, a acumulação de capital com base em uma maior produtividade traria como resultado taxas de crescimento superiores para os ramos operando com aqueles diferenciais na força produtiva do trabalho. Daí que se tenha como consequência uma maior concentração do capital comparativamente aos grupos que utilizavam tecnologia tradicional. E, vale lembrar, quando falamos de maior concentração do capital, estamos falando em uma maior reprodução ampliada. Esta tendência continha já em si o germe do antagonismo que iria se agudizar e resultar na absorção dos capitais médios e pequenos pelos grandes grupos.

Entretanto, isto não se traduziu de imediato em fortes tensões internas [no seio da burguesia] por duas razões. A primeira foi devida a que o desenvolvimento logrado pelo grande capital, principal beneficiário da nova tecnologia, se fez em uma esfera distinta daquela em que atuavam os capitais médios e pequenos, já que se dirigiu, como assinalamos, aos setores onde se abriam maiores possibilidades de substituição de importações e, portanto, de mercado; ao fazê-lo, criou novas oportunidades de expansão aos capitais de menor porte, como ocorreu, por exemplo, com a indústria automotriz, em cuja sombra surgiram empresas de auto-peças cuja dimensão não ultrapassa a [da] média [empresa]. A segunda razão residiu em que, ainda quando o grande capital atuou na mesma esfera que os demais, não tratou de deslocar os capitais de menor capacidade produtiva: se limitou a realizar a mais-valia extraordinária, ou seja, aumentou sua taxa de lucro sem ameaçar a sobrevivência das empresas mais atrasadas; assim, por exemplo, no setor têxtil o leque salarial existente não variava significativamente segundo o tamanho e o grau de tecnificação das empresas e tampouco variavam os preços dos produtos levados ao mercado.¹²²

Com isso, Marini procurou demonstrar que, embora já estivessem dadas as condições objetivas para que a diferenciação interna da burguesia se consumasse em benefício exclusivo de sua camada superior e às custas das frações mais débeis, ainda não se esgotara todo o espaço de tal modo que a absorção das últimas passasse ao cerne da estratégia de crescimento da primeira. Na sua avaliação,

[...] apesar de que a nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizava por uma acelerada concentração do capital em favor de uma reduzida fração da burguesia, gerava efeitos secundários que permitiam à

¹²² *Id., ibid.*, p. 149.

burguesia em seu conjunto aproveitar-se da expansão dali derivada e mascarava, assim, para os demais setores burgueses a posição desvantajosa em que iam ficando”.¹²³

Mas as contratendências que atenuavam o acirramento da cisão vertical que opunha os interesses dos grandes grupos e dos capitais médios e pequenos no interior da burguesia industrial não poderiam atuar por muito mais tempo. E não poderiam porque a continuidade da acumulação em escala ascendente pelos grandes grupos exigia homogeneizar as formas de exploração do trabalho no conjunto da economia. Em outras palavras, requeria a elevação do nível geral da produtividade do trabalho, a fim de que os grupos da grande burguesia industrial obtivessem não somente uma mais-valia extraordinária em seus respectivos ramos, mas também pudessem reduzir o custo do seu capital variável através do barateamento dos bens de consumo necessário produzidos pelas empresas que empregavam uma tecnologia mais atrasada. É por isso que os efeitos ou contratendências que acompanhavam o processo de concentração e amorteciam os atritos entre as frações burguesas não poderiam prosseguir indefinidamente:

Mais que secundários, estes efeitos da concentração de capital eram passageiros e acabariam por colocar a economia em uma encruzilhada. Com efeito, a concentração não implicava tão só uma drenagem de mais-valia em direção àquela fração da burguesia que tinha assento na indústria pesada: implicava também, como vimos, que essa grande burguesia aumentara seus lucros sem mudar o modo de produção¹²⁴ que as condições técnicas das empresas atrasadas estabeleciam; com isso, se bloqueava a transformação da mais-valia extraordinária em mais-valia relativa, única maneira de elevar o nível de acumulação em seu conjunto, e se impedia a própria reprodução ampliada do sistema. É por isso que, chegado a um certo momento, os distintos mecanismos de reprodução do capital vigentes no sistema se mostrariam irreconciliáveis e surgiria a necessidade de homogeneizar as formas de exploração do trabalho em toda a economia (Marini, 1974, p. 150).

123 *Id. Ibid., loc. cit.* Em sequência, Marini comenta um fato representativo daquele período de transição: “A euforia desenvolvimentista da segunda metade dos anos 1950 refletiu essa situação e tornou possível que o enfrentamento entre as distintas camadas burguesas se realizasse em um clima de cordial liberalismo. O mesmo governo que concedia com uma mão favores ao movimento nacionalista, permitindo-lhe cristalizar-se ideologicamente (através de instituição como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado por Juscelino Kubitschek), abria de par em par, com a outra mão, as portas da economia nacional ao capital forâneo (ao dar plena vigência à Instrução 113 [da SUMOC], que concedia amplas facilidades e vantagens aos investimentos estrangeiros). Por outra parte, uma vez que o capitalismo era todavia capaz de criar novos campos de investimento, a questão das reformas se mantinha em um segundo plano para a consciência burguesa, o que impediu que se tomasse qualquer iniciativa a respeito” (*Id. Ibid.*, p.149-50).

124 Por modo de produção Marini não se refere nesta passagem ao sentido conferido por Marx a *mode of production* em O Manifesto Comunista ou *Produktionsweise* em O Capital, mas sim como sinônimo de padrão de produção do mais-valor ou padrão de reprodução do capital.

Dessa maneira, nos termos da cisão vertical discutida no Capítulo 2, crescia a contradição intra-burguesa entre a indústria pesada e a indústria leve. “Frente à maior capacidade do grande capital para apropriar parcelas crescentes da massa total de mais-valia, as camadas burguesas inferiores reagiam mediante a elevação da mais-valia absoluta”. Por um lado, isto beneficiava o conjunto da burguesia, ao intensificar a superexploração do trabalho. Entretanto, beneficiava em maior medida as camadas burguesas inferiores, que “pelo próprio fato de dispor de uma tecnologia inferior, empregavam mais mão-de-obra.” Além disso, impedia a generalização da mais-valia relativa, o que era demandado pelos grandes grupos para reduzir os custos de seu capital variável. Com isso, em seu esforço por homogeneizar as formas de exploração do trabalho no conjunto da economia, ou seja, “ao tratar de estender ao conjunto da economia seu modo de acumulação, o grande capital iria se chocar com a resistência tenaz dos grupos vinculados à média e à pequena empresas” (MARINI, 1974, p. 150).¹²⁵ Já nessa etapa do desenvolvimento capitalista,

o conflito não tardaria em eclodir (*estallar*). O comportamento destes grupos levava a que a indústria leve se mostrasse incapaz de criar condições dinâmicas para a realização da produção da indústria pesada, o que se constituiu em um fator limitativo da expansão desta, impedindo-a inclusive de evoluir em direção a formas de produção mais sofisticadas. Preenchidas suas possibilidades de investimento neste campo, o grande capital se voltou para trás, ou seja, foi buscá-las ali onde a margem de elevação da mais-valia relativa era ainda ampla – a indústria leve. A própria dialética da acumulação capitalista a levava assim *a passar, depois de uma fase acelerada de concentração do capital, a uma fase de centralização e a ameaçar a posição das empresas menores, rompendo a complementariedade de interesses que havia prevalecido até então entre as diversas frações da burguesia* (Marini, 1974, p. 150-1. Grifo nosso).

Com o que vimos até aqui, ficam explícitos os objetivos e os instrumentos que estiveram por trás do processo de monopolização que afetou a economia brasileira de modo acentuado a partir de meados dos sessenta. Sobre as características dessa monopolização e suas respectivas consequências, cabe registrar que ela: (1) deu-se sobretudo mediante a centralização de capitais, provocando a absorção de empresas da média e da pequena burguesia¹²⁶; (2) favoreceu a acumulação na indústria suntuária; (3) veio a consolidar a integração do capital nacional ao capital imperialista.

125 A mesma ideia encontra-se presente em outra passagem: “Tecnologicamente atrasadas e economicamente débeis, as empresas médias e pequenas constituem, entretanto, a base do setor mais amplo da burguesia brasileira e ocupam a maior parte da mão-de-obra. É natural, então, que disponham de um relativo poder de resistência, que empregariam, reagindo de acordo com as circunstâncias, para obstaculizar a política governamental principalmente no que se refere à política fiscal e creditícia” (MARINI, 1974, p.112-3).

126 Rejeitando interpretações de autores como Fernando Henrique Cardoso, que identificaram o golpe de 1964 e o regime militar com uma revolução burguesa, Marini escreveu: “a amplitude e profundidade das

Estes *leitmotifs* são os mesmos que se encontram sublinhados na passagem a seguir, que ressalta também as consequências que provocaram:

A realização desta política implicou, de imediato, reforçar a tendência do capitalismo brasileiro à monopolização, com o propósito de criar uma estrutura de produção apta para competir no mercado internacional. Ademais de facilitar a desnacionalização da indústria, isto levou a pequena e média empresa à quebra ou à absorção pelo grande capital, no próprio momento em que o desenvolvimento do capital financeiro – através das companhias financeiras e dos bancos de investimentos, com forte participação estrangeira – criava o instrumento capaz de centralizar o capital em poucas mãos (MARINI, 1974, p. 195).

A seguir, vamos examinar a outra vertente deste processo que projetou a expansão subimperialista do capitalismo brasileiro ao atingir este uma posição intermediária na composição orgânica do capital em escala mundial: o capital financeiro.

Na teoria marxista da acumulação, bem como no debate entre os autores da II Internacional sobre o imperialismo, existem diferentes definições para o termo capital financeiro. É certo que Marini tinha conhecimento sobre aquela discussão. Sua opção foi assumir a ideia presente em Lênin, buscando utilizá-la para o estudo da experiência histórica do capitalismo brasileiro. Refletindo sobre as fragilidades do mercado de capitais em uma economia dependente como é o caso do Brasil, Souza (1980) fez ressalvas ao uso do conceito de capital financeiro, uma vez que nossa economia careceria do grau de imbricação entre o capital bancário e o capital industrial contido na acepção leninista. Sem desconhecer esse dado, pensamos ser correta a conceituação de Marini, pelo mesmo argumento que o autor de *Sudesarrollo y revolución* utilizou para enfatizar a importância da exportação de capitais, presente na interrogante: “a exportação de capitais brasileiros, principalmente através do Estado [...], mas também associados a grupos financeiros estrangeiros [...] não se apresenta como um caso particular de exportação de capital, colocado no marco do que pode fazer um país dependente como o Brasil?” (Marini, 1974, p. XIV).

mudanças que o regime militar então implantado introduziu na vida econômica, social e política do país levaram inclusive alguns estudiosos a posições que beiram a apologética – como quando pretendem, por exemplo, identificar esse regime com a revolução burguesa brasileira. A estes haveria que recordar que a revolução burguesa não se faz às custas das camadas da própria burguesia, como aconteceu no Brasil em 1964 e logo em 1968, senão contra as forças que travam o desenvolvimento do capitalismo. Antes que uma revolução burguesa, o processo brasileiro representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno-burguesas – e, desde logo, das massas trabalhadoras – frente ao grande capital nacional e estrangeiro” (MARINI, 1974, Prefácio à 5ª Edição, p.VIII).

Analogamente, no Brasil tomaria forma um mercado de capitais que serviria aos desígnios da acumulação, embora também no marco do que pode fazer uma economia dependente como a brasileira. Assim,

seria bom, nesse sentido, ter presente o acelerado processo de monopolização (via concentração e centralização do capital) que teve lugar no Brasil nos últimos dez anos [1964-74], assim como o extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968. Ainda deixando de lado as bolsas de valores, que em seu melhor momento (1969) fizeram circular emissões de capital pelo valor de mais de 5 bilhões de cruzeiros, mas que não puderam manter esse ritmo, é necessário não esquecer o papel desempenhado pelo sistema bancário no curso do “milagre” e, em especial, dos bancos de investimento, cujos depósitos passaram de 1 bilhão de cruzeiros em 1969 a 5 bilhões em 1971, alcançando neste ano taxas de lucro próximas a 30% (MARINI, 1974, p. XVI).

Tamanho crescimento dos bancos de investimento teve origem na conjunção de fatores externos e internos. A partir da década de 1970, o fluxo internacional de capitais privados, especialmente de euromonedas, se desloca para os países subdesenvolvidos. Entre 1969 e 1972, o mercado de euromonedas dobrava de volume, de US\$45 bilhões para US\$89 bilhões. E o Brasil se colocava na primeira fileira entre os receptores deste capital-dinheiro no mundo subdesenvolvido. Para atrair aqueles fluxos, o governo tecnocrático-militar alterou a estrutura institucional e jurídica do país. Conforme destacou Marini, em 1965 foi ampliado o regime proporcionado ao capital estrangeiro, que mesmo na lei de remessas de lucros do governo Goulart (lei número 4131/62) já contava com condições vantajosas. Porém, agora - comprometida como estava com a integração ao capital internacional - a equipe à frente da ditadura que governava o Brasil relaxava os controles sobre a saída de capitais e abria “a porta para a contratação de empréstimos em dinheiro entre empresas estrangeiras e locais” (o que foi feito mediante o Decreto 55.762/65). E a partir de 1967, bancos comerciais e de investimento foram facultados a tomar empréstimos e repassar estes créditos para empresas financiarem seu capital fixo e de giro (MARINI, 1977a).

Enquanto se expandia o crédito bancário ao setor privado, assim como o extrabancário, assegurado pelas companhias de financiamento e investimento, o capital estrangeiro afluía em massa. Os créditos governamentais ou de instituições internacionais, embora aumentando em volume, perderam relativamente importância frente ao capital privado. Entre 1966 e 1970, sua participação havia sido de 26,3% no financiamento externo, mas esta baixou para 15,6% em 1971 e 9,2% em 1972. Enquanto isso, o investimento estrangeiro a médio e longo prazo, que somara 1,028 bilhões de dólares em 1966-70, crescia em progressão geométrica: 2,319 bilhões em 1971 e 4,788 bilhões de dólares em 1972; o item que apresenta um aumento mais espetacular foi o dos empréstimos e financiamentos em moeda, que passaram de 479 milhões a 1,379 bilhões e a 3,485 bilhões de dólares nos períodos assinalados. Ao contrário dos créditos

externos oficiais, destinados aos investimentos em infra-estrutura e indústrias básicas, a quase totalidade (82,3% do total da rubrica) do capital privado dirigiu-se à indústria manufatureira, particularmente aos ramos de mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, química, borracha, farmacêutica e metalúrgica.¹²⁷

Foi assim que medidas tomadas no plano doméstico foram ao encontro das expectativas de rentabilidade do capital portador de juros que, no contexto do boom financeiro dos setenta, encontraram em um subcentro econômico como o Brasil um espaço privilegiado de valorização.

Para compreender o papel que esse capital financeiro desempenhou, é mister analisar o íntimo relacionamento entre o capital industrial e o capital de empréstimo nos ramos que cobraram dinamismo no novo padrão de reprodução. Esta será uma questão que abordaremos no próximo tópico, ao tratarmos do esquema de realização do subimperialismo.

4.2 Contradições no ciclo do capital e o esquema tripartite de realização/reprodução do subimperialismo

4.2.1 Consumo suntuário

Na quinta edição de *SyR*, aparece a expressão *sociedade de consumo à moda da casa*, associada à ideia do estímulo ao consumo suntuário como maneira de deslocar os problemas de realização do capitalismo dependente:

na perspectiva do esquema subimperialista, o que surge assim é a terceira pata na qual ele se apoia: “a sociedade de consumo” à moda da casa, criada mediante a transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas (MARINI, 1974, p 197).

Segundo Marini, o consumo suntuário é constituído pelo mercado de bens de luxo, em contraste com os bens de consumo necessário, que fazem parte do consumo corrente dos

¹²⁷ *Id.*, *ibid.*

trabalhadores: “consideramos suntuário o produto a cujo consumo não têm acesso, em grau significativo, as massas trabalhadoras” (MARINI, 1977a, p. 27, nota 26).¹²⁸

Essa foi uma ideia agregada depois que Marini pôde observar as mudanças ocorridas durante o período do “milagre econômico”, quando se promoveu a expansão do consumo das camadas médias e altas. Enquanto alguns autores que haviam criticado o golpe de 1964 aplaudiam, agora, o padrão de consumo do novo ciclo expansivo iniciado em 1968, Marini levava adiante sua investigação sobre a superexploração do trabalho e o subimperialismo brasileiro. Em *Estado y crisis en Brasil*, texto de 1977, se pode ler o seguinte sobre os fatores que vieram a compor o esquema de realização do subimperialismo:

O primeiro deles (que, cronologicamente, é o último, já que só se configurou plenamente a partir de 1968, enquanto que os demais já se haviam feito visíveis no curso da crise de 1962-67) é o consumo suntuário. Ele é explicado na medida em que os setores dinâmicos da economia brasileira, no período, são aqueles que produzem bens mistos: automóveis, aparelhos eletrodomésticos, etcétera, o que tornou indispensável dinamizar o mercado interno. A superexploração do trabalho em que se baseia o modelo de reprodução, e que leva a que, desde 1965, o salário real operário tenha se reduzido a aproximadamente a metade, não é obstáculo para isto. Na verdade, permite uma redistribuição regressiva da renda, não só em favor da classe capitalista, mas também das camadas médias, conformando um mercado limitado, porém dinâmico para a produção de bens mistos e outros produtos suntuários. Essa acentuação do hiato (*brecha*) entre a esfera alta e esfera baixa da circulação nacional implica, desde logo, que se agrava o divórcio entre o desenvolvimento do aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas, traço inerente ao capitalismo dependente (MARINI, 1977b).

Vale a pena frisar cada um dos argumentos da citação acima: (1) o modelo de reprodução implantado com o regime tecnocrático-militar baseou-se na superexploração do trabalho, que em pouco mais de dez anos reduziu o salário operário real pela metade; (2) isto não provocou a estagnação do mercado interno, pois ao tempo em que se comprimiu o poder de compra da classe operária, reduzindo o mercado para os bens de consumo necessário, dinamizou o mercado interno sobre a base dos bens de consumo suntuário (ou bens mistos), como automóveis e eletrodomésticos; (3) essa dinamização do mercado de bens de luxo foi possibilitada graças à redistribuição regressiva da renda que favoreceu não apenas

128 Marini sugere que “para se operacionalizar o conceito, se pode partir da distribuição tradicional da renda por estratos e considerar como suntuários os produtos que não são consumidos a não ser pelos grupos que integram o estrato superior de 20%”. *Id., ibid.* Em outro escrito, ele coloca que os bens de consumo suntuário “podem ser, na verdade, bens de consumo necessário (por exemplo, sapatos feitos à mão, em condições em que, por seu menor preço, a massa operária consome sapatos fabricados mecanicamente), mas que não chegam a constituir um item significativo do ponto de vista da análise. Podem ser claramente bens suntuários, no sentido de que não se incluem no consumo ordinário dos trabalhadores, por exemplo, os automóveis” (MARINI, 1979).

a classe capitalista, mas também setores da pequena-burguesia e camadas médias assalariadas; (4) a redistribuição regressiva da renda acentuou o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das amplas massas.

Assim, o fato de que a economia brasileira fosse pautada pela superexploração da força de trabalho não se constituiu em obstáculo para dinamizar o mercado interno de bens duráveis. A outra face de Janus da superexploração foi o estímulo à conformação de um mercado limitado, porém dinâmico – como escreveu Marini – para os bens de consumo suntuário como automóveis, através de um favorecimento do consumo das camadas médias e altas em detrimento das grandes massas.

Analisemos primeiro os indicadores a respeito da superexploração do trabalho. Em *Hacia la revolución continental* (MARINI, 1974, Cap. IV) e em *Las razones del neodesarrollismo* (MARINI, 2000), nosso autor demonstra a contratação da força de trabalho abaixo do seu valor. Em *Las razones...*, ele aponta que o salário mínimo perdeu 36% de seu valor entre 1959 e 1977. O índice em 59 era de 139 (1965=100) e passou para 89 em 1977. Com dados da PNAD, do IBGE, Marini registrou que 40% da população trabalhadora estava recebendo até um salário mínimo. Um outro elemento enfatizado foi o papel do FGTS enquanto instrumento criado pela ditadura para comprimir o nível salarial: “ao promover a rotatividade da mão-de-obra, o FGTS expande o exército industrial de reserva sob sua forma flutuante e atua diretamente sobre o nível salarial” (MARINI, 2000, p. 214-5).

Em *Noticias de Brasil*, Marini examina o prolongamento da jornada de trabalho e o aumento da intensidade do trabalho. Através de dados sobre acidentes de trabalho, evidencia a elevada intensidade com que é explorada a força de trabalho - com o que apresenta evidências para outra modalidade em que se dá a superexploração: o aumento da intensidade do trabalho sem aumento correspondente dos meios de consumo.¹²⁹

Os dados que acabamos de arrolar põem em evidência a presença da superexploração do trabalho como elemento fundamental do capitalismo dependente. A seguir, vamos

¹²⁹ Uma discussão em pormenor destes e outros indicadores encontra-se presente na tese de doutoramento de Nilson Araújo de Souza, orientada por Marini na *Facultad de Economía* da UNAM (SOUZA, 1980).

examinar sua relação com outra característica distintiva da economia dependente, que referimos no capítulo anterior: a tendência à monopolização em favor da indústria suntuária, ou seja, a transferência inter-setorial de mais-valia para o subsetor que produz bens suntuários – o subsetor IIb.

No *Prefácio à quinta edição de SyR*, Marini discute a *terceira pata* do esquema de realização do subimperialismo comparando as taxas de crescimento dos ramos de bens de consumo durável com aquelas verificadas nos ramos que correspondem aos bens de consumo necessário ou bens salário. A respeito destes números, ele asseverou:

os próprios índices da produção industrial indicam que, tomando os anos de 1964 e 1970 como termos de comparação, ramos como o de Material de Transporte saltaram de 92.4 a 225.2, enquanto indústrias de bens salário, como a têxtil, baixavam de 101.6 a 97.2 e a de vestuário e calçado mantinha-se praticamente estagnada, em torno a 113. É difícil imaginar as camadas trabalhadoras que, segundo nossos autores, estariam integrando-se ao consumo, contribuindo a dinamizar o mercado de automóveis, por exemplo, antes que o de bens de consumo corrente (MARINI, 1974, p. XII).¹³⁰

Com essa demonstração empírica, Marini sustenta a ideia a respeito da cisão entre as esferas alta e baixa do consumo. Que o ramo de Material de Transporte, constituído pela indústria de automóveis, fosse o mais dinâmico entre todos da indústria de transformação era um dado que refletia o divórcio entre a estrutura produtiva e a necessidade de consumo das massas.

Conforme explicou em *Hacia la revolución continental*, o fundamento que permitia que um ramo como Material de Transporte apresentasse taxas de crescimento consideravelmente mais elevadas que a de ramos de bens de consumo corrente era a redistribuição regressiva da renda. Como duas faces da mesma moeda, o dinamismo da produção de bens duráveis e a redistribuição regressiva da renda faziam parte do núcleo duro do novo padrão de reprodução do capital.

A redistribuição regressiva da renda pode ser observada mediante a comparação da evolução do salário mínimo real com a do salário médio. Citando dados da revista *Visão*, Marini mostrou como, entre 1968-9, primeiros anos do período chamado de “milagre”, verificou-se deterioração do salário mínimo real, enquanto o salário médio apresentara

¹³⁰ Cf. a Tabela 4, Anexo D, com os dados apresentados na citação de Marini.

elevação (Cf. Tabela 5, Anexo E). Na sua avaliação, a redistribuição regressiva da renda cumpriu a vez de uma válvula de escape para a reprodução do capital sob condições de superexploração, além de ter sido uma contraparte econômica que acompanhou o endurecimento político do regime estabelecido pelo AI-5:

A essa resposta política corresponde, no plano econômico, a intensificação da exploração dos trabalhadores, acentuando-se a válvula (*tapón*) mediante a qual se poderá transferir (sob a forma de crédito, subsídios e salários) poder de compra às camadas médias e altas. Os dados salariais para 1969 falam por si: o salário mínimo descende a 189.37 cruzeiros, enquanto o médio sobe a 470.00. A neutralização de amplos setores da pequena burguesia e a adesão de outros à política da ditadura não nascem tão somente do terror, mas também do suborno, suborno que interessa objetivamente ao grande capital.

(...)

Com isto, se dinamizava o mercado interno, atendendo-se parcialmente aos interesses da pequena e da média burguesia, sem desatender em nada os interesses do grande capital. A ditadura lograva conciliar as contradições interburguesas, o que logo se refletiria em sua consolidação política. O terceiro governo militar, encabeçado pelo general Emilio Garrastazu Médici, que se instala no poder em outubro de 1969, repousará sobre uma coalizão burguesa muito mais sólida que as anteriores (MARINI, 1974, p. 196-7).

Alguns críticos de Marini tentaram apressadamente refutar o argumento da importância da redistribuição regressiva da renda/consumo suntuário para a realização do capital. Foi o caso de Wells, que não citou diretamente Marini, mas foi usado por Mantega (1980; 1985) para atacar a tese do autor de *Sudesarrollo y revolución*.

Wells toma como fato que a redistribuição regressiva da renda favoreceu apenas o nono décimo na escala da renda, um grupo que já tinha o consumo de automóveis entre suas despesas correntes.

Portanto, sobre a base destes resultados, o aumento da concentração da renda não pode explicar o aumento observado na elasticidade-renda da demanda por carros. Se comparadas com o incremento da desigualdade da renda, o crescente volume do crédito ao consumidor e os aumentos estáveis da renda real (uma vez que a recuperação pós 1967 estava em curso) foram fatores muito mais importantes na explicação do crescimento excepcionalmente rápido da indústria de automóveis e na expansão dos bens da classe média urbana (WELLS, 1977).

Ora, o que Wells não consegue perceber é que a renda real aumentou nos estratos médios e superiores dos assalariados, mas viu-se reduzida entre a base dos trabalhadores, que constituem sua maioria – como atesta o dado segundo o qual 40% dos trabalhadores recebiam até um salário mínimo (MARINI, 2000), bem como as trajetórias divergentes

entre o salário médio e o salário mínimo. Além disso, Wells não é capaz de explicar o fundamento em que estribavam as taxas de crescimento do “milagre”. Seria a oferta de crédito um presente de Plutão, que teria agraciado o capitalismo brasileiro no contexto do *boom* financeiro internacional? Porque a economia brasileira, mais que outras entre os países dependentes, recebera aquele fluxo de capitais? Qual a relação do componente força de trabalho com a abundância de crédito ao consumo?

Com efeito, a superexploração do trabalho e a redistribuição regressiva da renda verificada de modo acentuado no decênio 1964-74 não podem ser desconsideradas entre os fatores que proporcionaram a apropriação capitalista de uma soma de valor, isto é, de um patamar de acumulação que contribuiu para a concentração e centralização do capital e a criação de um mercado de capitais e de crédito ao consumo, de maneira a viabilizar as vendas a prazo, lideradas pelo mercado de veículos, que chegou a representar quase 75% do crédito ao consumo em começos dos anos 70, conforme dados de estudo da SEPLAN-SP (1979, p.159, Tabela XLVI).

Como Wells não totaliza sua análise ao nível de abstração do capital social total, deixa-se levar facilmente pela aparência de um dado que pertence à segunda fase da circulação, ignorando a questão da distribuição, concluindo erroneamente que a transferência de renda para os grupos médios e abastados desempenhou um impacto neutro no conjunto da demanda por automóveis.

Este raciocínio de Wells encontra-se presente em Mantega, nos trabalhos já citados deste, e em Cardoso e Serra (1978). A resposta de Marini, publicada em *Las razones del neodesarrollismo* permite refutar todos eles. Desagregando dados dos gastos familiares do estrato de até pouco mais de dois salários, de pesquisa do DIEESE, comparando 1958 e 1969, Marini destacou que

o item que tem ali maior incidência se refere à alimentação, que representava 45% do total em 1969, tendo aumentado em relação ao outro ano de referência. O mesmo aconteceu com equipamento doméstico, transporte, educação (que cresceu sensivelmente) e recreação. Diminuíram os gastos de moradia e vestuário. Isto está indicando uma variação para cima de um item fundamental na determinação do valor mínimo (alimentação), assim como variações no mesmo sentido de gastos que correspondeu ao que Marx chamou de valor histórico-moral. Levando-se em conta que a quantidade de alimentos per

capita *diminui* na família, não é aventurado supor que, apesar do aumento relativo do item da renda, *este tenha sido sacrificado para permitir a atenção de necessidades sociais como observa o próprio DIEESE.*

[...]

Resumindo: é possível afirmar que, apesar da deterioração do salário real, o operário viu aumentar o valor de sua força de trabalho, tornando ainda mais dramática a brecha crescente entre esse valor e a quantia real que recebe (MARINI, 2000, p. 219-20).

Do trecho acima, cabe enfatizar duas ideias principais. A primeira é que o item alimentação teve uma variação para cima entre os gastos familiares, ao mesmo tempo em que se verificou uma redução do consumo de alimentos *per capita* entre as famílias. Isso significa uma redução da quantidade de alimentos na cesta de consumo das famílias trabalhadoras, o que de acordo com Marini revela um aumento no tempo de trabalho necessário para adquirir os bens de consumo para o seu sustento. Essa tendência é confirmada se observamos o aumento do tempo de trabalho necessário para a aquisição da ração mínima, como se vê na Tabela 6 (Anexo F). A segunda ideia destacada por Marini é que, depois da elevação do gasto familiar com alimentação – que foi compensado em parte por uma redução do consumo familiar *per capita*, como explicado – esteve o incremento das despesas com itens correspondentes ao que Marx chamou de valor histórico-moral da força de trabalho. Marini se refere aqui ao consumo de eletrodomésticos.

Não se pode, contudo, como fazem alguns autores, tomar o conjunto de bens duráveis e classificá-los como bens de mesma natureza. Há eletrodomésticos que representam bens suntuários e há outros que, a partir de certo momento, massificam-se e são incorporados na cesta de consumo do trabalhador, passando a integrar o valor histórico-moral da força de trabalho. É o caso do rádio de pilhas nos anos 60 e do televisor a partir de fins dos 70. Mas não o caso do televisor nos anos 60, do televisor a cores nos anos 70 e da máquina de lavar, no conjunto do período considerado.¹³¹

Isto posto, demonstra-se que a indústria de bens duráveis, durante o ciclo de crescimento 1967-73 consistia, em suma, de bens suntuários, apesar de contar também com bens duráveis que estavam sendo incorporados à cesta de consumo da classe trabalhadora. É essa dimensão teórica, que incorpora a questão de classes, que está ausente das análises que não levam a fundo a crítica à redistribuição regressiva da renda e que, por vezes, beiram a apologética, como argumentou Marini em uma de suas passagens já citadas.

¹³¹ Para dados sobre a difusão do bem de consumo televisor, Cf. Tabela 8, Anexo H.

Ainda sobre o tema em exame, há que mencionar outra crítica dirigida contra a abordagem de Marini. Pierre Salama fez uma objeção à existência de problemas de realização na indústria de bens duráveis. Para este autor, o consumo dos operários qualificados, que recebem maiores salários, respondia pela demanda que os demais trabalhadores não tinham condições de gerar – o que Salama denominou de *terceira demanda* (SALAMA, 1976). Na réplica ao economista francês, Marini escreveu:

Se a demanda suntuária é sustentada fundamentalmente pela classe capitalista e pela pequena burguesia média e alta, é a elas que tal demanda deve ser atribuída, e não àquele contingente de operários – maior ou menor, segundo a fase do ciclo – que possa ter acesso à mesma (MARINI, 1977a).

Para ilustrar esta afirmação, Marini utilizou-se de dados sobre o pessoal empregado em 10 ramos da indústria de São Paulo. No ano de 1969, 94,29% dos trabalhadores não-especializados recebiam menos de dois salários mínimos, enquanto aqueles trabalhadores com ensino superior, que perfaziam menos de 1%, recebiam quase 15 vezes o salário mínimo. Ora, “é esta pequena porcentagem (cerca de 7.500 pessoas sobre mais de um milhão) que pode assimilar-se à demanda correspondente à esfera alta da circulação (...)”.¹³² Isto refuta o argumento de Salama sobre a terceira demanda.

Nesse ponto, Marini evoca o nexos entre a esfera alta da circulação e o mercado externo dentro do esquema de realização do subimperialismo.

[...] é preferível para verificar a validade do argumento que nega ao capitalismo brasileiro a necessidade de recorrer ao mercado externo para expandir e realizar sua produção tomar o caso significativo de um ramo produtor de bens de consumo corrente: o de vestuário e calçado. Típico ramo tradicional, de crescimento vegetativo, ainda que considerando como ano base um ano de crise, 1965, o índice de produção não vai além de 112.9 em 1970, registrando-se o caso de 1969 – já em plena prosperidade – em que caiu a 95.7. E, no entanto, esse modesto crescimento *não vai referido ao mercado interno*. Aproveitando os incentivos às exportações, os fabricantes se lançam ao mercado externo (fundamentalmente o norte-americano) (MARINI, 1977a).

Segundo o proprietário de uma das principais fábricas de calçados do país, o então secretário de Indústria e Comércio do São Paulo, “o mercado interno não teria condições para absorver mais que 30 ou 40% de toda a produção nacional que é destinada ao mercado externo.”(*Id., ibid., loc. cit.*)

¹³² *Id., ibid.*

4.2.2 Mercado externo

No prefácio à quinta edição de *SyR*, Marini chamara atenção para o crescimento expressivo da exportação de manufaturas nos 60 e 70, especialmente com destino para mercados da América do Sul e África:

Seria possível que o salto dado pelas exportações brasileiras totais, que entre 1964 e 1973, passaram de menos de 1,5 bilhões de dólares para mais de 6 bilhões, sendo que as manufaturas, que não somavam em valor sequer 100 milhões de dólares (cerca de 7% do total), se elevaram a 1.8 bilhões de dólares (quase 30%); seria possível que essa expansão fosse levada a cabo sem uma agressividade crescente, para o exterior, do capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil? Não chama atenção que, apenas entre 1968 e 1970, as exportações de manufaturas para a América do Sul tenham evoluído de 182 milhões de dólares para 284 milhões, dando-se casos – como o do Paraguai – em que a cifra inicial multiplica-se por dois? Também deixa de ser significativo que as exportações globais para a África, nesses três anos, tenham passado de 39 milhões de dólares a 60 milhões e que, em países como Moçambique (por pequenos que sejam os dados absolutos), as cifras sejam, respectivamente de 92 mil e 968 mil dólares? (MARINI, 1974, p. XIII).

Os dados acima, além de evidenciarem a tendência do capitalismo brasileiro de criar sua própria esfera de influência no âmbito do Terceiro Mundo, expressavam o novo componente da segunda fase da circulação, com o recurso à exportação como meio de realização de mercadorias no modelo subimperialista – particularmente da realização de produtos manufaturados.

Lançando mão de dados da CEPAL, Marini destacou a evolução do coeficiente manufatureiro no conjunto das exportações do Brasil. As exportações de manufaturados, excluindo os produtos semielaborados, “representavam em 1964 modestos 7% das exportações totais”, mas em 1970 perfaziam 15% e, em 1975, atingiam a casa dos 30% do total (MARINI, 1977b).

O significado dessas cifras não teria o mesmo peso não fosse a gritante contradição do

notável crescimento da exportação de manufaturas por parte de um país como o Brasil em que amplas maiorias da população não alcançam os níveis mínimos de consumo, confirma[ndo] a tendência apontada anteriormente, ou seja, a cisão entre a produção e as necessidades das massas. (Marini, 1977b)

De acordo com Marini, o mercado externo cumpre uma função decisiva no esquema de realização do subimperialismo, pois “ao estender o campo da circulação, as exportações asseguram condições para o desenvolvimento da acumulação”, proporcionando uma saída para realizar o capital-mercadoria em face à contradição produção-consumo agudizada pela superexploração do trabalho. Essa função pode ser constatada à medida que “o aumento das exportações corresponda a uma expansão da produção mais rápida que a lei do consumo interno, o que implica que a economia subimperialista deva acentuar sua virada para o exterior, sob risco de bloquear seu processo de acumulação” (Marini, 2000, p. 203). Tal foi o caso do ciclo expansivo inaugurado em 1968. Senão vejamos.

Dados para o decênio 1965-1975 revelam que a produção industrial “cresceu à taxa média anual de 11%, aumentando menos de três vezes, [ao passo que] a exportação de manufaturados o fez a uma taxa de 15%, aumentando quatro vezes”.

Se consideramos o período posterior a 1968, por exemplo, e descartamos os anos de crises (nos quais, precisamente, esta tendência começou a desenharse, permitindo captá-la), observamos que o PIB cresceu 10% ao ano, declinando depois de 1974, o mesmo que aconteceu com o PIB manufatureiro, cujas taxas de crescimento na fase de prosperidade foram de 13% anuais; enquanto isso, as exportações aumentaram, no período 1968-1976, a uma taxa anual de 20% e as exportações de manufaturados o fizeram a um ritmo ainda mais rápido, acima de 50% (MARINI, 2000, p. 203)

Segundo nosso autor, esses dados explicitam o “grau em que as exportações *adicionais* de manufaturas explicam o crescimento *adicional* da demanda global de bens industriais, assim como da produção industrial”¹³³ – e representam um indicador da importância assumida pelo mercado externo como fator de realização do capital e, por conseguinte, no padrão de reprodução do capital.

Uma objeção que se poderia fazer à tese do subimperialismo, no que diz respeito à importância decisiva do mercado externo para a realização do capital, é que as exportações não representam proporções expressivas do PIB. Porém, essa questão já foi respondida por Marini, em textos como o *Prefácio à quinta edição de SyR, La Acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* e *Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile*. Neste último escrito, em polêmica com Aníbal Pinto, da CEPAL, nosso autor escreveu:

¹³³ *Id.*, *ibid.*, p. 205.

Já assinalamos que Pinto e seus seguidores se empenham em fechar os olhos frente a essa mudança produzida nas exportações, alegando que estas não afetam mormente a economia, por não representarem em valor uma porcentagem significativa do produto nacional. Cometem, de partida, um erro, relacionando o valor das exportações com o valor do produto nacional, quando *essa relação só tem validade quando se refere aos ramos*. (MARINI, 1982).

Prosseguindo seu raciocínio, Marini tomou um exemplo hipotético:

Suponhamos, por exemplo, que em um país qualquer se tem uma indústria de charutos que exporta totalmente sua produção e que tem, pois, um grau de abertura ao exterior igual a 100%. Essa indústria utiliza a matéria-prima principal (tabaco) e outras auxiliares, assim como papel para cigarros, madeira e papel para embalagem, máquinas, instalações, que se produzem internamente para ela. Se o valor dessa produção interna é de 80 sobre um total de 100, isto significa que o grau de abertura da economia tal como Pinto o mede seria 20%. Entretanto, todo o valor agregado por cada ramo ao produto nacional estaria em função da exportação. Bastaria que esta cessasse para que toda a economia viesse abaixo. Isto nos diz que o grau de abertura, em termos de valor agregado total, é [no caso examinado] de 100% e não de 20%.¹³⁴

Através desta ilustração, Marini procura refutar o “simplismo da visão contábil de [autores como] Pinto [...a qual] não lhe[s] permite perceber que existe *uma estreita relação entre os ramos, que no plano da produção se mostram dinâmicos e a esfera especial de realização que representa o mercado mundial*.”¹³⁵

No contexto que nos interessa examinar, Baumann é um dos autores que traduzem essa visão, que tentou rejeitar – direta ou indiretamente – o argumento de Marini, taxando-o de adepto das teses subconsumistas e estagnacionistas. Para esse autor,

O estudo revelou antes de mais nada a pouca sustentação para as teses estagnacionistas, difundidas anteriormente no Brasil, que atribuíam ao mercado externo um papel importante como fonte de demanda. Do ponto de vista do setor industrial como um todo, assim como também da perspectiva das principais firmas exportadoras, o mercado externo tem na melhor das hipóteses um papel marginal na manutenção do nível de demanda. Essas conclusões são válidas para os períodos de *boom* interno e para períodos menos dinâmicos, e *não se alteram durante todo o período de análise, mesmo quando a política comercial apresentou um viés pró-comércio significativo*. É claro que, no Brasil, o tamanho da economia interna continua sendo a atração principal para os produtores internos (BAUMANN, 1987, p.202, grifo nosso).

¹³⁴ *Id., ibid.*

¹³⁵ *Id., ibid.* Itálico no original.

Ainda segundo Baumann,

Tomadas em seu conjunto, estas cifras mostram que o mercado externo não foi uma fonte importante de dinamismo no período em análise. Mesmo no período menos dinâmico após 1974, as exportações não explicam mais de 5% do crescimento industrial.

(...)

Em termos setoriais, também vemos que as variações da demanda externa nunca chegaram a mais de um quinto das variações da demanda total, a não ser no caso de Material de Transporte, nos últimos anos. E mesmo aí, a análise exige alguma qualificação.

(...)

Para os produtores de Material de Transporte, os anos pós-74 foram particularmente adversos. A taxa anual de crescimento da produção foi de apenas 1,8% entre 1975 e 1977, comparada com uma taxa média anual de 21,8% de 1967 até 1973. Devido à insuficiência da demanda interna e a um volume considerável de incentivos, as exportações chegaram a ser a componente mais dinâmica da demanda naquele período. Mas mesmo assim, o volume de produção absorvido pelo mercado externo variou de menos de 3% em 1974 a aproximadamente 6% em 1977.¹³⁶

Raciocinando como economista neoclássico, Baumann só analisa brevemente a economia por ramos para depois voltar-se a seu exercício de estática comparativa (confunde preço e valor). Na visão de Baumann, o caso do ramo Material de Transporte seria a exceção que confirma a regra, como se pode deduzir da passagem acima, quando encerra suas observações acerca desse segmento da indústria concluindo que “mesmo assim, o volume de produção absorvido pelo mercado externo variou de menos de 3% em 1974 a aproximadamente 6% em 1977”.

Ora, o estudo da questão dos mercados jamais pode prescindir da análise dos ramos, uma vez que é no âmbito destes que operam mecanismos responsáveis pela formação da taxa de lucro e pelos níveis de competitividade que influem na distribuição da mais-valia entre os capitais individuais e também entre os distintos ramos que compõem o capital social total. Importante ausência não poderia passar inadvertida em um trabalho dedicado ao tema “exportações e crescimento industrial no Brasil”.¹³⁷

A dimensão do papel do mercado externo na realização do capital das empresas da indústria automobilística – e a presença destas no padrão de reprodução em tela – serão devidamente compreendidas mediante o cruzamento de alguns indicadores fundamentais.

¹³⁶ *Id., ibid.*, p.105-6.

¹³⁷ Trata-se do título do livro de Baumann.

Entre 1967-73, a contribuição das exportações no desempenho do setor permanecia baixa: era de 0,5% em 1965/67, 2,2% em 67/71 e, no período 1969/74, alcançava a cifra de 5,2%. Ou seja, até aqui é correto o argumento de que as exportações não cumpriram um papel significativo como mercado para a produção brasileira de automóveis no período chamado de “milagre econômico”. Contudo, em meio à nova conjuntura que iniciara em 1973, a esfera alta do consumo no mercado doméstico passaria a apresentar os seus limites como fator dinamizador da indústria automotriz, conforme demonstram os números de queda do crescimento da atividade, que de 21,8% no período 1967-73 caiu a 1,8% nos anos 1975-77 (BAUMANN, 1985, p.105-6). Chama atenção que, enquanto os índices de produção no ramo despencavam, a participação das exportações no crescimento da indústria automobilística atingia cifras espetaculares.

De 5,2% em 1969/74, a contribuição das exportações à demanda adicional do ramo da indústria automotriz decuplicou – saltando para 57,2% em 1974/77.¹³⁸ Nesse mesmo contexto, um outro indicador merece destaque em nossa análise. Entre a queda das vendas internas e a expansão significativa das vendas no mercado externo, registrou-se o aumento do coeficiente da indústria automotriz no PIB industrial do Brasil. Em pleno ano de 1975, que compõe o intervalo marcado por magras taxas de crescimento do setor, a indústria de automóveis apresentava seu nível histórico mais alto como percentual do produto industrial (14,6%) – marca que seria ultrapassada somente nos últimos anos, sob a política de isenção de IPI para a compra de carros praticada pelo governo Lula, na conjuntura da crise mundial (Cf. ANFAVEA, 2009).

Estes indicadores confirmam o argumento de Marini a respeito das tendências que constituem o esquema de realização do subimperialismo. Diante do esgotamento do dinamismo da esfera alta do consumo em 1973, devido sobretudo às restrições ao crédito que a nova conjuntura econômica impunha¹³⁹, uma nova articulação entre o mercado externo e o Estado teve origem. Se era para ser preservado o efeito multiplicador que a indústria automotriz cumpria no padrão de reprodução do capital então vigente – e assim o concebia a equipe tecnocrático-militar que dirigia o país -, uma nova válvula de escape

¹³⁸ BAUMANN, *Ibid.* Cf. Tabela 9, Anexo I, a esta tese.

¹³⁹ Recordemos que os veículos de transporte absorviam entre metade e três quartos do volume de crédito ao consumo no Brasil. Cf. SEPLAN, 1979, p.158.

deveria suplementar a esfera alta do consumo, uma vez que a distribuição regressiva da renda não era mais suficiente como mecanismo compensatório na realização do capital-mercadoria do ramo automotriz.

Em 1972, o governo publicou um conjunto de decretos delineando uma nova política de promoção às exportações. Batizada de Programa BEFIEX, era integrada por medidas visando a premiar as empresas que registrassem maior desempenho exportador. Embora o BEFIEX tenha sido lançado com anterioridade à crise mundial de 1973, no momento de sua criação os números da economia brasileira já apresentavam a contração do crédito ao consumo das famílias. À medida que sua implementação coincidiu com os anos de queda elevada da demanda interna por carros e da expansão da participação das exportações nas vendas de automóveis produzidos no Brasil, o papel do BEFIEX adquire centralidade em nossa discussão. Conforme demonstraremos, essa relação de causa e efeito vai além de uma conjectura para assumir toda sua materialidade à luz dos dados encontrados.

Logo da divulgação das primeiras diretrizes da nova política comercial do governo, o presidente da General Motors do Brasil, James F. Waters, afirmava, segundo órgão das Câmaras de Comércio Norte-Americanas no país¹⁴⁰, que os decretos publicados poderiam afetar significativamente a filosofia exportadora da indústria, ao conceder (Decreto-lei 1236) isenção de imposto de importação às companhias que transferissem para o Brasil fábricas em atividade cujas plantas produzissem voltadas à exportação. Waters, entretanto, assim como o gerente de outra multinacional do setor, a Chrysler, recomendavam uma atitude de “esperar para ver” (*wait and see*), para que o governo desse mostras suficientes das vantagens que estava anunciando às corporações.

De fato, a política comercial inaugurada após 1972 não frustrou as expectativas das multinacionais automobilísticas. Segundo estudo da SEPLAN-SP, a indústria automotriz foi agraciada com somas muito acima da média dos ramos beneficiados pela política de promoção às exportações de manufaturados.

(...) em 1975 as exportações da indústria de automóveis recebiam, como percentagem de seu valor, o dobro dos incentivos dados ao conjunto de exportações industriais. No caso dos subsídios, unicamente essa razão subia de 2 para 2,5, aumentando, portanto, seu privilégio relativo [...] Leve-se em conta,

140 Cf. Burke (1972).

ainda, que os 24% de créditos fiscais não equivalem à totalidade dos subsídios, porquanto não incluem os subsídios do crédito às exportações a juros reais negativos. Admitindo, para efeito de exercício, que os subsídios em 1975 foram de 25% (o que subestima o ocorrido), em termos absolutos teriam atingido nesse ano cerca de 65 milhões de dólares, quantia equivalente a mais de um terço do lucro líquido que as 20 maiores empresas do setor, listadas no Quem é Quem da revista Visão (9 montadoras e 11 de autopeças e carrocerias), obtiveram em 1975 (SEPLAN, op. cit., p.190).

Assim, em 1975, para cada cruzeiro do preço que uma mercadoria manufaturada exportada teria no mercado interno, quase um terço seria repartido entre o exportador e o importador do mercado externo. No caso particular dos automóveis, essa proporção se elevaria a dois terços (p.184).

Isso nos leva a duas constatações fundamentais. Nas relações internas da economia brasileira, comprova-se uma transferência inter-setorial de mais-valia em termos do capital social total para o subsetor IIb, produtor de bens de consumo suntuário.¹⁴¹ E, em termos dos capitais individuais, verifica-se uma transferência de mais-valia para o grupo das empresas exportadoras de bens de consumo durável, cuja composição consiste esmagadoramente de companhias de capital estrangeiro, com quatro empresas maiores repartindo entre si a maior soma do valor exportado.¹⁴² O grau de concentração, por si só, já denota a transferência de valor no terreno das relações da economia brasileira com os países imperialistas - dada a origem das firmas que controlam este capital. Como se não bastasse, a política de subsídios posta em prática no marco deste padrão de reprodução do capital subvenciona também os importadores de bens duráveis produzidos no Brasil. Com isso, há uma dupla transferência de valor para o exterior.

4.2.3 O Estado

Como assinalado anteriormente, o Estado desempenha um papel no esquema de realização do subimperialismo mediante a criação de mercado através de obras de infra-estrutura, da compra de armamentos e através de investimentos estatais (Marini, Prefácio à 5ª ed., p. XVIII).

A importância decisiva dessa função foi deixada em evidência em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*:

141 Demonstração empírica de uma lei do capitalismo dependente analisada por Marini em *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*.

142 Cf. Fajnzylber (1973).

A extrema concentração da renda que rege a região é a contrapartida necessária da estratificação que foi se verificando em nível do aparato produtivo. Isto tornou, ademais, indispensável a intervenção direta do Estado, que não só atua como criador de demanda, senão que suprime obstáculos à realização da produção e inclusive a incentiva artificialmente, absorvendo parte dos custos (MARINI, 1977 a, p. 28).

A seguir, analisaremos a participação do Estado no esquema de realização do subimperialismo, dividindo-a em dois aspectos: a criação de um complexo militar-industrial e a política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais.

4.2.3.1 O complexo militar-industrial

No tópico *Ideología y praxis del subimperialismo*, de SyR, Marini enfatiza a relação entre o novo padrão de reprodução que se esboçava e as pretensões hegemônicas da elite militar para a criação de um complexo militar-industrial no Brasil.

[...] a política econômica do governo de Castelo Branco beneficiou amplamente as grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, especialmente aquelas dedicadas à indústria pesada [... o que] revelou a determinação expressa do regime de consolidar uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos altamente tecnificada e dotada de forte capacidade competitiva, capaz de converter o país em uma potência industrial. Isto é explicável já que tal indústria era condição *sine qua non* para levar a cabo a expansão exterior pretendida e que, por outro lado, tal expansão constituía a resposta mais eficaz, do ponto de vista da grande indústria, à estreiteza de mercados com a qual se chocava a economia no [seu] interior. Chega a se criar, assim, uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar, a qual encontrava uma expressão ainda mais evidente nos vínculos que se estabelecem no nível da produção bélica. A arrancada deste novo setor da economia brasileira expõe (*pone al desnudo*), como nenhum outro, a deformação a que está sendo conduzida pelas características peculiares do seu desenvolvimento capitalista (...) (MARINI, 1974, p. 70-1).

Importante nesta passagem é a ideia da fusão de interesses entre a burguesia e a elite militar. Marini referiu-se a esse acontecimento como uma simbiose de interesses, termo que expressa um relacionamento em que há mútuo benefício: para a grande burguesia, o desenvolvimento da produção bélica representava uma fonte de demanda inestimável, mediante contratos com o Estado, a preços garantidos e outras vantagens exploradas sob o manto da confidencialidade; para a equipe tecnocrático-militar, representava um recurso de poder determinante para consumir o projeto “Brasil potência” dos geopolíticos brasileiros.

Entre ambas as aspirações encontrava-se uma das válvulas de escape à estreiteza de mercados que grassava a economia brasileira.

Um marco importante na trajetória da indústria bélica brasileira foi a criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial, por volta de agosto de 1965:

mediante autorização do presidente da República e do Ministério do Planejamento se constituiu o chamado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que abarca as empresas da região mais industrializada do país (São Paulo, Guanabara e Minas Gerais) e conta com a assessoria direta de membros das forças armadas. Em janeiro de 1966, regressando de uma viagem aos Estados Unidos, o presidente do GPMI, o industrial paulista Vitorio Ferraz, declarou em conferência de imprensa que a indústria brasileira fabricaria armas de diversos tipos, munições e veículos de guerra para colaborar com os norte-americanos na guerra do Vietnã. Esclarecendo que para isto se contava já com várias fábricas de telecomunicações e de munições do país, Ferraz pontuou: “colaborando no extermínio do Vietcong, [o Brasil] aproveitaria a capacidade ociosa de suas fábricas e daria lugar à criação de 180 mil novos empregos. Simultaneamente, combateremos o comunismo e nossos problemas de desemprego” (MARINI, 1974, p. 72-2).

Independentemente de a indústria bélica brasileira ter enviado ou não equipamento militar para a invasão imperialista do Vietnã, fato é que os próprios gestores do complexo militar-industrial em formação no Brasil reconheciam que um dos objetivos fixados era a criação de demanda a fim de mobilizar a capacidade ociosa da indústria.

Citando reportagem do Correio da Manhã, Marini fez menção a um rol de empresas que estariam integrando o projeto do GMPI. Pelo lado das empresas estrangeiras: Telefunken, Delta, Motorola, Electrónica, Philips e Invelson; pelo lado das empresas brasileiras: Parque da Aeronáutica de São Paulo, Fábrica de Artilharia da Marinha, Arsenal da Marinha e Companhia Brasileira de Cartuchos.

A articulação inaugurada pelo GMPI resultou em uma empresa guarda-chuva, a INBEL:

A fabricação de armamentos por estabelecimentos militares encontra-se, hoje, concentrada na Indústria de Material Bélico (INBEL), de recente criação. De acordo com informação de seu diretor que deixa o cargo, general Augusto de Oliveira Pereira, esta cumpriu já sua primeira fase, que consistia na absorção dos oito estabelecimentos fabris do Exército, a segunda fase consistindo na contratação de acordos de produção com a empresa privada. Na verdade, esta linha de ação iniciou-se a partir de 1965, ao se criar o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), sendo uma de suas primeiras iniciativas a produção de veículos militares pela Volkswagen. Criaram-se, posteriormente, com participação do capital privado, estabelecimentos do tipo da Empresa

Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), cuja produção de aviões tem como principal mercado as forças armadas brasileiras. Mais recentemente, se constituiu, com capital privado nacional e da Aeroespaciale francesa (conhecida por integrar o grupo que fabrica o Concorde e por seu abundante fornecimento de material bélico a países dependentes, em especial do Oriente Médio), a Helicópteros do Brasil (Helibrás), na qual a participação estatal se realiza através do governo de Minas Gerais [...] Na linha de fabricação de foguetes, destaca-se a Avibrás, que produz o Sonda-I e II e desenvolve, em colaboração com o Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, pertencente à Força Aérea, o Sonda III, que alcança 500 km de altura, com o qual a Alemanha Federal substituirá as importações de foguetes deste tipo dos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, de acordo com o tratado sobre cooperação científica e tecnológica, assinado este ano [1977] com o Brasil. *Nenhuma destas empresas é contemplada, naturalmente, no orçamento público* (MARINI, 2000, p. 199-200, grifo nosso).

O que está aqui colocado é que, a despeito de não serem registradas no orçamento público, de modo a permitir que fosse mensurado seu efeito-demanda sobre a indústria, havia fortes indícios sobre o papel desempenhado na mobilização de capacidade ociosa da indústria.

Em *Militarismo y desnuclearización...*, as ambições nucleares do regime militar são também discutidas do ponto de vista do esquema de realização de mercadorias do subimperialismo. Segundo nosso autor, se colocava o problema de

abrir vias imediatas de crescimento para a indústria pesada, que constitui, como o próprio governo [Costa e Silva] reconhece, o setor verdadeiramente dinâmico da economia, ou seja, o único capaz de levar adiante a industrialização (MARINI e PELLICER DE BRODY, 1967, p. 15).

Nesse sentido, juntamente ao projeto hegemônico sobre a América do Sul, cuja marcha exigia o controle de etapas superiores da tecnologia, “a outra força onde o governo busca apoio com sua política nuclear é precisamente aquela à qual a dinamização do mercado interno não pode interessar a não ser a longo prazo: a indústria pesada”.¹⁴³

Dependendo em escala crescente das encomendas do Estado, assim como de uma expansão real do mercado externo, este setor de produção pode beneficiar-se da Atombrás de diversas maneiras.

(...)

Em primeiro lugar, pelo aumento de gastos do Estado em investimentos que criam uma demanda importante para a produção da grande indústria, ou seja, com a implantação de plantas nucleoeletricas. Da mesma maneira que a partir de 1955, depois da criação da Petrobrás, se instalaram refinarias de petróleo e plantas petroquímicas, a entrada do país em uma nova etapa da utilização de

¹⁴³ *Id., ibid.*

energia nuclear pode impulsionar consideravelmente o desenvolvimento da indústria pesada.¹⁴⁴

Encontramos ainda, no âmbito do mesmo trabalho, outra afirmação que possui relevância para nossa discussão. Marini, com a colaboração de Olga Pellicer, apresenta uma interpretação materialista da diplomacia nuclear brasileira. Segundo o seu entendimento, ao tempo em que a elite militar fazia levar às reuniões internacionais a defesa de seu interesse pelo controle do átomo, os grupos dirigentes também faziam uso da diplomacia “para resolver o problema básico da presente etapa do desenvolvimento nacional: a criação de uma verdadeira indústria pesada, ou seja, a consolidação do único setor que se revela[va] todavia promissor para o investimento de capital em grande escala”. Conforme os autores,

as contradições que marcam a diplomacia brasileira se devem, por sua vez, às condições peculiares em que o país trata de lograr seu desenvolvimento: por um lado, um mercado interno estrangulado pelas estruturas monopólicas urbanas e rurais, que distorcendo o processo de distribuição da renda estabelecem um marcado desequilíbrio entre a expansão da demanda e a acumulação de capital investível; e por outro lado, a rigidez do setor externo, que limita o crescimento da capacidade para importar no próprio momento em que aumentam as necessidades de importação de equipamentos, bens intermediários e técnicas de alto preço.

(...)

A tentativa pouco afortunada de Castelo Branco para dar uma resposta a estes problemas explica as mudanças ocorridas no governo Costa e Silva, sobretudo em relação à política nuclear, que aparece como fórmula de salvação para tirar o país do beco em que se encontram suas aspirações subimperialistas. (MARINI e PELLICER DE BRODY, 1967).

Novamente, está o argumento que sustenta o papel que teve a produção de armamentos, sob o impulso do Estado, para a acumulação de capital no segmento da indústria pesada. Adversário das teses de Marini, Mantega rejeitou a ideia:

[...] não se pode afirmar, como faz Marini, que o Estado brasileiro pós-1964 interveio na economia para aumentar a demanda agregada por meio da ampliação dos gastos militares, uma vez que estes sofreram apenas um insignificante aumento em relação aos gastos similares de governos anteriores. Aliás, os gastos globais do governo têm se revelado relativamente estáveis enquanto parcela do PIB (19,1% em 1949, 21,1% em 1959, 22,4% em 1970 e 22,5% em 1973), demonstrando que não coube ao Estado elevar a demanda nacional. Houve, isto sim, um aumento da produção bélica brasileira, que nada

¹⁴⁴ *Id., ibid., loc. cit.*

teve a ver com supostos problemas de demanda efetiva ou demais problemas econômicos do país, mas corresponde às ambições das altas patentes militares de concretizar o seu projeto de “Brasil grande potência econômica e militar”. Foi em função disso que nasceu a INBEL, a indústria bélica brasileira, que permaneceu sob o controle direto das Forças Armadas (MANTEGA, 1985, P.280-1).

Logo em seguida, após descrever o rol de indústrias militares albergadas na INBEL (trecho citado por nós supra), vem a afirmação de que “nenhuma destas empresas é contemplada, naturalmente, no orçamento público”. Em *Las razones...*, Marini apresenta alguns indicadores representativos do aumento do gasto militar e da participação da indústria bélica nas exportações brasileiras, como evidência da sua função enquanto promotor de demanda, ao utilizar a capacidade ociosa da indústria e cumprir, desse modo, um papel dentro do esquema de realização do subimperialismo.

Com base em dados citados por Fishlow, nosso autor argumenta que os gastos militares passaram de 15,2% do orçamento público em 1963 a 25% em 1965. Em termos de porcentagem do PIB, oscilaram em torno de 2%, conforme levantamento do SIPRI. Já o IISS manejava cifras inferiores: cerca de 10% em relação ao orçamento público e 1,3% em relação ao PIB. Marini coloca que “esta última estimativa parece duvidosa, uma vez que, segundo Fishlow, apenas as remunerações dos militares haviam correspondido, em 1965, a 1,3% do PIB”. E acrescenta: “ainda resta determinar se as remunerações dos militares se referem exclusivamente às forças armadas ou compreendem também os serviços de ordem e segurança”.

O que Marini está dizendo é que não se encontrarão informações precisas sobre o montante do investimento na produção bélica. Mas nem por isso inexistirão evidências que apontem o peso crescente que o setor vinha adquirindo. Dessa maneira, Marini afirma:

Finalmente, sobre a base de informações do SIPRI, é possível formar uma ideia qualitativa do desenvolvimento da produção bélica brasileira, como mostra o quadro abaixo [Ver Tabela 7, ANEXO G desta tese].

(...)

Observa-se a preponderância da Europa Ocidental, ou seja, da OTAN no desenvolvimento da indústria bélica brasileira, particularmente no que se refere a armamentos sofisticados. É de se notar também que o SIPRI registra exportações brasileiras de aviões, tanques e veículos blindados para a Bolívia, Chile, Paraguai e Qatar; se consideramos a informação do IISS, haveria que agregar Uruguai, Togo e Líbia. Este último país negociou, em 1977, a compra de 400 unidades de veículos blindados (“Casavel” e “Urutu”) a um preço estimado em 400 milhões de dólares. No que se refere ao armamento leve, o Brasil atingiu já a autosuficiência, segundo afirmaram as autoridades militares, e há tempo realiza

exportações nesse segmento (*renglón*), particularmente aos países da América Latina. (MARINI, 2000, p. 200-2).

Se o Estado não agiu aumentando a demanda agregada por meio dos gastos militares - como pretende Mantega - o que foi então a escalada que alçou a indústria armamentista brasileira como o segundo exportador de armamentos do Terceiro Mundo, detrás apenas de Israel? Seja como for, o papel do complexo militar-industrial como um dos elementos promotores de demanda é apenas um dos aspectos que fez parte do esquema de realização de mercadorias do subimperialismo na análise de Marini, no período do padrão industrial diversificado. E é um equívoco interpretativo elevá-lo à condição de característica principal, como fazem Mantega, Cardoso e Serra.

4.2.3.2 O gasto público e a política de investimentos, de crédito e subsídios estatais

A análise do Estado como meio de realização foi abordada principalmente em *Estado y crisis en Brasil*, onde Marini avança a discussão sugerindo alguns indicadores confiáveis para observar o comportamento do gasto público em sua relação com a dinâmica da acumulação. Em primeiro lugar, o gasto público na economia brasileira poderia ser mensurado considerando sua proporção em relação ao PIB. Citando dados compilados por Baer et al. (1973), Marini destacou que esta grandeza representava 20% do PIB em 1950 (excluindo os gastos derivados das empresas governamentais) e, em 1969, 34% - cifra que chegaria à metade do PIB se fossem agregados os gastos das empresas governamentais federais.

Na compreensão de Marini, ampliando sua presença como ator na economia brasileira,

o Estado exerce parte de sua influência atuando sobre o capital privado. Têm papel destacado, sob este aspecto, as encomendas públicas e as subvenções diretas ou indiretas disponibilizadas (*acordadas*) às empresas privadas, com o que orienta o desenvolvimento destas. As subvenções diretas no Brasil representam mais da metade do total da arrecadação do Estado via impostos diretos; as isenções de impostos concedidas aos exportadores de manufaturas, que constituem subvenções indiretas, correspondem a 50% do custo de produção dos artigos exportados (MARINI, 1977b,).

O trecho acima dá continuidade à ideia presente na análise de 1967 sobre o complexo militar-industrial brasileiro. Também identificamos nesta citação de *Estado y crisis...* um elemento de fundamental importância na realização do capital assegurada com auxílio do

Estado. Considerando as subvenções indiretas na forma de isenções fiscais, representando até 50% do custo de produção de certos artigos exportados, esta prática tende a permitir a realização de uma mais-valia extraordinária pelas empresas fabricantes daqueles produtos. E, ao mesmo tempo, também tende a proporcionar uma mais-valia extra para os ramos exportadores que gozam daquelas subvenções, o que configura uma transferência inter-setorial de mais-valia para estes setores que podem manter seu dinamismo graças, em parte, ao apoio dado pelo Estado.¹⁴⁵

Além das subvenções e do crédito, o investimento estatal possui importância central no esquema de realização do subimperialismo:

Porém, se, a partir desse ponto de vista, e o mesmo se poderia dizer dos mecanismos do crédito, o Estado exerce uma influência considerável sobre o curso da acumulação capitalista no Brasil, seu papel passa a ser decisivo se consideramos a acumulação como tal, ou seja, o investimento.

(...)

O investimento estatal se realiza fundamentalmente para permitir a reprodução do capital privado, dirigindo-se seja aos setores de infra-estrutura e serviços básicos, seja a novos ramos que não são ainda remunerativos ou que exigem um capital mínimo demasiadamente elevado; nestes casos, o Estado opera muitas vezes em associação com o capital privado, seja para assegurá-lo contra o risco, seja para criar o volume de capital necessário para possibilitar a acumulação. O exame do investimento bruto fixo no Brasil, em 1969, nos mostra que o governo participou em sua formação com 34% e as empresas estatais com 27%. O percentual total mediante o qual o Estado determinou o investimento fixo foi de 60%, restando ao capital privado menos de 40% (MARINI, 1977)

Diante desse quadro, reúnem-se diversas evidências apontando a presença do Estado no esquema de realização de mercadorias do subimperialismo e na garantia da reprodução ampliada do capital, no capitalismo brasileiro. Elas foram enfatizadas em texto publicado em sequência a *Estado y crisis...*

Vejamos o [gasto público] das empresas estatais. Em 1971, entre as 25 maiores firmas do Brasil, em termos de ativos, *dezessete* pertenciam ao governo e concentravam 82% dos ativos do grupo, assim como 31% das vendas. O Estado detinha, em relação ao valor dos ativos do ramo, 72% na indústria siderúrgica, 60% no setor de minas de ferro, 81% na exploração, refino e distribuição de petróleo; tinha, além disso, quase o monopólio do transporte ferroviário e das comunicações e controlava cerca de 70% do transporte marítimo. Substituiu os subsídios orçamentários por subsídios que não constituem diretamente desembolsos, como os incentivos fiscais (que equivaliam a cerca de metade da arrecadação por conceito de impostos diretos) e créditos. Disponha do controle do crédito e contava com o maior banco comercial do país: o Banco do Brasil [...], quatro instituições federais de crédito e 31 bancos comerciais e de fomento.

145 Cf. a análise da indústria automobilística no tópico anterior.

(...)

Ignorar esse conjunto de elementos, quando se trata de avaliar o impacto do Estado no processo de realização de mercadorias, parece realmente inconcebível. Ainda mais porque, a nível do simples dado empírico, o gasto total do setor público, incluindo as empresas estatais e excluindo os governos municipais e suas empresas, representou 50% do PIB em 1969. Mesmo considerando que, posteriormente, a parte relativa ao gasto orçamentário diminuiu, aconteceu o oposto com o das empresas públicas, dando inclusive pretexto a que, depois de 1974, a burguesia de São Paulo levantasse uma campanha contra a “estatização da economia”. Mais importante ainda que o gasto total é a participação do Estado no investimento fixo que expressa o montante de demanda que o Estado e suas empresas geram para os bens de capital: o setor público, como o definimos antes, respondeu por 61% do total do investimento fixo no país, naquele mesmo ano (34% gerado pelo gasto orçamentário e 27% pelas empresas estatais), o que correspondeu a 10% do PIB, contra 6,5% do setor privado (MARINI, 2000 [1978], p. 196-7).

Tendo em vista o esgotamento do ciclo expansivo do “milagre” e o início de uma fase de retração, que conformaria o período de queda relativa de 1974-79, não é outra a conclusão que Marini extraiu quando assevera:

é natural, portanto, que ao colocar-se uma crise cíclica como a que vive agora o Brasil, quando se impõe mudanças no modelo de reprodução e, por conseguinte, conformar setores capazes de se converter em centro dinâmicos de um novo ciclo expansivo [o Estado compareça como fiel da balança] (MARINI, 1977).

Marini identificou diversos indicadores para aprofundar o estudo do papel do Estado no esquema de realização do subimperialismo. Entre eles, a título ilustrativo, podemos mencionar o orçamento público como percentual do PIB no contexto de uma determinada política econômica; a política de subsídios através de incentivos fiscais e creditícios; a participação e o papel das instituições estatais de crédito; a participação do Estado no investimento fixo, que expressa a demanda do Estado e de suas empresas para os bens de capital (MARINI, 2000 [1978]). Um elemento adicional para a análise do papel do Estado como promotor de demanda: as empresas estatais, paraestatais ou mistas. Para Marini, não se pode descuidar, no exame do gasto público, os gastos dos governos municipais e suas empresas, que mobilizam somas elevadas, como no município de São Paulo.

Veremos, a seguir, como a indústria automotriz/exportações de manufaturados esteve relacionada com a lógica da cooperação antagônica e com a política de hegemonia regional¹⁴⁶ praticada pela ditadura tecnocrático-militar – com o que cumpriremos a análise

146 Ambas categorias representam o que Marini denominou política expansionista relativamente autônoma.

de um caso que ilustra e operacionaliza os nexos categoriais do subimperialismo enquanto padrão de reprodução do capital.

4.3 Política de hegemonia regional

Já em 1965, Marini antevia a ascensão do capitalismo brasileiro à condição de país subimperialista, ao comentar o fato da instalação de parques produtivos que haviam se tornado ultrapassados com o avanço da fronteira tecnológica nos países imperialistas centrais, mas que teriam um papel a cumprir em subcentros, como o Brasil, que emergiam no contexto da reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Marini, em *Brazilian interdependence and imperialist integration* (1965a), citava as palavras de um alto funcionário do Departamento de Estado a respeito do que então já era uma forte tendência:

(...) falando no Congresso norte-americano sobre a integração econômica da América Latina, o então subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Jack Vaughn, reconheceu que a industrialização resultante fará desaparecer os mercados tradicionais de certos produtos norte-americanos, mas sublinhou: “Igualmente, a América Latina oferecerá um mercado mais promissor para produtos da indústria norte-americana, de caráter cada vez mais sofisticado” (MARINI, 1974, p. 75, nota 21).

No mesmo artigo, Marini fazia menção a uma declaração do senador William Fulbright apoiando a criação de um Mercado Comum Latino-Americano liderado pelo Brasil - declaração que fora alvo de protesto pelo jornal argentino Clarín, que acusou a proposta defendida por Fulbright como uma ressurreição da “velha estratégia do país-chave” (MARINI, 1965b, p.26).¹⁴⁷ Com efeito, uma combinação de interesses de frações do capital e dos governos de EUA e Brasil determinaria o curso que viria a seguir o esquema de integração regional criado sob os auspícios da CEPAL, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), concebida como um preâmbulo para um mercado comum de toda a região, que se pretendia conformar numa etapa ulterior.

A negociação de uma zona de preferências tarifárias envolvendo os países signatários do Tratado de Montevideu foi um fator que, previamente às vantagens do Programa BEFIEX, influenciou na decisão de corporações da indústria automobilística a transferirem unidades fabris para o Brasil, no marco da referida mudança na divisão internacional do trabalho.

147 Nota não incluída em SyR.

Segundo depoimento de um dirigente de companhia multinacional, “a criação da ALALC permitiu à empresa integrar suas produções nos diferentes países para avantajá-la dos benefícios das economias de escala que derivam da especialização” (*Apud IANNI, 1972, p. 262*). Um exemplo de corporação do ramo automobilístico que seguiu essa trilha foi a Chrysler do Brasil.¹⁴⁸ Com fábricas no Peru, Venezuela, Colômbia e Argentina, além da unidade brasileira, J.A. Torres, diretor de exportação da Chrysler, afirmava em 1975 que “temos mais plantas montadoras que qualquer outro [competidor] na América Latina”. Naquele mesmo ano, cerca de 75% das exportações da companhia no Brasil eram destinadas a suas demais unidades nos países vizinhos sul-americanos.

Criticando a instrumentalização dos esquemas de integração regional dos países latino-americanos pelo movimento ecumênico do capital promovido pelo imperialismo, Constantino Ianni asseverou que

paradoxalmente, graças aos acordos de complementação – e às vezes até sem eles e sem ALALC – empresas internacionais realizam, não só dentro de empresas individualmente consideradas, mas em importantes setores industriais inteiros, a integração que os governos se recusam a promover a nível de sua política econômica geral e zonal ou regional e plurinacional (...) Os verdadeiros acordos de complementação – sua substância econômica – são aqueles, não conhecidos do público nem dos governos, que *estabelecem “quem” vai produzir “o que” e “onde” e com insumos de que origem, etc (Id. Ibid., p. 262-3, grifo nosso)*.

O argumento final acima não poderia ser mais direto ao apontar a questão de fundo que nos interessa: o padrão de reprodução do capital, no âmbito da política regional. Nesse terreno, cabe examinar duas relações fundamentais. *Primeiro*, o movimento de integração do aparato produtivo do capitalismo brasileiro ao imperialismo. *Segundo*, as relações que este desenvolvimento associado e integrado engendra com as demais nações latino-americanas, de tal modo a pôr em marcha o subimperialismo brasileiro na região.

O projeto para um novo esquema de divisão do trabalho entre as nações sul-americanas tornara-se evidente desde meados da década de 1960, quando o Brasil redefiniu seu modelo de industrialização.

148 Em maio de 1972, podia-se ler que “a Chrysler do Brasil acaba de entrar em três mercados de exportação na América Latina – Colômbia, Bolívia e Peru (BURKE, 1972).

Esta política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco tinha amplas repercussões na América Latina. A mais evidente era sua pretensão de converter o Brasil no assento da indústria pesada na América do Sul, sobre a base da associação de capitais nacionais e estrangeiros, e constituir-lo no provedor de bens intermediários e equipamentos pesados necessários aos países vizinhos. Isto supunha um novo esquema de divisão do trabalho entre as nações sul-americanas, que afetava, em primeiro termo, a Argentina, a segunda nação industrial do cone sul (MARINI e PELLICER DE BRODY, 1967, p. 8).

De acordo com Marini, vários indícios apontavam para a concretização dessa tendência. Enquanto no Brasil a equipe tecnocrático-militar que estava no comando do país seguia determinada em sua pretensão hegemônica sobre a região, do lado argentino o governo de Arturo Illía, que contava com os grandes grupos exportadores de carnes e cereais como seu principal apoio interno, caminhava na direção de privilegiar acima de tudo os interesses da burguesia agrária. Foi então que se desferiu o golpe de junho de 1966, que levou ao poder o general Juan Carlos Onganía. Segundo Marini, o fato de o governo Illía haver acenado para uma aceitação do esquema de divisão regional do trabalho que estava colocado entre Brasil e Argentina “parece ter sido determinante na reação desencadeada pelas forças armadas argentinas” – reação que, conforme argumentou, teve o “beneplácito de todos os setores nacionalistas, inclusive os peronistas” para que Onganía assumisse o poder. Sob a liderança dele, o regime militar argentino lançou-se no “plano interamericano em uma política de aberta competição para tirar do Brasil a iniciativa que Castelo Branco tentava dar-lhe”.¹⁴⁹

A partir daí, os próximos anos seriam de intensas disputas na corrida para converter o cone sul em esfera de influência, no contexto da reconfiguração do capitalismo mundial.

Essa competição poderia ser ilustrada com as disputas de influência que se estabelecem entre os dois países com relação a Paraguai e Uruguai, porém é ainda mais nítida no que se refere à Bolívia, pela importância deste país no que constitui o ponto crítico do problema: a indústria siderúrgica. Com efeito, os avanços realizados pelo Brasil neste campo foram tão notáveis, na década dos 50, que ainda puseram a Argentina em dependência da produção brasileira: em 1965, os produtos siderúrgicos representavam mais de um terço da exportação brasileira de manufaturas e foram absorvidos em sua quase totalidade pela Argentina. A preocupação por este fato se manifestou com vigor depois do golpe de Estado de junho [1966], provocando pronunciamentos alarmistas da Confederação Industrial da Argentina e de jornais com tendências tão divergentes como *Primera Plana* e *Clarín*.¹⁵⁰

¹⁴⁹ *Id., ibid., loc. cit.*

¹⁵⁰ *Id., ibid., p.8-9.*

A competição entre Brasil e Argentina pela hegemonia seguiu como uma constante no subsistema regional de poder. Dez anos mais tarde, diante de um fato como o golpe do general Videla em 1976, Marini escreveria que os êxitos da política expansionista do regime brasileiro, “sancionados pelo acordo de consultas mútuas assinado com os Estados Unidos, por ocasião da visita de Henry Kissinger a esse país” não deixaram de exercer um papel na mudança forçada de governo que tivera lugar na Argentina. Naquela conjuntura, “a tradicional rivalidade entre os militares argentinos e brasileiros agudizou o efeito em Buenos Aires da promoção (*espaldarazo*) norte-americana a Brasília”. Com isso, mais uma vez, “tal como ocorreu em 1966, a Argentina se prepara agora para repetir a tentativa de emular seu vizinho e cobrir assim o hiato (*brecha*) que foi se ampliando entre os dois países, em benefício do Brasil”.¹⁵¹

Referida ampliação da vantagem brasileira na distribuição do poder regional era cada vez mais evidente. Enquanto em 1970 o PIB industrial do Brasil superava em 40% o da Argentina, em 1975 essa distância havia aumentado para 47% (CEPAL *apud* Itaussu, 1987, p. 174, Quadro 6).¹⁵² Suplantando as ambições argentinas pelo estabelecimento de uma hegemonia no cone sul, o bloco no poder à frente do capitalismo brasileiro mantinha o terreno como deveria estar para consumir os seus desígnios. Com isso, confirma-se a ideia anteriormente mencionada de que “independentemente dos esforços de Argentina e outros países para chegar (*acceder*) a um grau subimperialista, só o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno dessa natureza” (MARINI, 1974, p. 31).

Até aqui, vimos como o regime tecnocrático-militar lançou mão de uma política que buscava fazer do capitalismo brasileiro o subcentro hegemônico sede da indústria pesada no continente sul-americano, sobre a base da associação entre capitais nacionais e estrangeiros, como salientado por Marini. Esse objetivo foi alcançado na medida em que se logrou atrair e impulsionar os investimentos que promoveriam o parque industrial brasileiro a um dos dez maiores na produção mundial de automóveis ou ao posto de segundo maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo. Para conquistar esse status, um passo necessário foi consolidar a vantagem sobre a Argentina, de modo a deslocar a

151 MARINI, Ruy Mauro. Tras del cuartelazo ¿Competirá Argentina con Brasil por el favor nortamericano? *Excelsior* México. 11 de abril de 1976. Hemeroteca Nacional de México, UNAM.

152 Em 1970, o PIB industrial argentino era de 23,6 US\$ bilhões, enquanto o PIB industrial brasileiro era de US\$ 39,9 bilhões; em 1975, o PIB industrial argentino chegava a 27,3 US\$ bilhões, ao passo que o brasileiro atingia US\$58,1 bilhões (em dólares a preços de 1980). CEPAL, 1987, *apud* MELLO, 1996, p.174, Quadro 6.

outra subpotência regional rival que competia com o Brasil na luta pela hegemonia do cone sul. Esse acontecimento expressa um dos fatores que compõem a variável do subimperialismo *política de hegemonia regional*, conforme definimos no capítulo *Subdesarrollo y Revolución* e a gênese do Subimperialismo.

O outro fator, que vimos discutindo, é o estabelecimento de uma divisão regional do trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, que se tornam objeto da conformação de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução ampliada do capital sediado no país subimperialista. Nesses termos, o status de potência hegemônica regional devia-se à ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados, sob o padrão industrial diversificado de reprodução do capital, que diferenciava o Brasil de outras nações latino-americanas que viam ser aprofundada sua especialização produtiva no marco da divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava. O contraste que opunha uma produção diversificada, de um lado, à especialização em poucos produtos de menor valor agregado, de outro, traduzia o intercâmbio desigual que se materializava em ritmo crescente nas relações econômicas regionais.

Ao tempo que os capitais em operação no Brasil incrementavam suas exportações de manufaturados e conquistavam mercados consumidores para aqueles produtos nos demais países latino-americanos – fazendo da divisão regional do trabalho um meio para a realização do capital-mercadoria das indústrias do capitalismo brasileiro – o interesse por fontes de matérias-primas e energia no exterior atendiam, por sua vez, ao objetivo de reduzir os custos do capital constante, de modo a elevar as taxas de lucro ou deter a ativação de sua queda tendencial, como é característico nas leis de funcionamento da economia capitalista.

Em poucas palavras, o que estava em curso era o desenvolvimento associado ao imperialismo de um país dependente que se tornava uma economia exportadora de tipo industrial, em contraste com a superespecialização dos demais países, que apenas viam sua dependência intensificar-se. Esse foi um processo evidenciado pelas cifras do comércio regional. De 3,97 milhões de dólares, representando em 1960 19% do total das exportações brasileiras de manufaturados, os países da ALALC absorveriam em, 1965, 68,6 milhões de

dólares, correspondentes a 63% das manufaturas exportadas; e, no ano seguinte, 47,9 milhões, metade das exportações industriais do Brasil (Cf. Tabela 10, Anexo J).

Na divisão regional do trabalho que a expansão do subimperialismo foi estabelecendo, nenhum processo foi mais flagrante do que as relações de poder que subordinaram Bolívia, Paraguai e Uruguai à esfera de influência direta do capital subimperialista. Muito foi escrito sobre a satelitização desses países pelo expansionismo brasileiro, com base em argumentos geopolíticos. Não se trata aqui de fazer tábula rasa dessas análises. Contudo, todas elas partem de um erro de origem que é ignorar a *differentia specifica* do processo expansionista que tomou curso a partir de meados dos 60 em relação àqueles que o antecederam na história das relações sul-americanas. É Marini quem explica a diferença da natureza do expansionismo subimperialista inaugurado após o golpe de 1964:

A política subimperialista brasileira – que é já um fato com relação, pelo menos, ao Paraguai, Uruguai e Bolívia – teve sua marcha combinada com a degradação das condições de vida das massas trabalhadores desses países. Nela não participa nem obtém vantagens – à diferença do que acontece nos países imperialistas – o povo brasileiro. A superexploração e o terror, que constituem a própria essência do regime militar brasileiro, nascem do fato de que o povo esteja excluído de toda participação nas decisões políticas, que são tomadas por um punhado de militares e tecnocratas civis, em consonância com os grandes monopólios.¹⁵³

Ao lado do traço marcante do terror de Estado que caracterizou os regimes de contrainsurgência na América Latina, o que está colocado nesta citação é que a submissão de Bolívia, Paraguai e Uruguai ao subimperialismo responde aos imperativos da acumulação e reprodução do capital da classe capitalista brasileira e dos grandes monopólios estrangeiros em operação no Brasil, em seu afã de submeter, simultaneamente, as massas trabalhadoras brasileiras e dos países mencionados ao regime de superexploração e de espoliação das riquezas nacionais.

A experiência da ALALC, como já foi dito, revelou que o esquema de integração regional concebido pelo pensamento nacional-desenvolvimentista da CEPAL acabou sendo funcional aos interesses das grandes multinacionais. Conforme Marini, a CEPAL não chegou a ter uma postura crítica que desse conta de explicar o papel da exportação de capitais na cadeia imperialista. Seus questionamentos aos desequilíbrios do comércio

¹⁵³ MARINI, Rui Mauro *¿Tiene Brasil el derecho al átomo?* El Sol de México. 10 de febrero de 1977. Hemeroteca Nacional de México. UNAM.

mundial ficavam sempre presos à esfera da circulação, ignorando que a industrialização dos países subdesenvolvidos sob as relações capitalistas de produção conduziram à perpetuação das mesmas leis da acumulação capitalista que conduzem aos processos de monopolização e intercâmbio desigual.

Nesse sentido, Marini teceu as seguintes considerações sobre as transformações sofridas pela economia do Uruguai, conforme avançava a nova divisão regional do trabalho no continente:

Naquele então, o Uruguai, que começava já a marcha em direção ao que é hoje, formulou um plano de desenvolvimento bastante revelador. Ali se admitia que este país não tinha condições para uma industrialização diversificada e se propunha sua especialização em alguns ramos, particularmente de alimentos, que lhe permitissem se complementar com economias como a brasileira e competir com vantagem no mercado internacional. Um dos resultados imediatos dessa orientação foi, por volta dos anos 1966-67, a liquidação da incipiente indústria eletrônica uruguaia em favor da brasileira, que ocupou o mercado para essa produção existente no pequeno país do Prata¹⁵⁴.

E prossegue Marini:

Tudo isso configura um processo de integração na América Latina que se desenvolve em dois planos: a rearticulação da economia latino-americana em seu conjunto com a economia mundial, sobre a base do desenvolvimento de uma economia exportadora de tipo industrial, e a redefinição da relação econômica entre os próprios países da zona. A superespecialização vem a ser assim a contrapartida de uma intensificação da dependência e se realiza sobre a base do que se acreditou, até há pouco tempo, ser a chave para a emancipação econômica da América Latina: o desenvolvimento industrial¹⁵⁵.

O subimperialismo pressupõe o exercício de uma política de hegemonia regional, que Marini também chamou de política expansionista relativamente autônoma. No texto de Marini, não há uma explicitação da acepção com que ele empregava a categoria de hegemonia. A hegemonia em Marini serviu para caracterizar a relação entre o regime subimperialista do Brasil e as demais ditaduras militares instaladas no Cone Sul, em países que se tornaram esfera de influência imediata do capitalismo brasileiro: Bolívia, Paraguai e Uruguai.

¹⁵⁴ MARINI, Ruy Mauro. *Crisis del Pacto Andino: el fracaso del desarrollismo*. El Sol de México. 14 de octubre de 1976. Hemeroteca Nacional de México. UNAM.

¹⁵⁵ *Id., ibid.*

É um fato conhecido o apoio do regime instalado em 1964 ao golpe contra Torres na Bolívia e o golpe “preventivo” contra a Frente Ampla no Uruguai. Estes regimes de contrainsurgência, assim como a ditadura de Ströessner e seu Partido Colorado, no Paraguai, contaram com o respaldo da ditadura brasileira, ao mesmo tempo em que seus governantes sujeitaram os desígnios de seus países ao expansionismo econômico do capitalismo brasileiro, subordinando-se ao mesmo tempo ao imperialismo dominante e ao subimperialismo brasileiro. Enquanto havia consenso entre os regimes de contrainsurgência no combate às lutas radicalizadas dos movimentos nacionalistas em todo o continente, o Estado brasileiro projetava as garras do subimperialismo através de uma política de periferização das nações de seu entorno regional, para os fins expansionistas do capitalismo brasileiro. Dessa maneira, o outro pólo da hegemonia, a coerção ou mando despótico, se materializava no controle sobre recursos econômicos dos países mais débeis.

Na Bolívia e no Paraguai, os governos militares brasileiros promoveram uma política de expansão da presença econômica do Brasil, apoiando a transferência de agricultores para terras localizadas nas zonas fronteiriças. Além de um objetivo geopolítico, essa política cumpria a função de deslocar contradições internas do capitalismo brasileiro, aliviando as tensões no campo onde uma estrutura fundiária concentradora era reforçada sob o regime militar e exportando-as para outros países, onde a grilagem e outras práticas resultariam na espoliação de terras indígenas e de camponeses bolivianos e paraguaios. O saldo dessa política pode ser observado na atualidade.

Além da exportação de manufaturados, um outro traço importante do subimperialismo brasileiro foi o controle de matérias-primas e fontes de energia no exterior. Um dos acontecimentos de maior envergadura foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Porém, não é somente na sub-região do cone sul que o subimperialismo brasileiro busca projetar sua hegemonia regional.

A marcha em direção ao Oeste se converteu em um dos grandes eixos da política brasileira, após a instauração do atual regime militar, originando um conjunto de iniciativas. Entre as principais estão o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e o complexo Mineiro-Siderúrgico da Amazônia Oriental, que reúnem recursos quantiosos referidos à pecuária, à extração e industrialização da madeira, à mineração e indústria eletrolíticas, à agricultura seletiva, à pesca e ao turismo, com atenção

especial a atividades de exportação em ramos como carne, mineração, madeira e celulose. O Brasil.

(...)

É sobre esta base e de acordo com a formulação geopolítica de sua política exterior como o Brasil – depois de avançar no sul, mediante o pacto da Bacia do Prata – planeja agora projetar sua presença em direção ao Pacífico e ao Norte, o que corresponde ao segundo objetivo atribuído ao Pacto Amazônico. Se concretizado este, não poderá deixar de se ver afetado o Pacto Andino, graças ao qual a Venezuela contava com a reserva de uma área para o exercício de seus propósitos hegemônicos. É compreensível, pois, a apreensão com que setores empresariais e políticos venezuelanos vêem a aproximação de Pérez ao Brasil, e é além disso previsível que essa aproximação, em igual medida que a realização do Pacto Amazônico, ainda tem muitos obstáculos a vencer pela frente (MARINI, 1977c).

Como visto, a consolidação e manutenção da condição de potência regional exigia neutralizar as ambições de países rivais na luta pela hegemonia no subsistema regional de poder, principalmente a Argentina, mas também – em determinada conjuntura – a Venezuela, no período em que aumentou seu protagonismo através do Pacto Andino e no norte do continente.

4.4 Cooperação antagônica

Vimos anteriormente que a categoria da cooperação antagônica criada por Thalheimer foi apreendida por Marini, que a utilizou para a análise do capitalismo brasileiro, seja no nível de abstração das relações entre as distintas frações de classe, seja no que diz respeito às relações entre a economia dependente e o imperialismo. Pode-se afirmar que o conceito de cooperação antagônica constitui o nexos que estabelece as mediações analíticas entre a dependência e a política expansionista relativamente autônoma que o subimperialismo põe em marcha.

Com relação à política de hegemonia regional, seu vínculo com a cooperação antagônica foi apresentado por Marini pela primeira vez em *Interdependencia Brasileña y Integración Imperialista* (MARINI, 1965b) sua caracterização da doutrina da barganha leal do general Golbery do Couto e Silva, que influenciou o conceito de interdependência continental da diplomacia do governo de Castelo Branco. Sobre a doutrina referida, Marini escreveu que ela

parte da premissa de que, por sua própria posição geográfica, o Brasil não pode escapar à influência norte-americana. Em tal situação, não restaria outra alternativa a não ser a de “aceitar conscientemente a missão de se associar à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul”. A contrapartida dessa “eleição

consciente” seria o reconhecimento pelos Estados Unidos de que “o quase-monopólio de domínio naquela área deve ser exercido pelo Brasil exclusivamente”. Essa expressão “quase-monopólio” resulta, igualmente, da impossibilidade de ignorar as pretensões que, neste terreno, alimenta também a burguesia argentina (MARINI, 1974, p. 67).

Como ficou explícito na exposição anterior, a política da cooperação antagônica cumpre um papel no projeto do país subimperialista de consolidar sua posição no subsistema regional de poder, como no caso da política nuclear discutida por Marini, no qual o engajamento em contenciosos com o imperialismo correspondia ao imperativo de alcançar recursos de poder capazes de deslocar a subpotência rival à escala regional.

Refletindo sobre a *rationale* do regime tecnocrático-militar brasileiro que buscara introduzir subterfúgios ao texto final do Tratado de Tlatelolco de modo a deixar o caminho aberto às ambições nucleares dos militares brasileiros, Marini identificou outras motivações além do objetivo de instalar no Brasil um complexo militar-industrial robusto:

pelo o que compete também à política exterior, o domínio do átomo poderia desempenhar um papel importante. A reação argentina no caso da indústria siderúrgica demonstrou os obstáculos encontrados pela burguesia brasileira ao desejar estender seu domínio ao mercado continental com base em uma tecnologia convencional que pode ser desenvolvida por outros países da região. Só ascendendo a etapas superiores da tecnologia poderia o Brasil esperar que sua expansão externa tivera êxito. Este se deveria, principalmente, à possibilidade de dispor de certos tipos de produção que não estão ao alcance de seus vizinhos.

(...)

Finalmente, não deve passar inadvertido o fato de que essa política nuclear poderia servir ao Brasil como elemento importante para reforçar suas pretensões de converter-se no representante privilegiado dos Estados Unidos na América Latina (MARINI e PELLICER DE BRODY, 1967, p. 16)

A seguir, serão abordados outros elementos relacionados à cooperação antagônica, considerando o lugar que este conceito apresentou na caracterização de Marini para a política externa brasileira diante do imperialismo, nos anos 1960 e 1970, sempre em sua conexão com a economia política da dependência.

Em um trecho de *SyR* que merece destaque, Marini expõe que

A reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, no marco da integração imperialista e frente ao recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implantação de regimes militares de corte essencialmente tecnocrático. Sua tarefa é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários à implementação de uma nova ordem econômica que a integração imperialista requer; por outro lado, reprimir tanto as aspirações de progresso

material como os movimentos de reformulação política produzidos pela ação das massas. Reproduzindo à escala mundial a cooperação antagônica levada a cabo no interior do país, ditos regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico: Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se chocam continuamente com este, em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados. (MARINI, 1974, p. 19-20).

Um elemento a reter é a correspondência entre a cooperação antagônica verificada nas contradições de classes no terreno nacional e as fricções que se estabelecem entre a burguesia dependente e a classe capitalista dos países imperialistas, relações que são mediadas pelo Estado. Como não pode competir abertamente com os capitais imperialistas, a burguesia nativa requer que o Estado intervenha em prol de melhores condições no marco de sua dependência. É essa a relação contraditória expressa pelo vocábulo cooperação antagônica. Não está em xeque o processo de integração imperialista que conduz à reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, que se dá, sobretudo, em condições de cooperação *com* e integração *ao* imperialismo dominante. Contudo, para não serem anexados ou absorvidos pela penetração do capital estrangeiro no marco do desenvolvimento associado e integrado, os capitais da burguesia interna estabelecem relações também antagônicas com o imperialismo, que traduz não somente as necessidades que possuem para assegurar sua reprodução ampliada, mas inclusive um mecanismo que permite conciliar os interesses das diferentes frações no bloco no poder.

Foi a partir dessa formulação que Marini rejeitou a tese segundo a qual as relações continentais estabelecidas após o golpe de 1964 consistiam “simplesmente de um retorno da política brasileira de submissão a Washington, que era a regra no período anterior a Quadros, assim como da conversão definitiva do Brasil em colônia norte-americana”. Segundo Marini, não havia “nada menos certo” naquela interpretação que era argumento corrente entre determinados círculos da esquerda brasileira. Para ele,

O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira em direção à aceitação consciente de sua integração ao imperialismo norte-americano, evolução que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves consequências para a América Latina (MARINI, 1974, p. 68).

Essa afirmação repousa na questão que discutimos no capítulo “*Subdesarrollo y revolución* e a gênese do subimperialismo”, relacionada à disjuntiva entre ruptura revolucionária ou integração ao imperialismo que sobreveio na cena política brasileira de início dos sessenta

quando a crise econômica e a combinação de múltiplas contradições no espectro da luta de classes não permitiu mais a acomodação dos diferentes interesses no bloco no poder, nos marcos da política populista e sua tentativa de pôr em prática o projeto do desenvolvimento capitalista autônomo. Com o desfecho conhecido da integração ao imperialismo,

o que se colocou assim foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na verdade a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano (não nos esqueçamos de que o cerne de um tal imperialismo seria uma economia brasileira integrada à norte-americana). Essa tentativa de integrar a América Latina, econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo norte-americano e com o apoio do Brasil sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção. Entretanto, esclareceu fatores valiosos para estimar as perspectivas do processo revolucionário brasileiro e, em último termo, latino-americano (MARINI, 1974, p 76).

Diferentes autores distorceram o contexto da passagem acima quando Marini falou do subimperialismo como uma extensão indireta do imperialismo norte-americano e taxaram o autor de *Subdesarrollo y revolución* de partidário da tese que via a política continental brasileira como mera linha de transmissão de Washington. Essa foi precisamente uma interpretação refutada por Marini, o que pôde fazer graças ao conceito de cooperação antagonica. Eric Sachs oferece evidências adicionais nesse sentido:

a História do pós-guerra mostrou que a “cooperação antagonica” pode reger igualmente as relações entre potências imperialistas e países subdesenvolvidos. Um exemplo típico nesse sentido forneceram os países produtores de petróleo no Oriente Próximo. [A “cooperação antagonica”] Determina também as relações de países latino-americanos com os Estados Unidos. O satélite subdesenvolvido rebela-se contra determinadas formas de exploração. A cooperação é restabelecida quando forem mudadas essas formas de exploração. A cooperação é restabelecida não só porque a potência imperialista dispõe de meios de pressão e sim também porque representa uma proteção para a posição e os privilégios das burguesias¹⁵⁶

Dessa maneira, embora as contradições do desenvolvimento dependente tenham determinado a integração, onde predomina a cooperação com o imperialismo, a burguesia brasileira e o projeto tecnocrático-militar buscaram obter concessões, com o que se estabeleceram atritos. Por um lado, o novo padrão de reprodução do capital o qual o regime tecnocrático-militar se dedicou a consolidar privilegiava a integração com o capital imperialista, como demonstra uma série de medidas – entre as quais estiveram a nova lei de remessa de lucros e os subsídios fiscais e creditícios às multinacionais norte-americanas

¹⁵⁶ Ernesto Martins [Eric Sachs]. Contribuição ao debate político, n.3. Subsídios para uma análise da situação internacional. Documento citado, p.8.

e de outros países como Alemanha. Entretanto, a outra face desse relacionamento contraditório é que o antagonismo, além de existir objetivamente em um sistema mundial diferenciado, isto é, hierquizado, é produzido como um tipo de barganha visando a extrair concessões:

As relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo. A burguesia brasileira já deu os passos decisivos para sua integração no capital imperialista norte-americano; ao mesmo tempo, no interior dessa subordinação, ela mantém uma força e uma autonomia relativa – dado seu peso específico na economia. Sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo (senão estaria questionando o próprio capitalismo) a burguesia nacional pode no entanto barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração, etc. Tais relações dependem das correlações de força em cada momento: a conjuntura econômica internacional e dentro de cada país, a situação política, as distensões e agravamentos com as forças revolucionárias, etc ¹⁵⁷.

O que fica patente na análise acima é que no caso dos países subdesenvolvidos, a conformação de uma política de cooperação antagônica depende da posse de determinados recursos (petróleo, peso específico na economia), que possibilitam a prática de barganhas. Estas podem ou não ser exitosas conforme, adicionalmente, as correlações de força nas diferentes conjunturas. Foram duas as áreas em que Marini discutiu como operava a lógica da cooperação antagônica.

Dois exemplos – a questão nuclear e a do café solúvel – puseram em destaque as dificuldades que teriam de ser superadas no plano externo a fim de que se implementara a política subimperialista. Com a primeira, a posição do regime militar brasileiro, independentemente dos matizes que lhe deram os governos de Castelo Branco e o de Costa e Silva, foi a de atrair uma cooperação mais estreita dos Estados Unidos com o propósito de aumentar o peso de seu poderio militar, mas também a de dotar a indústria nacional de uma superioridade efetiva sobre os países medianamente desenvolvidos (além de criar maiores perspectivas para a absorção da indústria pesada). Com o estímulo à produção e exportação de café solúvel, se observou como tratava o governo de promover a dinamização da indústria leve, sem recorrer para isto à ampliação do mercado interno. Em ambos casos, os esforços brasileiros foram obstaculizados pelos Estados Unidos mostrando assim os limites dentro dos quais estavam dispostos a aceitar a política subimperialista (MARINI, 1974, p. 109).

Os dissensos da política externa brasileira com os EUA, sobretudo durante a diplomacia do "pragmatismo responsável" no governo Geisel, levaram autores como Moniz Bandeira a propor a interpretação de que uma "rivalidade emergente" tomara o curso das relações

¹⁵⁷ Ernesto Martins [Eric Sachs]. As novas condições da luta política. Documento citado, p.4.

Brasil-EUA. Tal intensificação do antagonismo teria afastado a sombra da integração subordinada, levando o autor a rejeitar a tese sobre o caráter dependente do capitalismo brasileiro:

os conceitos de ‘desenvolvimento associado’ e/ou ‘capitalismo dependente’, aplicados ao processo de industrialização do Brasil, não exprimiram, antes esconderam seu caráter extremamente contraditório, complexo e combinado. Em realidade, o Brasil mesclou, de certa maneira, o modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos, para onde os capitais britânicos, sob a forma de empréstimos e investimentos diretos, afluíram, a partir da segunda metade do século XIX, com o da Alemanha, a *via prussiana*, da intervenção do Estado na economia. Portanto, o resultado mais significativo do nacionalismo de fins (Projeto Brasil – Grande Potência), que pautou as políticas do regime autoritário, não consistiu somente na abertura da economia aos investimentos estrangeiros, mas, também, na expansão do capitalismo monopolista de Estado (MONIZ BANDEIRA, 1989, p. 219-20).

Marini viu essa tensão de maneira distinta. Embora o alinhamento automático fosse abandonado na política exterior, o desenvolvimento integrado seguia vigente. A via prussiana não excluía o caráter dependente, antes, era seu reflexo, na forma assumida pelo padrão de reprodução do capital nos termos do subimperialismo, na economia brasileira.

Obviamente, essas fricções não comprometiam a integração com o capital imperialista. Esta seguia realizando-se, como põem em evidência a intensificação do processo de associação de capitais, o crescimento extraordinário da dívida pública externa, a extensão do controle econômico e tecnológico de setores chaves da economia nacional pelos grandes trustes estrangeiros. No entanto, se constituíram em motivo de descontentamento da burguesia em relação ao governo militar, já que colocavam em evidência que o projeto subimperialista não seria levado a cabo com a facilidade com que se pretendia (MARINI, 1974, p. 109).

Um balanço desse relacionamento pode ser lido nesta citação de Marini:

Confiando, inicialmente, no beneplácito dos Estados Unidos para o exercício dessa política [subimperialista] e fazendo os gestos necessários para isso – como a colaboração na República Dominicana, em 1965 – a ditadura brasileira encontraria logo a resistência norte-americana a seus propósitos. Isso se verificará no plano comercial, exemplo de que são restrições feitas às exportações de café solúvel para aquele país; no plano da política latino-americana, como no caso do veto norte-americano às intenções brasileiras de invadir o Uruguai, em 1967, e no plano estratégico-militar, onde os Estados Unidos bloqueiam as pretensões brasileiras de dominar a tecnologia nuclear. Em consequência disso, os militares brasileiros abandonam a política de alinhamento automático com os Estados Unidos em matéria internacional, que levava a que a política subimperialista desse origem à tese do “satélite privilegiado”.

Essa mudança, que se esboça a partir de 1968, tomou corpo na política externa dita de “pragmatismo responsável”, posta em prática pelo Governo Geisel. Com ela, sem renunciar a seu propósito hegemônico no Atlântico Sul, a ditadura brasileira procedeu a estreitar suas relações com outros centros

mundiais de poder, como a Europa Ocidental e o Japão, assim como com a própria União Soviética, e trabalhou ativamente para ocupar lugar de destaque nas organizações e instâncias internacionais que agrupavam os países do Terceiro Mundo, com o fim de ampliar o espaço ocupado pelo Brasil no cenário internacional. O fruto mais espetacular dessa política foi o acordo com a Alemanha Federal, concertado em 1975 e firmado em 1976, mediante o qual o Brasil acedia ao controle do ciclo completo da tecnologia nuclear. Em 1976, em visita ao país, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, amacia a dura oposição dos Estados Unidos às pretensões brasileiras e firma com o Brasil um acordo de consultas mútuas, instrumento até então reservados a potências de maior porte (MARINI, 1992, p. 136).

Desse modo, conforme visto até aqui, a cooperação antagônica com o imperialismo dominante constitui uma das variáveis do subimperialismo, que juntamente ao objetivo de uma hegemonia à escala regional, busca angariar um espaço para a reprodução do capitalismo dependente, procurando uma autonomia relativa no marco da dependência. Nesse processo, o Estado cumpre um papel decisivo. Como argumentamos mais acima, bem como no Capítulo 3, quando tratamos da dialética internacionalização-internacionalização, a lógica da cooperação antagônica também estabelece conexões com o esquema de realização do subimperialismo, sendo uma característica definidora de subcentros da acumulação mundial desde sua chegada à etapa dos monopólios e do capital financeiro.

Uma vez reconstituído o plano teórico do subimperialismo, à luz da experiência histórica examinada por Marini, prosseguiremos no próximo capítulo aprofundando a discussão do conceito, com fins de precisá-lo melhor, rumo a uma teorização mais ampla sobre o subimperialismo. Para isso, nos valeremos do segundo procedimento da Seleção (*Ausgrenzung*), tal como definido por Koselleck, tratando de distinguir aquilo que é daquilo que não é referente ao conceito de subimperialismo.

5 CONSTRUINDO A TEORIA DO SUBIMPERIALISMO

Recapitulando o desenvolvimento da tese feito até aqui, podemos situar a gênese da discussão do subimperialismo, em Marini, em sua análise da dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. Em seguida, diferenciamos os conceitos de imperialismo e subimperialismo e introduzimos uma nova dimensão à tese, que foi a noção de padrão de reprodução do capital. Argumentamos que o subimperialismo é uma forma possível que o padrão de reprodução do capital pode assumir. E que o fenômeno pode ser observado na conjunção de quatro categorias de análise. No capítulo seguinte, partimos para a análise empírica, examinando o período do capitalismo brasileiro analisado por Marini através do conceito de subimperialismo. Fazer a exegese das formulações de Marini ao longo de sua obra, mediante a metodologia da leitura imanente e trazer as categorias para níveis de análise mais concretos foram de fundamental importância, como parte indispensável do exercício teórico que busca comprovar sua validade à luz do caso brasileiro, a fim de assentar as bases para o estudo ulterior de outras formações histórico-sociais.

No presente capítulo —, feita a exposição do que Marini entendia por subimperialismo e da proposição de uma teoria para o fenômeno que vá além do caso brasileiro — cujos fundamentos se encontram na Figura 1, o pentaedro do subimperialismo — chegou o momento de precisar o conceito de subimperialismo. Esse objetivo será cumprido mediante os dois procedimentos de seleção (*Ausgrenzung*), nos termos da metodologia da História dos Conceitos. O primeiro procedimento será a revisão da contribuição de outros autores que escreveram sobre o subimperialismo, a qual também englobará os principais argumentos de autores que polemizaram com este conceito. Em seguida, o segundo passo, explicitará o que o subimperialismo *não é*.

Finalmente, como resultado da leitura imanente do conjunto da obra de Marini e contando com o aporte feito por Jaime Osorio à TMD, vamos propor o que acreditamos ser o elo perdido da teoria do subimperialismo: sua compreensão como uma forma do padrão de reprodução do capitalismo dependente.

5. 1 Primeiro procedimento: os debates em torno da categoria de subimperialismo

Identificamos sete pontos de vista no debate referenciado na categoria de subimperialismo: (1) os que partem da relação entre subimperialismo e dependência formulada por Marini e procuram aportar-lhe alguma nova contribuição em seu contexto categorial (SANTOS, 1970; FRANK, 1979; COLES e COHEN, 1973)¹⁵⁸; 2) os que, mesmo sem se filiarem à TMD, lançaram luzes a partir de outros enfoques para aprofundar algum elemento da discussão do subimperialismo de maneira coerente com o conceito proposto por Marini (CASTRO MARTÍNEZ, 1980; ZIRKER, 1994); 3) os autores que citam o subimperialismo como categoria de análise, porém restringem-se a um uso geopolítico do conceito, tirando-lhe sua maior substância (TRÍAS, 1967; SCHILLING, 1980); 4) os autores marxistas que polemizaram com Marini sobre o conceito de subimperialismo, questionando sua validade e pertinência como nova categoria de análise no campo do marxismo (SILVA MICHELENA, 1977; AMIN, 1978; HALLIDAY, 1981) e aqueles que propuseram uma conotação distinta ao conceito (LANZA, 1980); 5) os críticos de Marini que rejeitaram o núcleo de sua obra, taxando conceitos como subimperialismo e superexploração do trabalho como ideologia a serviço de fins políticos da esquerda revolucionária (CARDOSO e SERRA, 1978; MANTEGA, 1985); 6) autores que fizeram referências esparsas ao subimperialismo, confundindo-o com o ponto de vista que o situa como mera "linha de transmissão" do imperialismo estadunidense (LIMA e CHEIBUB, 1983); e, finalmente, 7) adeptos da Análise do Sistema-Mundo cujas proposições variam entre a defesa do conceito de semiperiferia como superior ao de subimperialismo (ARRIGHI, 1998) e o argumento segundo o qual semiperiferia e subimperialismo seriam categorias equivalentes ou intercambiáveis, já numa posição que pretende a fusão da TMD com a Análise do Sistema-Mundo (SANTOS, 2009¹⁵⁹; LÓPEZ SEGRERA, 2009).

Os autores dos itens 4¹⁶⁰ e 6 já foram discutidos em outras partes desta tese. Será aos demais que voltaremos nossa atenção a seguir.¹⁶¹

¹⁵⁸ Por razões de tempo, não tivemos condições de incluir na análise as contribuições recentes de Claudio Katz (2009) e Virgínia Fontes (2010), que têm realizado considerações ao debate sobre a temática do subimperialismo e deverão ser incorporados em nossa discussão em próximos trabalhos.

¹⁵⁹ Em seus escritos mais recentes, que compõem nova fase de sua obra.

¹⁶⁰ Exceto Lanza, que será discutido neste capítulo.

¹⁶¹ Embora já tenhamos apresentado alguns temas da polêmica entre Marini e Cardoso e Marini e Mantega, trataremos delas com maior atenção na análise que segue.

5.1.2 O subimperialismo entre os demais autores da TMD

5.1.2.1 Theotonio dos Santos: o subimperialismo como subsistema regional de poder

Em *Imperialismo e dependência*, Theotonio dos Santos tece comentários à abordagem do subimperialismo considerando-o como uma das formas estatais possíveis no âmbito do modelo da dependência negociada, que ele formula em seu livro para a análise da dependência latino-americana:

Outra variante do desenvolvimento capitalista dependente foi estudada por Ruy Mauro Marini sob o título do subimperialismo. Segundo o autor, a dominação imperialista na América Latina tinha que passar pela existência de quadros hegemônicos locais que chegariam a exercer a hegemonia regional. Brasil, ou possivelmente o eixo Brasil e Argentina, são assinalados pelo autor como bases possíveis desta dominação regional. A política externa "interdependente" de Castelo Branco era vista como uma expressão dessa tendência. Nessa variante, a dependência aparece sob uma forma mais complexa. Se perceberia a necessidade de intensificar a política de industrialização nos países dependentes, mas essa mudança não levaria a uma integração regional entre iguais, mas sim à dominação de um país sobre outros. Alguns países poderiam obter um status preferencial dentro do sistema. A tese do subimperialismo faz, assim, nos aproximarmos mais ao processo de desenvolvimento possível dentro do sistema capitalista internacional (SANTOS, 1970, p.445-6).

Segundo Theotonio, "desenvolver um centro subimperialista como o Brasil significa transferir a este país, como unidade nacional, alguns mecanismos de decisão cuja dinâmica pode resultar em uma contradição crescente com a condição dependente". Essa contradição traduz-se em duas questões: como pode o centro dominante garantir que os poderes transferidos ao centro subimperialista, que permitem a este realizar certas funções limitadas, não sejam usadas contra o primeiro? E "como não depender demasiadamente desse poder intermediário?". A esta contradição no terreno das relações entre o imperialismo dominante e o subcentro regional, que assume traços subimperialistas, Theotonio agrega outro antagonismo existente ao nível da dinâmica interna da sociedade dependente:

Se as medidas de expansão externas são tomadas sem realizar as reformas internas, as contradições internas se farão ainda mais agudas, na medida em que, criando uma grande aspiração de desenvolvimento nacional, não se eliminem os setores retrógrados no interior. Ao conceber o processo de expansão do mercado

externo como solução para o problema do mercado interno, o centro subimperialista estaria, na realidade, cavando sua própria tumba, pois não poderia conter os movimentos nacionais gerados por esta expansão, nem tampouco seria capaz de resolver os problemas internos que tenta eludir (*Id., ibid.*, p. 447).

A seguir, ele aporta algumas proposições sobre implicações práticas e metodológicas no plano regional oriundas do subimperialismo. Refletindo sobre a ideia de que, face a este, os países submetidos "teriam que pagar uma carga extra, superior à que já têm" [para com o imperialismo dominante], Theotonio considera três mecanismos de extração do excedente econômico que seriam engendrados pelo país subimperialista, com reflexos nos países a ele subordinados: (a) "no que diz respeito às relações comerciais, pagariam por produtos manufaturados preços mais altos dos que pagam atualmente"; (b) "no referente a taxas de mais-valia, teriam que ser mais explorados que no passado para atender às necessidades do centro subimperialista"; (c) "haveria que estudar a possibilidade de que o centro subimperialista pudesse também exportar capitais (nacionais - ou, por mediação, estrangeiros)" (*Id., ibid.*).

Diante do quesito exportação de capitais, o autor defende a pertinência do conceito de subimperialismo, a despeito da importância ainda incipiente dos investimentos externos partindo da economia dependente, fato que, segundo ele, teria levado outros autores - particularmente Cardoso - a negarem a validade do conceito de subimperialismo.

Por fim, Theotonio coloca uma última questão, relacionando o subimperialismo com a tese dos blocos regionais, que na sua compreensão ganhava força na dinâmica do continente latino-americano nos anos 60 e 70. Com a formação de esquemas de integração sub-regional na Mesoamérica (Mercado Comum Centro-americano) e na região andina (Pacto Andino), lado a lado com "um bloco do Rio da Prata, com hegemonia brasileira, porém com uma grande disputa com a Argentina"; bem como a criação de uma iniciativa de caráter continental entre os países latino-americanos (ALALC), surgia "outra dificuldade nas relações entre o centro subimperialista e os outros centros de poder regionais [que] seria a que se refere à alternativa entre um ou vários centros subhegemônicos" (*Id. Ibid.*). Para Theotonio, a perspectiva, no longo prazo, tendia para a "articulação desses sistemas sub-regionais na ALALC, sob a hegemonia do Brasil", o que não anularia, entretanto, as forças de conflito derivadas de tal processo de integração.

5.1.2.2 Gunder Frank: o subimperialismo como fenômeno particular da semiperiferia

No *Prefácio à quinta edição de SyR*, Marini deixa indicado que Frank, assim como Samir Amin, teria ensaiado a aplicação do conceito de subimperialismo a processos históricos verificados no Sudeste Asiático, no Oriente Médio e na África Negra, "no que parece contribuir a esclarecer a natureza desses processos, embora reste todavia um longo trecho a percorrer antes que o subimperialismo se converta ali em um elemento explicativo eficaz" (MARINI, 1974, Prefácio à 5ª Ed., p. XXI).

A principal menção ao subimperialismo em Frank, até onde conhecemos, está no artigo *Unequal accumulation: intermediate, semiperipheral and sub-imperialist economies* (FRANK, 1979). Nesta análise, Frank traça um paralelo entre os conceitos de subimperialismo de Marini e de semiperiferia de Wallerstein, sem afirmar a primazia do segundo sobre o primeiro (como faz Arrighi)¹⁶² ou propor a equivalência de ambos (como tem sugerido Santos, recentemente)¹⁶³, mas situando o subimperialismo como um fenômeno específico que pode ocorrer no universo semiperiférico, não devendo, contudo, ser com este confundido.

A acumulação de capital e o desenvolvimento capitalista na economia mundial também incluiu, desde seus princípios economias "periféricas", assim como economias médias, na verdade economias e centros políticos e econômicos intermediários. Wallerstein chama estas formações de "semiperiféricas" e Marini denominou *algumas* destas formações contemporâneas de "subimperialistas".

(...)

Estas potências e centros econômicos periféricos e, agora, pelo menos talvez em parte subimperialistas, ocupam mais que apenas um lugar intermediário entre o centro e a periferia no desenvolvimento desigual espacial/setorial da divisão internacional do trabalho do capitalismo. De acordo com Wallerstein, assim como Marini e seus seguidores, estes centros políticos e econômicos intermediários jogam um papel enquanto intermediários políticos - talvez análogo ao das "classes médias" entre capital e trabalho - na barganha desigual entre o centro e a periferia (FRANK, 1979, p.283. *Itálico nosso*).

Como vemos, em Frank subimperialismo e semiperiferia compartilham de uma mesma realidade marcada pela função desempenhada por subcentros políticos e econômicos, no

¹⁶² Cf. subseção 5.1.8, deste capítulo.

¹⁶³ Cf. item 5.1.8, neste capítulo.

contexto da divisão internacional do trabalho. Essa correspondência não é o mesmo que afirmar que constituam fenômenos idênticos.

O argumento de Frank neste artigo é que países como Brasil, México, Argentina, Índia, Irã, Israel e África do Sul são todas economias intermediárias que através de um processo de substituição de importações

já avançaram em sua capacidade produtiva para um estágio da acumulação de capital baseado na produção de maquinaria e outros bens de capital, apesar de ainda dependentes da exportação de matérias-primas, da importação de tecnologia, e de capitais e créditos estrangeiros (e no caso de Israel de subsídios irrestritos (*outright*)) e [que] estão agora entre os principais candidatos para a participação da semiperiferia na divisão internacional do trabalho com regimes políticos e econômicos *possivelmente* subimperialistas (*Id. Ibid.*, p. 287).¹⁶⁴

Dentro dessa tendência, Frank cita o caso brasileiro como "o mais avançado nessa direção, cujo desenvolvimento desde 1968 recebeu o batismo de 'subimperialismo' por Ruy Mauro Marini e 'desenvolvimento associado' por Fernando Henrique Cardoso e outros." (*id., ibid, loc. cit.*)¹⁶⁵. Desta feita, fica explícito que Frank não pretendeu igualar os conceitos de semiperiferia e subimperialismo. Sua contribuição ao debate foi, nesse sentido, por em evidência os traços particulares apreendidos pela categoria subimperialismo, mesmo que este, enquanto fenômeno, pertença a um universo mais amplo denominado semiperiferia.

5.1.3 A contribuição de Coles e Cohen sobre o subimperialismo sul-africano

Um trabalho bastante desconhecido, mas que trouxe um sentido inovador na experimentação da abordagem do subimperialismo, foi *O subimperialismo sul-africano*, de Jane Coles e Robin Cohen. Preparada originalmente para a Conferência de Dar-es-Salaam de 1975, sobre problemas socioeconômicos da África Austral, a reflexão de Coles e Cohen valeu-se da discussão de Marini contida em *Brazilian subimperialism*, publicado na *Monthly Review* (MARINI, 1972).

164 Colocamos novamente em itálico a ideia de possibilidade, para frisar mais uma vez que, em Frank, subimperialismo e semiperiferia são realidades e conceitos distintos, sendo o subimperialismo um processo que pode ou não se manifestar no universo da semiperiferia.

165 Sobre a referência a Cardoso e o conceito de desenvolvimento associado, comentaremos na sequência quando analisarmos este autor.

Empenhando-se em explorar a capacidade explicativa do conceito de subimperialismo para a África Austral, os autores não se furtam do cuidado de que "não se pode fazer uma transposição simples do caso brasileiro para a África do Sul"; porém, reconhecem que "todas as características identificadas por Marini têm um ponto comum no contexto da África do Sul, que necessita uma explicação" (COLES e COHEN, 1972, p. 45). Estas características, na leitura de ambos, consistem dos seguintes elementos:

- 1) O problema do mercado;
- 2) O Estado como consumidor, incluindo um acréscimo nas despesas de equipamento militar e desenvolvimento infra-estrutural;
- 3) Aliança com o capital estrangeiro;
- 4) Um princípio de "sociedade de consumo" com base fraca na sobre-exploração da força de trabalho não-especializada (*Id, ibid.*, p. 44-5).

Os itens sumariados correspondem aos três fundamentos do esquema de realização do subimperialismo, acrescidos da aliança com o capital estrangeiro, ideia decisiva para o caráter subordinado e, ao mesmo tempo, relativamente autônomo do fenômeno subimperialista. Nas palavras dos autores,

O crescimento da África do Sul revelou, desde o princípio, certas características subimperialistas que têm estado intimamente relacionadas umas com as outras. Elas datam da descoberta de ouro e diamantes no século XIX e estão ligadas à teoria de Marini na terceira e quarta características do subimperialismo, isto é,

- a) a sobre-exploração da mão-de-obra não-especializada e
- b) a dependência em relação ao capital estrangeiro (*Id., ibid.*, p.49):

Para Coles e Cohen, a descoberta de valiosas jazidas de minério e pedras preciosas atraiu investimentos estrangeiros em larga escala e introduziu um pequeno contingente de trabalhadores brancos especializados que passou a contrastar com a mão-de-obra negra não-especializada que recebia péssimas remunerações. Quando a indústria desenvolveu-se no país sob o impulso da substituição de importações, tornada possível graças à conjuntura dos conflitos bélicos mundiais e da Grande Depressão, a política racista da elite branca assegurou que se praticasse a superexploração da força de trabalho da população negra também na indústria, através da manutenção do estatuto do trabalhador africano urbano como o de um trabalhador migrante.

Essa política era operada da seguinte maneira: tanto os sul-africanos que deixavam o campo para as cidades, assim como a população local de países vizinhos que passava a

suprir as necessidades crescentes de mão-de-obra da África do Sul - em um primeiro momento nas minas e, depois, sobretudo, na indústria - eram tratados como trabalhadores migrantes. Isto fazia com que o governo evitasse "despesas que, de outro modo, incorreria, como seja a previsão de assistência médico-social, habitação condigna e educação dos africanos." (*Id., ibid.* p. 51).

Mediante a superexploração do trabalho, os

brancos na África do Sul formam uma elite altamente consumidora e orientada que se compara à elite consumidora que Marini identifica no Brasil. Porém, e diferentemente do Brasil, esta elite não está só dividida por classes. Ela era composta pelos capitalistas sul-africanos; mas a política racista da África do Sul criou uma pirâmide de estratos raciais, o que fez com que essa elite incluísse também uma aristocracia de trabalhadores brancos (*Id., ibid.* p.p. 57).

A partir do momento em que a indústria sul-africana alcançou um certo grau de desenvolvimento, conjugaram-se contradições que passaram a obstaculizar o prosseguimento da acumulação. "O sistema de trabalho migratório artificialmente mantido reduz a eficiência da manufatura", ao dificultar maior aprendizagem que levasse a ganhos de produtividade. Em segundo lugar, a reserva do mercado de trabalho especializado para trabalhadores brancos impedia "o desenvolvimento de uma força de trabalho especializada negra e barata [que] seria um progresso natural [para a extração de mais-valia] no sistema de sobre-exploração do trabalho na África do Sul" (*Id., ibid.* p. 62).

Terceiro, dado que o mercado branco local é relativamente pequeno e que "a população negra oferece poucas possibilidades de consumir, devido às condições de superexploração", cria-se um beco sem saída no capitalismo sul-africano. A solução para deslocar as contradições do desenvolvimento dependente repousam, por conseguinte, no Estado e no mercado externo, como no caso brasileiro, com a ativação de uma expansão subimperialista.

Nesta direção, a experiência histórica em exame registra o crescimento da indústria bélica, o projeto de um mercado comum da África Austral sob influência das empresas da economia subimperialista e a política do Bantustão como práticas implementadas a fim de garantir a reprodução do capital em escala ascendente nas circunstâncias colocadas.

Na introdução do artigo, os autores argumentam que

O conceito de subimperialismo não está bem definido na literatura acadêmica. Refere-se principalmente ao desenvolvimento industrial de um país anteriormente subdesenvolvido, que atua no sentido de obter um certo grau de controle e de independência econômica, relativamente aos seus laços com as potências industriais responsáveis pela sua colonização e integração no sistema capitalista mundial.

(...)

Refere-se também a uma fase do desenvolvimento de um país subdesenvolvido quando consegue expandir-se e criar os seus próprios satélites "coloniais" que lhe fornecem matérias-primas e funcionam como mercados para colocação dos seus produtos fabricados; além disso controla as transformações da sua economia-política e as suas relações com a metrópole imperial.

(...)

O subimperialismo é o prolongamento do debate acerca da possibilidade de industrialização do Terceiro Mundo (*id.*, *ibid.*, p. 43).

Logo depois, Coles e Cohen, reconhecendo o pioneirismo de Marini, deixam indicados dois aspectos que o aprofundamento de sua abordagem sobre o subimperialismo deve considerar.

A exposição mais coerente duma teoria do subimperialismo aparece num artigo de Ruy Mauro Marini sobre o subimperialismo brasileiro. Depois do golpe de 1964 no Brasil, os chefes militares levaram para diante uma deliberada e extensa ligação com o grande e quase exclusivo capital estrangeiro. O subimperialismo foi tanto uma estratégia consciente como, no dizer de Marini, "a forma que o capitalismo dependente assume (pensamos que se deve dizer: pode assumir) ao chegar à fase dos monopólios e do capital financeiro" (*Id.*, *ibid.* p. 44).

As duas ideias da frase final da citação demonstram-se relevantes para nosso estudo sobre a teoria do subimperialismo. A ponderação sugerida através do condicionante *pode* coaduna-se mais com o que o próprio Marini escreveu em diversas outras passagens e fecha as portas para as interpretações de quem queira acusá-lo de mecanicista. A primeira ideia, por sua vez ("uma estratégia consciente"), realça que o subimperialismo resulta tanto de determinações objetivas (relacionadas às contradições da economia dependente na fase dos monopólios e do capital financeiro), como subjetivas - ou seja, produto das mentes de atores que, agindo em determinadas circunstâncias históricas, tomam decisões e também determinam o curso da dinâmica subimperialista.

Podemos dizer, portanto, que a dupla de autores em exame contribui para nossa discussão ao ressaltarem que a teorização do subimperialismo lida com diferentes níveis de abstração, que não podem ser descuidados. Privilegiar apenas um, em detrimento de

outros, compromete a validade do conceito de subimperialismo. Isto é o que acontece nos autores do terceiro grupo do debate em torno do subimperialismo.

5.1.4 As contribuições a partir de outros enfoques: Castro Martínez e Daniel Zirker

Coube ao mexicano Pedro Castro Martínez realizar o principal estudo de base empírica sobre o expansionismo brasileiro utilizando o conceito de subimperialismo. Citado por Marini na *Memória*, o trabalho estuda desde as origens da ascensão do Brasil como potência subimperialista até meados dos anos 70, quando a política externa do governo Geisel aumentou as tensões com os EUA, em busca de autonomia relativa.

Na visão de Castro Martínez, são oito os fatores que influíram historicamente na projeção subimperialista do Brasil: (1) os interesses político-estratégicos dos EUA; (2) as novas táticas de dominação imperial; (3) a recessão norte-americana; (4) os problemas do desenvolvimento capitalista brasileiro; (5) a supremacia de um setor com mentalidade imperialista no governo de Brasília; (6) a existência de uma ideologia; (7) a presença de nações vizinhas de níveis inferiores de desenvolvimento, mas ricas em reservas de matérias-primas estratégicas e não-estratégicas, com mercados formados e constantes manifestações de efervescência política, e, finalmente, (8) a proximidade de um país (Argentina) em busca da hegemonia na América do Sul (CASTRO MARTÍNEZ, 1980, p. 12-13).

Além dessas linhas gerais, que são úteis na discussão sobre a questão da política de hegemonia regional na conformação do subimperialismo, Castro Martínez captou o sentido econômico do fenômeno subimperialista, ao ressaltar o papel assumido pela exportação de manufaturados para a sustentação da economia brasileira na nova fase inaugurada pelo regime militar e diante da deterioração dos termos de troca que atingira as matérias-primas na década de 1950.

A política externa independente foi a outra direção que o governo populista seguiu. Ela buscou ampliar a margem de manobra internacional do Brasil, obter novos mercados para a exportação brasileira, assim como fontes de financiamento na área socialista. África e América Latina seriam os mercados por excelência da incipiente produção manufatureira. [...] O maior êxito relativo dentro da política externa independente foi na rubrica (*rubro*) das relações comerciais, em especial com os países socialistas. A ideia prevalecente era a diversificação geográfica das exportações, sobretudo de produtos manufaturados.

A princípios da década já era claro para muitos que a queda tendencial dos preços das matérias-primas no mercado internacional era um processo que não podia ser revertido e que não oferecia esperanças para melhorar a precária situação dos setores externos dos países subdesenvolvidos. A alternativa, pois, não podia ser outra: os produtos manufaturados deviam estar na vanguarda das exportações brasileiras. E era a diplomacia o instrumento chamado a tornar realidade os objetivos do governo nesta matéria. As iniciativas dos dirigentes populistas no campo da política exterior não alcançaram seu ponto de amadurecimento, mas isto sim, colocaram as bases do expansionismo brasileiro nas duas regiões de sua 'área de influência natural': África e América Latina, que os militares se encarregariam de aproveitar em maior medida que Quadros e Goulart" (*id., ibid., p.79-80*).

Pode-se notar, nesta citação, que o autor relaciona a crise no sistema de exportação com o início de um novo perfil garantindo o dinamismo da economia brasileira, o qual tornou-se uma realidade a partir do governo instaurado pelo golpe de 1964 e contando com os serviços da diplomacia brasileira para abrir os mercados necessários àquela expansão. Este é um importante mérito do trabalho de Castro Martínez, que, juntamente de outros aspectos, demonstra como a América do Sul foi sendo convertida em zona de influência do subimperialismo brasileiro. Seu principal limite é que sua reflexão é centrada no nível de abstração da análise da política exterior, sem penetrar no âmago da questão do ciclo do capital, que fica de fora de seu estudo empírico.¹⁶⁶ De qualquer maneira, este consiste de um dos principais trabalhos históricos até hoje, na temática do subimperialismo brasileiro, ainda que restrito à análise da política exterior.

O outro autor que cabe aqui referir é o brasilianista neozelandês Daniel Zirker, que adentrou na seara do debate em questão com um artigo discutindo a vigência do subimperialismo brasileiro no período de transição da ditadura militar para a Nova República, com foco também na análise da política exterior. O ponto forte do trabalho de Zirker foi sua constatação a respeito da necessidade de aprofundar a reflexão sobre a cooperação antagônica.

Com efeito, conforme expusemos no capítulo *Subdesarrollo y Revolución...*, a questão da tensão entre antagonismo e cooperação, expressa através da categoria da cooperação antagônica, foi abordada por Marini em diferentes terrenos das contradições de classe e também no âmbito da relação entre o capitalismo brasileiro e o imperialismo, no qual o subimperialismo oscila entre a autonomia relativa e o aprofundamento do desenvolvimento dependente. No curso de sua análise de caso do Brasil dos anos 80, Zirker acabou

166 Esta lacuna corresponde ao objeto que foi tema de nosso quarto capítulo.

aportando o que pode ser uma alternativa coerente com as formulações de Marini para avançar nessa dimensão conceitual. A proposição dele foi isolar as duas lógicas que compõem o conceito de cooperação antagônica presente em Marini: de um lado, está a política de autonomia relativa, onde predominam posturas que correspondem a "interesses diretos dos objetivos imediatos e de longo prazo da política [externa] brasileira"; de outro, encontra-se a dimensão submissa do fenômeno subimperialista, que se aproxima da idéia de *barganha leal* de Golbery do Couto e Silva e que Zirker denominou de lógica do Estado preposto (*the surrogate*). No argumento de Zirker, o Brasil agiu de modo subimperialista na década de 80 ao demonstrar engajamentos relativamente autônomos em cinco matérias de política exterior: (1) expansão geopolítica/econômica sobre os países vizinhos; (2) exportações de armamentos; (3) expansão das capacidades nucleares; (4) energia; (5) e negociação da dívida externa, embora de forma mais ambígua e intermitente.

Acreditamos que as considerações acima constituem um avanço em direção à explicitação categorial da cooperação antagônica. Sua principal contribuição foi suscitar em nossa reflexão uma pergunta relevante: existirá um critério válido para classificar atos de política exterior conforme as duas lógicas contraditórias do subimperialismo nessa dimensão, de modo a tornar operacional o conceito de cooperação antagônica - isto é, torná-lo testável em diferentes contextos históricos, a partir de parâmetros claramente definidos? Procuramos uma solução para essa pergunta em nossa dissertação de mestrado, que pode manter sua validade esclarecendo uma das variáveis que são objeto da nossa teorização (Cf. LUCE, 2007).

5.1.5 O subimperialismo na abordagem do satélite privilegiado de Trías e Schilling

Deste grupo, fazem parte Vivián Trías e Paulo Schilling. Estes autores produziram análises críticas sobre a expansão do capitalismo brasileiro durante o período da ditadura militar, situando a explicação na órbita da geopolítica. Em *Imperialismo y geopolítica en América Latina*, livro de 1967, Trías dedica o capítulo IV, entitulado *La política del subimperialismo*, ao exame do novo ímpeto expansionista imprimido pelo Brasil após o golpe de 1964. Na nova conjuntura, não era mais suficiente a classificação do Brasil como um "satélite maior". O autor explica que

Agora se trata de uma função mais dinâmica, orgânica e permanente a serviço da política imperialista.

(...)

Função que não pode desvincular-se, por outro lado, da política econômica integracionista na qual os Estados Unidos embarcaram e que adotou a forma do Mercado Comum Latino-americano. O Brasil deve ser o eixo básico dessa integração na América do Sul.

(...)

Tudo isto nos induz a empregar um vocábulo distinto para designar uma função diferente. Daí que nos pronunciemos por "subimperialismo" em lugar de "satélite maior ou privilegiado". No curso da análise que faremos deste conceito e de suas implicações, se irá esclarecendo sua real significação (TRÍAS, 1967, p. 227).

Em um trecho seguinte, Trías enumera os fatores encadeados que pretende descrever sob o conceito de subimperialismo:

- a) A integração econômica da América Latina é a peça mestre da nova política norte-americana no Sul.
- b) Essa integração se concentra na organização do Mercado Comum Latino-Americano.
- c) O eixo central do Mercado Comum é o Brasil; por seu potencial de recursos naturais, seu grau de desenvolvimento industrial, sua magnitude, sua excepcional situação geográfica e sua numerosa população.
- d) O controle ianque das estruturas industriais brasileiras - e, muito especialmente, da siderurgia - permite pensar em uma expansão exterior do capitalismo brasileiro no mercado latino-americano e aproveitando recursos naturais de seus vizinhos (gás e ferro bolivianos, potencial hidrelétrico paraguaio, etc.) que, a rigor, será a cobertura dos monopólios de Wall Street.
- e) Isto significa uma espécie de divisão do trabalho a escala continental, em que o Brasil será o empório industrial e, particularmente, no campo da indústria pesada. Ou seja, um subimperialismo intimamente conectado aos supremos interesses dos Estados Unidos. (*id.*, *ibid.* p.256).

Já aqui, constata-se um contraste importante com a definição de Marini para o subimperialismo. Enquanto Trías relaciona-o à estratégia do imperialismo norte-americano para irradiar sua dominação, tendo o Brasil como ponta de lança na condição de subcentro econômico - um "satélite maior" agora subimperialista - que incorpora a etapa da indústria pesada e explora as nações vizinhas da região, para benefício dos EUA e das elites brasileiras; Marini, sem ignorar a estratégia estadunidense¹⁶⁷, situa o subimperialismo como resultado das contradições do capitalismo brasileiro, que levaram à ativação de um esquema de realização do capital, o qual foi o verdadeiro responsável pela produção daquele expansionismo. Enquanto o nível de análise (e a base conceitual) de Trías é o da política internacional - e, mais precisamente, a geopolítica - Marini desenvolve sua formulação no âmbito da economia política desde a produção à realização do valor.

167 Cf., principalmente, Marini (1965a).

Essa conclusão pode ser extraída em diversos outros trechos deste livro: "a política do subimperialismo é um capítulo da política integracionista que, com dimensão continental, os Estados Unidos começaram a aplicar, vigorosamente ao sul do Rio Bravo" (*id., ibid.*, p. p.302); "o trânsito da política balkanizadora, do clássico 'dividir para governar', ao integracionismo, é uma mudança profunda, um salto qualitativo na política do imperialismo" (*Id., ibid.*, p.307); "o integracionismo implica - como o utilizamos mais acima - o satelismo aplicado a certas potências industrializadas e chaves (Alemanha Ocidental, o Reino Unido e Japão). O mesmo esquema, porém com variantes previsíveis, funciona com relação aos países desenvolvidos e dependentes" (*Id., ibid.*, p. 307); "estes satélites se encarregarão de explorar as regiões atrasadas de seu próprio país primeiro e, logo que o processo integracionista tenha avançado o suficiente, de todo o continente. Tal como o fazem as metrópoles com suas colônias, porém com uma abissal diferença. Enquanto as metrópoles exploram suas colônias exclusivamente para si, os satélites eleitos exploram as zonas nativas e os países irmãos por conta de seus mandantes, para servir à acumulação florescente do Império e limitando-se a cobrar a porcentagem do intermediário. Daí a pertinência do termo subimperialismo, para qualificar cientificamente sua função" (*id., ibid.* p. 317).

Em Schilling tem-se enfoque bastante semelhante ao de Trías. Em um subtópico "o subimperialismo brasileiro", ele considera este como linha de continuidade na longa experiência histórica do Brasil como sub-império. A novidade estaria no papel associado à história dos EUA para o hemisfério no contexto do pós-guerra, esperando ficar com uma parte do excedente econômico extraído, dada a função estratégica do Brasil como "satélite privilegiado".

Depois do golpe de 1º de abril de 1964, liquidada a contradição representada pelo nacionalismo popular, o subimperialismo tornou-se a estratégia oficial do Itamarati. Aceitar conscientemente a dominação ianque e, de outro lado, tentar impô-la aos demais países do hemisfério, participando dos lucros desse domínio. Era a política de "satélite privilegiado", já formulada pelo general Golbery do Couto e Silva em 1952, em seu famoso livro "Geopolítica do Brasil" (SCHILLING, 1981, p.165).

Com o exposto sobre Trías e Schilling, verifica-se uma confusão entre os conceitos de subimperialismo e satélite privilegiado nestes autores, conforme Marini menciona na Memória (MARINI, 2005, p.116).

5.1.6 Eloy Lanza

O marxista venezuelano Eloy Lanza publicou em 1980 *El subimperialismo venezolano*, livro em que procura analisar a política externa da Venezuela das décadas de 60 e 70 sob o prisma marxista, através da categoria do subimperialismo. O autor organiza o livro em duas unidades principais: *la noción de subimperialismo* e *el proceso de formación del subimperialismo venezolano*.

Na bibliografia consultada, consta, de Marini, apenas *SyR* e *Dialéctica de la Dependencia*, apesar de o trabalho de Lanza datar de 1980. Lanza faz uma leitura distorcida de Marini, situando sua análise como economicista e entre os autores que tomam a ideia de subimperialismo como linha de transmissão do imperialismo dominante. Mesmo que tenha consultado apenas a 1ª edição de *SyR*, não se justifica tal leitura enviesada de Marini, haja vista que já no texto de 1969 de *SyR* havia uma série de mediações visando a uma análise complexa do fenômeno do subimperialismo, como é o caso do conceito de cooperação antagônica, que Lanza sequer menciona no decorrer de seu livro.

Lanza considera, no capítulo 1 de seu trabalho, que existiam três obstáculos ao estudo do subimperialismo: (1) não haver propriamente um conceito de subimperialismo; (2) o desenvolvimento insuficiente das experiências históricas que poderiam englobar-se dentro das práticas subimperialistas (eram experiências históricas em aberto); (3) o fato de o subimperialismo ser um conceito em processo de elaboração.¹⁶⁸ De acordo com Lanza

o mais frequente é a redução do fenômeno subimperialista a um caso concreto, de tal sorte que os traços que especificam a política exterior de um determinado Estado são finalmente considerados como elementos constitutivos do conceito de subimperialismo. Com este procedimento se corre evidentemente o risco de que algumas das particularidades políticas, econômicas, geográficas, históricas ou culturais sejam tão específicas do país em questão que invalidem a generalização (LANZA, 1980, p. 22).

Segundo o autor, na delimitação conceitual “no caso do subimperialismo o problema é duplo, porque trata-se também de um derivado de outra noção, a saber, a de imperialismo, que conta por sua vez com numerosas acepções, algumas das quais remontam muito longe no tempo” (*Id., ibid.* p. 24).

168 Os itens 1 e 3 referidos por Lanza correspondem, na verdade, à mesma ideia.

Apesar das incompreensões de Lanza a respeito da análise de Marini sobre o subimperialismo, consideramos que estas duas observações acima do autor venezuelano são úteis para apontar as dificuldades para o estudo do subimperialismo. Tais dificuldades, contudo, não são obstáculos intransponíveis para o estudo do fenômeno em questão. Apesar da diversidade de formulações na teoria do imperialismo, existe um sentido comum entre os distintos autores, que foi captado por Marini, conforme buscamos demonstrar no Capítulo 3. Por outro lado, e ao mesmo tempo, em que pese as diversidades entre as experiências históricas suscetíveis de análise com recurso à categoria do subimperialismo – como o caso brasileiro estudado por Marini e o caso sul-africano que mereceu a atenção de Coles e Cohen – as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente podem ser verificadas em diferentes formações histórico-concretas e são elas que engendram o fenômeno do subimperialismo, segundo as formulações de Marini. Ou seja, é sobre esta base, na conjunção de determinadas circunstâncias, que se pode desenvolver o fenômeno do subimperialismo, segundo Marini.¹⁶⁹

5.1.7 Cardoso e Serra: um não debate

em nosso caso a crítica dispara sobre um pensamento cujos ardores pouco mais do que justificara, *ex post*, algumas aventuras políticas e não chegaram a imprimir nas coisas e na sociedade a marca de qualquer triunfo (CARDOSO e SERRA, 1978, p.35).

Como se pode ver, Cardoso e Serra começam seu artigo desqualificando a abordagem de Marini como uma tentativa de justificar uma política aventureira, resultado de ardores desprovidos de qualquer caráter científico e, mais adiante, taxando-a de falsificadora ou “adulteradora”, o que é o mesmo. E, logo em seguida, anunciam seu objetivo de contestar um conjunto de formulações que o grupo de autores da TMD vinha elaborando: “a plethora de mal-entendidos que vêm animando na última década o debate sobre dependência, revolução, fascismo, subimperialismo e quejandos” (*id., ibid.*, p.35).

Classificando as caracterizações “dos que se empenharam por criar uma dialética da dependência” como fruto de uma “imaginação adulteradora” (*id., ibid.*, p.36), Cardoso e

¹⁶⁹ Ainda sobre o livro de Lanza, não teremos condições aqui de avaliar seu estudo empírico do caso venezuelano, que além disso não está referenciado no conceito trabalhado por Marini. Mas compartilhamos da colocação de Marini, para quem o subimperialismo apenas se insinuou na Venezuela dos anos 1970, sem haver se concretizado plenamente naquele país, em todas suas dimensões.

Serra anunciam que sua exposição se voltará à crítica das categorias econômicas presentes naqueles trabalhos, especialmente de Marini:

Neste artigo nos preocuparemos com a análise de um autor, Rui Mauro Marini. Embora não seja ele o único que se aventurou pela dialética da dependência, foi sem dúvida quem apresentou o quadro explicativo mais geral para dar coerência às análises e para prescrever a partir delas a ação política. De fato, Marini propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária super-exploração do trabalho na periferia – fonte, para ele, do intercâmbio desigual -, ligou tal teoria às ideias relativas ao esgotamento do mercado interno e à estagnação provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso; sugeriu qual era a alternativa burguesa para sair do impasse – o subimperialismo – e, por implicação, mostrou que o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Teotônio dos Santos entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que a superexploração requer a repressão e condiciona o desenvolvimento capitalista a moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da Revolução socialista. Assim a aurora revolucionária teria como incubadeira o acicate da estagnação e da crise (*id.*, *ibid.*, p. 36-7).

A seguir, a dupla de autores apresenta a organização de sua exposição em torno de quatro eixos temáticos, a partir dos quais pretendem empreender “a destruição eventual de alguns ou mesmo de todos os principais supostos das teorias de Marini” (*id.*, *ibid.*, p.37). Os eixos em consideração consistem nos seguintes: a) *desenvolvimento econômico nacional e estagnação econômica*; b) *o intercâmbio que não é bem igual*; c) *o subimperialismo e as trevas*; d) *a superexploração do trabalho (ou a mais-valia que nunca é relativa)*.

Resumidamente, pode-se dizer que no primeiro tópico os autores procuram imputar um sentido estagnacionista à análise de Marini; no segundo tópico, tentam sustentar que “Marini propôs uma bizarra teoria do intercâmbio desigual, confundindo este fenômeno com a tendência à deterioração dos termos de troca”; no item seguinte se dedicam a contestar os argumentos de Marini sobre o subimperialismo tentando rejeitar a tese do esquema tripartite de realização do capital no Brasil, naquele período e, no quarto tópico, buscam rejeitar a tese da superexploração do trabalho como fundamento do capitalismo dependente, ainda que sem compreendê-la.

Não nos deteremos na discussão sistemática de todos estes argumentos, que já foram rebatidos e refutados na réplica de Marini (2000, [1978]) e analisados em pesquisas sobre a temática da teoria da dependência que reconstituíram os termos desse debate (OURIQUES, 1995; PRADO, 2010). Resumidamente, pode-se dizer, no entanto, que a tentativa de refutação de Marini feita por Cardoso e Serra baseia-se em um pressuposto falso: aquele

que afirma ser a tese da superexploração do trabalho tributária de outra tese, sustentada sobretudo por Celso Furtado e outros autores vinculados à CEPAL, a da inevitabilidade do estancamento ou estagnação econômica da América Latina.

No que se refere a isso, Marini foi explícito em afirmar que não subscreveu nem subscrevia (agora na réplica aos dois) a tese estagnacionista. Ao contrário, o que ele afirmou, em *Dialética da Dependência*, foi que

[...] (o) desenvolvimento econômico [...] não pode ser obtido, como pretende a burguesia nacional, obstaculizando a incorporação do progresso tecnológico estrangeiro e estruturando a economia com base em unidades de baixa capacidade produtiva. Para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, em uma organização econômica que não somente admita a incorporação do progresso técnico e a concentração das unidades produtivas, mas que as acelerem, sem que isso implique agravar a exploração do trabalho no marco nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo.

Ou seja, longe de apontar estagnação, Marini alertava para o indesejável do projeto estagnacionista, que implicava também a obstaculização do desenvolvimento tecnológico, inclusive para os interesses da classe trabalhadora brasileira.

Dito isto, retomemos os tópicos acima mencionados e o que efetivamente afirmava Marini, em poucas palavras, a respeito de cada um deles.

Em primeiro, lugar, analisando sob a perspectiva do capital global, ou seja, do processo de reprodução do capital em escala mundial, “a exportação latinoamericana de alimentos se realiza em função da revolução industrial européia e coadjuva (não determina de maneira exclusiva) a baixa do capital variável, necessária para que a elevação da produtividade do trabalho, sobre a base do aumento do capital constante, não pressione para baixo a taxa de lucro”. Isso corresponde à inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho, imposta pela grande indústria a qual permitiu aos países avançados concentrar-se na produção de manufaturas (Marini, 2000 [1978]).

Em segundo lugar, o intercâmbio desigual não se explica exclusivamente pela esfera da circulação (ou do comércio internacional), mas pelo mecanismo da transferência de valor obtido na esfera da produção. No caso, da relação entre os setores econômicos e seus diferentes níveis de produtividade se infere a relação entre países por estes apresentarem

economias com diferentes níveis de produtividade do trabalho, em um contexto de divisão internacional do trabalho que especializa as economias nacionais e sob o império da lei tendencial de igualação das taxas de lucro. Portanto, as transferências de valor inter-setorial estudadas por Marx correspondem às transferências de valor dos países dependentes para os centrais, através do comércio internacional, devido a seus diferentes níveis de produtividade, estudadas por Marini. Esse processo de transferência de valor encontra suas raízes na própria história do desenvolvimento capitalista e particularmente pela existência de países mais ou menos avançados tecnologicamente. O avanço tecnológico, por conduzir à elevação da composição orgânica do capital ($\text{capital constante/capital variável} = c/v$), faz com que os países avançados incorporem menos trabalho vivo (v). Assim, em seu intercâmbio de mercadorias produzidas pelos países dependentes (que incorporam mais trabalho vivo e portanto são compostas de um valor maior), pela atuação da lei de equalização das taxas de lucro, os países centrais conseguem apropriar-se de parte do valor produzido pelos países dependentes. Cardoso e Serra, no entanto, depois de negar a utilização de índices de preços em períodos prolongados como indicadores de valor (o que demonstra seu total desconhecimento da teoria do valor), tentam sugerir que é impossível analisar as transferências de valor porque não é possível estabelecer o Tempo de Trabalho Socialmente Necessário (TTSN) em escala internacional porque, segundo eles, não há mobilidade da Força de Trabalho. Ora, a mobilidade da força de trabalho não influi em nada no conceito de TTSN. Este não se determina pela circulação da Força de Trabalho, mas exclusivamente em função do desenvolvimento das forças produtivas, esclarece Marini.¹⁷⁰

Em terceiro lugar, em sua réplica, em *As razões do neodesenvolvimentismo*, Marini detalha os dados sobre a superexploração do trabalho no Brasil. Explica como o volume do emprego e do desemprego dependem das variáveis taxa de acumulação, composição orgânica do capital e taxa de exploração, enquanto aponta os limites de indicadores como o de População Economicamente Ativa (ainda que sem descartá-lo); indica o papel do exército industrial de reserva para a superexploração e em particular de mecanismos como a criação do FGTS, em 1967, fundo este que facilitou e acelerou a rotatividade da mão-de-obra, como demonstrado com dados abundantes por Marini, repercutindo sobre o nível dos salários; explora aspectos como, por exemplo, o modo como se estabeleceu no Brasil a

¹⁷⁰ Marini (2000 [1978], passim).

fixação do salário real por baixo do valor da força de trabalho mediante o mecanismo de deslocamento da base de cálculo do salário real individual (salário mínimo como indicador) para o salário familiar. E, neste aspecto, o papel e as razões dos baixos salários pagos às mulheres e jovens trabalhadores ou aprendizes; detalha, com dados que apontam como a elevação da produtividade do trabalho, a ampliação da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho, com conseqüente incremento da ocorrência de acidentes de trabalho, ampliam a brecha entre valor e salários pagos aos trabalhadores. Assim, explica como em que pese haver mais membros da família operária trabalhando, a família consoma menos alimentos *per capita* se compararmos o início do período analisado, 1959, e o fim deste período, 1976; além disso, Marini demonstra com dados dos CENSOS e da PNAD que o rebaixamento dos salários resultou no agravamento da distribuição regressiva da renda, sendo, portanto, os elementos elencados até aqui alguns dos indicadores que consubstanciam sua tese de que a superexploração do trabalho é um elemento vital do capitalismo dependente.

Isso posto, nossa atenção se voltará para o exame das afirmações de Cardoso e Serra que se relacionam diretamente com a temática do subimperialismo. Assim, na abertura desta seção de seu texto, dizem os autores:

Colocado, como vimos na seção precedente, o fantasma da inviabilidade da acumulação capitalista na periferia desde o passado, como explicar a industrialização que está ocorrendo hoje? Nosso autor [Marini] não hesitou: se não se expande o mercado interno, a industrialização se faz pela exportação das manufaturas; se não há acumulação nacional, importa-se o capital estrangeiro. Assim, de dedução em dedução, foi elaborando uma “nova teoria”. Ajuntou-lhe um qualificativo antigo mais atraente, pela força explicativa real que contém, e contribuiu com um prefixo: *sub-imperialismo* (CARDOSO E SERRA, 1978, p.54).

Aqui, preparando o terreno para o que pretendem demonstrar logo a seguir, Cardoso e Serra colocam que a tese de Marini resulta de “meras” deduções, que não possuem sustentação empírica, mas que consiste apenas em uma roupagem que se vale da força explicativa do conceito de imperialismo — tratado por eles não como um conceito, mas como um adjetivo. E, para completar sua gramática sociológica, agregam: Marini contribuiu com um prefixo. Ou seja, com um mero recurso de linguagem, não com uma formulação que mereça a atenção daqueles que querem conhecer ou explicar a realidade social.

Em seguida, relacionam o que entendem como o simplismo de um método dedutivo desprovido de rigor com uma posição reducionista.

Depois desta operação, novo reducionismo, desta vez com a política: o militarismo é a consequência necessária da *etapa atual* do capitalismo dependente. Assim, ao contrário do Senhor que fez das trevas luz, Marini, referindo-se ao regime brasileiro pós 1964, fez do que era claro escuridão (*id., ibid., p. 54*).

Nesses termos, tomam um traço ou forma discutida por Marini, como o é o militarismo, e pretendem transformá-lo em um elemento definidor da essência do subimperialismo. Logo a seguir, os autores citam duas passagens de Marini, onde se lê:

a ditadura militar (...) constituiu o instrumento e o resultado de um tipo de desenvolvimento que poderia ser chamado capitalista de estado e subimperialista (Marini, 1972, p.14) (destaque nosso).¹⁷¹

(...) a elite militar que dirigiu o golpe (em 1964) não somente interveio na luta de classes mas também apresentou todo um esquema econômico-político, o qual consagra definitivamente a fusão de interesses entre ela e o grande capital. Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro (Marini, op. cit., p.15) (CARDOSO e SERRA, 1978, p.54).

Não obstante fizessem alguns breves comentários que pareciam estar no rumo certo da exegese de Marini, como quando dizem “como se nota, a noção de subimperialismo seria extremamente abrangente, transcendendo, desde logo, o caso brasileiro. E embora não envolva somente elementos econômicos, como esclarece o autor, esses elementos estão na raiz de sua emergência e reprodução” (*id., ibid., p.54*); logo revelam toda sua incapacidade para compreender as formulações do autor.

Nesse momento da exposição, os pesquisadores do CEBRAP enumeram em dozes itens o resumo dos argumentos de Marini em torno da ideia do subimperialismo, ilustrando-os com algumas passagens selecionadas do autor, seguindo o que consideram a lógica que os vincula no pensamento de Marini.

1. Por que subimperialismo? Porque o Brasil pós 64 carecia de uma base tecnológica própria – ao ser uma nação dependente – e não podia lutar por mercados externos pela força.

2. Qual a conexão fundamental entre o subimperialismo e a economia? De acordo com o autor, “o problema do mercado constitui o eixo do esquema do subimperialismo”.

¹⁷¹ Destaque de Cardoso e Serra.

3. De que forma aquela aliança [com o latifúndio e com os capitais imperialistas] limita o crescimento do mercado interno? No que se refere ao latifúndio pela não-realização da reforma agrária. Quanto à integração com o imperialismo, aparentemente devido primeiro à canalização de lucros para fora do país, o que imporia à burguesia a necessidade de sobreexplorar os trabalhadores, para assim garantir sua fatia no produto gerado. Segundo à “intensificação da renovação tecnológica” que a referida integração implica, a qual, segundo o autor, criaria desemprego, circunstância que, por sua vez, comprimiria tanto a massa quanto a taxa de salários.

4. Como ficam os trabalhadores e a burguesia nesse esquema? Os primeiros em situação insustentável [...] Ou seja, a “expansão subimperialista”, que teria partido de uma situação de elevada exploração dos trabalhadores, agravaria ainda mais esse fenômeno. Quanto à burguesia, somente seu setor monopolista associado aos grupos estrangeiros se beneficiaria (*id.*, *ibid.*, p.55-6).

Até aqui, temos acordo com a apresentação das formulações de Marini nos quatro pontos elencados, a qual não distoa do que vimos analisando ao longo desta tese. Contudo, na sequência surge mais uma vez a afirmação de que o componente militarismo/produção bélica estaria no cerne do conceito de subimperialismo. Isto é feito tomando uma citação de Marini fora de seu contexto:

5. Mas a mesma lógica econômica, que leva ao “assalto subimperialista” dos mercados externos, conduz também, dentro do mais simplista figurino pseudomarxista, a que o sistema tenda [segundo Marini]: “(...) *a sublinhar seus aspectos mais irracionais, canalizando quantidades crescentes do excedente econômico para o setor improdutivo da indústria bélica e aumentando, pela necessidade de absorver parte da mão-de-obra desempregada, seus efetivos militares*” (*id.*, *ibid.*, p.57).

Além dos termos torpes, que buscam desqualificar a análise de Marini, os autores das *Desventuras* descontextualizam as afirmações de Marini e tentam converter o militarismo na característica definidora do subimperialismo, como se a produção bélica fosse o elo entre os problemas de realização e o subimperialismo e não *uma* das *formas* do esquema de realização posto em marcha para contra-restar as contradições do ciclo do capital.

Prossigamos com os demais itens das *Desventuras*. Um próximo fator no encadeamento da explicação de Marini seria o expresso na interrogante: “Quais seriam as consequências políticas do fenômeno subimperialista?” Então, depois de haverem omitido o contexto, tratam de reinseri-lo em seu raciocínio através de uma distorção. Saem da obra de Marini, citam diversas análises sobre as contradições que acirriariam as lutas revolucionárias, para então retornar à Marini e ao subimperialismo. Nada menos certo. Os autores das *Desventuras* furtam-se de realizar uma crítica ao conceito de subimperialismo, utilizando

para isso o artifício de recorrer à dinâmica dos acontecimentos políticos daquele período, analisando-os, é bom registrar, desde uma posição retrospectiva¹⁷². A tentativa dos autores é desqualificar a análise do subimperialismo fazendo crer que a crise e a transição dos regimes de contrainsurgência para regimes da democracia burguesa põem em xeque os fundamentos do conceito de subimperialismo. Assim como com o militarismo, temos novamente um elemento que foi retirado de seu contexto e inserido pelos autores das *Desventuras* como parte do núcleo do conceito de subimperialismo.

A seguir, na continuação de sua “lógica”, os autores vão referir o papel do consumo de bens duráveis na reflexão de Marini sobre o subimperialismo.

7. Em trabalhos posteriores Marini procurou introduzir outros elementos econômicos em sua análise, reforçando suas principais conclusões [...] No caso brasileiro, algumas análises sublinharam o papel relevante do setor de BCD [bens de consumo durável] nos ciclos de expansão observados desde meados dos cinquenta (...) Os trabalhos mencionados parecem ter inspirado Marini a procurar sofisticar sua análise do subimperialismo, revelando, contudo, mais imaginação que rigor teórico, capacidade analítica ou observância dos fatos. Através dessa sofisticação, o autor pretende demonstrar a *necessidade* do capitalismo latino-americano efetuar o que ele denomina “superexploração” dos trabalhadores, a qual, por sua vez, constituiria “(...) o pilar do esquema do subimperialismo” (CARDOSO e SERRA, 1978, p.58).

Os autores referem-se aqui ao terceiro elemento ou terceira pata do tripé em que repousa o esquema de realização do subimperialismo, o consumo suntuário sobre a base de redistribuição regressiva da renda. Um dos dados utilizado por Marini a este respeito compara o crescimento desproporcional da indústria de bens suntuários com o crescimento da indústria de bens salário, naquele período, demonstrando que a tendência entre 1969 e 1977 é de um crescimento das exportações de bens suntuários, uma vez que os bens deste ramo comparecem entre os primeiros mais exportados em relação aos de consumo necessário (ou tradicional). Isso não significa estancamento da indústria de bens necessários, como interpretaram os críticos de Marini, que analisaram essa indústria *em si* e separadamente da de bens suntuários. Significa apenas que a relação entre estes dois setores foi alterada naquele período em benefício ao setor suntuário, como demonstrou

¹⁷² O livro *Dialética da Dependência* foi escrito em sua primeira versão no Chile, em 1971, quando Marini trabalhava no CESO, e sua primeira edição é mexicana, de 1973. As *Desventuras da Dialética da Dependência* foi escrita nos EUA, publicada pela primeira vez no Brasil em 1978. Os dois marcos deste período, que acompanham as obras, são o auge da repressão sob o Ato Institucional N° 5, durante o governo Médici, e o início da abertura política que marcou a transição lenta para a democracia burguesa no Brasil e o fim da ditadura militar.

Marini. Por que Cardoso e Serra, que se dizem tão cuidadosos com a empiria, se esqueceram de mencionar os dados apresentados por Marini?

Nos itens 8 a 11 das *Desventuras*, são apresentadas outras passagens de Marini que dizem respeito a esta mesma formulação. Enfim, como demonstramos no Capítulo 4, os dados apresentados por Marini referentes ao consumo suntuário e à distribuição regressiva da renda são abundantes.

Adiante, Cardoso e Serra voltam-se novamente para insistir na sua interpretação que coloca o aspecto militarista no centro do que seria a abordagem do subimperialismo proposta por Marini. Assim, no último tópico de seu quadro explicativo que reproduziria a lógica dos argumentos de Marini, os adversários de sua tese escrevem:

12. [ao subimperialismo seria um passo bem curto] Como seria também um passo a emergência, no caso brasileiro, do que o autor denomina textualmente de “Estado militarista de estilo prussiano” (!).¹⁷³

A passagem citada é a que segue:

(...) o aumento do papel do Estado como promotor de demanda (...) na prática se dá principalmente através dos gastos militares, o único meio efetivo de consumo supérfluo (...) A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo o foi para a Alemanha dos anos trinta. Assim como ocorreu com o nazismo, a guerra deve ser seu resultado (...) (destaque nosso).¹⁷⁴

Que a guerra em sentido estrito no contexto dos regimes de contrainsurgência no Cone Sul não tenha sido um desdobramento da história, que seguiu outras vicissitudes, não invalida, contudo, o papel cumprido pelo Estado no esquema de realização do subimperialismo analisado por Marini. Para Cardoso e Serra, entretanto, não interessa examinar o conjunto das formulações de seu oponente, mas apegar-se tão somente àquilo que, inserido em outro contexto, possa servir ao “triumfo” de sua resenha. Que tenha sido

¹⁷³ Exclamação de Cardoso e Serra.

¹⁷⁴ Destaque de Cardoso e Serra. A passagem citada pertence ao capítulo *Hacia la Revolución Continental* (MARINI, 1974, p.200). Cardoso e Serra suprimiram o restante da citação, que esclarecia o sentido amplo em que Marini utilizava o termo “guerra”: “Assim como aconteceu com o nazismo, a guerra deve ser seu resultado, e não é casual que Castelo Branco pretendesse invadir o Uruguai, intervir na guerra colonialista que Portugal faz na África e inclusive mandar tropas para o Vietnã; [não é casual] que Costa e Silva quis invadir a Bolívia; que o atual presidente, o general Garrastazu Médici, ademais de continuar ameaçando o Uruguai, conspira contra o ‘Pacífico Vermelho’, particularmente Chile, e tenha intervindo constantemente nos assuntos bolivianos, ademais de alentar o expansionismo brasileiro em direção à África, em estreita aliança com Portugal” (MARINI, 1974, p.200).

essa a intenção dos autores, seguindo o método de distorcer os argumentos de Marini para melhor combatê-los, fica evidente ao início da próxima seção do texto, intitulada *Crítica à “teoria” do subimperialismo*. Isso se torna explícito da leitura do trecho logo abaixo:

Lembraríamos, de início, que não há por que deduzir-se que, diante de possíveis problemas de realização, a “solução” para uma economia capitalista tenha que repousar necessariamente num crescente saldo positivo da balança comercial (export surplus) ou mesmo na demanda autônoma governamental de armamentos (*id., ibid.*, p.61).

Recordando o que vimos até aqui em nossa leitura imanente do texto de Marini, o esquema de realização do subimperialismo estriba no tripé formado pelo Estado, o mercado externo e o consumo suntuário. Cardoso e Serra, entretanto, deixaram de lado aquilo que Marini escreveu para atribuírem à mesma ideia um significado distinto: seriam a demanda governamental de armamentos e um saldo positivo da balança comercial os indicadores da ocorrência do fenômeno subimperialista. Em não havendo evidências empíricas para estes indicadores, o conceito de subimperialismo iria por água abaixo. É fácil conferir o sentido que se quer a uma categoria de análise para provar que ela não se sustenta.

Ora, antes mesmo da publicação da réplica às *Desventuras* e também do artigo *Estado y crisis en Brasil*, ou seja, no texto dos escritos de Marini que foram consultados por Cardoso e Serra, há mostras mais do que suficientes para compreender os verdadeiros nexos do esquema de realização de mercadorias engendrado pelo subimperialismo. O Estado comparece para além da demanda autônoma governamental por armamentos, embora esta tenha cobrado crescente importância no período examinado por Marini. E o papel do mercado externo, ao contrário do que afirmaram os adversários de Marini, não é acessado mais adequadamente pelo exame do saldo da balança comercial.

Deixemos que sejam os autores das *Desventuras* a demonstrar a fragilidade de seus próprios argumentos.

No que se refere às exportações, o indicador mais correto para avaliar a hipótese subimperialista não consiste, como parecem supor seus formuladores, no simples exame da evolução do impacto das vendas externas na DIB [demanda interna bruta]. O que importa considerar é sobretudo a diferença entre exportações e importações (SBC), ou seja, a magnitude do *export surplus*. Somente quando esta for positiva é que estará contribuindo positivamente para o nível da DIB e somente quando crescer estará incidindo positivamente no crescimento da DIB (CARDOSO e SERRA, 1978, p.63).

Que compreenderam da formulação de Marini para chegar a tal indicador? O que fica exposto é que desconhecem que a formação da taxa de lucro opera no âmbito dos ramos e que as exportações devem ser analisadas por ramos, para se inferir o impacto que representam para a realização do capital-mercadoria, não em termos da demanda interna bruta. Apesar de ignorar essa questão determinante, prosseguem confiantes em sua digressão:

Ora [...] a contribuição do SBC [saldo da balança comercial] para o nível da DIB apresentou uma tendência clara à diminuição entre 1965 e 1975, sendo a partir de 1967 negativa; em 1965 e 1966 foi positiva mas insignificante (menos de um por cento). Outro tanto pode-se constatar pela contribuição da variação ano a ano do SBC sobre o crescimento da DIB, a qual foi negativa em todos os anos anotados, exceto em três e nesses casos também insignificante, em contraste com a dimensão absoluta do impacto negativo nos anos restantes. Portanto, o SBC funcionou como fator não de elevação da demanda efetiva doméstica, isto é, de absorvedor de excedente, mas sim como fator de elevação (e mudança da composição) da oferta, ocorrendo exatamente o oposto ao previsto nas análises do subimperialismo.

Se houve redução do saldo da balança comercial e este é o indicador adequado para confrontar o conceito de subimperialismo com os dados da realidade, então a categoria de Marini não se sustenta. Que exercício de lógica! Esse equívoco das *Desventuras* não surge pela primeira vez aí. Cardoso, em outro artigo no qual criticara Marini, incorreu no mesmo erro de método, demonstrando seu desconhecimento dos mecanismos de mercado descobertos por Marx.

Em artigo publicado em 1973 na revista da *Sociedad Venezolana de Planificación*, ele argumentara que não havia problemas de realização, dado que o valor das exportações de manufaturas, nos anos 1967-69, não superara a média anual de 3% do valor do PIB. Em resposta, Marini sustentou em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (MARINI, 1977a) que o indicador correto para inferir a atuação do mercado externo como contratendência aos problemas de realização não é o coeficiente de exportações no PIB, mas o coeficiente de exportações no âmbito de cada ramo industrial, pois a taxa de lucro média é formada no interior de cada ramo. E a realização do valor produzido diz respeito a este mesmo processo.

Seja como for, para os autores das *Desventuras* a presença de saldos negativos na balança comercial atuou como fator de elevação da oferta e não de elevação da demanda. Somente

nas mentes deles seria esse um “indicador mais correto”. Ainda neste mesmo assunto, argumentam:

Na verdade, as proposições dessas análises não se sustentariam *mesmo que* se considerasse, para testá-las, o indicador mais precário, para não dizer errôneo, representado pela evolução apenas das exportações. Estas cresceram aceleradamente entre 1965-1975, mas explicaram somente *um oitavo* do crescimento da DIB.

(...)

O que dizer das exportações de manufaturados, que, segundo afirma Marini, deveriam ser a “tábua de salvação” da economia a partir de meados dos sessenta na medida em que permitiriam contrabalançar os efeitos do subconsumo? Sua contribuição para o crescimento da DIB foi absolutamente insignificante, pois explicaram tão-somente um terço do crescimento das exportações totais (tabela 3), as quais, como dissemos acima, explicaram, por sua vez, somente um oitavo do crescimento da DIB.

(...)

Inclusive em relação ao aumento da produção industrial a contribuição das exportações de manufaturados não foi importante, algo menos de 3%, segundo a tabela 4. Entre essas exportações predominam as oriundas das indústrias “tradicionais” (ao redor de uns 80%), onde, diga-se de passagem, a chamada burguesia nacional tem um peso nada desprezível, beneficiando-se portanto da abertura exportadora da economia, ao contrário do que sentenciava Marini (CARDOSO e SERRA, 1978, p.64-5).

A citação acima é repleta de equívocos, que merecem nossa atenção. Primeiramente, como vimos, não há razão para chamar de precário ou errôneo o exame da evolução das exportações. A menos que não se conheça minimamente os mecanismos responsáveis pela formação da taxa de lucro e pela realização da mais-valia, o que parece ser o caso de Cardoso e Serra, que apesar de sua falta de conhecimento nessa matéria teórica, não pensaram duas vezes antes de dizer que a obra de Marini está “dentro do mais simplista figurino pseudomarxista” (*id., ibid.*, p.57).

O mesmo equívoco encontra-se presente quando tratam da exportação de manufaturados e ignoram sua desagregação por ramos, repetindo o erro de Baumann que discutimos na subseção 4.2.2, do Capítulo 4, para dizerem que as exportações foram insignificantes na demanda adicional.

Quando consideram, finalmente, os manufaturados por categoria de produtos, o fazem para sugerir que estava equivocado o argumento de Marini de que fora a camada da grande burguesia associada ao imperialismo a fração burguesa mais favorecida pelo novo padrão de reprodução, inaugurado pelo regime tecnocrático-militar. De acordo com os autores das *Desventuras*, se as exportações de manufaturados tradicionais haviam sido mais

expressivas no comércio exterior da indústria de transformação, os capitais nacionais — que operam em condições mais favoráveis neste segmento da indústria — teriam se beneficiado das medidas do novo regime. Temos aí novo silogismo das *Desventuras*. Marini não sustentou que a burguesia interna tendia à estagnação. O que ele colocou foi que o setor mais favorecido, dentro da nova diferenciação interna da burguesia, era sua fração superior, no marco da crescente concentração e centralização de capitais – o que demonstramos no capítulo *O Subimperialismo brasileiro no período de 1964-1980*, através dos dados apresentados por Marini.

Ignorando isso tudo, os autores das *Desventuras* escreveram:

Na verdade, no Brasil, a componente fundamental do crescimento da demanda (em termos *ex-post*) foi, em vez do *export surplus* ou dos gastos militares, o *consumo privado*, cujo crescimento entre 1965-75 explicou quase dois terços do aumento da DIB. E isto deveu-se a fatores do tipo elevação da renda dos grupos médios altos, financiamento ao consumo, crescimento do emprego, etc. (CARDOSO e SERRA, 1978, p.66).

Sem conseguir explicar a relação entre a demanda suntuária e a superexploração do trabalho, que para eles não existe; confundindo preço e valor, mais-valia relativa e produtividade; os autores não conseguem compreender a relação existente entre a economia exportadora, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a superexploração do trabalho, o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas, a monopolização em favor da indústria suntuária (a transferência inter-setorial de mais-valia para o subsetor IIb), a existência de problemas de realização e a necessidade do esquema de realização do subimperialismo.

Além disso, conduzem a discussão colocando como central o aspecto do militarismo ou da produção bélica. Desse modo, sem compreender, distorcem os argumentos de Marini para melhor combatê-lo.

5.1.8 Subimperialismo e semiperiferia

Um dos mais destacados representantes da economia política do sistema-mundo, Giovanni Arrighi, em uma revisão da literatura sobre o grupo intermediário de Estados na hierarquia

internacional do poder político e econômico, teceu comentários sobre “qualificações e elaborações da teoria da dependência, [entre] algumas delas [as que] começaram a conceituar posições intermediárias entre centro e periferia, ao definir países “subimperiais” (Marini, 1969)¹⁷⁵ [...]” (ARRIGHI, 1998, p.139). De acordo com Arrighi,

Essas importantes qualificações e elaborações da teoria da dependência contêm dois defeitos principais. Em primeiro lugar, estão focalizadas de modo estreito demais num caso especial, aquele do Estado "dependente" ou "subordinado", de que alguns países latino-americanos são o exemplo perfeito. Esse foco deixa de considerar alguns dos mais significativos exemplos de status socioeconômico intermediário - principalmente a URSS que, longe de ser dependente ou subordinada, é uma das superpotências mundiais. E, inversamente, pode levar a incluir, entre os Estados intermediários, países (como o Canadá) que atingiriam, em todos os aspectos, status de núcleo orgânico, mas apresentam características de "dependência estrutural".

(...)

Em segundo lugar, as teorias em questão, ainda que baseadas numa perspectiva de sistemas mundiais, focalizam Estados individualmente, à medida que eles passam a ocupar posições intermediárias ou a experimentar "desenvolvimento dependente". Isso deixa a análise aberta a diversos tipos de "falácias de composição", no sentido de que o que se julga verdadeiro, no caso de Estados individualmente, pode não ser verdadeiro para grupos de Estados (*Id., ibid., loc. cit.*).

Que Arrighi pretendesse, através da opção pelo conceito de semiperiferia, isolar uma amostragem o mais ampla possível de países, para realizar sua macrossociologia histórica do sistema-mundo, é um dado compreensível, se pensarmos a partir da ótica metodológica do autor. O que não é aceitável é descartar o enfoque da teoria da dependência, incluindo o conceito de subimperialismo, sob a afirmação de que tem por foco limitadamente um "caso especial" dos países dependentes e subordinados da América Latina.

Ora, não pensou Arrighi que o subimperialismo, como colocou Frank, afigura-se como um fenômeno particular, integrante do estrato da semiperiferia, que pode potencialmente ocorrer para além do continente latino-americano, sendo uma possibilidade em outros países periféricos, incluindo a África, o Oriente Médio e o Sudeste Asiático?

Apesar da passagem de Arrighi, citada acima, encerrar alguma ambiguidade — estaria rejeitando *in totum* a categoria do subimperialismo para outros contextos da semiperiferia ou apenas fazendo a defesa de sua macrossociologia histórica do "andar semiperiférico" da

¹⁷⁵ Arrighi cita nesta passagem a primeira edição de SyR.

hierarquia do sistema mundial? —, uma possibilidade é que ele tenha julgado por "falácia de composição" uma das definições para o subimperialismo encontradas em *SyR*, obra que ele cita no trecho de sua crítica ao enfoque da teoria da dependência.

Como vimos, em *SyR*, Marini define o subimperialismo como "a forma que o capitalismo dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro". Essa mesma passagem, que mereceu a ponderação de Coles e Cohen comentada mais acima — e que é coerente com as considerações feitas por Marini no *Prefácio à quinta edição de SyR* sobre o emprego de sua categoria a outras realidades — pode ter sido interpretada por Arrighi como uma generalização prematura da experiência brasileira do subimperialismo estudada por Marini, levando a uma "falácia de composição". Esta é uma conjectura possível, mas que não temos como comprovar.

Em todo caso, o que interessa colocar sobre Arrighi é que seu programa de pesquisa sobre a semiperiferia mais que relegou a teoria da dependência e o conceito de subimperialismo a segundo plano, sugerindo serem ângulos de análise limitados, pelo fato de, segundo ele, os teóricos latino-americanos desenvolverem sua análise ao nível de abstração do Estado dependente — individualmente considerado — ao passo que a semiperiferia se presta a uma escala macroestrutural - aquela da macrosociologia histórica ou economia política do sistema-mundo.

Cabem dois comentários a respeito dessa avaliação. Em primeiro lugar, o ponto de vista que se aproxima do que Arrighi entende como análise de casos do Estado dependente está em Cardoso e Faletto, com sua definição da perspectiva dependentista como a "análise de situações de dependência". Entretanto, essa não é a *demarche* compartilhada pelos autores da TMD, que sustentam existirem peculiaridades às leis de funcionamento do sistema capitalista que são comuns a todo o conjunto dos países latino-americanos.¹⁷⁶ Por outro lado, Arrighi tem razão em expressar que o arcabouço do enfoque da semiperiferia e o do subimperialismo apresentam métodos díspares. Um trabalha de maneira eclética o comportamento de um estrato da divisão internacional do trabalho e sua correspondente hierarquia na distribuição do poder político mundial; enquanto o outro referencia-se nas categorias marxianas para pensar a realidade do capitalismo dependente latino-americano,

176 A este respeito, Cf. Marini (1973), Santos, Bamberger, Frank (1967), para citar os trabalhos que compõem o núcleo inicial da TMD.

extraindo, contudo, conclusões teóricas que lançam importantes contribuições para o restante do conjunto dos países submetidos ao imperialismo¹⁷⁷.

Essa distinção parece ser ignorada pelos autores que, no momento atual, vêm defendendo a equivalência entre os conceitos de semiperiferia e de subimperialismo. Em uma coletânea com ensaios dedicados a Marini, publicada recentemente, Theotonio dos Santos escreveu:

Em 1967, o conceito de sub-imperialismo, aliado à concepção da nova divisão internacional do trabalho em formação, já apontava para o surgimento dos Novos Países Industriais (os NICs), entre os quais vieram a destacar-se, posteriormente, os tigres asiáticos. Há pouco, James O'Connor me escrevia, em uma carta, com certo humor, que o conceito de semiperiferia de Wallerstein correspondia de fato àquilo "que nós chamávamos de subimperialismo". Essa é uma das marcas de Ruy Mauro Marini no pensamento social contemporâneo (SANTOS, 2009, p.22).

Conforme a citação, Theotonio sugere concordar com a observação de O'Connor. Um dado que aponta nessa direção é o exemplo utilizado dos tigres asiáticos. Não há dúvida de que eles constituem um núcleo importante dos chamados NICs. Entretanto, usá-los como ilustração quando se está enunciando a proposição do conceito de subimperialismo por Marini — para quem o fenômeno em questão era, sim, oriundo do grupo dos NICs, mas suscetível de ocorrer apenas em alguns deles — é no mínimo cogitar que o subimperialismo possa se manifestar hoje em algum dos tigres asiáticos.

Em seu artigo que integra a mesma coletânea de ensaios em homenagem a Marini, Francisco López Segre afirma a mesma ideia que Theotonio sobre o subimperialismo: "esse conceito acaba sendo equivalente ao de semiperiferia de Wallerstein, pois se refere ao papel desempenhado por países como o Brasil e os tigres asiáticos na nova divisão internacional do trabalho" (LÓPEZ SEGRERA, 2009, p.336).

Essa formulação entra em choque não somente com o que Marini escrevera acerca do tipo de economia dos tigres asiáticos, quando os diferenciou do subimperialismo no artigo *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, como com o que o próprio Theotonio afirmara ao debater o conceito de Marini em *Imperialismo e Dependência*.

177 Exemplo destas contribuições são os conceitos de superexploração do trabalho, padrão de reprodução do capital e subimperialismo.

Com efeito, a aproximação que Theotonio faz hoje entre as categorias semiperiferia e subimperialismo parece ir bem além do que Frank colocou a respeito das mesmas, na discussão que expusemos anteriormente, contida no artigo *Unequal accumulation ...*. Esse ponto de vista deve ser compreendido no seio da proposição que ele (Theotonio) vem fazendo em trabalhos recentes sobre a fusão entre a teoria marxista da dependência e a Análise do Sistema-Mundo¹⁷⁸.

5.2 Segundo procedimento: o que o subimperialismo não é

Tendo em vista os debates que vimos expondo até aqui, podemos agora passar a algumas considerações, que ajudarão em uma definição mais precisa do conceito de subimperialismo, diferenciando-o daquilo que ele não é.

O subimperialismo é um fenômeno possível de acontecer nos países semiperiféricos, como sugeriu Frank. Porém, não é um conceito equivalente ou intercambiável com o de semiperiferia, como querem Theotonio em seus escritos mais recentes, entre outros autores. Também não é substituível pela noção de potência média, conforma pretendia Silva Michelena.

O subimperialismo não é um imperialismo de menor grandeza ou de segunda categoria. É um fenômeno que compartilha leis do desenvolvimento capitalista comuns à teoria do imperialismo, mas que possui elementos próprios, que correspondem ao funcionamento do capitalismo dependente e conformam uma dimensão estudada pela TMD.

O subimperialismo não é um fenômeno geopolítico, como sugere a análise de Trías e Schilling. Embora também possua componentes que apresentam vínculos com a geopolítica (a política de hegemonia regional e a cooperação antagônica), elas mesmas encontram-se intimamente relacionadas com seu elemento de maior peso específico que é a dialética peculiar entre as contradições no ciclo do capital, o padrão de reprodução e a forma subimperialista daí resultante. É, portanto, no nível de abstração do ciclo do capital onde reside a esfera de análise mais determinante.

178 Para uma avaliação crítica dessa proposta de fusão teórica, ver Sotelo Valencia (2007).

O subimperialismo não é um conceito limitado, cujo alcance se resume a um caso singular (o brasileiro), nem expressa a falácia de composição argumentada por Arrighi. A potencialidade de seu emprego no exame de outras formações histórico-concretas como a África do Sul, como demonstrou a análise feita por Coles e Cohen, comprova o contrário e justifica a proposição de uma teoria que estabeleça as bases para seu estudo e compreensão.

O subimperialismo não consiste de uma reprodução da tese subconsumista de Rosa Luxemburgo para o caso brasileiro. Esta afirmação presente em Gabriel Palma, Cardoso, Serra e Mantega ignora a complexidade das formulações de Marini e distorce seus argumentos.

O subimperialismo não se confunde com a exportação de manufaturados por um país medianamente industrializado. Como colocado por Marini no Prefácio à 5ª edição de *SyR* e em *ACMyS*, a exportação de manufaturados é apenas um traço do subimperialismo. Embora todo país subimperialista seja exportador de manufaturados, nem todo exportador de manufaturados se converte em subimperialista.

O conceito de subimperialismo em Marini não é resultado de uma análise economicista. Ao contrário do que alegaram Cardoso, Serra, Castañeda e outros, há elementos sobranes que demonstram a riqueza da abordagem de Marini. A complexa teia de relações que compõe *SyR* e que expomos no capítulo *Subdesarrollo y revolución...* são um testemunho nesse sentido, apresentando elementos das lutas políticas, das questões ideológicas, etc.

O subimperialismo não é uma abordagem estagnacionista. O rótulo de estagnacionista, refutado por Marini em *Las razones...* foi, de fato, a criação de um falso debate, ao terem imputado a Marini teses que ele nunca levantou.

O subimperialismo não corresponde a uma reprodução linear dos imperativos econômicos e da agenda da política exterior das potências dominantes. Diz respeito, sim, a um processo contraditório, no qual se dão diferentes mediações e não de maneira mecânica. As diferentes vicissitudes do subimperialismo são um fator ilustrativo destas mediações.

O subimperialismo é uma abordagem internacionalista, que expressa a crítica radical do investigador e seu compromisso com a superação do capitalismo e sua produção de desumanidades, no terreno interno e externo da luta de classes. Contudo, rejeitar o mito do conhecimento axiologicamente neutro jamais será retirar seu status científico. Este se revela explícito em Marini, ao colocarmos as categorias à prova da empiria, refutando as qualificações que pretendiam taxar sua obra de peça de propaganda, como fez Mantega ao classificar a obra de Marini como um exercício ideológico que procuraria justificar a teoria da revolução permanente para o contexto latino-americano, afirmação desprovida de sentido, como argumentou Marini na *Memória*.

Retomando questão levantada na Introdução, o que faria um país medianamente industrializado descolar-se de seus consortes e seguir um curso subimperialista?

Como já dito, é preciso que exista a conjunção das seguintes variáveis: (a) monopólios e capital financeiro; (b) um esquema tripartite típico de realização e reprodução do capital; (c) uma política de hegemonia regional e, finalmente, (d) que prevaleçam relações de cooperação antagônica com o imperialismo.

Para tomar o exemplo de outro país estudado por Marini, o Chile, existem algumas observações que possuem relevância para a análise em questão. Por volta de finais dos 60/inícios dos 70, o Chile atingira a etapa dos monopólios e do capital financeiro, como demonstram os dados examinados por Marini em *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile* (MARINI, 1976). Na economia chilena, onde a superexploração do trabalho é tão característica como em outras economias latino-americanas, também se dá o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas e se verifica, de igual maneira, a importância do esquema de realização formado pelo mercado externo, o consumo suntuário e o Estado. Marini discutiu particularmente esse último tema em *Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile* (MARINI, 1982).

No entanto, que o capitalismo chileno tenha apresentado essas duas variáveis não foi suficiente para projetá-lo como uma força subimperialista no continente. Em que pese suas ambições sub-regionais, discutidas por Marini, o Chile não pode ascender ao status de potência regional no subsistema regional de poder, ficando sujeito aos movimentos

expansionistas de Argentina e Brasil, com maiores recursos de poder.¹⁷⁹ O Chile, além disso, não levou a cabo uma política de cooperação antagônica com o imperialismo dominante no grau em que a assumiu o Brasil. O elemento de subordinação foi muito mais presente, como evidencia o fato de ter sido o Chile o laboratório das políticas econômicas neoliberais.

Sem ter posto em marcha a combinação dos quatro fatores necessários para a manifestação do fenômeno do subimperialismo, o Chile é um país que não fez parte da realidade descrita pelo conceito. E o próprio Marini não referiu o caso chileno quando elencou um conjunto de países em que o subimperialismo se manifestou ou se insinuou. Tampouco fez parte a Argentina, embora o país platino tenha se aproximado mais dessa condição, como colocou Marini, ao dizer que foi um caso em que os traços subimperialistas se esboçaram, em certo momento.

Um outro exemplo que merece nossa atenção é o dos Tigres Asiáticos. Em *Acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, Marini argumentou que este grupo de países medianamente industrializadas que ganhou visibilidade a partir dos 70 não materializa a condição subimperialista. Em primeiro lugar, porque não basta ser exportador de manufaturados para ser um país subimperialista. Segundo, aquelas economias, no período analisado por Marini, apresentavam traços de economia de maquila, que escapavam da condição de subcentro econômico do capitalismo mundial que o conceito procurava descrever. Hoje, as economias dos Tigres apresentam uma série de elementos que as levaram a ganhar maior peso no sistema mundial diferenciado. Fatores como sua política industrial e tecnológica demonstram que são muito mais do que economias de maquila. Entretanto, em que pese todo esse processo de transformação que confere dinamismo e cria um novo núcleo no capitalismo do Leste e Sudeste asiáticos, estados como Coreia do Sul, Filipinas, Taiwan e Cingapura não se enquadram na definição de subimperialismo, como querem Theotónio, O'Connor e López Segrera. Nenhum deles possui o status de potência regional em suas áreas de atuação. Não reúnem condições de projetar esfera de influência, para além de redes de subcontratação e das patentes de algumas importantes empresas – o que, sim, é relevante, mas não o suficiente para ativar uma política subimperialista. São

179 Cf. Ruy Mauro Marini. Los problemas geopolíticos de Pinochet. El Sol de México. 27 de enero 1977. Sección A, p.5, 11. Livro 16-31 ene 1977. A 374-6. Hemeroteca Nacional de México – UNAM.

Índia e China as potências em condições de exercer o domínio sobre os subsistemas regionais de poder da Ásia do Leste e do Sudeste.¹⁸⁰

O que é preciso salientar, portanto, é que não basta apresentar alguns dos traços do subimperialismo para sê-lo. O fenômeno não é igual à soma das partes, de tal modo que um resultado mais ou menos próximo ao patamar estabelecido configuraria o subimperialismo. Enquanto totalidade, o subimperialismo somente existe na dialética que nasce da articulação das quatro variáveis que constituem a essência do fenômeno, conforme sustentamos em nossa hipótese.

Caberá a novas pesquisas testar e aprofundar essas formulações teóricas, a partir do estudo de outras formações histórico-concretas como a África do Sul, o Irã em certo momento de sua história, a Índia, etc.

5.3 O subimperialismo como forma do padrão de reprodução do capital

Seguindo a periodização de Osorio acerca dos padrões eixos da reprodução do capital que marcaram a história latino-americana a partir de sua independência (OSORIO, 2004, p.74), consideramos o subimperialismo brasileiro tal como examinado por Marini como expressão particular do *padrão industrial diferenciado*, que Osorio situa entre meados dos anos 1960 aos 1980.

Nesses termos, o período 1964-1980 pode ser caracterizado como aquele em que adveio o fenômeno do subimperialismo brasileiro, o qual se materializou como uma forma do padrão industrial diversificado¹⁸¹. A inauguração do fenômeno do subimperialismo no cenário das economias dependentes latino-americanas trouxe, como novidade, a exportação de manufaturas e a criação de um “mercado de consumo *à moda da casa*” (o fortalecimento da esfera alta do consumo) – além, é claro, do papel do Estado como criador de demanda e provedor de subsídios e como agente de uma política de hegemonia regional sul-americana, com extensões sobre a África no marco de relações de cooperação antagônica com o imperialismo.

180 A China pode estar se convertendo um novo tipo de imperialismo e não de subimperialismo. Mas esta é uma questão que escapa ao tema da presente tese.

¹⁸¹ Cf. conceito de Padrão de Reprodução do Capital em Osório na Introdução desta tese.

Assim, como fenômeno histórico, o subimperialismo apresentaria um desenvolvimento no tempo, interregnos, momentos predominantes diferenciados, em que cada uma das variáveis se apresenta de forma transformada. Porém, sua capacidade de metamorfosear-se não o desproveria de suas características definidoras, são elas mesmas que, seguindo seu curso em relação umas com as outras, transformam-se no tempo. Um fenômeno vivo, repleto de contradições, as quais em seu conjunto ajudam a explicar a dinâmica do capitalismo dependente. Um ferramental teórico que ao auxiliar na explicação de nossa realidade, o faz como instrumento de transformação social e não como recurso falsificado para manter tudo como está.

CONCLUSÃO

Esta tese é o resultado de uma exegese da obra de Ruy Mauro Marini, expoente da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e autor de importantes trabalhos do pensamento crítico latino-americano como *Dialéctica de la Dependencia e Subdesarrollo y Revolución*, e, a partir do conjunto de sua obra, procuramos sustentar a hipótese da existência de uma teoria do subimperialismo. A leitura imanente dos textos de Marini, confrontando suas afirmações com dados empíricos da época por ele estudada, por um lado, e examinando seus críticos, comentadores e colaboradores, por outro lado, nos permitiu depurar os elementos centrais de sua teoria daqueles que lhe são acessórios. Permitiu, também, afastar as incompreensões que grassaram durante anos sobre sua obra, privando todos aqueles que se interessam por compreender a realidade de nosso país das contribuições desse autor para a pesquisa científica sobre o capitalismo dependente.

Assim, segundo pudemos verificar, o conceito de subimperialismo é útil para explicar o fenômeno surgido nos anos 1960-70, no contexto da nova divisão internacional do trabalho e da emergência de subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial como o Brasil. Segundo Marini, esses subcentros teriam passado a ocupar uma posição intermediária entre centro e periferia, apresentando porém peculiaridades que não os confundiriam com a categoria da semiperiferia – embora fizessem parte de seu universo. Neste sentido, a tese do subimperialismo encontra-se vinculada ao movimento de exportação de capitais do pós-guerra que, ao aumentar a proporção entre meios de produção e força de trabalho, elevou a composição orgânica nacional do capital, desenvolvendo o setor de bens duráveis em países como o Brasil.

Antes de passar à descrição da teoria de Marini, procuramos esclarecer que o sentido do conceito não se restringe a um imperialismo menor que o prefixo *sub* poderia sugerir. Se, por um lado, a categoria é tributária das elaborações da teoria marxista do imperialismo, desenvolvida à época da II Internacional e retomadas por Marini, por outro lado, existem elementos específicos da análise do capitalismo latino-americano, descobertos no âmbito da TMD, que compõem o núcleo principal da ideia de subimperialismo.

De acordo com Marini, o capitalismo dependente tem como características centrais a *superexploração da força de trabalho* e o *divórcio gerado por essa condição entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das amplas massas*. A gênese do fenômeno subimperialista reside na conjunção dessas leis próprias da economia dependente com a nova divisão internacional do trabalho oriunda do movimento de capitais do pós-guerra – processo que fora marcado pelo predomínio dos investimentos externos na indústria de bens duráveis, com a presença dominante de capitais norte-americanos.

Com efeito, no processo de industrialização sob relações de dependência, o advento da fase da indústria pesada, puxada pela produção de bens de capital e bens de consumo suntuário, agudizou a cisão entre a esfera baixa e esfera alta do consumo que caracteriza os países dependentes. Essa contradição fez com que eclodisse no Brasil, em começos da década de 1960, uma crise de realização que colocava a necessidade de abrir mercados para a produção de bens duráveis (de consumo e de capital).

Para Marini, o eixo do subimperialismo está constituído pelo problema do mercado. Na sua interpretação, a crise dos anos 1960 apresentara a impossibilidade de a indústria de bens duráveis seguir o curso de um desenvolvimento ascendente se fossem mantidos os mesmos limites da estrutura do mercado interno, determinados pela superexploração do trabalho. Esta crise, que estivera operando nos bastidores do terreno mais perceptível das lutas políticas do período 1961-64, teve como consequência o golpe de 1964 – um golpe distinto dos anteriores na experiência histórica brasileira.

Dessa maneira, o advento do subimperialismo encontra-se relacionado ao deslocamento dos problemas de realização da economia dependente, mediante a mobilização de expedientes que cumpriram uma função ao restaurar a unidade entre produção e realização do valor, como ocorreu no ciclo de expansão acelerada de 1968-73 na economia brasileira.

Agora, Marini escolheu o termo *subimperialismo* e não simplesmente *contratendências aos problemas de realização do capital* para definir a realidade posterior à crise dos '60 porque o fenômeno por ele analisado possuía diversas dimensões, sendo o esquema de realização de mercadorias apenas uma delas. Era preciso, portanto, articular todas essas dimensões e batizar esta análise com um nome próprio. Daí a proposição de uma nova

categoria. Além disso, Marini buscava definir um fenômeno para além do caso singular do Brasil, passível de ocorrer em outros contextos econômico-sociais e geográficos do capitalismo dependente.

No artigo *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, Marini propôs uma maneira de operacionalizar as categorias do subimperialismo. Por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos. Por outro, uma política relativamente autônoma, que ao mesmo tempo integra seu sistema produtivo ao imperialista, se mantém no marco de sua influência, e busca uma política expansionista em sua região de influência. Este seria o fator que faria com que o país medianamente industrializado se descolasse em relação a seus consortes e se projetasse como subimperialista. A *política expansionista relativamente autônoma* seria, portanto, resultado da permanência do país sob a hegemonia exercida pelo imperialismo dominante, porém manobrando pela conquista de uma esfera de influência própria.

A exegese da obra de Marini revelou-nos que essas duas condições – composição orgânica média e política expansionista relativamente autônoma – desdobram-se em quatro variáveis deduzíveis de outros de seus escritos, de tal maneira que o fenômeno subimperialista pode ser verificado na combinação das mesmas.

A primeira variável, *composição orgânica média nacional do capital*, traduz a posição de um subcentro econômico de acumulação mundial na divisão internacional do trabalho, no interior do sistema mundial diferenciado. Marini expressou essa ideia alternativamente como a presença de um certo *grau de operação do capital financeiro e dos monopólios* capitalistas na economia dependente, propondo igualmente alguns indicadores para verificá-lo. Embora considerem ângulos diferentes, ambas as expressões abordam um mesmo processo, o que nos leva a agrupá-las na mesma variável composição orgânica média/monopólios e capital financeiro.

A partir da década de 1970, o fluxo internacional de capitais privados, especialmente de euromoedas, se desloca para os países subdesenvolvidos. Entre 1969 e 1972, o mercado de euromoedas dobrava de volume, de US\$45 bilhões para US\$89 bilhões. E o Brasil se colocava na primeira fileira entre os receptores deste capital-dinheiro no mundo subdesenvolvido.

Dessa maneira, Marini pôs em destaque a imbricação entre a circulação internacional do capital-dinheiro e o capital produtivo da indústria manufatureira, nos ramos que cobraram dinamismo no novo padrão de reprodução. Foi assim que medidas tomadas no plano doméstico foram ao encontro das expectativas de rentabilidade do capital portador de juros que, no contexto do *boom* financeiro dos '70, encontraram em um subcentro econômico como o Brasil um espaço privilegiado de valorização. Marini apontou uma relação entre o movimento de exportações de capitais para o Brasil e o desenvolvimento da indústria de bens duráveis, que elevou a composição orgânica da economia brasileira, impulsionando a indústria suntuária.

Assim, como demonstrou nosso autor, o setor dinâmico da economia brasileira passava a ser o setor de bens de consumo durável (IIb). Durante o ciclo de expansão acelerada 1968-73, a taxa de crescimento média foi de 11,3%, ao passo que a indústria automobilística cresceu a 21,8%. Como argumenta Marini, “embora possa parecer natural e bom...”, este processo, por outro lado, agudizou a concentração na indústria suntuária e o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas, fazendo necessário um esquema particular de realização do capital.

A segunda variável do subimperialismo é seu *esquema tripartite de realização de mercadorias*. Conforme vimos sobre o ciclo do capital na economia dependente, à medida que a indústria de bens duráveis avançava como eixo dinâmico, as contradições entre produção e realização ganham novas formas, fazendo-se necessário deslocá-las através de algum expediente. Este expediente, no caso do subimperialismo, consiste em três fatores de realização do capital: o mercado externo, o Estado e o consumo suntuário.

Marini identificou esse esquema tripartite ao apontar a desproporção entre a indústria de bens suntuários (IIb) e a produção de bens necessários (IIa). De acordo com nosso autor, já na crise de 1962-67, o mercado externo (1º fator de realização do capital) cumpriu um papel crescente para absorver a produção de bens de consumo necessário, quando um ramo como o de calçados buscava no exterior os mercados que não encontrava no Brasil devido à superexploração do trabalhador.

Da mesma maneira, o Estado também (2º fator de realização do capital) desempenha seu papel mediante a criação de um complexo militar-industrial e de uma política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais. A análise do Estado como meio de realização foi abordada principalmente em *Estado y crisis en Brasil*, onde Marini avançou a discussão sugerindo alguns indicadores confiáveis para observar o comportamento do gasto público em sua relação com a dinâmica da acumulação. Em primeiro lugar, o gasto público na economia brasileira poderia ser mensurado considerando sua proporção em relação ao PIB. Citando dados compilados por Baer et al. (1973), Marini destacou que esta grandeza representava 20% do PIB em 1950 (excluindo os gastos derivados das empresas governamentais) e, em 1969, 34% - cifra que chegaria à metade do PIB se fossem agregados os gastos das empresas governamentais federais. No entendimento de Marini, o Estado ampliava sua presença como ator na economia brasileira.

Quanto ao consumo suntuário (3º fator de realização do capital), este haveria se configurado plenamente apenas partir de 1968. Diante do esgotamento do dinamismo da esfera alta do consumo em 1973, devido sobretudo às restrições ao crédito que a nova conjuntura econômica impunha, uma nova articulação entre o mercado externo e o Estado teve origem. Se era para ser preservado o efeito multiplicador que a indústria automotriz cumpria no padrão de reprodução do capital então vigente — e assim o concebia a equipe tecnocrático-militar que dirigia o país —, uma nova válvula de escape deveria suplementar a esfera alta do consumo, uma vez que a distribuição regressiva da renda não era mais suficiente para garantir a demanda responsável pela realização do capital-mercadoria do ramo automotriz. O papel do mercado externo na realização do capital das empresas da indústria automobilística – e a presença destas no padrão de reprodução em tela – aparece, então, mediante o cruzamento de alguns indicadores fundamentais.

Entre 1967-73, a contribuição das exportações no desempenho do setor permanecia baixa: era de 0,5% em 1965/67, 2,2% em 67/71 e, no período 1969/74, alcançava a cifra de 5,2%. Contudo, em meio à nova conjuntura que iniciara em 1973, a esfera alta do consumo no mercado doméstico passaria a apresentar os seus limites como fator dinamizador da indústria automotriz, conforme demonstram os números de queda do crescimento da atividade, que de 21,8% no período 1967-73 caiu a 1,8% nos anos 1975-77. Chama

atenção que, enquanto os índices de produção no ramo despencavam, a participação das exportações no crescimento da indústria automobilística atingia cifras espetaculares.

De 5,2% em 1969/74, a contribuição das exportações à demanda adicional do ramo da indústria automotriz decuplicou – salta para 57,2% em 1974/77. Nesse mesmo contexto, um outro indicador merece destaque em nossa análise. Entre a queda das vendas internas e a expansão significativa das vendas no mercado externo, registrou-se o aumento do coeficiente da indústria automotriz no PIB industrial do Brasil. Em pleno ano de 1975, que compõe o intervalo marcado por magras taxas de crescimento do setor, a indústria de automóveis apresentava seu nível histórico mais alto como percentual do produto industrial – marca que seria ultrapassada somente nos últimos anos, sob a política de isenção de IPI para a compra de carros praticada pelo governo Lula, na conjuntura da crise mundial. Estes indicadores confirmam o argumento de Marini a respeito das tendências que constituem o esquema de realização do subimperialismo.

Entretanto, isto não é o suficiente. O Chile da década de 1970 apresentava o mesmo esquema de realização, bem como despontava como um subcentro da acumulação mundial, porém Marini não o classificou como subimperialista. Tampouco o fez para a Argentina. Essa observação nos leva à terceira variável do subimperialismo. Marini argumentava que toda economia dependente, ao desenvolver o setor de bens duráveis (I, IIb), tende a apresentar problemas de realização. E que alguns – mas não todos – dentre os países intermediários logram contrarrestar esses problemas conformando uma esfera de influência própria ou, o que é o mesmo, uma hegemonia no subsistema regional de poder. Desta forma, temos como terceira variável do subimperialismo sua *hegemonia em um subsistema regional de poder*.

O projeto para um novo esquema de divisão do trabalho entre as nações sul-americanas tornara-se evidente desde meados da década de 1960, quando o Brasil redefiniu seu modelo de industrialização. De acordo com Marini, vários indícios apontavam para a concretização dessa tendência. Suplantar as ambições argentinas pelo estabelecimento de uma hegemonia no cone sul era um imperativo do bloco no poder à frente do capitalismo brasileiro para consumir os seus desígnios. Esse objetivo foi alcançado na medida em que se logrou atrair e impulsionar os investimentos que promoveriam o parque industrial brasileiro a um dos dez maiores na produção mundial de automóveis ou ao posto de

segundo maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo. Esse acontecimento expressa a variável do subimperialismo *hegemonia regional*, que pôs em marcha o estabelecimento de uma divisão regional do trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, que se tornam objeto da conformação de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução ampliada do capital sediado no país subimperialista.

Nesses termos, o status de potência hegemônica regional devia-se à ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados, sob o padrão industrial diversificado de reprodução do capital, que diferenciava o Brasil de outras nações latino-americanas que viam ser aprofundada sua especialização produtiva no marco da divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava. Os países da ALALC passaram a absorver parcela crescente das exportações de manufaturados do Brasil.

Esse foi um processo evidenciado pelas cifras do comércio regional. De 3,97 milhões de dólares, representando, em 1960, 19% do total das exportações brasileiras de manufaturados, os países da ALALC absorveriam em, 1965, 68,6 milhões de dólares, correspondentes a 63% das manufaturas exportadas; e, no ano seguinte, 47,9 milhões, metade das exportações industriais do Brasil.

Por fim, a quarta variável que o fenômeno do subimperialismo requer é a presença de uma *política de cooperação antagônica de um país dado com relação ao imperialismo dominante*. Uma economia dependente não pode trilhar um rumo subimperialista sem contar com a ação do Estado lançando mão de uma política que vise a melhorar relativamente suas condições no marco de sua dependência. Neste sentido, Marini sustentou haver uma integração dos sistemas produtivos do país subimperialista com o imperialista, como parte do processo de integração capitalista, sem questionar sua hegemonia, mas barganhando melhores condições dentro de sua subordinação, dependendo da conjuntura de cada momento histórico.

Finalmente, coube introduzir um novo elemento que nos permitiria avançar em direção a uma teoria global do subimperialismo, tornando-a capaz de examinar outros contextos econômico-sociais e geográficos para além do capitalismo brasileiro dos 1960-1970. Assim,

colocando a noção de padrão de reprodução do capital, sistematizada por Jaime Osorio, em lugar da noção mais restrita do esquema de realização, procuramos conferir maior amplitude aos argumentos da tese do subimperialismo, sem retirar-lhe força.

Em nosso entender, o subimperialismo, ao reativar a dinâmica do capital na conjunção de suas variáveis, articula-se como uma forma do padrão de reprodução do capital. Em outras palavras, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização são a síntese da lógica subimperialista, cujos traços característicos cumprem uma função no sentido de assegurar a reprodução do capital em escala ampliada.

Isto posto, pudemos chegar à definição do subimperialismo como uma realidade que confere *forma* particular ao padrão de reprodução do capital. Baseado em uma relação específica, sistemática, histórica e geograficamente definida, entre as categorias da *superexploração do trabalho, transferência de valor, composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capital financeiro, cooperação antagônica e hegemonia regional* – vemos constituir-se uma forma do padrão de reprodução do capital, especificamente subimperialista.

Assim, o fenômeno subimperialista ocorre quando, na conjunção de suas variáveis, é reativada a dinâmica da valorização, contrarrestando as contradições do capitalismo dependente. Em outras palavras, no contexto das contradições de uma economia medianamente industrializada do capitalismo dependente, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização dão forma subimperialista ao padrão de reprodução do capital.

Isto pode ser verificado analisando a conjunção das quatro variáveis que definem o subimperialismo em articulação com os atributos do padrão. Assim, pensando na experiência analisada por Marini, essa forma do padrão se expressaria da seguinte forma, como um mecanismo particular subimperialista de contrarrestar as contradições tendentes à crise:

1) definindo os ramos da produção que compõe o eixo dinâmico do capital (indústria suntuária que expressa uma composição orgânica média);

- 2) produzindo uma configuração espacial com uma órbita própria para a reprodução desse capital (hegemonia no subsistema regional de poder e cooperação antagônica) e;
- 3) assegurando a unidade entre a produção e a circulação do valor (esquema tripartite de reprodução do capital).

Esta forma do padrão de reprodução do capital, especificamente subimperialista, pode ser representada através da figura de um pentaedro, cujo vértice simboliza o subimperialismo, para onde convergem as extremidades que compõem suas quatro variáveis constituintes: (I) composição orgânica média do capital (etapa dos monopólios e do capital financeiro), (II) esquema tripartite de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), (III) hegemonia no sistema regional de poder e (IV) cooperação antagônica com o imperialismo. Importante ressaltar, ainda, nesta figura, que o fenômeno do subimperialismo não poderia ser compreendido sem as duas categorias básicas da Teoria Marxista da Dependência: (a) a superexploração do trabalho e (b) a transferência de valor, as quais compõem e estão representadas na base de todo o edifício na teorização sobre o subimperialismo. A conjunção dessas variáveis de uma determinada forma configura, por sua vez, um determinado padrão de reprodução do capital, conforme mostramos na Figura 1¹⁸². Assim, o exposto ao longo desta tese constitui, resumidamente, um passo adiante em direção à identificação e definição de uma teoria do subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini.

¹⁸² Cf. p. 91, Cap. 3, Imperialismo e subimperialismo.

ANEXO A

TABELA 1

BALANÇO DE PAGAMENTOS. 1953-1964

Ano	Balanço Comercial	Serviços	Transações Correntes	Capitais Autônomos	Saldo Final
1953	424	-393	31	97	128
1954	148	-378	-230	22	208
1955	320	-344	-24	39	15
1956	437	-419	-24	201	219
1957	107	-393	18	290	4
1958	65	-327	-262	202	-60
1959	72	-407	-335	216	-119
1960	-23	-510	-533	92	-444
1961	113	-416	-303	304	1
1962	-89	-407	-496	255	-241
1963	112	-333	-221	24	-197
1964	305	-282	23	-31	-8

Fonte: VIANA, 1967, p.66.

Nota (*): saldos em milhões de dólares.

ANEXO B

TABELA 2

SETOR CAFÉ: TRANSFERÊNCIA DE RENDA E PODER DE COMPRA DAS EXPORTAÇÕES

Médias Anuais para os Períodos	Preços do Café em Cruzeiros Constante	Termos de Intercâmbio do Café	% do Setor Café no Valor Real das Exportações de Café	Poder de Compra das Exportações de Café
1946	80	91	0,89	82
1947/49	100	100	1	100
1950/54	170	291	0,6	239
1955/59	118	312	0,39	268
1960/63	93	229	0,41	229
1964/66	107	276	0,38	242

Fonte: BACHA, 1978, p.143.

Nota (*): números índices com 1947-49 = 100

ANEXO C

TABELA 3

ORIGEM DO INVESTIMENTO FIXO, 1969

	Em % do PIB	<i>Em % do Investimento Fixo</i>
Governo	5,6	33,9
Empresas do governo	4,4	26,7
Empresas privadas	6,5	39,4
	16,5	100

Fonte: BAER et al., 1973.

Nota (*): calculados com base nos dados publicados em *Conjuntura Econômica*, (junho de 1973), pp.89-90, e *Conjuntura Econômica* (setembro 1971).

ANEXO D

TABELA 4

ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL. 1963/70

	1962=100							
	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969 (1)	1970 (1)
Indústria extrativa mineral (2)	118,4	132,5	160,9	173,3	183,0	211,1	-	-
Indústrias de transformação	99,7	104,8	99,8	112,1	114,8	133,0	147,4	163,7
Transformação de minerais não-metálicos	99,9	105,6	95,6	104,1	113,0	129,2	136,9	171,7
Metalúrgica	103,4	109,7	105,5	130,3	127,1	150,1	171,7	181,8
Mecânica	102,6	104,1	91,5	93,1	88,1	117,2	127,1	148,1
Material elétrico e de comunicações	96,2	105,2	116,4	145,9	159,8	197,5	208,3	224,2
Material de Transporte	89,3	92,4	91,7	113,7	113,9	144,0	193,7	225,2
Madeira	102,5	105,4	83,4	76,2	77,8	-	-	-
Papel e Papelão	107,8	114,8	112,2	123,1	142,7	149,6	154,8	181,5
Borracha	100,9	107,6	101,2	128,5	139,0	157,0	166,3	202,9
Couros e peles e produtos similares	92,8	102,1	132,4	111,2	121,2	132,8	-	-
Química	103,6	113,8	109,7	126,6	130,9	147,2	163,2	192,4
Têxtil	97,3	101,6	85,2	81,1	79,5	94,9	97,3	97,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100,8	113,0	100,7	114,8	108,2	129,5	96,4	113,7
Produtos alimentares	99,2	100,6	95,8	100,4	107,8	114,4	130,2	142,8
Bebidas	102,0	91,3	99,1	119,0	104,2	108,1	128,8	129,9
Fumo	100,5	99,2	94,5	96,9	106,1	119,8	128,6	136,7
Indústria da construção civil	101,3	103,6	78,8	83,5	91,3	106,2	114,0	130,9
Serviços industriais de utilidade pública	102,6	110,0	114,6	125,5	131,5	146,7	163,0	179,5
TOTAL	100,2	105,4	100,4	112,1	115,5	133,4	147,7	164,1

Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1971.

ANEXO E

TABELA 5

SALÁRIO MÍNIMO REAL E SALÁRIO MÉDIO. 1965-1969

Ano	Salário Mínimo Real (1)	Salário Médio (2)
1965	279,55	-
1967	195,36	466,00
1968	194,83	400,66
1969	189,37	470,00

Fonte: Marini, 1974, p. 196. Com dados de Visão, 23/05/1970

Nota (1): em cruzeiros de maio de 1970

Nota (2): em cruzeiros de fevereiro de 1970

ANEXO F

TABELA 6

RAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA – TEMPO NECESSÁRIO PARA
AQUISIÇÃO MÉDIA ANUAL

Ano	Tempo de Aquisição	Índice
1965	88 horas 16 minutos	100,0
1966	109 horas 15 minutos	123,8
1967	105 horas 16 minutos	119,3
1968	101 horas 35 minutos	115,1
1969	110 horas 23 minutos	125,1
1970	105 horas 13 minutos	119,2
1971	111 horas 47 minutos	126,6
1972	119 horas 08 minutos	135,0
1973	147 horas 04 minutos	166,6
1974	163 horas 32 minutos	185,3
1975	149 horas 40 minutos	169,6
1976	157 horas 29 minutos	178,4
1977	141 horas 49 minutos	160,7
1978	137 horas 37 minutos	155,9
1979	153 horas 04 minutos	173,4
1980	157 horas 32 minutos	178,5
1981	149 horas 40 minutos	169,6

Fonte: Almeida, 1982. Com dados do DIEESE.

Obs: A ração essencial mínima compõe-se dos seguintes produtos e respectivas quantidades mensais: carne – 6,0 kg; leite – 7,5 l; feijão – 4,5 kg; arroz – 3,0 kg; farinha de trigo – 1,5 kg; batata – 6,0 kg; tomate – 9,0 kg; pão – 6,0 kg; café em pó – 0,6 kg; banana – 7,5 dz; açúcar – 3,0 kg; banha – 0,75 kg; manteiga – 0,75 kg.

Nota: Os tempos acima tomam por base o salário-hora correspondente ao salário mínimo e o custo de aquisição da ração essencial pela família trabalhadora típica da cidade de São Paulo.

ANEXO G

TABELA 7

RANKING DOS 13 PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE
ARMAMENTOS DO TERCEIRO MUNDO. 1970—1979

Fornecedores	Valor Total	Porcentagem das Exportações Totais do Terceiro Mundo	Maiores Compradores	Porcentagem dos Compradores no Total dos Fornecedores
Israel	449	26	África do Sul	35
			Argentina	29
			El Salvador	6
Brasil	349	21	Líbia	25
			Chile	23
			Abu Dhabi	6
Irã	160	9	Paquistão	75
			Jordânia	21
			Etiópia	2
Jordânia	159	9	África do Sul	90
			Omã	10
			Paquistão	0.2
África do Sul	150	9	Zimbábue-Rodésia	98.7
			Maláui	1.3
			Uganda	70
Líbia	107	6	Síria	24
			Paquistão	*
			Brunei	62
Cingapura	48	3	Tailândia	21
			Kuwait	2
			Chile	54
Argentina	39	2	Mauritânia	20
			Uruguai	13
			Somália	65
Arábia Saudita	31	2	Iêmen do Norte	33
			Omã	2
			Peru	100
Cuba	28	2	Somália	84
			Nigéria	10
			Líbia	5
Egito	25	1	África do Sul	61
			Bangladesh	27
			Nepal	12
Índia	18	1	Benin	63
			Zimbábue-Rodésia	25
			Tailândia	13
Indonésia	16	1	Zimbábue-Rodésia	25
			Tailândia	13
			Tailândia	13

Fonte: SIPRI Yearbook 1980.

Nota (*): menos de 0,1%.

ANEXO H

TABELA 8

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM TELEVISÃO. 1960—1991

	(Em %)			
	1960	1970	1980	1991
Brasil	4,6	22,8	56,1	71,0
Norte	0,00	8,0	33,9	48,7
Nordeste	0,26	6,0	28,1	47,2
Centro-Oeste	0,34	10,5	44,7	69,7
Sudeste	12,44	38,4	74,1	84,4
Sul	0,80	17,3	60,5	79,7

Fonte: Hamburger, 2006.

Nota (1) Com dados de Censo Demográfico de 1960, 1970, 1980 e 1990; Guedes (1960); Cavenaghi (1970, 1980 e 1991).

Nota (2): em cruzeiros de fevereiro de 1970

ANEXO I

TABELA 9

CONTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES AO CRESCIMENTO
INDUSTRIAL – 1964/77

		(Em %)			
		1964/67	1967/71	1969/74	1974/77
		(1)	(2)	(3)	(4)
Materiais	Não-	2,1	3,4	1,6	1,0
Metálicos					
Metalurgia		7,7	4,8	3,8	1,9
Mecânica		4,6	5,6	6,0	11,3
Material Elétrico e		1,2	4,7	8,4	4,6
de Comunicação					
Material	de	0,5	2,2	5,2	57,2
Transporte					
Madeira		8,0	13,8b	1,3	-
Mobiliário		0,3	0,8b	2,4	-
Papel e Papelão		2,3	9,9	4,1	-4,1
Produtos	de	-0,5	2,7	1,8	9,8
Borracha					
Couros e Peles		11,2	19,6b	5,0	-
Produtos Químicos		6,2	10,3	2,0	-0,6
Produtos		1,2	1,6b	1,3	-
Farmacêuticos					
Perfumaria		4,7	5,0b	14,1	-4,9
Produtos Plásticos		1,7	1,9b	1,5	1,0
Produtos Têxteis		1,9	7,7	13,5	2,3
Vestuário e Calçados		0,7	11,8	17,5	-14,1
Produtos		8,2	16,1	6,4	4,1
Alimentícios					
Bebidas		1,8	3,1	9,4	0,7
Fumo		0,6	1,0	1,2	0,8
Editorial e Gráfica		0,1	1,2b	2,3	-
Indústrias Diversas		1,5	6,6b	9,2	-
Total Manufaturas		3,9	5,9	5,1	5,2

Fonte: Baumann, 1985, p. 105.

Nota (1) Com dados de Tyler (1976) para Colunas (1) e (2) e IBGE. Apêndice II, Anuário Estatístico, vários números; IBGE, Produção Industrial, vários números, para Colunas (3) e (4).

Nota (2): (a) Calculado segundo a fórmula de Morley/Smith. Colunas (1) e (2) foram calculadas a preços correntes e colunas (3) e (4) em cruzeiros constantes de 1970.

(b) Valores para 1967/70.

ANEXO J

TABELA 10

EXPORTAÇÕES TOTAIS DE MANUFATURADOS PARA OS PAÍSES DA
ALALC. 1960-1970

Ano	Exportações Totais de Manufaturados (US\$1.000) (FOB)	Exportações Totais de Manufaturados para a ALALC	% de Exportações de Manufaturados para a ALALC
1960	21.216	3.972	19%
1961	35.561	8.627	24%
1962	33.097	10.540	32%
1963	37.380	8.813	24%
1964	69.943	33.381	48%
1965	109.476	68.577	63%
1966	96.836	47.910	50%
1967		65.194	
1968		74.999	
1969		84.804	
1970		94.609	

Fonte: SILVA2, 2004, p.362-3.

Nota (*): com dados de SEEF do Ministério da Fazenda CACEX/DICEX e Ministério das Relações Exteriores. Relatórios 1967 e 1971.

FONTES DA PESQUISA

SOARES THOMAS, Agripino [MARINI, Ruy Mauro]. Verso e reverso do desenvolvimento. *Movimento Socialista*, ano 1, n.1, 1959. AEL, UNICAMP.

MARINI, Ruy Mauro. Tras del cuartelazo ¿Competirá Argentina con Brasil por el favor nortamericano? *Excelsior México*. 11 de abril de 1976. Hemeroteca Nacional de México, UNAM.

_____. Los problemas geopolíticos de Pinochet. *El Sol de México*. 27 de enero 1977. Sección A, p.5, 11. Livro 16-31 ene 1977. A 374-6. Hemeroteca Nacional de México – UNAM

_____. ¿Tiene Brasil el derecho al átomo? *El Sol de México*. 10 de febrero de 1977. Hemeroteca Nacional de México. UNAM.

_____. Crisis del Pacto Andino: el fracaso del desarrollismo. *El Sol de México*, 14 de octubre de 1976. Hemeroteca Nacional de México. UNAM.

_____. Problemas de política exterior. *O Metropolitano* (encarte dominical de O Diário de Notícias. Rio de Janeiro), 29 de janeiro de 1961. Biblioteca Nacional. Coleção de Periódicos. Número de referência 31(11699-11724). Localização 4-110,04,09.

MARTINS, Ernesto [Eric Sachs]. As novas condições da luta política. 24 de junho de 1967. APERJ, Coleção DARF, Documento 545.

MARTINS, Ernesto [Eric Sachs]. Contribuição ao debate político, n.3. Subsídios para uma análise da situação internacional. APERJ, Coleção DARF, Documento n. 522, s/d.

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA SÁNCHEZ, José. El imperialismo capitalista. Conceptos, períodos y mecanismos de funcionamiento. Barcelona, Editorial Blume, 1977.
- ALAVI, Hamza. Viejo y nuevo imperialismo. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.10, Teoría marxista del imperialismo. 1973. 3ª ed.
- ALMEIDA, Fernando Lopes de. Política salarial, emprego e sindicalismo. 1964/1981. Petrópolis, Vozes, 1982.
- AMIN, Samir. A Caminho de uma Nova Crise Estrutural do Sistema Capitalista. Porto, Afrontamento, 1978.
- _____. L 'échange inégal et la loi de la valeur. La fin d'un débat. Anthropos-IDEP, Paris, 1973.
- ANFAVEA. Anuário da Indústria Automobilística. 2009. Disponível em <http://www.anfavea.com.br>, Acesso em agosto de 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Ligas Camponesas e sindicatos rurais no nordeste. 1957-1964. *Temas de Ciências Humanas*, vol.8, 1980, pp.115-131.
- ARNT, Ricardo (org.). O armamentismo e o Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ARRIGHI, Giovanni. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica. In: A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1998.
- AUGELLI, Enrico, MURPHY, Craig N. Gramsci e as relações internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no Terceiro Mundo. In: Gill, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.
- BACHA, Edmar. O café na economia brasileira. In: Os mitos de uma década. Ensaios de economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 2ª ed.
- BAMBIRRA, Vania. El capitalismo dependiente latinoamericano. México, Siglo XXI, 1987. 12ª ed.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 5ª edição.
- _____. Cartéis e desnacionalização. A experiência brasileira: 1964-1974. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 3ª ed.
- BANFI, Rodolfo. A propósito de "El imperialismo" de Lenin. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.10, Teoría marxista del imperialismo. 1973. 3ª ed.

- BAER, Werner. O crescimento brasileiro e a experiência desenvolvimentista: 1964-1974. *Estudos Cebrap*, n.20, abr-mai-jun 1977, pp.7-25.
- _____. A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1966.
- BAER, Werner, KERSTENETKY, Isaac, VILLELA, Annibal V. As modificações no papel do estado na economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 3 (4), pp.883-912, dezembro 1973.
- BARRAT BROWN, Michael. A economia política do imperialismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- BAUMANN, Renato, MOREIRA, Heloiza C. Os incentivos às exportações brasileiras de produtos manufaturados - 1969/85. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 17 (2), pp.471-490, agosto 1987.
- BAUMANN, Renato. Exportações e crescimento industrial no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1985.
- BOITO JR., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo, Brasiliense.
- _____. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, n.21, pp. 52-77, Rio de Janeiro, 2005.
- BOND, Patrick. El imperialismo norteamericano y el subimperialismo sudafricano. *Socialist Register*, 2005.
- _____. The ANC's "left turn" and South African subimperialism: ideology, geopolitics and capital accumulation. 2004a.
- _____. African development/governance, South African subimperialism and Nepal. 2004b.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____. Economia brasileira. Uma introdução crítica. São Paulo, Brasiliense, 1982. 3ª ed.
- _____. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. *Revista de Administração de Empresas*, vol.4, n.11, 1964.
- _____. O empresário industrial e a revolução brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, vol.2, n.8, 1963.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. 2 vols.

- BOCCHI, João Ildebrando. As crises econômicas no Brasil: anos 60 e 70. V Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico. Madri, 12-15 dezembro 2007.
- BUKHARIN, N. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- _____. El imperialismo y la acumulación del capital. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.51, 1975.
- BURKE, Kathleen. Rolling merrily along. *Brazilian Business*, Rio de Janeiro, novembro 1972.
- CABALLERO, Manuel. Latin America and the Comintern. 1919-1943. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- CAMARGO, Aspásia (org.). O golpe silencioso. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1989.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias, AMARAL, Marisa. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis, Florianópolis v. 12 n. 2 p. 216-225 jul./dez. 2009*
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir, SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). A América Latina e os desafios da globalização. Rio de Janeiro, Ed. PUC-RIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- _____. Apontamentos críticos sobre a teoria da crise em Rosa Luxemburgo. V Colóquio Cemarx, 2007. . Anais eletrônicos. http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao1/Marcelo_Carcanholo.pdf
- _____. Causa e formas de manifestação da crise: uma interpretação do debate marxista. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1996. Dissertação de Mestrado.
- CARDOSO, Fernando Henrique. As ideias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____. As tradições do desenvolvimento associado. *Estudos Cebrap*, abr-maio-junho 1974, pp.41-75.
- CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique, SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. 1978. In: *Estudos Cebrap*, n. 23. Petrópolis, Vozes, s/d.
- CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil. 1964-1984. São Paulo, DIFEL, 1984.

- _____. O movimento operário no Brasil. Vol. 2. 1945-1964. São Paulo, DIFEL, 1981.
- _____. A República Liberal. Vol. I. Instituições e classes sociais. 1945-1964. São Paulo, DIFEL, 1985.
- CASTRO MARTÍNEZ, Pedro. Fronteras abiertas. Expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo. México, Siglo XXI, 1980.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti, NOLLI, Joana D'Ard Moreira. A "Marcha da Produção" durante o governo JK: discurso e acontecimento.
- CLAUDÍN, Fernando. A crise do movimento comunista. 2 vols. São Paulo, Global, 1985.
- COLES, Jane, COHEN, Robins. O subimperialismo sul-africano. In: CENTRO DE ESTUDOS DA DEPENDÊNCIA - CEDEP (org.). A África Austral em perspectiva. Vol. 2. A África do Sul e as ex-colônias portuguesas. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- COUTO e SILVA, Golbery do. Geopolítica Nacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980.
- 106
- COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.
- CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *Historia y Sociedad*, n.3, México, pp.55-77, 1974.
- CVM - CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. Polop. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador, CVM, 2009.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soare. O segundo governo Vargas. 1951-1954. Democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato Raul. Empresariado nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- DOELLINGER, Carlos Von, FARIA, Hugo B. de Castro, CAVALCANTI, Leonardo Caserta. A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/73. Rio de Janeiro, IPEA, 1974.
- DOBB, Maurice. Economia política e capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- DOUGHERTY e PFALTZGRAFF. Relações internacionais. As teorias em confronto. Lisboa, Gradiva, 2003.

- FAJNZYLBBER, Fernando. La empresa internacional en la industrialización de América Latina. In: Corporaciones multinacionales en América Latina. Buenos Aires, Ediciones Periferia, 1973.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e História. São Paulo, Brasiliense, 1976. 4ª ed.
- FIGUEIREDO, Vilma. Desenvolvimento dependente brasileiro. Industrialização, classes sociais e Estado. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- FISHLOW, Albert. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. *Estudos Cebrap*, n.7., pp.5-65, 1974.
- FLYNN, Matthew. Between Subimperialism and Globalization: The Internationalization of Brazilian Capital. Latin American Perspectives.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.
- FRANK, Andre Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- _____. Capitalismo y subdesarrollo en América Latina. México, Siglo XXI, 1987. 9ª ed.
- _____. Unequal accumulation: intermediate, semi-peripheral, and sub-imperialist economies. *Review*, II, 3, Winter 1979, pp.281-350.
- FURTADO, Celso. . A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- GANDÁSEGUI Filho, Mario. Vigência e debate em torno da teoria da dependência. In: SADER, Emir, SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). Rio de Janeiro, Ed. PUC-RIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.
- FILGUEIRAS, Luiz, GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

- _____. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.
- HALLIDAY, Fred. Iran: ¿Imperialista? Subimperialista? In: Iran. Dictadura y Desarrollo. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Liliam Moritz (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. Vol.4.
- HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- IANNI, Constantino. Descolonização em marcha. Economia e relações internacionais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- KATZ, Claudio. América Latina frente à crise global. 2009. <http://www.lahaine.org/katz>. Acesso em abril de 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: para uma semântica dos tempos históricos Rio de Janeiro, Ed. PUC-RJ/Contraponto, 2006.
- _____. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.
- LECH – Livraria Editora Ciências Humanas. PCB: vinte anos de política. 1958-1979. Documentos. São Paulo, Lech, 1980.
- LEFF, Nathaniel H. Política econômica e desenvolvimento no Brasil. 1947-1964. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: Obras escolhidas em seis tomos. Tomo 2. Lisboa, Edições Avante, 1984.
- LESSA1, Sergio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Cortez, 2006.
- LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981. 2ª ed.
- LIMA, Maria Regina Soares de, CHEIBUB, Zairo Borges. Relações internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983.
- LOPES, J. R., PATARRA, N. Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. In: Estudo sobre a população brasileira. São Paulo, CEBRAP, 20, s/d.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. A Revolução Cubana e a teoria da dependência: Ruy Mauro Marini como fundador. In: Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir, SANTOS, Theotonio dos

- (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). Rio de Janeiro, Ed. PUC-RIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo brasileiro revisitado. A política de integração regional do governo Lula. 2003-2007. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRELINTER-UFRGS), 2007. Dissertação de Mestrado.
- LUXEMBURGO, Rosa. La acumulación del capital. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.51, 1975.
- MACEDO, Roberto B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- MARTONE, Celso L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. Memória. In: STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini. Vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- _____. América Latina: dependência e integração. São Paulo, Brasil Urgente, 1992.
- _____. As razões do neodesenvolvimentismo. Resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In: SADER, Emir (org.). Dialética da Dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.
- _____. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. Cidamo, México, Cuaderno n.7, 1982.
- _____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ursula (org.). Mercado y dependencia. Nueva Imagen, México, 1979 [1979a].
- _____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, México, n.20, abril-junio 1979, pp.18-39. [1979b]
- _____. El viaje de Pérez; Venezuela, Brasil y el Pacto Andino. *El Universal*. Mexico, 23 de noviembre de 1977 [1977c]. <http://www.marini-escritos.unam.mx/prensa.htm#2>.
- _____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, México, n.13, julio-septiembre 1977. [1977b]
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México, n.12, abril-junio 1977. [1977a]
- _____. Il subimperialismo brasiliano. Turim, Einaudi, 1974b.

- _____. Subdesarrollo y revolución. México, Siglo XXI, 1974. 5ª edición corregida y ampliada.
- _____. Dialéctica de la dependencia. México, Era, 1973.
- _____. Brazilian subimperialism. *Monthly Review*, Vol.23, n.9, February 1972, pp.14-72.
- _____. Subdesarrollo y revolución. México, Siglo XXI, 1969. 1ª ed.
- _____. La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil. *Cuadernos Americanos*, México, Vol.XXV, n.3, junio 1966.
- _____. Contradicciones y conflictos en Brasil contemporáneo. [1965b]
- _____. Brazilian interdependence and imperialist integration. *Monthly Review*, vol.17, n.7, pp.10-29, December 1965. [1965a]
- MANTEGA, Guido. O marxismo na economia brasileira. In: MORAES, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol.2. Os influxos teóricos. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.
- MANTEGA, Guido, MORAES, Maria. Acumulação monopolista e crises no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso.
- MARTINEZ GONZÁLEZ, B. Gloria. Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.4, pp.105-121, junho 1999.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir, SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). Rio de Janeiro, Ed. PUC-RIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- _____. O Pensamento Latino-Americano e o Sistema Mundial. In: CLACSO. (Org.). *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. , p. 153-216.
- _____. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.5, pp.121-138, dezembro 1999.
- MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA. La teoría de la dependencia y el pensamiento crítico brasileño. Crítica a Luiz Carlos Bresser y a Guido Mantega. *Aportes*, n.7, México, Universidad Autónoma de Puebla, enero-abril 1998, pp.73-93.
- MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis, Vozes, 1985.

- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, 1983/1984/1985. 3 vols.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: In: RIDENTI, Marcelo, REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Volume 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de, ROIO, Marcos del (orgs.). História do marxismo no Brasil. Vol. IV. Visões do Brasil. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000.
- MÉDICI, André Cezar. Resenha. Acumulação monopolista e crises no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol.4, n.1, janeiro-março 1984, pp.157-8.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul. São Paulo, Annablume, 1996.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, vol.14, n.27, ANPUH. Dossiê Brasil 1954-1964. Disponível em <http://www.anpuh.org/revistabrasileira>. Acesso em janeiro 2010.
- MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.
- _____. Para além do capital. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.
- MICHELENA, José Agustín Silva. Crise no sistema mundial: política e blocos de poder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MORAES, Maria. A crise de 1964. In: MANTEGA, Guido, MORAES, Maria. Acumulação monopolista e crises no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso.
- MORAES, João Quartim de, ROIO, Marcos del (orgs.). História do marxismo no Brasil. Vol. IV. Visões do Brasil. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000.
- MORRIS, Michael. Brazil and India as Third World middle powers. In: SELCHER, Wayne (org.). Brazil in the international system. Boulder, Westview Press, 1981.
- MOSZKOWSKA, Natalie. Contribución a la crítica de las teorías modernas de las crisis. México, Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- OLIVEIRA, Jolma Alves de. POLOP. As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista. 1961-1967. Araraquara, 2007.

- OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SADER, Emir, SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). Rio de Janeiro, Ed. PUC-RIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009. 112
- _____. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. Seminario Internacional REGGEN: Alternativas à Globalização. Rio de Janeiro, UNESCO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtualclacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf>. Acesso em janeiro 2010.
- _____. Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia. México, Fondo de Cultura Económica, 2004.
- _____. El marxismo latinoamericano y la dependencia. *Cuadernos Políticos*, n.38, Ediciones Era, México, D.F., enero-marzo 1984, pp.40-59.
- _____. Fuentes y tendencias de la teoría de la dependencia. In: MARINI, Ruy Mauro, MILLÁN, Mária. La teoría social latinoamericana. México, El Caballito, 1994.
- _____. 1975.
- OURIQUES, Nildo. La Teoría Marxista de la Dependencia. Una história crítica. México D.F., Universidad Nacional Autónoma de México - Facultad de Economía. División de Estudios de Postgrado, 1995. Tese de Doutorado.
- PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985). Do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, 2005. Tese de Doutorado.
- PALMA, Gabriel. Dependencia y desarrollo: una visión crítica. Dependencia y desarrollo: una visión crítica. In: SEERS, Dudley (Compilador). La teoría de la dependencia: una evaluación crítica. México, FCE, 1987, pp. 21-89.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. História da industrialização brasileira. Crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- PIAZA, Maria de Fátima Fontes. Relações Brasil-Bolívia, de 1971 a 1978: um projeto subimperialismo ou uma formulação geopolítica? *História. Ensino & Pesquisa*, n.4, 1985, pp.97-107.
- PINTO, Álvaro Vieira. Consciência e realidade nacional. 2º Vol. A Consciência crítica. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- PONCE SUÁREZ, Vilma N. Pensamiento Crítico: una revista de su tiempo. *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, (3-4), julio-diciembre 2005.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político y clases sociales en el Estado capitalista. México, Siglo XXI, 1970.

- PRADO, Fernando. História de um não-debate. A trajetória da Teoria Marxista da Dependência no Brasil. Texto apresentado no II Curso sobre Conjuntura - “Marxismo latino-americano, Imperialismo, e a conjuntura político-econômica de nosso continente”, Escola Nacional Florestan Fernandes. 4 de novembro de 2010.
- PRADO, Jr., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- RIDENTI, Marcelo, REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, Editora Unicamp, 2002.
- RUPERT, Mark. Alienação, capitalismo e sistema inter-Estados: rumo a uma crítica marxista/gramsciana. In: GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.
- SALAMA, Pierre. O processo de subdesenvolvimento. Ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SANTOS, Theotonio dos. Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano. In: SADER, Emir, SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). Rio de Janeiro, Ed. PUC-RIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- _____. Imperialismo y dependencia. México, Era, 1978.
- SANTI, Paolo. El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.10, Teoría marxista del imperialismo. 1973. 3ª ed.
- SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro. A geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati. São Paulo, Global, 1981.
- SEPLAN-SP. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento Econômico. O Exame de Políticas Econômicas e Setoriais. São Paulo, Série Estudos e Pesquisas, n.33, 1979.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. Vol. 1.
- SILVA1, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986. 7ª ed.
- SILVA2, Heloisa Conceição Marchado da. Da substituição de importações à substituição de exportações. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

- SILVA³, Francisco A. Rezende da. A evolução das funções do governo e a expansão do setor público brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 1 (2), pp.235-282, dezembro 1971.
- SIPRI. SIPRI Yearbook. Stockholm, 1980.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Graphia, 1997. 2ª ed.
- _____. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. La teoría de la dependencia y la vigencia del pensamiento marxista de Ruy Mauro Marini. Revista *Tareas* No. 111, Centro de Estudios Latinoamericanos "Justo Arosamena", Panamá, R. de Panamá, mayo-agosto de 2002, pp. 75-87.
- _____. América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI. México, Plaza y Valdes, 2005.
- STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- SOUZA, Nilson Araújo de. Economia brasileira contemporânea. De Getúlio a Lula. São Paulo, Atlas, 2008.
- _____. Crisis y lucha de clases en Brasil. 1974-1979. México, Facultad de Economía – UNAM, 1980. Tese de Doutorado. Orientação Ruy Mauro Marini.
- SWEEZY, Paul. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaio sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986. 2ª ed.
- TAVARES, Maria da Conceição, BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. Vol. 1.
- _____. O capital financeiro e empresa multinacional. *Temas de Ciências Humanas*, vol.9, 1980, pp.113-124.
- TAVARES, Assis. Causas da derrocada de 1º de abril de 1964. *Temas de Ciências Humanas*, vol.8, 1980, pp.133-156.

- THALHEIMER, August. Grundlinien und Grundbegriffe der Weltpolitik nach dem zweiten Weltkrieg. . 2 Auflage. [S.n.] 1950.
- TRÍAS, Vivian. Imperialismo y geopolítica en América Latina. Montevideo, 1967.
- VALIER, Jacques. La teoría del imperialismo de Rosa Luxemburg. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.10, Teoría marxista del imperialismo. 1973. 3ª ed.
- VERSIANI, Flavio Rabelo, BARROS, José Roberto Mendonça de. Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização. São Paulo, Saraiva, 1977.
- VIANA, Cibilis da Rocha. Estratégia do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- VILLELA, André. Dos "anos dourados" de JK à crise não resolvida. 1956-1963. In: GIAMBAGI, Fabio, VILLELA, André. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro, Campus.
- WASSERMAN, Claudia. Palavra de presidente. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002.
- WELLS, John. The diffusion of durables in Brazil and its implications for recent controversies concerning Brazilian development. *Cambridge Journal of Economics*, 1977, vol.1, pp.259-279.
- ZIRKER, Daniel. Brazilian foreign policy and subimperialism during the political transition of the 1980s. *Latin American Perspectives*, Issue 80, vol.21, n.1, 1994, pp.115-131.